



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 197 - SÁBADO, 29 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB) - 21</p> <p>Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p>Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu⁽¹⁾ Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves⁽²⁾</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 226ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.177, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2007 (nº 2.477/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso*.....

48450

Nº 1.178, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008 (nº 534/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins*.....

48453

Nº 1.179, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2008 (nº 587/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo*

48457

Nº 1.180, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008 (nº 638/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *ASC-COMVE – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul*

48461

Nº 1.181, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2008 (nº 504/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sistema*

LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba.....

48464

Nº 1.182, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2008 (nº 578/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul*.....

48468

Nº 1.183, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008 (nº 550/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação da Rádio Comunitária “Vila Pavão Que Queremos” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo*

48471

Nº 1.184, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2008 (nº 625/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*.....

48474

Nº 1.185, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008 (nº 635/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Pró Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*.....

48477

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem pelo centenário de nascimento do político pernambucano Etelvino Lins de Albuquerque.

48481

SENADOR MÃO SANTA – Defesa do lançamento de um nome do PMDB como candidato à Presidência do Senado.....	48488	de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Bingos.....	48512
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Solidariedade à população do Estado de Santa Catarina. Apoio à indicação do Senador Cristovam Buarque para a UNESCO. Solicitação de esclarecimentos ao Incra sobre os assentamentos Porto Luiz I e II, em Acrelândia/AC.	48491	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 141, de 2007; 213, 218, 225, 226, 233, 239, 250 e 255, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário, tendo vista o recebimento do Ofício nº 196, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	48513
SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação de projetos de lei em favor dos aposentados e pensionistas.....	48495	1.2.6 – Leitura de requerimento Nº 1.560, de 2008, de autoria do Senador José Sarney e Mão Santa, <i>solicitando voto de congratulações ao pensador francês Claude Lévi-Strauss.....</i>	48514
SENADORA ADA MELLO – Considerações sobre o acordo assinado entre o governo brasileiro e o Vaticano, no último dia 13 de novembro, que trata especialmente de educação religiosa no Brasil.....	48500	1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR GERSON CAMATA – Comentário sobre as eleições nos Estados Unidos e a vitória de Barack Obama. Considerações sobre dados da Estratégia Nacional de Defesa, proposta pelos Ministros da Defesa e Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.	48519
1.2.3 – Comunicação da Presidência Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 448, de 2008 , que <i>abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica, onde poderá receber emendas, e estabelecimento do calendário para a sua tramitação.....</i>	48502	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – ATAS DE COMISSÕES Atas da 28ª a 31ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, para apurar a utilização da internet na prática de crimes de “Pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.....	48520
1.2.4 – Pareceres Nº 1.186, de 2008, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº 190, de 2006 (nº 562/2006, na origem), do Presidente da República, que <i>submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.....</i>	48506	Atas da 1ª e 2ª Reuniões da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 115, de 2008, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”.....	48570
Nº 1.187, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 63, de 2008 (nº 368/2008, na origem), do Ministério da Fazenda, <i>referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.....</i>	48507	Ata da 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, aditados pelos Requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, e 515, de 2008, destinada a apurar, no prazo de sessenta dias, a Liberação, pelo Governo Federal, de recursos Públicos para Organizações não Governamentais – ONGs – e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs -, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do Exterior, a partir do ano de 1999 até 8 de novembro de 2007.....	48594
1.2.5 – Comunicações da Presidência Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 190, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de ser declarada prejudicada.	48510	3 – GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-IRÃ Nº 3/2008, de 4 do corrente, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Irã, comunicando a instalação daquele grupo, no Congresso Nacional, em 21 de outubro último, quando foi eleita e empossada a sua Diretoria.....	48604
Arquivamento do Aviso nº 63, de 2008, em observância à conclusão do parecer lido anteriormente.	48512		
Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 274,	48512		

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 - 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
-

Ata da 226^a Sessão Não Deliberativa, Em 28 de Novembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Mão Santa

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 5 minutos
e encerra-se às 11 horas e 49 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 1.177, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre Projeto de Decreto Legislativo n° 141, de 2007 (n° 2.477/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão Sonora em freqüência, modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso.

Relator: Senador **Valter Pereira**

Relator **ad hoc**: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 141, de 2007 (n° 2.477, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de Sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de Sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 141, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução n° 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 141, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº

39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 141/2007 NA REUNIÃO DE 26/11/108
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Assinatura de Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA <i>Ad Hoc</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA RELATOR	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAZI	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 141 / 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELEI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLIES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUAPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA	X			
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEUTIMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA Ciarlini				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PEREIRO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAISI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 40 SIM: 69 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 11 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafo anteriores.

PARECER Nº 1.178, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008 (nº 534/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**
Relator **ad hoc** Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 213, de 2008 (nº 534, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 213, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 213, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 213/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCEL O CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA RELATOR

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>(ad hoc)</i>	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAIS	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: / ABS: / AUTOR: / PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de Sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (NR)

PARECER N° 1.179, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2008 (nº 587/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Renato Casagrande

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 218, de 2008 (nº 587, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII,

cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Rádio FM Ebenézer Áudio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 218/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/108
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE RELATOR	3. JOÃO RIBEIRO
IDELEI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUAPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
IRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAÍSI	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

PDT

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 218 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X					JOÃO RIBEIRO	X			
DELLISALVATTI						FRANCISCO DORNelles				
						FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP						ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GERSON CAMATA	X			
GILVAM BORGES						GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA						LEONMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X					HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X					MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR						ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA						SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAI	X									
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE						(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei a normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar a prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.180, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008 (nº 638/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a ASCOMVE – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 225, de 2008 (nº 638, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização com serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a ASCOMVE – Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 225/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/108
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAI

RELATOR

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 3251/08

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X			EXPEDITO JÚNIOR		X			
AUGUSTO BOTELHO				FLÁVIO ARNS		X			
RENATO CASAGRANDE	X			JOÃO RIBEIRO					
DELI SALVATTI				FRANCISCO DORNELLES					
				FÁTIMA CLEIDE					
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUAPP				ROMERO JUCA					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				GERSON CAMATA		X			
GILVAM BORGES				GIM ARGELLO					
VALTER PEREIRA				LEONMAR QUINTANILHA					
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES				ELISEU RESENDE					
ROMEU TUMA	X			HERACLITO FORTES					
VIRGINIO DE CARVALHO	X			MARCO MACIEL					
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				ROSALBA CIARLINI					
JOÃO TENÓRIO				FLEXA RIBEIRO					
EDUARDO AZEREDO	X			MARCONI PERILLO					
CICERO LUCENA				SÉRGIO GUERRA					
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE				(VAGO)					

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64 § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na formas dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar a entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta lei e reformas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei n° 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 1.181, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 226, de 2008 (n° 504/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 226, de 2008 (n° 504, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

III – Análise

Conforme determina o Regimento interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos, informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido a análise

da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Sistema LBC de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 226/2008 NA REUNIÃO DE 01/11/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA RELATOR <i>(assinatura)</i>
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAI	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

PDT

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 226 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDEI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA	X			
GILVAM BORGES					GILMARELLO				
VALTER PEREIRA					LEONMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACILITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIANELLI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAIS	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTÓVAM BUARQUE					(NAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

PARECER Nº 1.182, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2008 (nº 578/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sergio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 233, de 2008 (nº 578, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 233, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 233, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 233/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAZI

RELATOR

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 233 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXÉDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
DELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA	X			
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
WALTER FERREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA Ciarlini				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PEREIRÃO				
CÍCERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM Buarque					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: Q1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da outras providências.

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispões sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 1.183, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008 (nº 550/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação de Comunicação da Rádio Comunitária “Vila Pavão Que Queremos” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Renato Casagrande

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 239, de 2008 (nº 550, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação de Comunicação da Rádio Comunitária “Vila Pavão Que Queremos” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, te-

levisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 239, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 239, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a Associação de Comunicação da Rádio Comunitária "Vila Pavão Que Queremos" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 239/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

<i>(Assinatura de Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<i>(Assinatura de Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE RELATOR	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO

PTB

SÉRGIO ZAMBIAIS	6. MARCONI PERILLO
CRISTOVAM BUARQUE	7. SÉRGIO GUERRA

PDT

1- VAGO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 239 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO ROBÉRIO				
DELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUAPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERTSON CAMATA	X			
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
WALTER PEREIRA					LEONMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACIUTO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCOS MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSA ALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAZI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAN BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova a Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 1.184, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 250, de 2008 (n° 625, 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Sérgio Zambiasi

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 250, de 2008 (n° 625, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão,

outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que

o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 250, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 250, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a Associação Cultural e Comunicação Social São Vicente do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 250/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/08, OS SENHORES
SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR	<i>(Assinatura)</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS	<i>(Assinatura)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO	<i>(Assinatura)</i>
IDEI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES	<i>(Assinatura)</i>
	5. FÁTIMA CLEIDE	<i>(Assinatura)</i>
Maioria (PMDB)		
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ	<i>(Assinatura)</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA	<i>(Assinatura)</i>
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO	<i>(Assinatura)</i>
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA	<i>(Assinatura)</i>
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE	<i>(Assinatura)</i>
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES	<i>(Assinatura)</i>
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL	<i>(Assinatura)</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI	<i>(Assinatura)</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO	<i>(Assinatura)</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO	<i>(Assinatura)</i>
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA	<i>(Assinatura)</i>
PTB		
SÉRGIO ZAMBIASSI RELATOR	PDT	<i>(Assinatura)</i>
CRISTOVÂM BÚARQUE	1- VAGO	

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

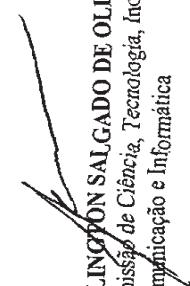
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 256 / 3007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDEI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAÚPP					ROMERO JUÇÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAN BORGES					GIL MARCELLO				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DÉ CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIBALINI				
JOÃO TÉNORIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PÉRIGO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE									

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SAGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática



*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*
*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão serão de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 1.185, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 255, de 2008 (n° 635/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pro Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Sérgio Zambiasi

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 255, de 2008 (n° 635, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação Pro Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido a apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos

termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu a parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Major, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha a PDS nº 255, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 255, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização a Associação Pro Arte Cultura Comunitária Caçapava para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 255/2008 NA REUNIÃO DE 26/11/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIAZI RELATOR	<i>Sérgio Zambiasi</i>
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

PDT

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 255 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
IDELEI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUAPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA	X			
GIL VAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CLARIJINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PEREIRO				
CICERO LUCENA					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAISI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar a entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determine o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera a parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Marco Maciel, ex-vice-Presidente da República e atual Presidente da CCJ do Senado da República, a quem passo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, ao saudá-lo, quero saudar os demais Senadores presentes, inclusive

o Senador Geraldo Mesquita Júnior, e dizer da minha satisfação em poder hoje voltar ao plenário para fazer memória da passagem do centenário de nascimento do ex-Deputado Federal, ex-Senador da República e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Etelvino Lins de Albuquerque.

Venho, pois, hoje, a esta tribuna do Senado Federal, para registrar o transcurso, este ano, do centenário de nascimento de Etelvino Lins de Albuquerque, que também foi Governador de Pernambuco e Constituinte em 1946, ou seja, um dos autores da Constituição de 18 de setembro de 1946, chamada Constituição Liberal, posto que o texto brotou como consequência do fim do chamado Estado Novo, em 1945.

O Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, lembrou, em homenagem que aquela Corte de Contas Contas prestou a Etelvino Lins, que ele foi "protagonista de uma trajetória pública e política extensa, havendo ocupado as mais destacadas funções da República, contando sempre com o apoio dedicado de sua esposa, Dona Djanira Lins Falcão de Albuquerque, e de seus oito filhos".

O centenário de nascimento de Etelvino Lins nos dá a oportunidade de relembrar um político brasileiro que se caracterizava por seu firme caráter e uma grande capacidade de decisão.

Etelvino Lins era um autêntico sertanejo da região de onde provém esse nome e por haver nascido no Município pernambucano de Sertânia, em 20 de novembro de 1908. Ali viveu e trabalhou no interior do Estado. Começou como telegrafista dos Correios e, estimulado pelo pai, um grande intelectual, Ulisses Lins, escritor e membro da Academia Pernambucana de Letras. Formou-se Bacharel pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, a mais antiga, juntamente com a de São Paulo, Faculdade de Direito de nosso País, criada há 181 anos.

Etelvino Lins, depois de haver passado em concurso público, foi promotor na cidade de Goiana, localizada na mata norte de Pernambuco.

A revolução da Aliança Liberal de 1930, um grande movimento de transformação na vida do País, teve o seu apoio. Nela se engajou muito jovem, com a firmeza que o peculiarizava. Natural foi, a seguir, a sua nomeação para Secretário de Estado, no período de 1937 a 1945, em Pernambuco.

Com a redemocratização, já em 1946, elegeu-se Senador Constituinte. Era um homem das instituições e não só da política. Posteriormente, na década de 50, foi eleito Governador de Pernambuco pela mais ampla coalizão possível, unindo o então

PSD (Partido Social Democrático), de onde provinha, mais a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), na ocasião, um partido de viés claramente varguista, ou seja, criado por Getúlio Vargas.

Na sua candidatura à Presidência da República, repetiu-se mais essa ampla convergência, recebendo apoio inclusive de Afonso Arinos de Melo Franco e Milton Campos, históricos líderes udenistas. Continuava no trabalho de reconciliação federal, iniciado como estadual.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, Etelvino Lins muito se preocupou com a estabilidade das instituições democráticas, o que é fundamental, ainda hoje, para o País, porque, se desejamos construir uma verdadeira democracia, precisamos, antes de tudo, consolidar as instituições, porque as pessoas passam, mas as instituições ficam, e elas devem estar gozando de plena saúde para consolidar o processo político.

Passada a era dos extremos, com a redemocratização em 1946, era urgente fortalecer o centro. Etelvino Lins foi um homem de centro, demonstrou como Senador Constituinte, como já disse. Governador e candidato à Presidência da República, nem sempre foi entendido, como acontece com os homens públicos, mas nunca deixou de continuar no seu caminho. Foi Ministro do Tribunal de Contas da União de 1955 a 1959; poderia ter ali concluído sua carreira, mas o Ministro Etelvino Lins sentia, porém, a necessidade de voltar à política. Foi Deputado Federal de 1959 a 1963 e de 1970 a 1975. Sempre firme e decidido, permaneceu fiel às suas origens, mas sempre aberto ao diálogo interpartidário.

Em sua atuação como relator das contas do Presidente da República relativo ao exercício 1959, o homenageado apresentava em seu livro intitulado **Um depoimento político – episódios e observações**, lançado em 1977, a dedicação, o empenho e o estudo desenvolvidos para o cumprimento da relevante função, como observou o Ministro Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União.

O Ministro Ubiratan Aguiar sintetizou muito bem um dos grandes momentos de Etelvino Lins no TCU:

Na função de então Presidente do TCU, deve ser louvada a atitude corajosa do Ministro Etelvino – que revela sua dedicação à Corte de Contas – por ocasião da apresentação pelo então Presidente da República Castello Branco, de anteprojeto de Constituição, que visava, entre outras reformas, restringir competências deste Tribunal.

O Ministro Etelvino Lins, prontamente reagiu a essa iniciativa, apresentando emenda ao referido anteprojeto, que, afinal, obteve sucesso, tendo sido incluída uma nova redação da Carta Política de 1967. A emenda manteve a prerrogativa do TCU de analisar previamente as contas do Presidente da República, bem como de emitir opinião sobre as emissões de papel-moeda.

Foi uma conquista importante, sobretudo porque naquele momento o País vivia momentos de taxas inflacionárias extremamente elevadas.

Prossigo, citando o Ministro Ubiratan Aguiar:

Acerca desse episódio, o Ministro Etelvino Lins fez o seguinte registro em seu livro que anteriormente mencionei:

Não seria suficiente a nota enérgica, embora respeitosa, do Tribunal, divulgada pela imprensa: tive que travar diálogos com a inteligência de Roberto Campos, autor da idéia de reduzir a nossa competência, ao que se sabia.

Elaborei, então, a emenda precisa que fiz apresentar ao anteprojeto de Constituição, com a compreensão do Senador Daniel Krieger, e que se tornou vitoriosa, passando a integrar o texto constitucional [como já tive ocasião de salientar], promulgado em 1967 [...].

A conclusão do Ministro Ubiratan Aguiar é a de que “Etelvino Lins afirmava que o TCU deveria confirmar sempre sua presença nos grandes problemas nacionais. A vida e a história desse eminente homem público, forjada com a têmpera do nordestino, que a tudo enfrenta sem receio, e a cultura sorvida no berço maurício, engrandeceu esse colegiado com seus votos e acórdãos, onde a presença humanística e a seriedade das decisões marcaram época e realçaram a instituição”.

Esse é mais um dos grandes elogios que Etelvino Lins mereceu em sua vida pública.

Dorany Sampaio, ex-Deputado Estadual, jurista e advogado no Recife, de família também de homens públicos, inclusive, ex-Presidente da OAB, secção de Pernambuco, em artigo que escreveu em jornal de Pernambuco, sintetizou muito bem Etelvino Lins:

Posso afirmar que os traços fundamentais de sua personalidade foram a coragem, a retidão de caráter, a coerência com os seus princípios e a lealdade aos amigos. E um sentimento de austeridade, predicados que manteve intactos ao longo de toda sua vida pública.

Sr. Presidente, Etelvino Lins era dos homens de convicção ética e fé religiosa. Também acreditava firmemente ser fundamental dedicar-se integralmente ao exercício do *munus* público.

Foi, por isso mesmo, um político no mais completo sentido da política, pois, insisto em frisar, ele somente exercia a atividade pública, não militando em outra área que não fosse, consequentemente, a da política.

Etelvino Lins terminou tranqüilamente a vida no Rio de Janeiro, onde passara os últimos anos sempre visitado por políticos nacionais e estaduais de todos os partidos, comprovando sua isenção de ânimo.

Se, para alguns, “a existência terrena se tornou o único horizonte”, para outros do nível moral de Etelvino Lins, a salvação em Deus “é uma esperança universal, comum dos homens de todos os tempos e de todos os lugares”, na oportuna definição do Papa Bento XVI.

Etelvino Lins sempre seguiu essa linha de comportamento ao longo de sua extensa e intensa vida política. Ele tinha fé em Deus e nas instituições democráticas, estáveis e sólidas. Assim ele será lembrado.

Desejo, Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, solicitar que seja publicado, juntamente com este discurso, o artigo do professor Dorany Sampaio, ex-Presidente da OAB Seção de Pernambuco, bem como o pronunciamento do Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, por ocasião da homenagem que o Tribunal de Contas da União prestou ao ex-Ministro Etelvino Lins de Alburquerque no transcurso do centenário de seu nascimento.

Concluo, Sr. Presidente, certo de que, pela minha manifestação, o Senado Federal se junta também à memória do Ministro Etelvino Lins na busca de lembrar homens públicos que enriqueceram a vida nacional e a tornaram mais digna e proba.

Com o nosso reconhecimento, eu que tive a oportunidade de conviver com Etelvino Lins pelas ligações familiares, não posso deixar neste instante de trazer também o meu depoimento de louvor a sua ação política e sobretudo ao descritivo com que se houve na vida pública brasileira e também na vida pública pernambucana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, no Regimento Interno.)

2008: O CENTENÁRIO DE UM GRANDE PERNAMBUCANO

DORANY SAMPAIO (*)

Ao longo de sua história Pernambuco tem sido um celeiro de grandes personalidades, nos mais diversos setores de atividade.

É importante para preservação histórica de seus nomes e de seus feitos que sejam lembrados em datas significativas. E o centenário de nascimento, é, sem dúvida, uma delas.

O dia 20 de novembro de 2008 assinala o centenário de um grande pernambucano que prestou mais relevantes serviços ao nosso Estado, pois a ele dedicou-se desde a sua juventude, projetando o seu nome no cenário político-administrativo do País.

Refiro-me a Etelvino Lins de Albuquerque ou, simplesmente Etelvino Lins.

Nascido em Alagoa de Baixo, atualmente Sertânia, fez seus estudos no Recife e em 1927 já acadêmico de direito prestou concurso público e foi nomeado telegrafista da repartição dos correios.

Amigo pessoal de Agamenon Magalhães, inolvidável líder político de projeção nacional, por seu incentivo cedo iniciou-se na militância partidária.

Formando-se em direito em 1930 e prestes a aceitar nomeação para Juiz de Direito que lhe propusera Carlos de Lima, foi dissuadido de aceitar o convite por Agamenon que o vislumbrava mais qualificado para a carreira política do que para a magistratura.

Com a queda da ditadura Vargas, em 1945, foi eleito Senador, onde marcou presença por sua conduta legalista.

Embora conservador votou contra projeto do senador Ivo D'Aquino que cassava os mandatos dos parlamentares eleitos pelo P.C.B. E o fez, embora opositor da ideologia marxista, por considerar o projeto inconstitucional.

Logo se impôs ao respeito de seus pares, sendo de lembrar que o Senado à época ostentava nomes de grandes figuras, como Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes, Nereu Ramos, Arthur Bernardes Filho, entre outros.

Com o falecimento brusco e prematuro de Agamenon, que realizava um governo excepcional, o nome de Etelvino surgia como solução consensual para o término do período de Governo.

De fato sua candidatura contou com o apoio da quase totalidade dos partidos. À época o grande adversário eleitoral do PSD era a UDN. E foi dessa agremiação que saiu o primeiro apoio, ao qual se somaram o PTB, o PDC, o PRP, o PSP, o PSJ, o PTN e o PR. A única exceção foi o PSB que apresentou a candidatura de Osório Borba.

O nome de Etelvino ganhou tal evidência que a sua idéia de pacificação recebeu o apoio de líderes da UDN como Eduardo Gomes, Odilon Braga, Presidente do Partido, e Afonso Arinos. O próprio Juarez Távora aplaudiu a idéia denominando-a de "Esquema Etelvino Lins" e considerando-a capaz de promover a união nacional.

O passo seguinte foi o lançamento de sua candidatura a Presidente da República, partido da própria UDN que foi homologada em convenção nacional daquele partido.

Esses fatos, por si só são reveladores do respeito de que era credor Etelvino Lins.

Posso afirmar que os traços fundamentais de sua personalidade foram a coragem, a retidão de caráter, a coerência com os seus princípios e a lealdade aos amigos. E um sentimento de austeridade, predicados que manteve intactos ao longo de sua vida pública.

Claro que, o espaço de um artigo não poderia comportar uma apreciação mais extensa, tanto de seu profícuo Governo como de sua passagem pelo Tribunal de Contas da União.

O importante a registrar é o exemplo que deixou de uma vida dedicada ao serviço público sem fraquezas, sem indecisões mas com a coragem que é característica dos que nasceram no árido sertão.

O dia 20 do corrente assinala o marco inicial, a contagem regressiva do centenário desse grande pernambucano, de quem tive o privilégio de ser amigo e cuja memória merece ser reverenciada pelo que ele era e pelo que ele fez.

Falecido há 27 anos, às vésperas de completar 72 de idade continua a ser um dos personagens que povoam o meu santuário sentimental.

(*) Dorany Sampaio é advogado e ex-deputado

COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO MINISTRO ETELVINO LINS DE ALBUQUERQUE

Celebra esta Casa, nesta Sessão, o centenário de nascimento de um de seus mais ilustres ministros, o pernambucano Etielvino Lins de Albuquerque.

Nasceu na cidade de Alagoa de Baixo, hoje denominada Sertânia, aos 20 dias do mês de novembro, filho de Ulysses Lins de Albuquerque e Rosa Bezerra Lins de Albuquerque.

Foi protagonista de uma trajetória pública e política extensa, havendo ocupado as mais destacadas funções da República, contando sempre com o apoio dedicado de sua esposa Djanira Falcão Lins de Albuquerque e de seus oito filhos.

Após se bacharelar pela Faculdade de Direito do Recife, em dezembro de 1930, foi nomeado promotor para a comarca de Goiana/PE. Em 1933, a pedido, foi removido para a comarca de Caruaru/PE.

Atuou como delegado, subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, de 1934 a 1937, tendo nesse mesmo ano assumido, inicialmente, a Secretaria de Governo e, em seguida, a titularidade daquela secretaria.

Nomeado interventor federal de Pernambuco em fevereiro de 1945, em plena fase de redemocratização do país, cargo que exerceu até outubro desse ano, Etielvino contribuiu para a criação do Partido Social Democrático (PSD), legenda pela qual se candidatou a uma vaga de senador na Constituinte, que se iniciaria em fevereiro de 1946.

Com a ampla vitória do PSD nacional nas eleições de 1945, Etielvino destacou-se no Senado, integrando, após a conclusão dos trabalhos da Constituinte de 1946, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no Congresso ordinário.

Tendo herdado o gosto pela política de seu pai - ex-deputado federal e, como o homenageado nesta oportunidade, constituinte de 1946 -, Etielvino foi reeleito Senador em 1952. Deixou esse cargo para assumir, em dezembro do mesmo ano, o Executivo estadual de Pernambuco, após eleição vitoriosa por larga de diferença de votos.

Em 1955, um dos fatos marcantes da vida política de Etielvino foi o lançamento de sua candidatura à Presidência da República pela União Democrática Nacional, após ter o PSD indicado

Juscelino Kubitschek como candidato. A partir de abril desse ano, e, de modo mais intenso a partir de maio de 1955, Etelvino dedicou-se à campanha eleitoral, com o apoio de Milton Campos, compondo sua chapa, na condição de vice-presidente.

Mesmo havendo renunciado ao cargo de presidente regional do PSD de Pernambuco, por pressões políticas oriundas do seu partido, em face de não haver encampado a candidatura de Juscelino Kubitschek, levaram-no a retirar seu nome para concorrer à eleição de presidente da República em junho daquele ano.

Ainda em 1955, o reconhecimento pela intensa atuação na vida pública de Pernambuco e do país fez com que o então Presidente da República Café Filho indicasse Etelvino para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, aberta com a aposentadoria do Ministro Mário de Bittencourt Sampaio.

Nesta Casa, na qual tomou posse em 17 de agosto de 1955, o Ministro Etelvino foi escolhido para exercer a função de vice-presidente do TCU no ano de 1957, havendo declinado dessa escolha por considerar que a condição de presidente do diretório do PSD em Pernambuco, que voltara a ocupar, poderia representar impedimento ao pleno exercício da referida função.

Em sua atuação como Ministro-Relator das contas do Presidente da República relativas ao exercício de 1955, o homenageado registrou em seu livro *"Um Depoimento Político – Episódios e Observações"* (1977) a dedicação, o empenho e o estudo desenvolvidos para o cumprimento da relevante missão.

Etelvino deixou o Tribunal em fevereiro de 1958, para assumir uma cadeira na Câmara Federal, em razão de sua eleição por seu estado natal, Pernambuco. Retornou ao TCU após o término de seu mandato como deputado em janeiro de 1963, tendo exercido a presidência desta Casa no ano de 1965.

Na função de então presidente do TCU, deve ser louvada a atitude corajosa do Ministro Etelvino - que revela sua dedicação à Corte de Contas -, por ocasião da apresentação, pelo então Presidente da República Castelo Branco, de anteprojeto de Constituição que visava, entre outras reformas, restringir competências deste Tribunal.

O ministro ora homenageado prontamente reagiu a essa iniciativa, apresentando emenda ao referido anteprojeto que, ao final, obteve sucesso, tendo sido incluída na nova redação da Carta Política de 1967. A emenda aprovada manteve a prerrogativa do TCU de analisar previamente as contas do Presidente da República, bem como de emitir opinião sobre as emissões de papel-moeda.

Acerca desse episódio, o Ministro Etelvino fez o seguinte registro em seu livro que anteriormente mencionei:

"Não seria suficiente a nota enérgica, embora respeitosa, do Tribunal, divulgada pela imprensa; tive que travar diálogos com a inteligência de Roberto Campos, autor da idéia de reduzir a nossa competência, ao que se sabia.

Elaborei, então, a emenda precisa que fiz apresentar ao anteprojeto de Constituição, com a compreensão do Senador Daniel Krieger, e que se tornou vitoriosa, passando a integrar o texto constitucional promulgado em 1967 (...)."

Além de guardião das competências constitucionais do TCU, coube ao Ministro Etelvino a tarefa de prosseguir na construção da nova sede da Corte, iniciada na gestão do Ministro José Pereira Iira e inaugurada em 12 de dezembro de 1965, com a presença do Presidente Castelo Branco.

A aposentadoria de Etelvino Lins do cargo de Ministro do TCU deu-se em 1969, a pedido, após o que voltou a se dedicar à vida política, em face de haver sido o deputado mais votado de Pernambuco para ocupar uma cadeira de deputado na Câmara Federal. Tomou posse nesse cargo em fevereiro de 1971, no qual permaneceu até o fim de seu mandato, em janeiro de 1975.

Etelvino Lins de Albuquerque afirmava que o TCU deveria confirmar sempre sua presença nos grandes problemas nacionais. A vida e a história desse eminente homem público, forjada com a témpera do nordestino, que a tudo enfrenta sem receio, e a cultura sorvida no berço maurício, engrandeceu este colegiado com seus votos e acórdãos, onde a presença humanística e a seriedade das decisões marcaram época e realçaram a instituição.

Que a homenagem que ora lhe prestamos seja para seus familiares, conterrâneos e para o povo brasileiro a reverência ao trabalho e o exemplo de dedicação à causa pública.

Saudações centenárias, Ministro Etelvino.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 12 de novembro de 2008.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Mão Santa, que terá o tempo necessário para sua exposição.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, do Senado da República; Parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros presentes no plenário e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Marco Maciel, o homem é um animal político.

Sócrates – ô Ferro Costa – Sócrates não escreveu nada, só fez pensar. Platão escreveu por ele, Geraldo, escreveu e fez escola: Academus, a primeira escola. Ô Figueiredo, aí a escola propagou os ensinamentos de Sócrates. Depois, o discípulo de Platão, Aristóteles, Paim, ele fez os Liceu, que chegaram até aqui. Ô Gilvam Borges. E lá naquele tempo tinha um programa educacional: a Paidéia. Se fosse lá no Nordeste, a gente chamaria de programa pai d'égua, porque pai d'égua é bom, é eficiente. Eu não sei se esse termo tem lá no nosso Amapá.

Então, eu sei que esse homem é um animal político. Aí começou a democracia, que foi para a Itália. E os romanos tiveram essa sabedoria. Exemplo maior é o maior líder romano do cristianismo. Foi judeu. Nasceu cidadão romano, militar, mas de cultura grega. Daí a grandeza.

Os romanos souberam incorporar, Marco Maciel, a sabedoria da Grécia. Atentai bem! E a democracia vai, vai indo. E os romanos fizeram o direito romano. Está aí o Marco Maciel, que é jurista.

Em Roma, houve aquele Senador que, quando falava, dizia: "O Senado e o povo de Roma", Cícero, que, numa das suas inspirações, ô Geraldo Mesquita, disse o que é muito apropriado para os dias de hoje: *Pares cum paribus facillime congregantur* – "Violência gera violência". Podem dizer aí, ô Ferro Costa: O Mão Santa está com um negócio antigo e velho, e eu respondo: antigo e velho é o pai-nosso e a ave-maria, e todo dia o nosso Marco Maciel balbucia e se transporta aos céus.

Então, são essas sabedorias que eu quero trazer. Aí, a democracia adentra na própria Itália, que faz o Renascimento; o homem acredita em Deus, mas no trabalho, e veio aquela geração que acreditou no trabalho: Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Rafael, Maquiavel, Dante Alighieri, que mudaram o mundo, e o mundo renasceu do saber.

As grandes invenções, a bússola, e aí, sim, começou a globalização – não de agora, a imprensa – a pólvora, e adentra a evolução para a França, quando o povo, o artífice de tudo e que decide tudo, vai às ruas

e grita: "liberdade, igualdade, fraternidade". Caem todos os reis, divide-se o absolutismo; vem a alternância do poder, e para isso é necessário o instrumento, ô Geraldo Mesquita, o partido. Isso tudo eu aprendi no livro que Geraldo Mesquita publicou: *Iniciação dos Fundamentos da Arte Política*. Não é esse o nome, Geraldo? Olha aí, andei lendo.

Aí, chegamos às civilizações do trabalho, à Inglaterra que deu a industrialização e dá um grande ensinamento a nós políticos, ô Marco Maciel. Esses meninos querem enganar a gente. Aqui não é casa de otário, não. Aqui é o Senado da República. Somos os seguidores de Rui Barbosa.

Não tem nada a ver num regime bicameral uma Câmara com a outra. A Inglaterra dá o exemplo, a Casa dos Lordes, são os tradicionais, os cultos, escolhidos de uma maneira, e a Câmara dos Comuns, de onde saiu Tony Blair.

Não tem nada a ver. E uns otários, palhaços – a ignorância é audaciosa – querem vincular a eleição de Presidente do Senado com a Câmara. Que ignorância! Nunca teve nada a ver. Paim, com todo o respeito à Câmara – só a sua passagem por lá –, mas que não tem nada a ver. Marco Maciel foi Presidente da Câmara e não veio se socorrer aqui. Nunca teve nada a ver e não tem em lugar nenhum.

Isso é um regime bicameral. Dei o exemplo da Inglaterra. E aqui nesta Casa venho interpretando os melhores sentimentos. Imagino Montesquieu, companheiro de Rui Barbosa, que acreditava no Direito, na divisão do poder. E que esses poderes fossem equitativos, iguais, harmônicos, um olhando para o outro, um freando o outro. É isso.

Mitterrand – onde nasceu a democracia – moribundo, deixou uma mensagem aos governantes: "fortalecer os contrapoderes". Marco Maciel, no mundo em que nós vivemos, e hoje no nosso Brasil, o Executivo está hipertrofiado. Não é culpa do Luiz Inácio. É porque os constituintes bons e capazes... V. Ex^a, Marco Maciel, foi constituinte?

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Em 1988.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, desde 1988. Lógico! Antes disso, nas outros, você não tinha nem nascido.

E o Paim, também foi?

Gilvam, você foi constituinte?

Olha aí, homens sábios. Não precisaria buscar Afonso Arinos, Ulysses Guimarães. Eu, Mário Covas.

Então, o Constituinte, atendendo aos sentimentos do Brasil e do povo, que era presidencialista, confirmado no plebiscito de João Goulart e no plebiscito recente, entregou ao Presidente da República um po-

der exagerado hoje. Mas, naquele instante, o constituinte agiu bem.

“O homem é o homem e suas circunstâncias” – Ortega y Gasset.

Atentai bem, Geraldo Mesquita, o sentimento do povo brasileiro era o presidencialismo. Então, os constituintes deram um poder que não tem, de o Presidente da República nomear graciosamente a Corte Suprema da Justiça, o STF. Isso não existe. Mas deram. Foi bem dado. Mas os constituintes não erraram, porque aquela Constituição previa um governo de quatro anos.

Mudou-se para reeleição. É uma interrogação. O tempo dirá. Em alguns países dá certo, e aqui nós estamos vivendo. Mudou-se. Então, de repente, quem é reeleito está nomeando quase toda a casa da Corte Suprema, do Supremo Tribunal Federal. Luiz Inácio já vai para o oitavo. É lógico, eu não o estou culpando de botar os seus, botar primeiro os seus. Ele tem nomeado gente com carteirinha do PT de mais de vinte anos. Eu falo porque eu sou autoridade, eu sou médico, eu sei Psicologia.

Tu não tiras, Marco Maciel, aqueles de carteirinha do PT que estão lá. Raciocinar, pensar, torcer e votar pelo PT. Não tira.

É como time de futebol, eu sou Fluminense e quero que o Vasco e o Flamengo se explodam. Quem é Internacional não quer ver o Grêmio de jeito nenhum. Vocês não têm lá Grêmio e Internacional?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A não ser o Senador Paim, porque, como eu sou Caxias, eu sou defensor do Grêmio e do Inter e do Caxias, é claro! Quando o Caxias não está eu....

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Este Paim é mais sabido. Mas se ele empatar aqui comigo, vai dar uma chapa boa: Paim, Presidente – o Obama nosso – e eu ia ser o vice-Presidente seu.

Marco Maciel, você já fez estádio de futebol? Eu fiz e não botei o nome de Mão Santa. Quando eu viajei, um vereador que assumiu a Câmara botou, e, quando eu cheguei, o nome estava dado. Quem inaugurou o novo foi o Parnaíba com um time do Maranhão, O Maranhão Atlético.

Dois times da minha cidade participavam do campeonato piauiense. Está ouvindo, Gilvam Borges? Então, o cão atentou e, quando vi, os dois estavam disputando: dois da Parnaíba. E o povo disse: “E o Mão Santa? Como ele vai se sair? Todo jogo, ele vem”.

Era o Paissandu contra o River, Paissandu contra Campo Maior, Parnaíba. Era fácil. Então disseram: “Dois! Como ele vai se sair dessa no estádio?”

Eram os dois lá: Parnaíba e Paissandu. E a turma: “E agora?” E a expectativa: “Como ele irá?”

Não teve conversa. Cheguei às quatro horas de mãos dadas com Adalgiza, ela com a camisa do Parnaíba e eu com a do Paissandu. É igual ao Paim e a esta saída dele, que disse que é do Caxias e do Grêmio para ganhar voto das duas torcidas.

Geraldo Mesquita, então, viu-se que, para fazer essa política, eu teria de buscar Winston Churchill, o maior herói da nossa humanidade, que tem muito a ver com o nosso estilo de vida, Marco Maciel. Ele ganhou a guerra, a imprensa, Ferro Costa, chegou lá... Ele disse uma frase. Sabe qual foi, Geraldo?

“Casei-me e tudo foi fácil”.

Ouviu, Marco Maciel? Vá agradecer a sua esposa.

“Casei-me e tudo foi fácil”.

Mostrou a tranqüilidade.

Mas esse Winston Churchill disse que, apesar das confusões, ninguém presenciou mais confusão do que ele. Ô, Ferro Costa, porque ele foi a duas Guerras Mundiais: a primeira como jornalista e a segunda venceu – comandante. Aquela em que ele disse: “Aos ingleses, não tenho nada a vos oferecer, senão trabalho, sangue, suor e lágrima.”

Mas Winston Churchill, que viu tanta confusão, Geraldo Mesquita, disse que não conhece, apesar das dificuldades e das complicações, regime melhor do que a democracia.

Pois é essa democracia que nós queremos salvaguardar aqui. E, para isso, o mundo, a História diz que precisa haver partidos. Não tem campeonato de futebol sem time, não há democracia sem partidos.

E o meu partido tornou-se um partido responsável pela democracia. “És eternamente responsável pelo que cativas”. O PMDB, na sua luta histórica, cativou o povo do Brasil. “És eternamente responsável pelo que cativas”. Não sou eu que digo, mas Antoine Saint-Exupéry*. O PMDB cativou, e cativou com Ulysses, cativou com Tancredo, que se imolou, cativou com Juscelino, com Teotônio, com Ramez Tebet, cativou. Então, esse partido está aqui.

Marco Maciel, V. Ex^a simboliza o Senado. E vou dizer o seguinte: o Executivo é muito forte, porque tem muito dinheiro, tem o BNDES, que tem muito dinheiro, faz o que quer, tem a Caixa Econômica que dá dinheiro até para quem não precisa, para Petrobras, tem o Banco do Brasil, e o Luiz Inácio teve essa consagração popular, que ninguém vai negar. E ele ficou mais forte ainda porque já vai para a oitava nomeação do STF, decorrente de um erro nosso, que precisamos que rever. Eu falo aqui como pai da Pátria.

Ele já está muito forte. E o Judiciário também é muito forte porque cassa, porque pune, porque multa. Tem essas coisas, porque... interpreta a Constituição.

O que nós temos? Aquilo que Teotônio Vilela, moribundo, disse: "Falar resistindo e resistir falando". É isto: leis boas e justas estão atrapalhadas... Está aí o Paim querendo fazer nascer uma lei, opa, há cinco anos... Uma criança nasce em nove meses, e fiz muito parto. Olha, eu passava uma noite e nascia um bocado de menino em uma maternidade. A lei do Paim, eu já passei aqui muitas noites acordado e nada. Então, leis boas e justas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terça-feira teremos outra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Outra. Passei a minha vida, Geraldo Mesquita, dando plantão em pronto-socorro; agora, o Paim... É o meu destino dar plantão, no fim da vida, dar plantão aqui. Mas estou com vocês. Cirineu. Estaremos aqui na terça-feira. Mas, e aqui temos que salvaguardar...

Marco Maciel, atentai bem que vou dar minha opinião.

Não podemos estar brigando, não.

Gilvam Borges, V. Ex^a é um estadista, é um sábio. A união faz a força. Está lá a Bíblia que diz: um filho que desgarrar... "Meu filho, pegue um feixe de lenha. Ah, está aí. Quebre." Não quebra.

Somos o Poder mais fraco: um, por dinheiro; outro, por outra razão, e aqui a gente é bombardeado. Mas nós somos povo. Nós é que temos a representação popular. Não é o Judiciário, não. Temos mais votos que o Luiz Inácio. Atentai bem a grandeza da democracia.

Já somei aqui, gente dá de chinelo nele: ele tem 60 milhões; temos mais de 80 milhões, acho que 100 milhões de votos se somarmos. Nós somos o povo. Ô Luiz Inácio, somos filhos da democracia, do povo e do voto.

Mas vamos nos quebrar: vamos brigar para o negócio do Tribunal de Contas da União, vamos brigar pela Mesa, vamos brigar pelas Comissões. Eles querem é isso. Eles querem é isso. Eles querem é isso. Mas tradição é cultura.

Olha, todo os dias eu como molho inglês, Geraldo Mesquita. Não como sem isso porque o papai comia. Isso é que é cultura. Meu pai gostava do molho inglês. Ele era gordinho como o Paim e dizia: coloque aí, nem sei se isso presta e faz bem, mas o papai... Isso é cultura.

Então, aqui tem uma cultura, uma tradição. Esses homens que nos antecederam – só vou citar o Rui Barbosa – não eram otários, Geraldo Mesquita.

Ô Marco Maciel, ele dizia que aqui tem que haver união, tem que haver a divisão das Mesas, há muito, há muito, pela cultura que nestes 183 anos. É harmônico, a maior bancada dá a Presidência. Aí se dividem proporcionalmente os números, pacificamente. Enten-

do isso. E entendo bem, tanto é que já pedi os votos de todos, para quem eu não pedi? Até para o Zezinho já pedi para pedir aos amigos, porque o PMDB tem dois lugares; e, humildemente, estou pedindo o mais humilde, a 2^a Secretaria do Camata, porque isso está na sabedoria, na harmonia. Mas a Presidência é do PMDB, isso é histórico.

Se formos brigar por cargos em uma eleição aqui, por cada Comissão, que já é uma eleição, por indicação, vamos nos esfrangalhar. E é isto que o Executivo quer, é isto que ele está mandando: boicotar essa tradição e essa história. É isso.

E quero dizer: defendi esta tradição, porque o PMDB é majoritário. Se fosse o Democratas, seria ele. Aqui há esta tradição que não se quebra. Não venham com esses negócios maquiavélicos para cima de mim, pois estão a serviço do mal, estão a serviço de desmoralizar isso aqui. É isso que o Executivo quer.

Vou lhe dar um exemplo que sempre segui. Esse José Alencar não é gente boa? Não é um homem decente? Ele foi Senador, foi se candidatar. Sabe quantos votos ele teve? Um. Só o dele, porque esta Casa é de acordo, esta Casa é de tradição, esta Casa é de entendimento, e nós não somos burros, não. Esse negócio de candidatura alienígena que Luiz Inácio... Inácio é o meu Presidente, é o nosso Presidente. Votei nele em 1994 e não votei mais. Mas aqui, não. Aqui somos nós que escolhemos. Que Luiz Inácio o quê! Ele deve querer amar a Dona Marisa, excelsa esposa, agradecer a Deus e deixar que nos abracemos e nos entendamos. Nós escolhemos o nosso Presidente. É uma vergonha, é uma ignomínia.

Eu quero saber de cabeça de Luiz Inácio para ver em quem eu voto? Sou do PMDB e não foi nas coxas. Em 1972, antes de Ulysses, Geraldo, eu já lutava na minha cidade para conquistar uma Prefeitura do PMDB, tirando-a da Ditadura. Antes de Ulysses – Ulysses foi em 1974. Não seria agora que eu iria fraquejar. Nós enfrentamos os canhões e a Ditadura.

Então, é o PMDB. Eu pedia votos para o Presidente Sarney, figura ilustre, Presidente de Honra do PMDB, enfrentou as maiores dificuldades e a transição. Está acima de nós.

Paulo Paim, V. Ex^a estava dizendo que irá votar em mim para Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas estou convidando V. Ex^a para, no momento adequado, assumir a Presidência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas não é não. Agora, Marco Maciel, V. Ex^a vai entrar nesta história.

Então, eu prego a união, o entendimento e a harmonia para estarmos forte, porque nós somos o povo. E o povo é soberano. Em nome do povo, nós temos

que estar unidos e fazermos essa chapa. O PMDB se reuniu. O Presidente Sarney tem os seus problemas. É o meu candidato, é o Presidente de Honra do Partido, é uma figura ímpar. Ele não quer. E daí? Nós somos vinte.

E eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: o PMDB vai ter candidato aqui. Vai ter. Nós somos vinte. Tivemos uma reunião. Eu senti que explode. Isto é assim: explodiu! E, ali, eu fiz uma boca de urna. Tinha a maioria. Eu fiz uma prévia. A maioria avassaladora quer candidatura própria. O Geraldo Mesquita, que é a imagem de Rui Barbosa, quis fazer uma ata, quis ir ao cartório. Eu disse: "Não, eu estou fazendo uma boca de urna, é uma prévia". Mas quero dizer que a maioria esmagadora disse que queria candidatura própria. Aí, eu fui sondar.

E eu anunciei aqui meu voto – Marco Maciel, calma lá! – e sai perguntando. Nasceu! A política é assim mesmo. Meus parabéns! Era a vez do Rio Grande do Sul. Está forte, cresceu, explodiu o nome de Pedro Simon. Explodiu!

Eu tinha me comprometido e fiz. E fiz! Foi uma dificuldade muito grande quando veio esse negócio do Tribunal de Contas da União na última hora. Eu disse: "Mas eu já fiz um compromisso há mais de 60 dias". O ex-Senador explicou que tinha um rodízio e que, desta vez, o candidato era do Democratas, o PMDB lançou o Luiz Octávio, não deu certo, ficou três anos aqui. Eu que sugeri o nome do Carreiro, para não ter mais briga. Ele foi. Eu disse: "Já dei minha palavra, Paim. É muito difícil para mim". Está ouvindo, Marco Maciel? É difícil – eu tenho 66 anos – ter dado a minha palavra e mudá-la agora. E era o dia do aniversário do meu filho. O único presente que eu queria dar a ele era a noção de palavra, de compromisso.

Então, isso faz é nos afastar, Paim. O PMDB terá candidato. O Geraldo Mesquita quis fazer ata e ir logo ao cartório, mas ele venceu em parte, porque ficou de fazer... Cadê o Gilvam? Ele já vai correndo. Gilvam, é no dia três? Então, o Líder marcou para o dia três a reunião do PMDB para indicar o candidato.

Eu saí perguntando aos outros partidos, em respeito à história do Rio Grande do Sul, à história, que é grande, do Bento Gonçalves, do Alberto Pasqualini, do João Goulart, do Getúlio, do Paim, do Zambiasi. Esse Pedro Simon, eu saí auscultando, e está forte.

E eu entendo e entendo bem. Nós não vamos quebrar esse tratado, não. Se o PMDB abdicasse... Mas não vai abdicar, porque foi sondado, viu? Deu uma maioria. Eu fiz a boca de urna, vamos dizer assim, a pesquisa. Eles se manifestaram, tinha a maioria, não tinha unanimidade. Acho que, se a gente não quisesse, a gente ia consultar a segunda bancada, que é o DEM.

E está aí um nome bom: Marco Maciel. Marco Maciel, você já está na fila do meu... Eu tenho direito. Descartes disse: "se penso, existo". Logo, eu existo.

Então, nós estamos aqui, Paulo Paim, e queremos dar essa contribuição. E eu acho, Luiz Inácio, que jamais, jamais, jamais, Pedro Simon, na sua história, na sua identidade, no seu cristianismo, ia ser um embaraço a qualquer governo, à pátria e ao povo. Ele traria a esta Casa um banho de virtudes, um banho de idealismo, um banho de honradez, de honestidade, e, sem dúvida nenhuma, isso é muito bom para o Brasil.

Ora, se em situações mais adversas, o PMDB teve os anticandidatos – o nosso Ulysses com Sobral Pinto, o militar com Brossard –, agora, que é maioria, que tem tradição, que tem aceitação do povo brasileiro, ele não pode deixar fraquejar a maior construção da civilização, que é a democracia.

Ó Deus, ilumine esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidado o nobre Senador Mão Santa a assumir a Presidência dos trabalhos.

Até, Senador Mão Santa, já convidado o Senador Geraldo Mesquita Júnior a assumir a tribuna.

Depois, no momento da minha fala, direi que, com alegria, vi nos jornais de hoje que o Governo sinaliza para o entendimento, para a negociação na questão das nossas propostas sobre a Previdência. Mas falarei no momento adequado.

Faço questão de ouvir agora o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores presentes, Senador Paim, Senador Marco Maciel, Senador Gilvam Borges, quero cumprimentar a todos muito afetuadamente.

Antes de entrar no assunto que me traz hoje, Senador Mão Santa, eu gostaria de confessar que estou tocado, Senador Paim, com o drama vivido pelo povo de Santa Catarina.

Ontem, assistindo ao Jornal Nacional, da Rede Globo, com a cobertura especial do William Bonner, lá no Estado, deu para perceber, com mais extensão, o drama que vive a população, principalmente do Vale do Itajaí. Um drama! Eu fiquei tocado, Senador Paim.

Não só eu, como meus colegas, companheiros e servidores do meu gabinete, estamos nos cotizando e nos mobilizando no sentido de oferecermos a nossa pequena contribuição, com alimentos, roupas, talvez até uma pequena quantia que possamos arrecadar e colocar à disposição.

Pessoas, de uma hora para outra, perderam sua casa, seus móveis, perderam tudo. Fiquei impressio-

nado de ver um cidadão que perdeu todos os seus parentes. Ele dizia, no final, que pedia a Deus que deixasse, pelo menos, um para lhe fazer companhia, mas, infelizmente, perdeu todos, a filhinha pequena, a esposa grávida, irmãs, uma família inteira, tragada por uma tragédia de enormes proporções.

Então, eu queria, antes de tudo, anunciar a iniciativa louvável dos meus colegas e minhas colegas lá do gabinete, Senador Mão Santa, que estão se mobilizando no sentido de colocar à disposição o que for possível, o que tiver disponibilidade.

Com muito prazer, ouço o Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, quero cumprimentar V.Ex^a, até porque, numa hora dessas, a gente tem que ter todo o cuidado. V. Ex^a vem à tribuna, de forma muito humilde até, falando com voz baixa para que ninguém entenda de forma diferente, contar que o seu gabinete faz esse pequeno gesto. Se cada um fizer um pequeno gesto como esse do seu gabinete, com certeza, chegaremos a milhões e milhões de reais. Tenho certeza de que outros gabinetes farão o mesmo. V. Ex^a tinha que comentar isso. Às vezes, a pessoa pensa, ao vir à tribuna, de forma tímida, que alguém pode entender mal. Ninguém vai entender mal. V. Ex^a está dando um pequeno exemplo, fazendo um pequeno gesto. Tenho certeza de que outros gabinetes e a sociedade, no seu conjunto, hão de contribuir tanto naquela conta bancária que está sendo anunciada como também com alimentos. Existem em Brasília diversos postos. A administração do GDF, o Governador Arruda está fazendo isso, demonstrando a solidariedade de todos. Quero apenas fazer esse cumprimento e contar que a Senadora Ideli ia chegando a um certo lugar de Santa Catarina para demonstrar sua solidariedade, como estão fazendo todos os Senadores e Deputados Federais, mas caiu, quebrou o braço e está no hospital. A ela, toda a nossa solidariedade. Senador, seu gesto é pequeno, humilde. V. Ex^a já ia entrar em outro assunto, mas eu resgatei o tema. Sei que V. Ex^a está tendo cuidado para que as pessoas entendam. Quero reafirmar que um pequeno gesto como esse – se cada cidadão deste País depositar R\$5,00; quem puder que deposite R\$100,00 ou R\$200,00 – vai fazer com que milhões de reais cheguem a Santa Catarina. Meus cumprimentos a V. Ex^a e ao seu gabinete. Que esse pequeno exemplo seja repetido da forma como cada um puder em todo o Brasil. Parabéns a V.Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim, mas eu diria até que estamos chegando um pouco atrasados, porque tenho certeza absoluta de que essa iniciativa tem partido de todos os colegas, de todos os gabinetes. Tenho

certeza absoluta de que o Senado deve estar mobilizado nesse sentido, porque, numa hora como esta, Senador Paim, é confortadora a palavra de solidariedade, mas também a necessidade material é premente. Então, a gente precisa de fato se mobilizar. Mas, enfim, espero que as chuvas cessem naquela região, para que as pessoas possam retomar suas vidas e recompor a condição de vida que tinham anteriormente no menor espaço de tempo possível.

Sr. Presidente, há mais um assunto, antes de entrar no tema principal que me traz aqui. O Senador Mão Santa, hoje, amanheceu lançando nomes para a Mesa Diretora da Casa. E eu vou, no seu rastro, Senador Mão Santa, também dar uma sugestão ao Presidente Lula. Senador Paim, nós temos um companheiro aqui, no Senado, que abraça e abraçou a bandeira da educação há muitos anos no nosso País. Como dizem, ele só fala nisso aqui. É um entusiasta, um entendido, um estudioso do assunto, uma pessoa que tem visibilidade internacional, inclusive, a propósito do assunto educação e cultura: o Senador Cristovam Buarque.

Tenho a impressão de que o Presidente Lula ganharia pontos e mais pontos se compreendesse a grandeza do gesto de indicar o Senador Cristovam Buarque para a Unesco, que está, no momento, em vias de indicar o seu novo dirigente. Para as pessoas que nos ouvem, a Unesco é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Eu tenho a impressão de que o nome do Senador Cristovam Buarque cairia de forma consagradora para nós brasileiros, para as pessoas do mundo inteiro que o admiram, que o respeitam pela sua postura, pela sua defesa da educação, da educação universal, da educação de qualidade.

Faço, pois, aqui também, humildemente, um apelo ao Presidente da República, que teria a simpatia, a solidariedade, acredito, desta Casa inteira, do povo brasileiro, se tivesse a grandeza de fazer essa indicação. Tenho certeza de que isso seria bom não só para a própria Unesco, que teria uma dinâmica brasileira, como para todos nós brasileiros.

Com muito prazer, concedo mais uma vez um aparte a V. Ex^a, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, eu sempre entendo que a segunda e a sexta – e insisto em ficar aqui nesse período – são o momento para dialogarmos sobre grandes temas, tanto em nível nacional como internacional. V. Ex^a inicia o seu pronunciamento com dois temas: trata do que está, infelizmente, acontecendo em Santa Catarina, provocando a solidariedade de todo o povo brasileiro; e, agora, leva o seu pronunciamento para um assunto de caráter internacional, como a indicação do Senador Cristovam. Quero me somar a V. Ex^a. E, se V. Ex^a me

permitir, podemos iniciar um pequeno abaixo-assinado aqui, no Senado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Que boa idéia! Vamos começar agora.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Essa idéia surgiu agora, inspirada pelo pronunciamento de V. Ex^a. Tenho certeza de que todos os Senadores assinarão, e remeteremos ao Presidente Lula, com a sensibilidade que sabemos que ele tem. Não é nenhum favor repetir aqui aquilo que eu disse antes: eu tinha certeza de que, nessa questão do fator, nessa questão dos aposentados, iria se abrir, no mínimo, uma porta para a negociação. Não sabemos aonde vamos chegar, mas toda a imprensa hoje está dizendo que a porta da negociação para chegar ao entendimento sobre o fim do fator e um reajuste para o aposentado foi aberta. A coluna da jornalista Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, já fala, inclusive, em reajuste real para os aposentados, já a partir do ano que vem, por uma fala que teria sido feita pelo próprio líder do Governo aqui, Senador Romero Jucá. Eu iria falar depois, mas aproveito este momento: o Deputado Pepe Vargas, há pouco tempo, quando eu estava à mesa, presidindo, veio me informar que S. Ex^a foi convidado para ser o relator do nosso projeto – porque não existe meu – sobre o fator previdenciário. Ele veio aqui dizer: “Olha, eu aceito se tiver o apoio dos Senadores”. Como eu o conheço, tomei a liberdade de dizer: “Aceite, porque sei que você vai construir uma saída viável para que o projeto seja aprovado na Câmara, volte para cá e acabemos com essa história desse fator”. Segunda-feira, o IBGE vai indicar o novo índice da expectativa de vida. Com o fator, é mais uma paulada em quem sonha se aposentar. Na segunda-feira, quando o IBGE anunciar que o número de anos de vida do brasileiro aumentou, em vez de ser uma alegria para todo o País, significará que o salário dele vai reduzir. Aproveitei a sua fala para trazer essa informação e dizer, ainda, que me falaram de uma pequena homenagem ao Senador Cristovam, com o mesmo objetivo. Eu disse que estarei aqui segunda-feira e vou lá, mas acho que, muito mais do que só fazer uma homenagem, nós poderemos anunciar lá, na segunda-feira, que faremos um abaixo-assinado a ser encaminhado ao Presidente Lula. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe quem vai gostar muito dessa sua iniciativa do abaixo-assinado? A atriz Fernanda Montenegro, que se mobiliza, junto com outros artistas e intelectuais brasileiros, para promover um abaixo-assinado e um movimento forte no sentido também de fazer chegar às mãos do Presidente da República essa sugestão, esse encaminhamento. Então, o nosso abaixo-assinado, que V. Ex^a propõe, se junta

a um abaixo-assinado da maior relevância neste País, que é encabeçado por nada menos do que Fernanda Montenegro, uma artista consagrada no nosso País, de uma carreira brilhante.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu só diria: a grande Fernanda Montenegro! Só poderia ter partido dela uma iniciativa como essa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – A dama Fernanda Montenegro.

Pois hoje colhi na mídia, pela manhã, a iniciativa da Fernanda Montenegro, que louvo e acho fantástica. Aliás, dela não se poderia esperar outra coisa. Ela, que é obstinadamente fã da educação, da cultura, da arte, vê o Senador Cristovam Buarque como nós o enxergamos também: aquele defensor intransigente da educação.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Inclusive esteve aqui conosco na vigília a favor dos aposentados. Fez um belo pronunciamento, inclusive aparteado por V. Ex^a. Mas no fim ficou tudo em sintonia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – A elevação do salário mínimo, o fim do fator e o reajuste dos aposentados. E, veja bem, ele poderia se omitir, ficar quietinho, estava esperando essa indicação. Não; ele foi ali e assumiu o ponto de vista dele e deixou muito claro porque votou a favor. Então, V. Ex^a está outra vez de parabéns pela iniciativa. E permita que eu diga que tenho certeza de que o nosso sempre Senador Eurípedes, que é o suplente e é do Partido dos Trabalhadores... Veja que é uma conjugação de motivos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Aliás, nesse sentido, o Presidente Lula ganha duplamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu ia dizer isso. Não quis dizer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ganha duplamente. A gente resgata, aqui, o companheiro Eurípedes, que é uma figura extraordinária, nosso querido amigo, e coloca num órgão de grande influência, a Unesco, o Senador Cristovam Buarque.

Mas o que me traz hoje, principalmente, a esta tribuna, Senador Paim, é que, ontem, eu assistia aos telejornais e vi a notícia de um conterrâneo seu, um jovem estudante, que, de uma hora para outra, teve sua conta bancária acrescentada de bilhões de reais. Ele puxou o extrato e quase morreu de susto quando verificou que tinha mais de R\$30 bilhões em sua conta, em depósito, quando, na verdade, sua renda mensal não passa de mil reais. Ele, assustado, recorreu à agência, que, em boa hora, detectou a falha. Foi uma falha do sistema bancário.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ele só quer os R\$700,00 que ele já tinha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ele só quer os R\$700,00 dele. Aliás, a conta ficou bloqueada devido a essa confusão toda. Ele recorreu até ao Judiciário.

Mas, enfim, esse fato, Senador Paim, remete a outro fato que, confesso, me causa estranheza e preocupação. Não estou, aqui, fazendo acusação a ninguém, mas é um fato que me preocupa.

Agora, recentemente, chegou às minhas mãos a correspondência de um conterrâneo do Estado, pessoa ligada à problemática do campo, que me relatou um fato. Vou, como devemos fazer sempre, reportar-me ao Incra e pedir informações para verificar o que está acontecendo, posto que o fato é, no mínimo, inusitado. Antes de fechar o meu convencimento, acho que devo, até por decência, pedir uma explicação ao Incra – e vou fazê-lo.

Mas, enfim, o fato, Senador Paim, é que, há algum tempo, o Incra, no Acre, pretendeu desapropriar duas áreas de terra para fins de assentamento e reforma agrária, onde instalaria os projetos Porto Luiz I e Porto Luiz II, na área do Município de Acrelândia. O Incra, logicamente, conseguiu alocar recursos para esses futuros assentamentos.

Com relação a assentamento rural, Senador Paim, para quem nos ouve e não comprehende exatamente a questão, o Incra aloca determinado recurso para que os assentados, num primeiro momento, possam construir a sua casinha e possam ter uma pequena quantia para iniciar as suas atividades naquele assentamento.

Pois bem; acontece que os proprietários dessas áreas sujeitas à desapropriação por parte do Incra recorreram ao Judiciário. Afirmo, aqui, que vou consultar o Incra para ver o que está acontecendo, porque, pelo que me consta, as áreas encontram-se **sub judice**, ou seja, os assentamentos, formal e legalmente, ainda não se constituíram, porque as áreas não passaram para a União, na figura do Incra, para que este pudesse promover tais assentamentos.

Os assentamentos irão abrigar 300 ou 400 famílias – uma coisa boa, uma coisa interessante para o Estado do Acre. Precisamos colocar nossos pequenos produtores, aqueles que ainda não têm um pedacinho de terra, para produzir. O Acre precisa produzir, como o seu Estado produz, e a regra prática, Senador Paim, é que esses recursos sejam depositados em nome de associações de produtores ou outros organismos que se responsabilizem pela redistribuição desses recursos aos assentados desses projetos.

Quando houve essa movimentação inicial pela desapropriação e pela constituição dos assentamentos,

um cidadão, Sr. Antonio Miguel Batista – aliás, afirmo que não foi ele quem me reportou o fato, mas outra pessoa –, candidato, na época, a presidir uma associação de produtores, não logrou êxito, ou seja, não foi eleito presidente; porém, mesmo assim, o Incra depositou na conta desse cidadão uma quantia que hoje, corrigida, soma R\$356.883,00. E tenho em mão um extrato recente, datado de 11 de novembro, Senador Mão Santa. Ou seja, era uma pessoa que sequer conseguiu ser eleita presidente de uma associação de produtores rurais.

O assentamento, pelo que me consta, não foi concretizado. Isso já faz três ou quatro anos, e esse dinheiro permanece na conta desse cidadão, Senador Mão Santa. Ele, a pessoa que me relatou o fato, está, inclusive, preocupado, apavorado, sem saber o que fazer, porque o patrimônio dele é praticamente nada, não tendo como justificar em conta pessoal, como pessoa física, uma quantia como essa.

A informação que temos – não tive acesso, ainda, a outros extratos bancários – é de que outros depósitos em nome de associações de produtores ou de outras pessoas encontram-se em contas bancárias desde aquela época, sem que essa quantia seja recambiada para os cofres do Incra e aplicada em outra atividade qualquer. Enfim, é uma situação inusitada, é uma situação que, de certa forma, me preocupa. Olhem, quando acessamos o banco de dados do Incra, das informações consta que os projetos estão assentados, que esses assentamentos foram concretizados, que há número de famílias cogitadas como tendo sido, já, assentadas. Isso tudo é virtual, pelo que me consta, Senador, pelo que me consta.

Por isso, com muita responsabilidade, afirmo que vou me reportar ao Incra e pedir informações, Senador Mão Santa, porque isso é uma coisa que, se confirmada, assume uma gravidade preocupante. É uma situação virtual que o Incra afirma ser real. Não é. As informações que temos são de que as áreas se encontram, ainda **sub judice**, e os assentamentos, portanto, não poderiam ser concretizados. As informações que recebo afirmam que não existe, de fato, o assentamento, é só virtual, nas estatísticas do Incra. Essa dinheirama – milhões de reais – é apenas um dos depósitos. Outros depósitos existem, de três ou quatro anos para cá. Esse cidadão é uma pessoa física; ele não chegou sequer a ser eleito presidente dessa associação – entende?

O que há é uma suspeita. A pessoa que me escreve – reservo-me o direito de não revelar o nome dela, até para preservá-lo, enquanto fazemos as consultas, as pesquisas – afirma que se trata de tentativa de embaralhar inclusive o jogo político no Estado. Não

sei se a coisa vai a tanto, entendeu, Senador Paim? Mas, de qualquer forma, é preocupante.

Em resumo: o Incra pretendeu – e aí tem o meu aplauso – desapropriar duas áreas de fazendas próximas ao Município de Acrelândia. Os proprietários recorreram à Justiça. A questão está **sub judice**. As áreas tinham como propósito assentar pessoas que não têm um pedacinho de chão para plantar. Ao que me consta, isso não se concretizou ainda. O Incra, no processo, tomou a iniciativa de fazer depósitos de quantias que serviriam para a implantação dos assentamentos, inclusive em nome de pessoas físicas. E o cidadão, o Sr. Antônio Miguel Batista, está apavorado, porque tem quase R\$400 mil na sua conta. Lembrei-me disso por causa do seu conterrâneo que, ontem, apareceu com bilhões em sua conta. O cidadão está com medo, inclusive de a Receita bater à sua porta e questioná-lo, já que ele não tem patrimônio para justificar esse depósito. Os assentamentos, pelo que me consta, são virtuais, não existem ainda. E fica essa situação, Senador Paim!

Vou oficiar ao Incra e pedir informações concretas até para fechar o meu convencimento. Acho que é uma forma responsável que temos de tratar das questões. Não estou, aqui, fazendo uma acusação desabrida, porque preciso de mais elementos e informações para concluir se há um fato irregular, ou se há irregularidades. Para mim, isso é, pelo menos, inusitado, o que nos leva a principiar uma preocupação.

Ao trazer o assunto, anuncio que irei oficiar ao Incra e, se constatada irregularidade nesse processo, em um segundo momento, também oficiar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para que tomem providências. Enfim, a situação dos pequenos produtores lá, no meu Estado, está difícil; esse dinheiro está há tanto tempo parado em contas bancárias, enquanto que poderia estar servindo para outras finalidades, como contribuir com a instalação ou a atividade de outros grupos de produtores. A prova disso está aqui: este é um extrato bancário datado de 11 de novembro deste ano, Senador Paulo Paim. O depósito inicial foi de R\$273 mil – logicamente este montante está sendo corrigido, no banco – e o valor já soma quase R\$400 mil. Ele é uma pessoa física. A rigor, se ele quisesse torrar esse dinheiro, como seria? Entendeu, Senador Mão Santa? No mínimo, é algo preocupante, inusitado. De fato, vou pedir ao Incra informações acerca desse assunto por ser preocupante.

Quero encerrar o meu pronunciamento – já estou há bastante tempo nesta tribuna, Senador Mão Santa –, mas não sem antes declinar aqui, com muito prazer, com satisfação, o meu voto em V. Ex^a, Senador Mão Santa, para 2º Secretário da nossa Casa. V. Ex^a disse

que só não pediu voto à Serys e à Fátima Cleide, as nossas duas amigas queridas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Até à Ideli eu pedi.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Coloco-me aqui na condição de seu “cabo eleitoral”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a se parece mais com um “general eleitoral”.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – V. Ex^a tem tido um papel destacado nesta Casa. É uma pessoa respeitada na nossa Casa. Mescla uma atuação compenetrada, séria, com bom humor – apreciamos isso. É uma pessoa decente, íntegra. Acho que a 2^a Secretaria estará em boas mãos se conduzida por V. Ex^a.

Encerro o meu pronunciamento nesta manhã de sexta-feira, já declarando o meu voto aberto em V. Ex^a para a 2^a Secretario da Mesa da nossa Casa.

Um bom dia a todos!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tenho de agradecer, porque este não é um voto simples, mas, sim, qualitativo, pois V. Ex^a simboliza a firmeza do Direito, e, com isso, se aproxima do modo de vida de Abraham Lincoln, que disse: “Caridade para todos; malícia para nenhum, e firmeza no Direito”. Este é o perfil apresentado por V. Ex^a como Senador.

Vamos convidar para usar da palavra, de acordo com a lista de oradores inscritos, o Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

O Senador Gilvam Borges cedeu gentilmente a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, o maior defensor de um salário justo, e, sem dúvida nenhuma, caracteriza-se como o Cirineu dos velhinhos aposentados do Brasil.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges, Senador Geraldo Mesquita Júnior, talvez eu faça um pronunciamento diferente de todos aqueles que já fiz ao longo destes meus mais de 20 anos no Congresso Nacional.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a já me disse: “Paim, não dá bola para uma ou outra crítica de ataque pessoal, porque, com isso, a potencializa. A desconheça, e continue da forma como V. Ex^a sempre atuou.”

Mas eu sou meio danado; eu não consigo; fica me remoendo por dentro. A última crítica que surgiu – não vou citar o nome da pessoa para evitar problemas outros – foi feita por uma jornalista e professora da PUC – vou dizer apenas isso –, que disse que toda essa minha luta em favor dos aposentados é porque eu quero ser Governador do Rio Grande do Sul. Então, os números – eu os derrubei todos, graças a Deus! – que mostrei, dando que a Previdência é superavitária, que não há problema, que vamos ter de acabar com o fator previdenciário – que agora já é unanimidade; fico feliz que esse debate avançou, aliás, quero, com todo o respeito, embora ele seja meu adversário no campo do debate, destacar um economista do IPea, permita-me....

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Fico com pena dos alunos dessa professora da PUC, porque ela apequenar um assunto como esse, reduzi-lo à uma falsa pretensão, atribuir a V. Ex^a uma falsa pretensão dessas! É muita pequenez!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É incapacidade de analisar o projeto até. Não leu o projeto, não é matéria dela.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim, uma intelectual, uma professora da PUC... Tenha paciência! É uma pena. Fico com pena dos alunos dela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que ela escreve aqui demonstra que ela não leu o projeto, não conhece a PEC 10, não sabe o que é fator, não sabe, não sabe. Até um dos economistas, a quem respeito, porque ele faz um debate técnico sempre. Refiro-me ao que diz o economista Giambiagi, que diz: "Compreendo as críticas ao fator". É preciso saber se as Centrais mudaram, e se o Governo vai enfrentá-las". Ele diz aqui, eu o entendo, porque ele sempre foi defensor da idade mínima, e as Centrais, num diálogo que tiveram comigo, antes de eu entregar a PEC 10, concordaram de fazermos o debate sobre a idade mínima, desde que acabasse o fator. Então, meus cumprimentos ao Giambiagi, pois sei como ele pensa. Mas, mediante artigo tão reacionário dessa senhora, sou obrigado a dizer que o Giambiagi fez uma análise, na visão dele, dizendo compreender as críticas, reconhecendo ter algum fundamento, por ter sido ele um dos que articulou o fator. Tudo bem. "Vamos terminar com o fator, desde que se apresente a idade mínima". Pois bem, apresentei a proposta da idade mínima. É só votar.

Então, quero dizer a essa senhora que, primeiro, eu tenho o maior orgulho de ver meu nome ser lem-

brado para ser Governador do Estado do Rio Grande do Sul, mas, quanto a essa questão dos aposentados, se fosse verdadeiro o que ela diz, eu queria dizer a ela que eu iria me apresentar como candidato à Presidência da República. Isto porque a questão dos aposentados que está em debate aqui envolve 180 milhões de brasileiros e não só o povo do Rio Grande, porque acaba com o fator, que abrange todo o assalariado da ativa e melhora a vida dos aposentados, e porque vai, de novo, garantir um reajuste real.

Então, minha querida articulista, economista, sei lá o quê, deste artigo, se a senhora me der a alegria de conversar com a senhora, eu vou lhe explicar um pouco mais o que é o fator, o que são as propostas e por que é quase uma unanimidade no âmbito nacional. Até quem era contra, agora, ficou a favor pelo que percebi aqui de um dos articuladores.

Quero também cumprimentar **O Estado de S.Paulo** e a brilhante matéria feita com muito equilíbrio, ouvindo a todos, fazendo uma análise correta do que é o fator, o que é a PEC, o que é a idade mínima proposta, o que é a questão do reajuste. Há a entrevista, inclusive, do Líder do Governo, Romero Jucá, em que ele diz "estamos caminhando para acabar definitivamente com o fator previdenciário". E o Presidente Lula disse para as centrais sindicais que conversem com o Ministério, encontrem uma fórmula intermediária, ou seja, abriu as portas para a negociação. Isso é bom senso. Isso é notícia boa.

Quero dizer também que, hoje, na coluna da jornalista Ana Amélia, *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, ela dá o informe de que já está sendo discutida, com muita seriedade e responsabilidade, uma política de aumento real para os aposentados e pensionistas, ou seja, acima da inflação, como consta em nossas propostas que aqui já colocamos.

Por fim, quero, neste aspecto, reafirmar aqui o que eu disse no seu aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Deputado Pepe Vargas, do Rio Grande do Sul, é um parlamentar competente, sério e preparado. Ele veio conversar comigo, pois foi convidado para ser relator do fator previdenciário. Ele disse que só aceitaria se pudesse dialogar com Deputados e Senadores em busca da construção de uma proposta que termine com o fator e chegue, quem sabe?, como ele me dizia: "A uma proposta, Paim, semelhante à que vocês fizeram, da PEC paralela". Vejam como avançamos! Essa é outra forma de dialogar.

Meus cumprimentos ao Deputado Pepe Vargas. Sei que, com a sua competência, vamos encontrar caminhos para acabar com o fator e seguirmos para a idade mínima, semelhante à que existe para os servidores, para quem, de acordo com a regra de transição, a idade

é 53 anos. Para quem entrar depois da lei mudada será 55 ou 60 anos, ou seja, daqui a 35 anos que será 55 e 60 para o servidor. Estamos caminhando bem.

Quero mais uma vez repetir o que ela diz aqui, só para ajudar meu raciocínio: "Não têm que dialogar só com o Paim; têm que dialogar com todos os Parlamentares. O Paim não é dono da Previdência". Eu nunca disse que sou dono da Previdência. Tenho que levar meio na risada, no bom sentido, embora seja um assunto muito sério. Esse assunto está sendo discutido com todos os Senadores, passou por inúmeras audiências públicas na Câmara dos Deputados, está sendo discutido por dezenas de Deputados, inclusive, estarão conosco aqui na terça-feira.

Querida amiga, meu respeito à senhora. Se a senhora me der a oportunidade de falar comigo por dez minutos, sei que mudará de opinião pelo equívoco do seu artigo.

Por fim, permitam-me ainda falar de outro assunto. Não ia nem abordar esse assunto, mas não consegui. Felizmente não citei o nome dela. Estão dizendo lá no gabinete: "Não citou o nome dessa senhora aí, dessa professora da PUC do Rio de Janeiro". Mas eu vou fazer aqui, permitam-me, de forma diferente. Como recebo muita correspondência, tem algumas que resolvi trazer hoje para o plenário. Olhem essa aqui, da capacidade de um idoso chamado Nilton Abrão. Ele escreveu uma poesia em homenagem aos aposentados. Eu vou ler aqui para vocês, porque li, gostei e mandei colocar num quadro e na minha parede.

Sr. Nilton Abrão, o senhor me pediu que eu lesse e estou lendo a sua poesia. Eu achei linda. Pode ser que alguns não achem. E a profundidade, inclusive, da homenagem que ele faz para os idosos. O que diz o seu Nilton Abrão?

Pobre elite desprezada... espezinhada!
Pobre patrimônio desconsiderado!
Quantos sóis você viu despontar?
Dia a dia, na lide comum,
Sob a canícula, ou debaixo do vendaval,
Na temperança ou ao rigor do frio,
Você buscou o cumprimento da vida.
Quem pode lhe imputar mazelas?
Quem pode lhe macerar os louros?
No laborar perpétuo: assistiu a tudo.
Viu a fome, o desabrigo e a míngua.
Viu a doença, o cansaço e a injustiça.
Noites e noites, a velar prostrada,
Buscou, febril, a réstia da esperança.
Luta, só a luta foi sua companheira.
Promessas e alentos vãos, paliativos
Ilusórios se derramavam no seu farnel,
Enquanto as cãs se avolumavam, céleres.

Triste fim para um herói sem glória!
Da juventude airosa ao declinar pungente,
Ser vil fantasma de um viver proscrito,
É um prêmio infame, desumano e triste.
Degenerada sociedade que a esse fim se apresenta!

Num simples lance de descaso torpe,
Lançar ao nada esse tesouro vívido,
Que de escaladas exemplares vem,
É pena insólita, perversa e fria,
Que clama aos céus por tão funesto horror.
Humanidade perfida, malvada e insana,
Será que esquece o ciclo inamovível
Que a leva a um final prescrito?
O novo deve, fatalmente, ficar velho.
Tudo tende a fenecer sem trégua.
Viver à margem não quer dizer sarjeta.

[A última frase, e faço questão de seu aparte,
Senador Geraldo Mesquita]

Inativar não é deixar de ser.
E aposentar não é morrer, portanto!
Onde fica a honra atribuída a todos?
Pense em si, detentor do arbítrio,
Quando julgar aquele que [amanhã] será você!

Olha: Nilton Abrão. Eu vou deixar na minha página. Quem a ler com calma vai ver a profundidade do que aqui esse senhor escreveu, fazendo uma homenagem a todo aposentado brasileiro.

Senador Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim, belo poema. V. Ex^a lendo esse poema e eu lembrando aqui que ontem fui visitar meu irmão José Henrique e minha cunhada Fátima, que moram em Manaus e estão aqui em visita a Débora, sua filha, que concluiu um doutorado aqui, e os netinhos, a Mariana e o Gabriel. E conversamos sobre a nossa última movimentação nessa Casa em torno de projetos de sua autoria que visam resgatar parte da dignidade perdida por aposentados e pensionistas, que o Senador Mão Santa chama muito carinhosamente de os velhinhos do nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A poesia diz mais ou menos isso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – A Fátima fez uma observação que achei muito pertinente. Ela me lembrava que, ao lado dessa situação que tentamos recompor, Senador Paim, encontra-se outra que, de certa forma, é muito cruel com os velhinhos do nosso País, que é a situação que eles vivem em face dos planos de saúde. As pessoas chegam à faixa de 60 e quando prosseguem nessa faixa os planos de saúde vão se tornando cada vez mais cruéis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quase dobram depois de 60 anos.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É uma coisa absurda isso. Vamos buscar o sucesso nessa empreitada que estamos hoje envolvidos. Mas concito V. Ex^a, que é um líder nosso nesta Casa, nessa área, nesses assuntos, para que iniciemos, tão logo possamos, um movimento no sentido de rediscutir essa questão nesta Casa, dos planos de saúde, principalmente para as pessoas nessa faixa de idade. Ou seja, para os aposentados, para as pessoas com mais de 60 anos. Pois, como diz V. Ex^a, nessa faixa, os planos dobram de valor, e as pessoas, além de terem suas remunerações de aposentadoria reduzidas, têm, inversamente, os valores devidos aos planos de saúde duplicados. É uma situação muito difícil, e no momento em que as pessoas mais precisam de amparo, do apoio dos planos de saúde, que se colocam na posição de menos servir. Senador Paulo Paim, precisamos tratar desse assunto com veemência, como V. Ex^a faz, e precisamos incluí-lo em nossa pauta, na pauta do grupo de Parlamentares que trabalham em defesa dos aposentados, pensionistas, das pessoas de idade – como diz o Senador Mão Santa, dos velhinhos de nosso País. Portanto, é a observação que faço aqui, fruto de conversa que tive com a minha cunhada, que já está nessa faixa de idade e que, na prática, me comprovou uma dificuldade imensa de conviver com essa realidade, que é cruel para milhões de pessoas neste País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, o depoimento de V. Ex^a fortalece todo este nosso debate, já que traz esse eixo dos planos de saúde, que, no meu entendimento, a partir do momento em que começam a discriminar idosos, impondo que paguem uma mensalidade maior do que os mais jovens, atingem o Estatuto do Idoso, que não permite qualquer tipo de discriminação. Por isso o alerta de V. Ex^a é mais do que necessário.

Mas permita-me, tomando a liberdade deste momento, avançar um pouco mais nos documentos que recebi.

Senador Mão Santa, este aqui, por exemplo, é dirigido a todos nós. Recebi mensagem de uma senhora, que diz que os Senadores e as Senadoras têm um identidade muito grande – olha bem, Senador Geraldo Mesquita Júnior – com uma canção interpretada por Ana Carolina e Seu Jorge – “É isso aí”.

Diz o trecho:

(...)
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores
(...)
É Isso aí

Como a gente achou que ia ser

A vida tão simples é boa

Quase sempre

É isso aí.

Os passos vão pelas ruas

Ninguém reparou na lua

A vida sempre continua

O que ela quer dizer? Mais na frente, a canção diz:

É isso aí

Há quem acredite em milagres

Há quem cometa maldades

Há quem não saiba dizer a verdade

É isso aí

Os Senadores são como um vendedor de flores, ensinando seus filhos a escolher seus amores.

Na carta, ela diz que os Senadores, ao fazerem o debate, como o vendedor de flores ensina seus filhos a escolher seus amores, estariam dando um alerta de como as pessoas têm que votar – a carta é linda. Como têm que votar? Em homens e mulheres – para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, senador, presidente da República – que tenham compromisso com a causa do nosso povo, da nossa gente.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, tenho uma última carta que vou tomar a liberdade de ler. Creio que é a primeira carta que leio, Senadora, que fala um pouco do nosso trabalho. A carta é dirigida ao nosso trabalho, mas é a carta mais linda que recebi até hoje. Ela foi escrita pela Sr^a Maria Helena, que diz que nasceu em Teutônia e mora em Porto Alegre já há muito tempo. O que ela diz? Só vou ler esta carta e vou encerrar meu pronunciamento. Esta vou ter de ler, porque mexeu muito com meu coração. Diz o seguinte:

Senador Paim, sob a sua pele estão marcadas grandes conquistas. Elas são gestos de amor. Amor aos trabalhadores, amor aos idosos, amor aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios, aos discriminados por sua religião ou por sua orientação sexual

Amor ao Rio Grande do Sul, amor ao seu Brasil.

São gestos nobres nascidos das mãos de quem nasceu plebeu, mas que, mais do que qualquer rei, soube ser generoso e abrir seus ouvidos ao clamor de sua gente.

O senhor soube acreditar em seus sonhos e torná-los reais e é com seu olhar de menino, que o senhor ainda conserva,...que o senhor nos chama para caminhar ao seu lado nessa estrada.

O senhor nos convida a acreditar em dias melhores para todos.

O senhor quer que nós participemos dessa luta e nos dá a honra de congregar em favor dela.

O senhor enxerga, com seu coração ansioso por paz, por amor à natureza, por dedicação às pessoas, por um futuro glorioso no qual homens, mulheres, crianças vivam o presente em perfeita harmonia, em perfeito sentir a vida, em desejo de fazer o bem, de plantar a semente que pode gerar os sonhos de cada um quando sonhados pelo bem de todos.

É verdade, nós somos os seus convidados de honra!

O horizonte que se agiganta a nossa frente uma estrada que espera ser trilhada com passos firmes, com o coração iluminado, com boa vontade e com fé.

E termina dizendo:

Fé em Deus, fé em todas as possibilidades que o Criador colocou em cada um de nós, fé na união que nos levará a seguir adiante com esse projeto que um menino, de calças curtas,...

Na verdade, eu que sou muito emotivo, Senador Sarney, ao ler esta carta, lembrei-me de todos os Senadores. É uma homenagem que o Brasil presta pela forma como estamos atuando aqui. E eu dizia, Senador Sarney, que hoje, em todos os jornais, o Presidente Lula sinaliza para a construção de um entendimento, com o fim do fator, com reajuste para os aposentados.

O Deputado Pepe Vargas veio nos visitar, foi convidado a ser relator desta matéria, diz que quer dialogar com os Senadores, vai dialogar com todos, para avançarmos em uma linha de garantir melhores dias para aquele que vai se aposentar e o que está aposentado.

Portanto, considero um bom momento da vida nacional essa sintonia que estamos construindo, Senado e Câmara, e, tenho certeza também, com o Presidente Lula.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Já estou abusando de sua gentileza, Senador Paim,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não. Não é abuso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...mas é porque, com a visita que nos fez o Deputado Pepe Vargas,... Falamos em fator previdenciário, na sua queda, e às vezes as pessoas não têm a noção exata do que isso representa. Recebi e-mail da Srª Maria José

Medeiros Rolim, que é bem curto, seria interessante ler, porque é muito expressivo. Veja o que ela diz:

Estou com 33 anos e 8 meses de serviço e 58 anos de idade. Minha contribuição previdenciária é pelo teto máximo. Gostaria de saber se [ela chama de reforma previdenciária o movimento que estamos fazendo] ela vai entrar em vigor para o ano de 2009. Quero saber se o fator previdenciário vai ser eliminado do cálculo pois, até agora, pela simulação no site da Previdência, perco mais ou menos R\$600,00.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E contribuiu quantos anos? É importante saber.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Ela tem 33 anos e 8 meses de serviço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E a idade, que também é importante.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Ela já está querendo requerer a sua aposentadoria, 58 anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A idade é 58. E dizem que, derrubando o fator, vamos permitir que as pessoas se aposentem com 40 anos. Ninguém está querendo isso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para o próprio servidor público, a aposentadoria da mulher tem idade: é 55 anos. Ela, como não é servidora, está no regime geral. Está com 58 anos e vai perder grande parte do salário. É um injustiça o tal do fator.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Pela simulação, ela já perde R\$600,00, no dia seguinte. É um absurdo um negócio desse. Fiz questão de ler, e peço desculpas a V. Exª por interromper mais uma vez seu pronunciamento, porque o e-mail é muito expressivo. Ele fala, de fato e concretamente, das perdas que os trabalhadores têm e terão com a permanência desse cruel fator previdenciário, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Vou encerrar. E vou ler, em outro momento, não neste,... Quando ela fala em menino de calça curta é porque, em um dos livros de poesia de minha autoria, aquele que tem o prefácio do Senador Sarney – e em todo lugar eu sempre digo que é mais bonito o prefácio do que minhas poesia, e é verdadeiro –, eu falo da caminhada de todo menino pobre. O professor, ex-Presidente da República, ex-Presidente da Casa, José Sarney, fez um belo prefácio depois de ler o livro. Em outro momento, vou ler a poesia **O Menino**. Na realidade, conto como foi a minha infância. Um menino

pobre, negro, do interior, que vai caminhando até chegar a ser vice-Presidente de V. Ex^a. Isso está no meu currículo aqui no Senado da República.

Era isso.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi brilhante o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Qual é o nome da professora?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não vou dizer, em respeito às professoras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu apenas diria que, se realmente ainda não está na biografia de S. Ex^a, o Senador Paim, ter sido Governador do Estado do Rio Grande do Sul, esse é um desígnio de Deus, Professora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se tiver de ser, será.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Rui Barbosa também não foi Governador da Bahia, não foi Presidente da República, mas escreveu a página mais bela, quando, em Haia, defendeu o Direito Internacional, a paz mundial. E aqui, como Paim, ele se comportou como oposicionista de alta dignidade. Ele fez nascer a libertação dos escravos e a República, a primeira Constituição da República. Ele, vendo que iam desvirtuar a República com o regime militar, quando anunciarão o terceiro militar, disse: “Estou fora! Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Assim é o Paim, que também disse: “Estou fora. Não abandono a justiça. Temos de resgatar o dinheiro dos velhinhos e dos aposentados”.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Permite-me, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos de lutar, como Rui Barbosa pregou, pela primazia do trabalho e do trabalhador; ele vem antes, faz a riqueza. Essa tem sido a vida do Paim. Se S. Ex^a ainda não foi Governador do Rio Grande do Sul, quem está perdendo é o Rio Grande do Sul.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite falar, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ganhamos a convivência do Senador Paulo Paim.

Pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocorreu-me, agora, já que V. Ex^a tocou no assunto, explicar para essa senhora, para essa professora, aquilo que costumo dizer sempre com relação ao Senador Paim e a outros Parlamentares desta Casa. O Senador Paim é daqueles Parlamentares que defende causas, não coisas. Eu não queria deixar passar a oportunida-

de de dizer para essa professora – estou dando nosso testemunho, o meu, o seu, o do Senador Sarney, o do Senador Gilvam, em relação ao Senador Paim – que o Senador Paim está aqui defendendo causas, desde que é Parlamentar, desde que é sindicalista, desde que é essa pessoa maravilhosa que o Rio Grande do Sul tem muito orgulho de ter como filho.

Portanto, professora, acalme-se! O Senador Paim não tem essa visão estreita, obtusa, de fazer para ser. Ele faz para servir. Ele está aqui defendendo causas, não coisas, diferentemente do que fazem algumas pessoas com quem, talvez, a senhora tenha o costume de conviver. Por isso, está equivocada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Consultando a lista de oradores, vejo que está inscrita a Senadora Ada Mello, que é do Partido Trabalhista Brasileiro, que representa Alagoas e que é suplente do ex-Presidente Fernando Collor Mello, que também por aqui passou breves dias.

Euclides Mello engrandeceu esta Casa pelas suas posições firmes, entre elas a gratidão, a mãe de todas as virtudes.

V. Ex^a engrandece esta Casa, que irradia a formação cristã de Ada Mello.

Presidente Sarney, é com muita honra que estamos presidindo este Plenário, com V. Ex^a aí dando o exemplo. Outro dia, li uma pesquisa internacional. Pesquisaram os jornalistas – é pena não me terem consultado! – sobre quem deveria ser o presidente do mundo, e ganharam Mandela e Bill Clinton. Mas, se eu fosse consultado, meu voto seria para o Presidente José Sarney, pela sua vida e pela sua grandeza.

Senadora Ada Mello, V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 13 de novembro, foi assinado em Roma o Acordo entre o Brasil e a Santa Sé, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em nosso País. A cerimônia de assinatura do documento contou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, posteriormente, foi recebido pelo Papa Bento XVI.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, o acordo não fere o princípio constitucional da laicidade do Estado, pois se trata de “um documento puramente administrativo, que formaliza aspectos já vigentes no dia-a-dia do País”.

Esse registro, Sr. Presidente, é de extrema importância. Algumas poucas notas na impressa aludiram exatamente a uma possível inconstitucionalidade da

iniciativa, por se tratar de um acordo entre um Estado laico e uma instituição religiosa.

Ocorre que o Vaticano, como todos sabemos, é também reconhecido pelas nações como um Estado constituído dentro das normas do direito internacional, com a devida personalidade jurídica e com todos os seus protocolos de representação diplomática.

Nesse sentido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu recente nota sobre a assinatura do documento, esclarecendo pontos importantes do tratado. Em determinado trecho, diz aquela entidade:

Este Acordo não concede privilégios à Igreja Católica nem faz nenhuma discriminação com relação às outras confissões religiosas. Cada um de seus artigos respeita o ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição Federal e demais leis brasileiras, bem como a paridade do tratamento a outras entidades de idêntica natureza, quer sejam de caráter religioso, filantrópico, de assistência social, de ensino e outras, excluindo-se, portanto, qualquer possibilidade de discriminação entre elas.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, torna-se fundamental destacar os principais pontos do acordo, que contém vinte artigos e cujo teor completo será oportunamente submetido à aprovação por parte do Congresso Nacional.

O documento prevê, acima de tudo, o reconhecimento da missão apostólica da Igreja Católica no Brasil em diversas áreas, inclusive de assistência e solidariedade social. Inicialmente, ratifica-se a continuidade da representação diplomática de ambas as partes, quais sejam o Brasil e a Santa Sé. Fica reconhecida a personalidade jurídica da Igreja e de suas instituições eclesiásticas, bem como seu patrimônio histórico, artístico e cultural como patrimônio cultural brasileiro. Prevê-se ainda a proteção de lugares de culto da Igreja Católica e de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos culturais.

De outro lado, a Igreja Católica compromete-se a garantir a assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, de assistência social e de educação ou a detidos em estabelecimento prisional.

Na área da educação, o acordo estabelece reconhecimento recíproco de títulos e qualificações em nível de graduação e pós-graduação, bem como da atuação da Igreja no setor educacional e da importância do ensino religioso na formação da pessoa, porém de caráter facultativo.

Outra ratificação do documento refere-se aos efeitos civis do casamento e à garantia do segredo do ofício sacerdotal. Assevera, também, o empenho do

Brasil na destinação de espaços urbanos para fins religiosos, com previsão de instrumento de planejamento no Plano Diretor das cidades.

Fica assegurada, ainda, a já prevista imunidade tributária às pessoas jurídicas eclesiásticas, na condição de prestadoras de serviços de caráter filantrópico, e a concessão de visto a estrangeiros requisitados pela Igreja para o exercício de atividade pastoral no Brasil.

Diante dessas disposições, importante testemunho sobre o documento foi dado pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, em recente artigo no **Correio Braziliense**:

[...] o acordo, que tem por um de seus pilares a garantia do direito fundamental à liberdade religiosa, não confere nenhum privilégio à Igreja Católica em relação a outras confissões religiosas, mas apenas sistematiza e consolida aquilo que já constava de forma esparsa no direito brasileiro, desde o vigente Decreto 119-A, de 1890.

Mais adiante, afirma o reconhecido jurista: “O acordo não afeta a laicidade do Estado, pois Estado laico, que reconhece o fator religioso como componente constitutivo das sociedades humanas, não se confunde com Estado ateu, que rejeita toda manifestação religiosa, ficando numa concepção materialista do homem e da sociedade”.

Por fim, Sr. Presidente, há de se destacar novamente que, para todas as disposições do documento, está sempre ressalvado o respeito ao ordenamento jurídico brasileiro e à nossa Constituição Federal.

Por isso, mais uma vez cabe recorrer à nota da CNBB, para deixar claro que:

A identidade específica da Igreja consiste no anúncio do Evangelho. No cumprimento desta missão, a Igreja quer atingir a pessoa humana em sua integridade, consciente de que ela vive numa sociedade que é regida por normas e leis. Para sua atuação na sociedade, a Igreja necessita de um arcabouço jurídico. É este o objetivo do Acordo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ada Mello, permite-me um rápido aparte?

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero só fazer uma saudação a V. Ex^a, que chegou à Casa e que, hoje, faz um belo pronunciamento, que, com certeza, todos nós estamos acompanhando de forma muito clara e muito tranquila, por sua importância

e repercussão. Quero dizer a V. Ex^a que o Senador Collor de Mello tinha entre nós um convívio, eu diria, muito bom. Sempre esteve conosco, falando de todos os temas de caráter social, de interesse nacional e de interesse do seu Estado. Tenho a certeza, Senadora Ada Mello, de que V. Ex^a, que se vem somar à força das mulheres nesta Casa, há de trazer mais qualidade ainda ao nosso Parlamento. Seja bem-vinda! Fica aqui uma saudação simples deste humilde Senador. Sei que essa é a visão de todos os Senadores deste nosso Senado da República. Seja bem-vinda!

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ada Mello, ouvi, com muita emoção, o pronunciamento de V. Ex^a, porque revivi minha mãe, que era Terceira Franciscana. Embora o pai dela tenha sido um industrial muito poderoso, ela foi ser Terceira Franciscana. Daí meu nome, Francisco. Digo que não sou Mão Santa. Foi o povo bom lá de Barro Duro, de Tutóia, da terra de Sarney, que me colocou esse apelido. Mas sou filho de mãe santa. Revivi a mensagem cristã de minha mãe. No colo de minha mãe, eu a via com aqueles livros de Gabriela Mistral, Prêmio Nobel do Chile, com vocação cristã. Também com muita emoção e gratidão, recebi, em nome do Governador, aquele que abençoou Parnaíba, Dom Edvaldo Gonçalves, um bispo da terra de V. Ex^a.

Sem dúvida, é uma honra para todos nós, neste Parlamento de 183 anos, receber nosso Presidente Sarney. A França, ainda hoje, orgulha-se de Richelieu. S. Ex^a é nosso Richelieu. A S. Ex^a o País tem de devotar enorme gratidão. Coube a esse homem atravessar um Mar Vermelho mais bravo do que o de Moisés: a transição do mundo totalitário, da truculência da ditadura militar, para a liberdade democrática. Esse homem é ungido por Deus, porque teve uma mãe que hoje é santa, a santa Kyola.

Paim, atentai bem! Leve essa mensagem! Lendo a biografia de Sarney, encontrei lá um trecho em que sua mãe Kyola, hoje santa, com certeza, dizia: "Meu filho, não deixe que persigam os velhinhos aposentados!". Ela não disse "não persiga", porque sabia da formação cristã e generosa que tinha dado ao filho. Ela disse: "Não deixe...".

Essa é a mensagem que quero levar ao nosso querido Presidente Luiz Inácio. Às vezes, nem é ele, mas os alopardos que o cercam que estão obstruindo essa lei boa e justa do Paulo Paim para os aposentados.

Presidente Sarney, use a tribuna deste Poder.

Se aquele jornalista tivesse me perguntado, eu teria votado no melhor homem no momento para ser Presidente do mundo: o Presidente Sarney. Com todo o respeito ao Paim – não tenho preconceito, não –, eu

dava o segundo voto para Mandela e o terceiro voto para Bill Clinton.

V. Ex^a seria esse presidente do mundo, pela paz que irradiou neste País. Atentai bem! Esse homem enfrentou mais de dez mil greves sem truculência. Vocês vêem, na televisão, atentados, guerra, terrorismo. Senadora Ada Mello, Francisco Santos andava com uma bandeira: "Paz e Bem". Eu acho que ele a entregou ao Presidente Sarney.

Presidente Sarney, V. Ex^a pode usar da tribuna.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu tenho que agradecer, de todo coração, a sua generosidade, que é uma característica da sua personalidade e de sua vida. V. Ex^a, às vezes, se excede, mas nós compreendemos que o faz por este sentimento que V. Ex^a sempre teve, que é o sentimento da bondade e o sentimento da amizade. Muito obrigado.

Sr. Presidente, venho hoje ocupar esta tribuna porque é uma data, para a cultura mundial, da maior importância. É uma data marcante, porque hoje completa 100 anos Claude Lévi-Strauss, uma das maiores inteligências da humanidade em todos os tempos.

Uma das oportunidades do nosso tempo é justamente a extensão das nossas vidas. A vida do ser humano se prolongou graças aos avanços da ciência e das melhorias da qualidade de vida. Não há muitos anos, ainda na geração dos nossos pais, a velhice começava num período que para nós, hoje, é um período de atividade normal: o dos 50 anos. Hoje, temos podido comemorar centenários de grandes homens que, ainda vivos, continuam em plena atividade.

Neste 28 de novembro, faz 100 anos Claude Lévi-Strauss. É um grande nome da cultura francesa, também da cultura brasileira e do humanismo universal.

Já fiz aqui a observação de que em todos os tempos são raras as pessoas que se projetam além da sua época, com uma dimensão que rompe as fronteiras da história. Claude Lévi-Strauss, sem sombra de dúvida, teve nas ciências humanas um impacto do mesmo nível de Marx, na economia, de Freud, de Darwin, equivalente nas ciências exatas a Einstein e a Newton. Para ele o Collège de France criou a cadeira de Antropologia Social. Em qualquer lugar do mundo, ele é reverenciado, estudado e admirado.

No discurso em que recebeu Claude Lévi-Strauss na Academia Francesa, Roger Caillois, o grande pensador, sociólogo e ensaísta, dizia que "sua obra é tão rica, tão diversa, tão complexa por sua natureza tão labiríntica", que ele não ousava examiná-la. Eu também, da mesma maneira, não desejo examinar a obra do criador do estruturalismo, a modéstia aqui é necessária a todos que se deparam com essas figuras raras que

marcam etapas na história do pensamento, e por isso não quero aventurar-me a uma análise do seu pensamento. São mais palavras de homenagem.

Mas, para saudar Lévi-Strauss, temos mais motivos que os demais. Desde 1935, Sr. Presidente, o Brasil se tornou o palco da sua descoberta fundamental, a de que o homem constrói sua cultura, como sua linguagem, em estruturas básicas que independem de nossa visão ocidental de progresso. Há alguns anos, em 2005, em entrevista ao **Le Monde**, Lévi-Strauss disse que: "O Brasil representa a experiência mais importante da minha vida".

Tudo começou quando, no final de 1934, o Diretor da École Normale Supérieure o convidou para ser professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. Abrindo este livro de uma beleza que cativa todos os leitores, que é **Tristes Trópicos**, Lévi-Strauss diz que detesta as narrativas de viagem. Mas sente necessidade de contar como aconteceu o processo que o levaria a compreender mais profundamente o ser humano, abolindo, de uma vez por todas, a idéia de que os valores humanos são melhores em algumas sociedades, abolindo toda e qualquer base para o racismo.

Não foi o Brasil que lhe abriu as portas para a descoberta, mas foi no Brasil que ela se deu. E **Tristes Trópicos** está cheio de observações sobre o Brasil, da mais aguda compreensão do nosso País. Tornou-se um livro necessário para se entender o nosso País.

Em um dos seus livros mais recentes, em que fala sobre arte – **Regarder, Écouter, Lire** – Claude Lévi-Strauss diz:

Suprimir ao acaso dez ou vinte séculos de História não afetariam sensivelmente o nosso conhecimento da natureza humana. A única perda insubstituível seria a das obras de arte que estes séculos tivessem visto nascer. Porque os homens só se diferenciam, e mesmo só existem, por suas obras. Só elas dão a evidência de que ao longo do tempo, entre os homens, alguma coisa realmente aconteceu.

O Brasil ficou associado ao trabalho científico excepcional do grande mestre e membro da Academia Francesa na medida em que constituiu o laboratório para as pesquisas de campo que iriam lastrear as suas reflexões e análises na área da antropologia estrutural. Em **Tristes Trópicos**, talvez o mais célebre de todos os seus livros, ele conta a expedição memorável que empreendeu ao Brasil Central em 1937, a fim de encontrar e observar as comunidades indígenas, a substância viva de suas formulações conceituais ao mesmo tempo de humanista e de cientista social. Em recente entrevista, ele conta que **Tristes Trópicos**

era o título de um romance que ele começou a escrever quando voltou à França, e que chegou a escrever cerca de trinta capítulos. A identidade entre as duas obras era que *"tanto nos trópicos vazios da América do Sul – diz ele – quanto dos trópicos abarrotados da Ásia do Sul, onde estive alguns anos depois, eu tive, por razões diversas, a mesma sensação de tristeza"*. Daí o título do seu livro **Tristes Trópicos**.

São recorrentes em suas entrevistas a referência à **Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil**, de Jean de Léry. Como o companheiro de Villegaignon, Lévi-Strauss tem um sentimento de tocar um mundo virgem, apenas aflorado. Ele conta:

Um dia, nos confins da Baía do Rio de Janeiro, dona Heloísa Alberto Torres, que diretora do Museu Nacional, levou-me a um sítio arqueológico recém-descoberto, e vi sendo tirada da terra uma grande urna tupi, decorada exatamente como Léry tinha descrito, e encontrada no mesmo local... sim, tive a sensação de que retornava alguns séculos.

A relação entre os dois escritores, separados por muitos séculos, pode ser considerada além de meras coincidências e sensações. Jean de Léry é, ao contrário de André Thevet, outro narrador da expedição da França Antártica – que, como sabemos, acabou numa guerra interna e na autodestruição – o observador atento, capaz da descrição minuciosa e exata. Foi, assim, o grande portador da revelação que tanto perturbou a Europa, do selvagem como mente autônoma, o outro, o diferente. Assim, o selvagem de Léry coincide com o de Montaigne, outra das admirações de Lévi-Strauss.

Sabemos que Montaigne teve a oportunidade de, em primeiro lugar, descrever os índios do Brasil que foram à França: primeiro, naquela festa de Rouen, em que eles foram apresentados, e, depois, quando eles chegaram a Notre Dame para serem recebidos por Luís XIII, que era então um menino, em que ele faz algumas observações.

Fundaram, talvez, a etnologia, numa versão prévia, noutra futura, esse famoso estruturalismo que não enquadra Lévi-Strauss.

Numa entrevista que introduz uma pequena edição do livro de Léry, Lévi-Strauss, depois de elogiar a espontaneidade do olhar de Léry em comparação com o de Thevet, enumera as coincidências:

O que vou dizer pode parecer presunçoso, me desculpe, mas tenho a impressão de uma conivência, de um paralelismo entre a existência de Léry e a minha. Eu a senti,

desde o começo, e ela só fez crescer ao longo dos anos. Léry parte para o Brasil aos vinte e dois ou vinte e três anos; eu tinha vinte e seis quando fiz a mesma viagem. Léry espera dezoito anos antes de redigir seu **Viagem**; eu espero quinze anos antes de escrever **Tristes Trópicos**. No intervalo, durante esses dezoito anos para Léry, esses quinze para mim, o que aconteceu? Para Léry: as guerras de religião [...] E para mim: a Segunda Guerra Mundial, do mesmo modo a fuga diante das perseguições. [...] Eu vos deixo imaginar o que os surrealistas teriam podido tirar de tais coincidências. De minha parte, e você compreende porque, senti constantemente se desenvolver uma intimidade...

Mais adiante, aumenta o elogio a Léry: “Ele conserva intacta a sua capacidade de ver”.

Uma das áreas de meu interesse tem sido sempre a da compreensão do papel da obra escrita. Tenho a visão do seu significado para a cultura. Mas há um outro lado da escrita que surge já no diálogo construído por Sócrates entre **Thot e o Rei de Tebas, Thaumus**:

Eu descobri um remédio contra a dificuldade de aprender e recordar.”. “Engenhoso Thot, você lhe atribui o contrário de seu efeito verdadeiro. Ela só produzirá nas almas o esquecimento dos que tiverem conhecido a sabedoria, fazendo com que negligenciem a memória; confiando neste auxílio, eles deixarão a caracteres materiais o cuidado de lhes recordar as lembranças de que seu espírito terá perdido o traço. Dás a teus discípulos a sombra da ciência e não a ciência. Quando eles tiverem aprendido muitas coisas sem mestres, eles acreditarão serem sábios, mas serão em geral ignorantes e falsos sábios insuportáveis no trato da vida.

O nosso tempo vive profundamente a questão da tecnologia da escrita. Ela foi usada, desde os dias em que eram traços em cacos de cerâmica, como instrumento de poder – as famosas tábuas descobertas na Mesopotâmia. E Claude Lévi-Strauss tem uma frase muito forte: a escrita “era usada para facilitar a escravidão de outros seres humanos”. Desde o começo a escrita esteve associada com a estruturação das sociedades, a formação de hierarquias internas e de supremacia externa. A escrita, a nossa civilização de comunicação, é, em parte, uma das causas do rápido desaparecimento dessas culturas que ele ainda pode observar em relativa pureza a meros 70 anos.

Este dilema da informação anima a obra de Lévi-Strauss:

Eis, pois, à minha frente, o círculo ins- transponível: quanto menos as culturas humanas podiam comunicar-se entre si e, por consequência, corromper-se pelo contacto, menos também os seus respectivos emissários eram capazes de perceber a riqueza e a significação dessa diversidade.

Lévi-Strauss foi também um dos primeiros a denunciar os riscos da poluição. Dava ao conceito uma grande amplitude, e, infelizmente, foi um profeta dos 50 anos que passaram desde **Tristes Trópicos** e do que se passa hoje, na destruição da natureza e na destruição da diferença e do diferente. Foi ele que, em primeiro lugar, disse que o homem era o maior destruidor da terra.

Sr. Presidente, a saga intelectual de Claude Lévi-Strauss no Brasil começou em 1935, quando ele, então jovem professor de Sociologia, aqui chegou, no quadro da missão universitária francesa, para emprestar sua contribuição, fecunda e inestimável, à fundação da Universidade de São Paulo. Em seus livros, considera o advento da USP como um dos atos-fundadores da modernização do Brasil.

Regressando à Europa em 1939 e exilando-se pouco depois nos Estados Unidos por causa da guerra e da ocupação nazista da França, o professor Claude Lévi-Strauss passou anos sem maiores contatos com o Brasil. Depois da guerra, já em Paris, em meio às suas intensas atividades universitárias e à produção de sua obra monumental, pouco a pouco, retomou os vínculos com o nosso País, por intermédio de antigos alunos e dos amigos que deixou em São Paulo. E, assim, foi adiando o reencontro direto com o nosso País.

Em 1982, ele afirmava numa entrevista a **O Estado de S.Paulo**, do qual foi colaborador durante sua permanência na USP: “Uma viagem ao Brasil, agora, era o que me poderia acontecer de melhor, mas não para fazer conferência ou entregar-me a recordações nostálgicas naqueles itinerários por mim percorridos e descritos em **Tristes Trópicos**”. Três anos depois dessa entrevista, em 1985, como Presidente da República, tive a honra inigualável e o imenso prazer de receber o Professor Claude Lévi-Strauss na sua volta ao Brasil, do qual se ausentara por quase meio século. Integrava a comitiva oficial do Presidente Mitterrand, que então visitava o Brasil. Posso dizer que esse encontro com a mais alta expressão intelectual da França, um dos maiores intelectuais do mundo de todos os tempos, a referência maior da antropologia neste século, foi um momento de grande emoção para mim, como Presidente da República.

A partir de então, Sr. Presidente, fui distinguido com sua amizade, com as generosas referências do

mestre aos livros que tenho publicado na França. Essa amizade é, sem dúvida, um dos grandes orgulhos da minha vida. Disse ele, em entrevista há alguns anos, com a simplicidade dos grandes, que os amigos no Brasil que lhe haviam ficado na memória eram Mário de Andrade, Paulo Duarte, Sérgio Milliet e José Sarney. A generosidade é também uma de suas virtudes.

A visita de 1985, sobretudo – e eis o essencial –, contribuiu certamente para que Claude Lévi-Strauss retomasse a expressão de suas reminiscências brasileiras, interrompidas em *Tristes Trópicos*. Nos álbuns **Saudades do Brasil** e **Saudades de São Paulo**, publicados nos últimos anos, ele nos apresenta o Brasil que viveu e que amou sob o ângulo da fotografia, fotos tiradas nos anos 30.

Sr. Presidente, peço que o Senado encaminhe um voto de congratulações ao grande escritor a quem o Brasil tanto deve. É uma data que também é nossa, a data de hoje.

Lévi-Strauss produziu uma vasta obra absolutamente inovadora e revolucionária. Sua influência na evolução das ciências humanas não pode ser superestimada, na medida em que cada nova leitura faz crescer o apreço dos intelectuais das mais diferentes áreas por sua obra e sua vida. A obra de Claude Lévi-Strauss é uma dessas obras de arte que marcam o homem e dão significado à humanidade. Sua vida é um presente ao nosso tempo.

E devemos agradecer que tenhamos tido a graça de viver nos tempos em que viveu Lévi-Strauss, tendo a oportunidade de testemunhar a sua existência e de ler a sua obra.

Todas as vezes que vou à França, Sr. Presidente, visito Lévi-Strauss. É como se visitasse um deus da literatura. Dele sempre temos muito a aprender, pela sua vida, pela sua cultura, pela sua sabedoria, pela sua genialidade.

Sr. Presidente, em duas das vezes em que lancei livros na França, tive a honra da presença e do prestígio de Lévi-Strauss. Outra vez, ao ser recebido na Academia Francesa, ele lá estava para homenagear o Brasil – não digo os acadêmicos que lá estavam, da Academia Brasileira de Letras, mas para homenagear o Brasil.

É esse homem, esse grande homem, esse homem excepcional da história da humanidade, igual a Marx, como eu disse, igual a Freud, igual a Einstein, que hoje temos a felicidade de, juntamente com a França, homenagear. Hoje é um grande dia de comemorações e, no próximo ano, a França terá grandes comemorações pelos 100 anos de Lévi-Strauss. Por isso, quero me associar a essas alegrias e congratular-me com o povo francês e com todos nós, intelectuais

de todo o mundo, por presenciar os 100 anos de Claude Lévi-Strauss.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento. Os Secretários-Executivos João Roberto e João Pedro vão providenciar os votos de louvor ao escritor Claude Lévi-Strauss.

Nós somos mais felizes no Brasil do que na França, porque nós temos a plena confiança de que, para o senhor chegar lá, ainda faltam muitos anos. Nós, então, ainda vamos usufruir da sua presença.

Eu abrira o Livro de Deus para homenagear Claude Lévi-Strauss e V. Ex^a. Atentai bem, Ex^a: está lá escrito que, àqueles escolhidos, àqueles bem-aventurados, Deus dará longa vida, e que, em todos os dias da sua vida, eles tenham capacidade de exercer sua profissão. Este Senado, o Brasil e o mundo ainda precisam de 22 anos de atividades de V. Ex^a para chegarmos aos 100 anos do Presidente Sarney. Aí, estaremos todos nós fazendo esse discurso. E veja a Bíblia: Deus escolhe os seus ungidos e lhes dará longa vida e, durante essa longa vida, que eles tenham plenitude no exercício das suas funções.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Ela só será melhor com a convivência do querido amigo Mão Santa, ao nosso lado, durante esses anos todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um poeta do Maranhão disse: “A vida é combate, que os fracos abate, e aos fortes, aos bravos, só pode exaltar”. Esse poeta estava inspirado na vida de José Sarney.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me dar uma informação rápida?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, talvez inspirado um pouco na fala do Senador Geraldo Mesquita Júnior e em V. Ex^a – ainda estou falando ao telefone –, quero informar a brilhante iniciativa do Rio Grande do Sul, que fará vigília na terça-feira. Estão buscando o espaço chamado Dante Barone, onde cabem em torno de mil pessoas. A orientação será a seguinte: será feita vigília na terça-feira, acompanhando o Senado, e todos os participantes da vigília deverão levar algum tipo de alimento para mandar ao Estado de Santa Catarina, como arroz, feijão, azeite, enlatados. Para entrar na vigília, o cidadão vai deixar na porta uma contribuição, que será mandada ao Estado de Santa Catarina.

Faço um apelo para que, nas dezenas de Câmaras de Vereadores que também estarão em vigília na próxima terça, seja adotada a mesma iniciativa: quem for para a vigília leve o que puder! Quem puder dar R\$1,00 vai dar R\$1,00; quem puder dar R\$5,00 vai dar R\$5,00. Podem levar também latas de sardinha, de óleo. Vamos fazer essa corrente de solidariedade, a favor dos aposentados e a favor do povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com entusiasmo que ouvimos as palavras desse grande líder, o Senador Paulo Paim!

Presidente Sarney, Shakespeare disse que não há bem nem mal, o que vale é a interpretação. Eis aqui uma medida provisória abençoada. Eu, aliás, há dois dias, fiz um pronunciamento, dizendo: “Eu vim cedo, esperando”.

Foram sábios os que escreveram a Constituinte, que também foi ungida pelo Presidente Sarney, que foi mais sábio ainda. O Presidente Sarney convocou os notáveis do País, como Afonso Arinos, para fazer uma Constituição bela, que eu estudei, a exemplo da história francesa: Napoleão Bonaparte, ainda hoje, é respeitado pelo Código Civil.

V. Ex^a deu essa contribuição. Mas nasceram as medidas provisórias, polêmicas. Ó benditos constituintes que as colocaram na Constituição! Mas elas foram feitas para condições de urgência e de relevância, como essa desgraça que ocorre em Santa Catarina.

Deus me permitiu estar aqui como Presidente desta sessão e ler a abençoada medida provisória que nosso querido Presidente Luiz Inácio manda a esta Casa para socorrer Santa Catarina. Então, nossos aplausos, nossa gratidão e nossa sensibilidade ao

Presidente da República! Vou lê-la com emoção, pois é um instrumento do bem neste momento, tem urgência e relevância. Damos nossos aplausos antecipados.

Presidente Garibaldi, convoque hoje os Senadores, para aprovarmos isso imediatamente. O País, como jogou flores quando Rui Barbosa fez a lei para libertar os escravos, que a Princesa Isabel sancionou, jogará flores pelo fato de aprovarmos isso com urgência.

Às 9 horas de hoje, dia 28, chegou ao Senado da República a Medida Provisória nº 448. A de nº 446 foi aquela porcaria, pois tratava de “pilantropia”, que enterramos. Mas essa é bem-vinda! Ó Deus, com sensibilidade, o Presidente Luiz Inácio sobe no conceito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 448, de 2008**, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 448

Publicação no DO	26-11-2008 – Ed. Extra
Emendas	até 2-12-2008 (6 dias após a publicação)
Prazo na Comissão	26-11-2008 a 9-12-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	9-12-2008
Prazo na CD	De 10-12-2008 a 2-2-2009 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	2-2-2009
Prazo no SF	2-2-2009 a 16-2-2009 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	16-2-2009
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	17-2-2009 a 19-2-2009 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	20-2-2009 (46º dia)
Prezo final no Congresso	6-3-2009 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O valor contido na Medida Provisória que acabei de ler é quase o dinheiro que a Petrobras tirou da Caixa Econômica, mas é mais justo. Parabéns, Presidente Luiz Inácio!

Há comunicações a serem feitas pela Presidência.

Passo à leitura de expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 1.186, DE 2008

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº 190, de 2006 (nº 526/2006, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete a apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

Relator: Senador **Gilberto Goellner**

É submetida a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a indicação do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Trata-se de indicação Presidencial, feita por meio da Mensagem nº 190, de 2006 (nº 562, de 2006, na origem).

O citado artigo da Constituição confere ao Senado Federal competência privativa para aprovar,

por voto secreto e após arguição pública, a escolha dos titulares de cargos que a lei determinar. O art. 13 da Medida Provisória nº 2.157-5, de 2001, por sua vez, determina que o Diretor-Geral e os demais diretores da ADA sejam nomeados pelo Presidente da República e submetidos à aprovação do Senado Federal.

Atendendo a preceito regimental, a mensagem veio acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

A matéria tratada na Mensagem nº 190, de 2006, perdeu a oportunidade, pois mediante a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e extinta a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O art. 18 da mencionada Lei Complementar assim dispõe:

Art. 18. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA será extinta na data da publicação do decreto que estabelecer a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

A ADA foi extinta em 4 de outubro de 2007, pois mediante o Decreto nº 6.218, o Poder Executivo aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Sudam.

Assim, com a extinção da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a presente Mensagem perdeu por completo sua oportunidade. Nestes termos, cabe recomendar a declaração de prejudicialidade da Mensagem nº 190, de 2006, a qual, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, deverá ser definitivamente arquivada.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

MENSAGEM (SF) N° 190, DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/11/2008 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)PRESIDENTE: Lúcia VâniaRELATOR: Fábio Velloz

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</i>	<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</i>
FÁTIMA CLEIDE (PT)	1-VAGO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	2-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
JOÃO PEDRO (PT)	3-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	4-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
	5-JOSÉ NERY (PSOL)
<i>PMDB</i>	<i>PMDB</i>
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)	1-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
GIM ARGELLO (PTB)	2-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-PEDRO SIMON (PMDB)
VALTER PEREIRA (PMDB)	4-VALDIR RAUPP (PMDB)
<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</i>	<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</i>
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3-KÁTIA ABREU (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	4-VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>PRESIDENTE</i>	5-TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB) <i>Mariana</i>	6-MARCONI PERILLO (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
<i>PTB</i>	<i>PTB</i>
MOZARILDO CAVALCANTI	VAGO
<i>PDT</i>	<i>PDT</i>
JEFFERSON PRAIA	1-OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.157-5, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e dá outras providências.

~~Art. 13. O Diretor Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, sendo pelo menos um deles escolhido dentre servidores públicos federais. (Revogado pela Lei Complementar nº 124, de 2007)~~

~~§ 1º Os Diretores serão nomeados após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "F" do inciso III do art. 52 da Constituição. (Revogado pela Lei Complementar nº 124, de 2007)~~

~~§ 2º O regulamento disporá sobre a forma de substituição dos Diretores em seus impedimentos. (Revogado pela Lei Complementar nº 124, de 2007)~~

LEI COMPLEMENTAR N° 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Art. 18. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA será extinta na data da publicação do decreto que estabelecer a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Parágrafo único. Os bens da ADA passarão a constituir o patrimônio social da Sudam.

DECRETO N° 6.218, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.187, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 63, de 2008 (nº 368/2008, na origem), do Ministério da Fazenda, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Relator: Senador **Jayme Campos**

Relator **ad hoc**: Senador **Gilberto Goellner**

I – Relatório

Em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda, mediante o Aviso nº 63, de 2008 (nº 368-MF, de 30 de outubro de 2008, na origem), informa que, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2008, o Tesouro Nacional não realizou emissões externas de títulos da República Federativa do Brasil, na forma prevista no inciso I do art. 1º do mesmo normativo.

II – Análise

Mediante a Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Senado Federal autorizou a União a executar o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Esse programa compreende operações de emissões de títulos, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 2º da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, colocados de uma só vez ou parceladamente, a natureza dos títulos, nominativos ou ao portador, e sua forma de colocação, mediante oferta internacional, com juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

Consoante o art. 4º da referida Resolução, o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com as informações que prescreve.

Como não houve emissões no período, não há necessidade de enviar Relatório, bastando, para atender ao disposto na Resolução nº 20, de 2004, a comunicação tempestiva da ausência de operações, nos termos do Aviso nº 63, de 2008. Desta forma, esta Casa fica formalmente informada sobre a execução do referido programa de gestão da dívida externa. E, aos membros desta Comissão, cabe tão-somente tomar conhecimento do seu teor.

III – Voto

Diante do exposto, uma vez dada ciência aos membros desta Comissão, recomendo o arquivamento do Aviso nº 63, de 2008, do Ministro da Fazenda.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AVISO N° 63, DE 2008 (N° 368/08, NA ORIGEM)
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

• PRESIDENTE:

• RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIRO SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-LÚCIA VÂNIA (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
FÁSSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIAZI
SIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.186, de 2008**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que conclui pela prejudicialidade da **Mensagem nº 190, de 2006**.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com relação ao **Parecer nº 1.187, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, referente ao **Aviso nº 63, de 2008**, a Presidência, em observância à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui, há dois secretários-executivos extraordinários. Devemos muito a grandeza deste Senado e, principalmente, o fato de essa grandeza chegar ao povo ao Presidente Sarney. Isto aqui só tem um valor. Como Cícero dizia “o Senado e o povo de Roma”, hoje, podemos falar “o Senado e o povo do Brasil”. O povo nos está ouvindo por meio do sistema de comunicação que o Presidente Sarney passou a esta Casa. Daí eu querer votar em V. Ex^a novamente para Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Bingos, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro*.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame da emenda.

É a seguinte a emenda apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy:

EMENDA N° 1 – PLEN

Ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro do 1940 – Código Penal passa a viger acrescido do seguinte artigo:

Exploração do jogo do azar

Art. 232-A. Estabelecer, promover, explorar e praticar jogo do azar, de origem nacional ou estrangeira, em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada

ou sem ele, sem autorização de lei federal, ou explorar loteria estadual, regulamentada pelos Decretos-Lei nº 6.259/1944 e nº 204/1967, fora do território do respectivo estado ou em desconformidade a quantidade e espécie fixada em lei federal:

Pena – reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Considera-se jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa exclusiva ou principalmente da sorte, como também toda atividade que, mediante a distribuição de bilhetes, listas, cupões, vales, cartelas ou meios análogos, contendo sinais, símbolos ou figuras de animais, faz depender do sorteio a obtenção do prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza, e as apostas em corridas de cavalos, nos termos da Lei nº 7.291/1984, realizadas fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas.

§ 2º Incorre na mesma pena quem produz, vende ou expõe a venda, tem sob sua guarda para o fim de venda, põe ou tenta por em circulação ou transporta bilhete ou meio análogo do jogo de azar, ou quem fabrica, adquire, vende, fornece, ainda que gratuitamente, máquina, aparelho, instrumento ou qualquer artefato destinado ao jogo de azar, ressalvadas as autorizações provenientes de lei federal.

§ 3º Constitui efeito da condenação a perda dos móveis e objetos de decoração do local.

§ 4º A pena é aumentada de um terço se o agente é funcionário público ou se existe entre os empregados ou no local pessoa menor de 18 (dezoito) anos.

§ 5º Equiparam-se, para efeitos penais, o lugar acessível ao público:

a) a casa particular em que se realizam jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa;

b) o hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogos de azar;

c) a sede ou dependência da fundação, sociedade, associação ou clube recreativo, em que se realiza jogo de azar;

d) o estabelecimento destinado a exploração de jogo de azar, ainda que dissimulada essa finalidade;

e) o estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços e de entreteni-

mento que promova em suas dependências o jogo de azar em quaisquer das formas ou meios relacionadas por esta lei.”

Art. 2º A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
IX – crime de exploração do jogo de azar.

..... (NR)”

“Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de crime definido no art. 1º desta Lei poderá decretar a qualquer tempo:

I – a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores do acusado, obtidos do forma ilícita, ainda que transferidos ou mantidos em nome de terceiros ou agregados ao patrimônio legalmente constituído, até o valor total estimado envolvido na prática criminosa ou do produto e dos rendimentos auferidos, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal;

II – a indisponibilidade total ou parcial dos bens do acusado ou de terceiro, que deverá abranger a estimativa integral dos valores envolvidos na prática criminosa, assegurando, no mínimo, na impossibilidade dessa estimativa, o completo resarcimento do dano causado ao erário público.

§ 1º

§ 2º O juiz determinará a liberação dos bens, direitos valores apreendidos, seqüestrados ou declarados indisponíveis quando comprovada a licitude de sua origem.

§ 3º Nenhum pedido de restituição ou de disponibilidade será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários a conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de prisão de pessoas, de apreensão, seqüestro ou indisponibilidade de bens, direitos ou valores, poderá ser suspenso pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações ou quando se tornarem desnecessárias.

§ 5º A medida que trata o inciso II do **caput** deste artigo será levantada no caso de

absolvição ou de extinção da punibilidade por decisão transitada em julgado.

§ 6º Enquanto pendente decisão de extinção, o Supremo Tribunal Federal decretará a medida prevista no inciso II do **caput** deste artigo. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A aprovação do texto na forma anteriormente proposta criará um ambiente favorável a legitimação da exploração dos mais variados jogos à margem do controle do Estado.

Em virtude do exposto, apresentamos, em anexo, sugestão de texto Substitutivo ao Projeto, a qual abrange todas as modalidades atualmente enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais, como contribuição para o aprimoramento da proposta em questão e, consequentemente, para a efetividade de sua aplicação.

Sala das Sessões, de novembro de 2008. – Senador **Eduardo Suplicy**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº 196, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 141, de 2007; 213, 218, 225, 226, 233, 239, 250 e 255, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. 196/2008 – CCT

Brasília, 26 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nº 141, de 2007 e 213, 218, 225, 226, 233, 239, 250, 255 de 2008.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.560, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal, através do seu Plenário, manifeste seu voto de congratulações ao grande pensador francês Claude Lévi-Strauss, pela passagem do seu 100º aniversário de nascimento, que ocorre nesta data.

Justificação

São raras as pessoas que se projetam além da sua época, rompendo as fronteiras da história. Claude Lévi-Strauss, sem sombra de dúvida, teve nas ciências humanas um impacto do mesmo nível de Marx, na economia, de Freud, de Darwin, equivalente nas ciências exatas a Einstein e a Newton. Para ele, o Collège de France criou a cadeira de Antropologia Social. Em qualquer lugar do mundo, ele é reverenciado, estudo e admirado.

Também nós, brasileiros, temos muitos motivos para saudar Lévi-Strauss. Desde 1935, o Brasil tornou-se o palco da sua descoberta fundamental: a de que o homem constrói sua cultura, como sua linguagem, em estruturas básicas que independem de nossa visão ocidental de progresso. Em 2005, em entrevista ao **Le Monde**, Lévi-Strauss disse: **O Brasil representa a experiência mais importante da minha vida.**

Abrindo este livro de uma beleza que cativa todos os leitores, que é **Tristes Trópicos**, Lévi-Strauss diz que detesta as narrativas de viagem, mas sente necessidade de contar como aconteceu o processo que o levaria a compreender mais profundamente o ser humano, abolindo, de uma vez por todas, a idéia de que os valores humanos são melhores em algumas sociedades, abolindo toda e qualquer base para o racismo. Não foi o Brasil que lhe abriu as portas para a descoberta, mas foi no Brasil que ela se deu. O Brasil ficou associado ao trabalho científico excepcional do grande mestre e membro da Academia Francesa, na medida em que constituiu o laboratório para as pesquisas de campo que iriam lastrear as suas reflexões e análises na área da Antropologia Social.

O livro está cheio de observações sobre o Brasil, da mais aguda compreensão do nosso País. Tornou-se um livro necessário para se entender o nosso País. Ele conta a expedição memorável que empreendeu ao Brasil Central em 1937, a fim de encontrar e observar as comunidades indígenas, a substância viva de suas

formulações conceituais ao mesmo tempo de humana e de cientista social.

Em recente entrevista, ele conta que **Tristes Trópicos** era o título de um romance que ele começou a escrever quando voltou a França, do qual chegou a escrever cerca de trinta capítulos. A identidade entre as duas obras era que “tanto nos trópicos vazios da América do Sul – diz ele – quanto dos trópicos abarrotados da Ásia do Sul, onde estive alguns anos depois, eu tive, por razões diversas, a mesma sensação de tristeza”. Daí o título do seu livro **Tristes Trópicos**.

Lévi-Strauss foi também um dos primeiros a denunciar os riscos da poluição. Dava ao conceito uma grande amplitude, e, infelizmente, foi um profeta dos 50 anos que passaram desde **Tristes Trópicos** e do que se passa hoje, na destruição da natureza e na destruição da diferença e do diferente. Foi ele que, em primeiro lugar, disse que o homem era o maior destruidor da terra.

A saga intelectual de Claude Lévi-Strauss no Brasil começou em 1935, quando ele, então jovem professor de Sociologia, aqui chegou, no quadro da missão universitária francesa, para emprestar sua contribuição, fecunda e inestimável, a fundação da Universidade de São Paulo. Em seus livros, considera o advento da USP como um dos atos fundadores da modernização do Brasil.

Regressando à Europa em 1939 e exilando-se pouco depois nos Estados Unidos por causa da Guerra e da ocupação nazista da França, o Professor Claude Lévi-Strauss passou anos praticamente sem contato com o Brasil. Depois da Guerra, já em Paris, em meio as suas intensas atividades universitárias e a produção de sua obra monumental, pouco a pouco, retomou os vínculos com o nosso País, por intermédio de antigos alunos e dos amigos que deixou em São Paulo. E, assim, foi adiando o reencontro direto com o nosso País.

Em 1982, ele afirmava numa entrevista ao jornal **O Estado de S.Paulo**, do qual foi colaborador durante sua permanência na USP: “Uma viagem ao Brasil, agora, era o que me poderia acontecer de melhor, mas não para fazer conferência ou entregar-me a recordações nostálgicas naqueles itinerários por mim percorridos e descritos em **Tristes Trópicos**”. Três anos depois dessa entrevista, em 1985, como Presidente da República, tive a honra inigualável de receber o Professor Claude Lévi-Strauss na sua volta ao Brasil, do qual se ausentara por quase meio século. Integrava a comitiva oficial do Presidente Mitterrand, que então visitava o Brasil. Posso dizer que esse encontro com a mais alta expressão intelectual da França, um dos maiores intelectuais do mundo de todos os tempos, a

referência maior da antropologia neste século, foi um momento de grande emoção para mim, como Presidente da República.

A visita de 1985 contribuiu certamente para que Claude Lévi-Strauss retornasse a expressão de suas reminiscências brasileiras, interrompidas em **Tristes Trópicos**. Nos álbuns **Saudades do Brasil** e **Saudades de São Paulo**, publicados nos últimos anos, ele nos apresenta o Brasil que viveu e que amou sob o ângulo da fotografia, fotos tiradas nos anos 30.

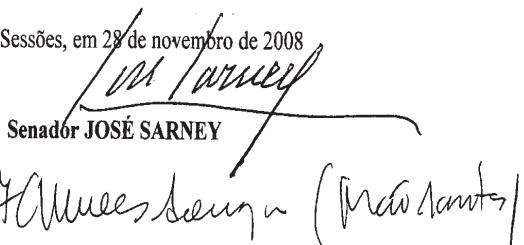
Lévi-Strauss produziu uma vasta obra absolutamente inovadora e revolucionária, que influenciou a evolução das ciências humanas. Cada nova leitura faz crescer o apreço dos intelectuais das mais diferentes áreas por sua obra e sua vida. A obra de Claude Lévi-Strauss é uma dessas obras de arte que marcam o homem e dão significado a humanidade. Sua vida é um presente ao nosso tempo.

É esse grande homem, esse homem excepcional da história da humanidade, que hoje temos a felicidade de homenagear, juntamente com a França. Dele sempre temos muito a aprender, pela sua vida, cultura, sabedoria e genialidade. Devemos agradecer, portanto, por termos tido a graça de viver nos tempos em que viveu Lévi-Strauss, de testemunhar a sua existência e de ler a sua obra.

No próximo ano, a França promoverá grandes comemorações pelos 100 anos de Lévi-Strauss. Por isso quero me associar a essas alegrias e congratular-me com o povo francês e com os intelectuais de todo o mundo, por presenciarmos os 100 anos de Claude Lévi-Strauss.

Por isso, Sr. Presidente, peço que o Senado encaminhe voto de congratulações ao grande escritor, a quem o Brasil tanto deve. Também é nossa a data de hoje.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2008


Senador JOSÉ SARNEY

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Gilvam Borges ainda quer usar a palavra?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não, Sr. Presidente. V. Ex^a pode encerrar a sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a sessão, eu queria usar da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pensei que o Senador Gilvam fosse falar. Estou esperando um informe, Sr. Presidente, que eu faria questão que chegasse às mãos de V. Ex^a, sobre a mobilização em São Paulo, no próximo dia 5, mais precisamente na Baixada Santista, onde mais de 90 entidades sindicais farão uma paralisação simbólica de duas horas na cidade, a favor das decisões tomadas no Senado em relação aos aposentados e já em solidariedade à manifestação que a Câmara, com certeza, fará quanto a essa questão. Ao mesmo tempo, deixam claro que apóiam essa decisão anunciada pelo próprio Presidente Lula de estabelecer um processo de negociação, para que se acabe com o fator previdenciário e se garanta o reajuste dos aposentados e dos pensionistas acima do reajuste dado até o momento, que é somente o da inflação.

Informo ainda, neste plantão que estamos fazendo aqui, que a Câmara de Vereadores de Santo André estará em vigília, no dia 2, juntamente com o Senado, bem como a de Piracicaba, a de Limeira, a de Jundiaí. Em Porto Alegre, a vigília será feita na Assembléia Legislativa. A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e todas as suas federações estão trabalhando nesse sentido, como também as associações. Fiz contato, ainda ontem, com as centrais sindicais, que se mobilizarão também no mesmo sentido.

Entendo, Sr. Presidente, que essa é uma vigília cívica. Digo sempre: não é contra ninguém, mas na linha de construirmos, negociando com o Executivo, uma política definitiva.

Quero aproveitar o prestígio da presença do Presidente Sarney, que sempre caminhou conosco na busca de alternativa, de negociações, para que os trabalhadores, aposentados e pensionistas melhorassem sua qualidade de vida, para dizer que estou convencido de que vamos construir um entendimento.

Presidente Sarney, ontem, eu disse – aproveito o momento em V. Ex^a está aqui – que não vejo problema algum se a decisão for a de rejeitar os três projetos que defendemos e aprovamos, desde que a gente construa um substitutivo que atenda aos interesses dos aposentados e dos trabalhadores, para que se acabe com o fator previdenciário e para que haja uma política de reposição dos benefícios dos aposentados acima da inflação. O que acontece hoje, infelizmente, faz com que a gente tenha de dizer que quem se apo-

sentou com cinco salários está ganhando três salários e quem se aposentou com três salários está ganhando um salário.

É isso que os aposentados querem. É isso que os trabalhadores querem. Ninguém está preocupado com a paternidade dos projetos. Que fique bem claro que ninguém está preocupado com isso! Se existe paternidade, esta é do Senado, não deste Senador, porque os aprovamos por unanimidade e assumimos a responsabilidade.

Permita-me, Presidente Sarney, dizer que tenho uma dívida para com o projeto de V. Ex^a. Há muitos anos, há dez ou doze anos, a primeira política de cotas aprovada neste País foi de iniciativa de V. Ex^a. Foi aprovada no Senado, foi para a Câmara. Quando ela chegou à Câmara, conversei com o Presidente da época, que disse: "Não há problema nenhum, Paim, desde que vocês aprovem". Eu a inseri no Estatuto da Igualdade Racial. Mas sabe o que devíamos ter feito, Presidente Sarney? Devíamos ter aprovado sua proposta na íntegra, pois ela já estaria em vigor há dez anos, no mínimo, e devíamos ter continuado o debate do Estatuto. Numa atitude de grandeza, o Presidente Sarney, na época, disse: "Não, tudo bem. Se o Estatuto vai ser aprovado, coloca-se a proposta aí dentro, e vamos continuar torcendo para o Estatuto ser aprovado com rapidez".

Então, eu diria, Presidente Sarney, que hoje existe um projeto aprovado na Câmara, que está no Senado e do qual serei Relator – já fui indicado pelo Senador Cristovam. Trata-se de uma política que faz uma mistura positiva da questão da discriminação com a da cota social, que seguia a linha do seu projeto. Quando eu fizer o relatório, renderei homenagens a V. Ex^a. V. Ex^a, há muitos anos, tem dito que a cota não é uma política permanente, é uma política transitória. Digo: oxalá a gente não tenha de esperar dez, vinte, trinta anos para dizer que não precisamos mais de cotas!

Fiz esse registro, no meu entendimento mais do que justo, recapitulando somente a História. Tenho a certeza de que o Senado vai aprovar esse projeto que veio da Câmara, que é a origem de tudo isso. Eu pensava, ontem à noite, que ele tem uma sigla em cima: o "S" de Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, muito oportuno lembrar o Presidente Sarney.

Feliz do Presidente Luiz Inácio, Presidente Sarney, que não precisa buscar exemplo na história de outros países. V. Ex^a deu o maior exemplo de sensibilidade aos velhos com aquela lei que fez, garantindo-lhes o lar, a habitação, a residência, em quaisquer acidentes econômicos, durante a velhice. Os bancos tomavam,

ocupavam as casas dos velhinhos e, hoje, eles repousam tranqüilos, graças à experiência de V. Ex^a.

Essa luta, hoje, é liderada pelo Paim. Ele se comporta como Winston Churchill, que, na luta contra a truculência de Hitler e Mussolini, disse: "Não tenho nada a oferecer-vos senão sangue, trabalho, suor e lágrimas..." Mas ele foi mais adiante, Paim: "Só tem um sentido nessa luta: a vitória". É resgatar, devolver o salário que é devido aos velhinhos aposentados.

Para terminar, tenho um convite pessoal do Piauí, e o Piauí é a minha grandeza. Assim como o Presidente Sarney fala de Pinheiro, São Luís e do Maranhão dele, eu falo do Piauí:

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, tem a honra de convidar Vossa Excelência e família para a Sessão Solene de Posse do Excelentíssimo Juiz de Direito José James Gomes Pereira, no cargo de Desembargador.

Será hoje, às 19 horas, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

O Paim quer falar e já lhe concederei a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que chegou o documento neste momento e é um documento importante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Minha emoção é grande, porque se trata de um jurista que nasceu na Parnaíba.

Eu falo como Sêneca, que não nasceu nem em Atenas, nem na Esparta grandiosa, e disse: "Não é uma pequena cidade, é a minha cidade". Então, Parnaíba é berço. Parnaíba, amada pelo Presidente Sarney, teve grandes juristas: Evandro Lins e Silva; Reginaldo Furtado, Conselheiro da OAB; Humberto Telles, o maior criminalista deste País; Cláudio Santos, que fez carreira jurídica no Ceará e no Tribunal de Justiça. E, agora, seu filho José James Gomes é Desembargador.

A eles, os nossos cumprimentos e parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, chegaram-me dois documentos que eu tenho de ler, porque têm tudo a ver com esse trabalho de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um aparte ligeiro.

Presidente Sarney, Presidente Sarney, a coisa mais bonita que eu vi aqui... Eu pensei que eu não ia mais dar plantão, porque eu dei muitos, como estu-

dante de Medicina, em pronto-socorro. Era parto em maternidade... Mas, aí, ele inventou esse plantão aqui. E a cena mais bonita que eu vi foi a do amor: Pedro Simon namorando Ivete, sua esposa, de mãos dadas, na vigília.

Convidou V. Ex^a, símbolo de amor, para trazer a encantadora ex-Primeira-Dama, Dona Marly, e aderir à vigília convocada pelo Paim. V. Ex^a está muito jovem e Dona Marly também. Dá para namorar ali, como Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu perguntei às duas repórteres e elas me disseram: “Não, pode dizer”. Aqui, falo em nome das repórteres Aparecida Ferreira e Gabriela Speziali. E elas me disseram que a Rádio Itatiaia, Senador Mão Santo, orientou suas repórteres, em Brasília, a dar todo apoio a essa luta em benefício dos aposentados e pensionistas. É prioridade.

Eu dou esse exemplo, mas sei que centenas de rádios, neste País, estão fazendo esse mesmo movimento, porque entenderam que é só uma questão de justiça e que a proposta do Senado é na busca do entendimento com a Câmara e o Executivo.

Permitam-me ler o documento que chegou, agora, da Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas, Siderúrgicos, Metalúrgicos e Outras Categorias de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande e Litoral Paulista; da Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos; e da União de Entidades de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Paulista:

Santos, 26 de novembro de 2008.

Exmº Sr. Senador [...] Paulo Paim [e outros Senadores que estão nessa jornada]

Conforme entendimento mantido com V. Ex^a, em 25 do corrente, vimos através da presente convidá-lo a participar do grande Ato Público que será precedido de parada de 2 horas na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Eles estão comunicando que haverá não uma greve, mas uma parada simbólica em toda a cidade, num período de duas horas, no próximo dia 5. Às 16 horas, haverá um grande evento público na Praça Mauá. Eles estão convidando todos nós para estarmos lá com eles:

Esperamos contar com vossas presenças, os despedimos renovando protestos de elevada estima e consideração.

Antônio Carlos Domingues da Costa (Presidente)

É um gesto: no dia 5, eles vão parar a cidade por duas horas e, nesse período em que a cidade ficará parada, o comércio vai fechar, as fábricas vão fechar e eles farão, então, esse grande evento. E fazem quase um apelo para que estejamos lá, dia 5. Disse-lhes que conversaria com V. Ex^as – naturalmente todos temos nossas agendas – para ver da possibilidade de estarmos lá e prestigiarmos esse gesto belíssimo, um gesto de solidariedade, um gesto que a cidade de Santos está fazendo com um único objetivo: sensibilizar a todos para que os projetos do fim do fator e da recomposição dos benefícios dos aposentados – esses são os dois eixos – sejam aprovados também na Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos à cidade de Santos.

Sr. Presidente, sei que em outras cidades paulistas está acontecendo o mesmo movimento. Em outros Estados, não nego, está acontecendo o mesmo movimento. Então, teremos, aqui, uma grande vigília no dia 2 – os Deputados já confirmaram suas presenças; o próprio Deputado Pepe virá aqui também, que é o Relator do projeto do fim do fator, e o Deputado Germano Bonow –, enfim, teremos a presença de vários Deputados, que já confirmaram.

Meus parabéns a todos; meus parabéns à Cobap, que está fazendo esse movimento em âmbito nacional, às centrais sindicais e às confederações, que se comprometeram comigo que aqui estarão no dia 2.

Era esse o informe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero dizer que recebi comunicado de Vereadores da Câmara Municipal de Picos – Picos é a São Paulo do Piauí; é a cidade onde mais se trabalha, onde mais se produz – que também manifestaram solidariedade à nossa campanha.

Para os que nos ouvem pelo sistema de comunicação, quero dizer que este é o Senado. Há pouco, aplaudimos o Presidente da República por enviar medida provisória em socorro de nossos irmãos de Santa Catarina.

Ontem, Geraldo Mesquita, este bravo e firme Senador, aplaudia Sua Excelência o Presidente da República por haver sancionado leis antipedofilia – vitória da CPI da Pedofilia, presidida pelo nosso Senador Magno Malta –, externando votos pela grandeza do Presidente da República.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, aproveito o ensejo para registrar também que lá, na Assembléia Legislativa, do meu querido Estado, tanto a Deputada Antônia

Sales quanto a Deputada Idalina Onofre expressaram, em pronunciamentos, ainda nesta semana, solidariedade ao movimento inaugurado aqui no Senado em prol dos aposentados, dos pensionistas e dos futuros aposentados. Faço este registro porque achei bastante interessante a adesão das Deputadas Antônia Sales e Idalina Onofre.

Senador Paulo Paim, quero, também, em retribuição ao convite que está sendo feito a todos nós pelos companheiros de Santos, convidá-los para todos, ou alguns de seus representantes, estarem aqui conosco no dia 2, quando teremos mais uma vigília, ocasião em que poderemos conversar acerca da possibilidade de alguns de nós estarmos presentes nessa mobilização do dia 5. Em nome de V. Ex^a, convido os companheiros de Santos para estarem aqui conosco nessa vigília, e que nos provoquem e nos procurem para que possamos tratar da possibilidade de alguns de nós estarmos lá no dia 5.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero fazer coro a sua fala, que, neste momento, nesta sexta-feira pela manhã, pela audiência da *TV Senado* – que é uma grande audiência –, da *Rádio Senado*, de todo o sistema de comunicação – agência, do jornal – sirva também de chamamento aos meus amigos e às minhas amigas de Santos – sei que aqui eles terão representantes, eles vão mandar ônibus para cá –, para, aqui, conversarmos sobre a possibilidade de, ou estarmos lá no dia 5, ou, quem sabe, aqui estaremos, neste Plenário, dia 5, para dar repercussão ao movimento que eles farão na baixada santista.

Sr. Presidente, chegou até mim o documento de apoio que eu havia falado, o qual passo a ler, de iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Os Senadores e as Senadoras da República, signatários deste documento, apóiam o nobre Senador, Professor Cristovam Buarque, hoje Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, para ocupar o cargo de Diretor Geral da Unesco, em gabinete situado em Paris, com o objetivo de garantir mais uma presença do Brasil em um segmento técnico, político e científico, com dimensão de comando internacional.

Começaremos o abaixo-assinado neste momento, simbolicamente – vamos, naturalmente, procurar todos os Senadores –, e o remeteremos ao Presidente Lula, que está sensível a essa caminhada em defesa

do fim do fator e dos aposentados, para que ele também fortaleça a idéia de termos o Senador Cristovam, que dedicou sua vida à educação – mesmo na vigília, oportunidade em que ele foi à tribuna defender os aposentados, ele não deixou de vincular o tema à questão dessa verdadeira revolução, como ele diz, que é o investimento na educação –, ocupando aquele cargo.

Termino, Sr. Presidente – estou aberto ao debate, dentro do possível – dizendo que estou mais do que convencido, pela consistência dos documentos que recebo, inclusive de economistas de renome, que pedem-me até que eu provoque um debate aqui, caso ainda haja alguma dúvida sobre a importância de injetar dinheiro na conta – aí, Senador Gilvam – dos aposentados e pensionistas, dando-lhes o que eles têm de direito, e o que se deixou de pagar. Só isso. Esse é um dinheiro direto que vai fortalecer a própria economia interna. Com certeza, eles usarão o dinheiro para comprar remédio, comprar alimentação, pagar suas dívidas e aluguel, o que, naturalmente, vai gerar mais emprego.

Por isso, Senador Mão Santa, quero reafirmar essa nossa disposição de, na terça-feira, fazermos, aqui, o que chamo de um ato simbólico, encaminhando à mão dos Deputados os projetos aprovados na Casa, que já estão lá, mas que fique claro: o Senado não vai se omitir. Vamos entregar a eles, e vamos deixar bem claro que continuaremos, dentro do limite de nossas forças, contribuindo para a grande mobilização, em nível nacional, pelo fim do fator e pela garantia de um reajuste decente aos aposentados e também aos pensionistas.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queríamos nos associar e assinar, como Senador da República, este documento, que reivindica ao Presidente Luiz Inácio a indicação do nosso Senador Cristovam Buarque, símbolo da educação no Brasil.

Como Padre Antônio Vieira dizia, “um bem nunca vem só; vem acompanhado de outro bem”, esse outro bem seria a presença de mais um Senador do PT, crescendo esta Bancada, e não é um Senador desconhecido, que daria um salto no escuro, mas um Senador que já passou por aqui e teve o melhor comportamento. Daria só um quadro: já passaram muitos suplentes durante a minha presença nesses seis anos, mas só um foi homenageado com banquete de despedida: o Eurípedes.

Então, era a oportunidade de o Presidente da República resgatar e se aproximar da educação, mandando para a Unesco esse símbolo da educação do Brasil, que, hoje, é o Professor Cristovam Buarque, para fortalecer a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à

Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR GERSON CAMATA (PMDB – ES Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, “o povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas, tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele”. Já no princípio do século 19, esse foi o aspecto que mais impressionou o jovem jurista francês Alexis de Tocqueville, em sua viagem aos Estados Unidos, então um país ainda em formação. Foi depois dessa viagem que Tocqueville escreveu a obra que até os dias atuais é considerada a melhor descrição do sistema político norte-americano, **A Democracia na América**.

Hoje a nação mais próspera da história da humanidade, os Estados Unidos acabam de dar uma nova lição de democracia ao mundo. Passadas pouco mais de cinco décadas da decisão da Suprema Corte que determinou o fim da segregação racial em escolas públicas, e decorridos 44 anos da assinatura da Lei dos Direitos Civis, que transformou qualquer tipo de discriminação racial em crime, seus cidadãos derrubaram definitivamente a última barreira racial que restava no país.

Os norte-americanos elegeram como seu presidente o filho de uma mulher branca e um homem negro, que viveu boa parte de sua infância no Exterior. Barack Hussein Obama é o representante de uma minoria que até pouco tempo vivia sob opressão, um americano da classe média, e sua escolha tem um significado histórico de dimensão extraordinária. Como disse o próprio candidato, em seu discurso após a vitória, “se existe alguém que ainda duvida que os Estados Unidos são o país em que tudo é possível, se alguém ainda questiona o poder da democracia americana”, essas dúvidas foram sepultadas pelo resultado das eleições.

É um momento de euforia e celebração, mas também de preocupações sem conta. O novo presidente assumirá o cargo, em janeiro, tendo à frente desafios gigantescos. Eles rivalizam com aqueles enfrentados por Franklin Roosevelt, que chegou a Washington quando a Grande Depressão dos anos 30 espalhava a ruína pelo país.

Barack Obama, como Roosevelt, precisará agir rápido e provar sua competência para restaurar a confiança da população, destruída pela grave crise financeira que causou estragos consideráveis no sistema bancário. É uma crise que está longe de acabar. Só este ano desapareceram 800 mil empregos, e a previsão é de que o desemprego chegue a 7 por cento em janeiro, um índice assustador para os padrões do país.

Já são milhões os americanos que, sem condições de pagar as prestações, tiveram suas casas retomadas pelos financiadores, e outros milhões devem perdê-las também por não terem como saldar suas dívidas. Em resumo, desapareceu a confiança no presente, e predomina entre a população o pressentimento de que o futuro nada reserva de bom.

Para complicar ainda mais a situação, o novo presidente herdará um déficit no orçamento que, por enquanto, é de US\$455 bilhões, mas poderá atingir US\$1 trilhão no ano que vem, acrescido do pacote destinado a resgatar o sistema financeiro e de medidas para reavivar a economia.

Na área de política externa, as dificuldades também são de grande porte, a começar pelos conflitos no Iraque e no Afeganistão, sem falar na permanente ameaça do terrorismo. O presidente terá diante de si um país mergulhado em profunda crise – e não é apenas a crise financeira, mas também de crença. Pesquisas mostram que 9 entre 10 americanos acham que a nação está no caminho errado, em todos os sentidos.

Caberá a Obama restaurar o ânimo de seus compatriotas, renovar esperanças e evitar, com medidas concretas, uma recessão que poderá ter consequências ainda mais catastróficas. Os americanos deram-lhe um claro mandato para mudar o país. “Mudança” foi a palavra-chave, o lema de sua campanha. Em janeiro, chegará a hora de Barack Obama provar que pode fazer desse lema mais que um slogan eleitoral – que tem condições e competência para transformá-lo em realidade.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, é que a Estratégia Nacional de Defesa, proposta pelos Ministros da Defesa e Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, foi entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no dia 5 de setembro último.

O Presidente da República decidiu discuti-la inicialmente com o seu ministério e, com isto, receber sugestões que a tornem abrangente. É a fase em que se encontra.

Após isso, o Presidente da República convocará o Conselho de Defesa Nacional para apreciar o citado documento. A reunião do Conselho está prevista, tentativamente, para 3 de novembro vindouro.

A Estratégia Nacional de Defesa proposta representa um radical avanço no pensamento de defesa brasileiro.

Trata-se de um plano estratégico que, muito mais de que quantificar meios e financiar as Forças Armadas, propõe transformá-las, em prol de uma nova postura da defesa no País.

O plano parte de pressupostos básicos, com destaque para a tradição pacífica do povo brasileiro e

o laço indissolúvel entre estratégia de defesa e estratégia de desenvolvimento.

Está organizado em torno de três vertentes:

- a organização e a orientação das Forças Armadas e o papel dos três setores fundamentais: o nuclear, o cibernético e o espacial;
- a reconstrução da indústria nacional de defesa e a prioridade para o desenvolvimento e independência tecnológicos;
- a composição dos recursos humanos das Forças Armadas e o papel do Serviço Militar Obrigatório.
- Como diretrizes relevantes da Estratégia Nacional de Defesa, podem ser destacadas, dentre outras:
- a valorização do trinômio monitoramento, mobilidade e presença na concepção de emprego dos recursos de defesa;
- a organização do potencial estratégico em torno de capacidades, e não em função de inimigos que não possuímos;
- o reposicionamento das Forças Armadas, em função de nossas preocupações maiores com o norte, com o oeste e com nossas águas jurisdicionais;
- uma nova postura de direção no Ministério da Defesa, inclusive no que respeita às decisões de compra de material de defesa;
- a crescente aproximação e integração sul-americana, com a valorização do Conselho Sul-Americano de Defesa;
- uma nova sistemática nas aquisições de material de defesa no exterior, substituindo a simples compra pela parceria estratégica, com indispensável participação no desenvolvimento e produção de componentes dos materiais, até a completa transferência de tecnologia;
- a redefinição das tarefas clássicas da Marinha, com a valorização da negação do uso do mar e consequente prioridade aos submarinos, inicialmente de propulsão elétrica e, em segundo momento, nuclear; e aos navios de propósitos múltiplos e navios-patrulha;
- a maximização das características de versatilidade e elasticidade nas forças terrestres, decorrendo, daí, prioridades para o aumento da mobilidade tática e estratégica das forças, a concentração das reservas estratégicas no centro do país e a exigência de um sistema de monitoramento integrado da terra, do mar e do ar, com a mínima dependência tecnológica estrangeira;
- a valorização da Força Aérea, em um contexto de renovação integrada das aeronaves de caça por modelo único, fortalecimento do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro e dotação de meios de

transporte aéreo adequados às necessidades de concentração estratégica da Força Terrestre.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou encerrar a presente sessão, antes, porém, assino o documento de solicitação. Aliás, tudo o que o Senador Geraldo Mesquita Júnior traz eu assinar eu assino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta sessão não-deliberativa, de sexta-feira, dia 28 de novembro de 2008, iniciada às 9 horas.

Está encerrada a sessão do Senado Federal da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 49 minutos.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 200, de 2008,
DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA
E OUTROS SENHORES SENADORES,
COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO
SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO
ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO
SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE
CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO
DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE
“PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO
DESES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.**

ATA DA 28^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 28^a Reunião, realizada em 15 de Outubro de 2008, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimentos: **Requerimento n.º 203/08**, requer seja colocado a disposição do Movimento Mães contra a Pedofilia, os recursos técnicos bem como o apoio e suporte dos servidores que compõe o Grupo de Trabalho da CPI; **Requerimento n.º 204/08**, requer a participação da CPI da Pedofilia no 1 Seminário Internacional de Combate a Pedofilia Infantil, em Vitória-ES, nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, bem como consultores e componentes do Grupo de Trabalho da CPI; **Requerimento n.º 205/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, o Sr. Ewandro de Carvalho Sobrinho; **Requerimento n.º 206/08**, requer seja solicitado a Juíza da Comarca de Santa Isabel-SP, o envio dos autos do Processo n.º 151 e seus apensos, referente ao caso da menor Tamires; **Requerimento n.º 207/08**, designa os servidores Gláucio Ribeiro de Pinho e José Augusto

Panisset Santana, acompanhados do Procurador André Ubaldino e dos Delegados da Polícia Federal que compõem o Grupo de Trabalho da CPI, a efetuarem diligência em Santa Isabel-SP, objetivando colher subsídios junto ao Ministério Público do Estado, GAECHO/SP e demais órgãos, em relação aos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças ocorridos naquela Comarca; **Requerimento n.º 208/08**, requer seja convidada a Srª Ana Nunes de Almeida a prestar esclarecimentos nesta CPI em virtude das denúncias contundentes que foram apresentadas pela referida cidadã comprovadas com material em anexo; **Requerimento n.º 209/08**, requer que a CPI determine a Consultoria Legislativa do Senado Federal, com a contribuição de outros setores da sociedade civil relacionados a matéria, promovam estudos no sentido da criação de um juizado Especial Familiar/Criminal destinado exclusivamente a julgar os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, principalmente quando a violência é perpetrada pelos pais, padastros e outros familiares da vítima, nos moldes em que foi elaborada a Lei Maria da Penha e instituído o Juizado Especial de Violência Doméstica contra a Mulher e **Requerimento n.º 210/08**, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados e fatos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento todas hospedadas no site de relacionamento Orkut, bem como os logs que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta (PR – ES)** – Presidente – **Demóstenes Torres (DEM – GO)**, Relator – **Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – **Romeu Tuma (PTB – SP)** – **Virgílio de Carvalho (PSC – SE)**

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Havendo número regimental, em nome de Deus, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação na Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à apreciação e votação de requerimentos. Antes, eu gostaria de agradecer e comentar aos Srs. Promotores e Delegados que aqui vem no sentido de colaborarem. Vocês realmente são os esteios de tudo aquilo que tem trazido em benefício de um bom andamento da CPI. Eu acho que vale a pena estar esco-

rado em vocês, porque a gente nunca ficará perdido. Pelo volume hoje na Audiência do Senado para prestar homenagens aos professores e às crianças, alguém achou ruim comigo porque eu usei uma expressão durante o meu pronunciamento, dizendo que Deus disse, pelo menos a gente aprendeu no catecismo, que Deus disse: “Deixai vir a mim as criancinhas, que delas é o reino do céu”. Está na Bíblia. E eu disse, infelizmente, durante o período da Polícia Federal, eu hoje, com a CPI da Pedofilia, tenho visto quantas crianças estão vivendo no inferno da terra. Disse: “Não, você está fazendo uma...”. Não, porque Deus está vendo, tem que castigar, porque desviou todo e qualquer projeto de encaminhamento da felicidade que a criança tem o direito de ter. Então eu gostaria de registrar para nenhum Promotor requerer processo contra mim e o Delegado ter que presidir [risos].

Mas eu tenho aqui o primeiro... Agradecer ao Ministério Público pelo encaminhamento de documentos, não falo ainda em quebra de sigilo porque não foi aprovado o projeto, mas de documentos oriundos do acordo feito entre a Orkut e mais o Ministério Público de São Paulo, cujo o resultado já se apresenta agora. Então eu pediria ao Senador Virgílio que lê-se o meu requerimento para convalidar a quebra do sigilo. É um complemento do procedimento anterior.

SENADOR VIRGÍLIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Requerimento. “Requeiro nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e do art. 2º, da Lei nº 1.579, de 2 de março de 1952, a transferência para esta CPI do sigilo telemático referente aos dados e fotos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento, todas hospedadas no site de relacionamento Orkut – www.orkut.com, bem como os logs que registram o histórico de operação realizadas pelos respectivos usuários. A presente ordem de transferência de sigilo há de ser cumprida sob pena de desobediência pelos representantes legais da empresa Google Brasil Internet Ltda., pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06990590/0001-23, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 5º andar, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-905, subsidiária no Brasil da empresa Google Inc, mantenedora do site de relacionamento Orkut. As informações requeridas deverão ser enviadas em meio eletrônico, conforme [ininteligível] definido no documento anexo e deverá incluir: 1) Arquivos contendo conteúdo de texto, fotos do perfil, recados, álbum e respectivas fotos, depoimentos, listas de mensagens vinculadas a cada perfil a que se referem os endereços discriminados no anexo. As fotos devem ser enviadas no formato jpg/gif ou png; 2) Informação sobre o status de cada perfil. Caso o perfil

esteja inativo, informação sobre a data de desativação; 3) Os logs em formato texto contendo data, hora e IP de todas as operações realizadas pelos usuários que mantém os perfis relacionados no anexo. Os arquivos devem ser especificados por usuário.

Justificativa. A transferência do sigilo telemático é medida extrema que deve ser adotada pela CPI quando não restarem outros métodos de investigação. É o que ocorre no presente caso. A lista de endereços eletrônicos constantes do anexo do presente requerimento foi encaminhada para esta CPI através do Ofício nº 21806/2008/MPF-PR/SP, dígito GABTR 35, PCS 000392/2008, do Grupo de Combate de Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República do Estado de São Paulo, em razão das informações prestadas pela Google no curso do cumprimento da alínea "f", da cláusula 2^a, do Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela Google com a Procuradoria da República e a ONG SaferNet Brasil, em sessão solene desta CPI no dia 2 de julho de 2008. Os dados cuja quebra de sigilo que hora se determina referem-se a perfis criados no site de relacionamento Orkut que foram reportados pela Google à NCMEC, que é a National Center for Missing & Exploited Children, sendo todos eles relativos à pornografia infantil e com conexões realizadas a partir do território brasileiro. Ressalte-se que a quebra do sigilo telemático dos referidos endereços com a identificação do perfil do usuário é o único meio para a investigação do cometimento do referido crime.

Assim sendo, tendo em vista que uma das finalidades precíprias dessa CPI é investigar e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes da pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, e considerando os fortes indícios da prática do crime previsto no art. 241, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a transferência do sigilo telemático dos dados, fotos e imagens acessíveis pelas páginas listadas no anexo costumem o único meio eficaz para o aprofundamento das investigações. Sala das Comissões, Senador Romeu Tuma".

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Esse requerimento foi baseado num documento que V. Ex^a. encaminhou. Dra. Adriana, pergunto se a senhora quer acrescentar alguma coisa antes de eu colocar em votação.

SRA. ADRIANA SCARDA MAGLIA: Bom, na verdade o documento, ele já é bem claro. Trata-se do resultado dos três primeiros meses do cumprimento pela Google do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal. Nós poderíamos muito bem ter nos valido da justiça para conseguir essa quebra de dados de sigilo telemático. No entanto, como a CPI nos prestigiou tanto, graças à

instauração dessa CPI da Pedofilia que nós conseguimos que o Google firmasse esse acordo conosco, nós achamos prudente e necessário trazer aos senhores esta informação para compartilhá-la e também para que os senhores verifiquem que ainda a criminalidade é alta, infelizmente, mas eu tenho certeza que com essa atuação conjunta essa criminalidade vai diminuir. Agradeço a palavra que o senhor me passou, espero que seja deferido o nosso requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu agradeço à senhora, à Marta Pinheiro e à Priscila, que assinaram. Hoje eu acho que é um dia importante para a CPI porque é o primeiro fruto do trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal e da CPI em si que conseguiu congregar todas as forças para chegar a esse ponto.

De forma que eu vou colocar em votação. Senador Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Virgílio de Carvalho, e eu também. Então o quorum é suficiente para aprovar essa quebra de sigilo. Depois combinaremos com o Ministério Público em como fazer uso mais rápido dele.

Agora, além desse, temos outros requerimentos. Está aprovada a quebra do sigilo. Requerimento 210, que eu tive a felicidade de assinar.

Mas tem um requerimento aqui do Magno Malta que, "Requer, nos termos regimentais, seja colocado à disposição do movimento MÃes Contra a Pedofilia os recursos técnicos, bem como os apoios e suportes de servidores que compõem o grupo de trabalho da CPI". É interessante que em Roraima foi identificado um grupo contra a pedofilia das mães. Então isso é importante. Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Outro do Magno Malta. Eu estou lendo porque é do Magno Malta. "Requer, nos termos regimentais do Regimento Interno do Senado Federal, conforme o convite em anexo, participação na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Pedofilia, no Primeiro Seminário Internacional de Combate à Pedofilia Infantil, que terá lugar em Vitória, no período de 30 a 21 de outubro de 2008, bem como dos consultores e componentes do grupo de trabalho da CPI". Eu tenho a impressão que, se vocês depois prenderem ir, combinar com a Secretaria aqui para ver a forma. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento nº 204.

Requerimento nº 205. "Requer, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Evandro de Carvalho Sobrinho". É importante ele ser ouvido aqui por ser funcionário da Casa. Ele foi acusado e, infelizmente, nós não podemos deixar de ouvi-lo, porque ele é objeto de investigação. Em

votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Outro requerimento do Magno Malta. “Solicita, nos termos regimentais, à Juíza da Comarca de Santa Isabel, o envio de cópia dos autos do Processo nº 151/06 e seus apensos, referentes ao caso da menor Tamires”. Eu só queria explicar esse caso um pouquinho de Santa Isabel, porque ele também fez uma diligência reservada lá, mas eu falei com o advogado da parte, a mãe da vítima, e ele estava em grande dificuldade de ser atendido pela autoridade do Judiciário e do Ministério Público Estadual, porque estava envolvendo o Prefeito candidato à reeleição. Aí eu liguei para ela, a Dra. Vera, ela concordou em recebê-lo e ele fez a representação. Depois ele trouxe alguns documentos e os senhores, se quiserem examinar depois, seria interessante. Então em votação. Aprovado. Porque ele me ligou no final da semana passada dizendo que uma das meninas citadas, que foram abusadas, desapareceu. Eu até agora não recebi notícia se ela foi encontrada. Têm três meninas desaparecidas, que viviam numa Casa de Proteção, num abrigo, ele diz que é uma coisa inaceitável o abrigo em que vivem essas crianças. Então ele fez uma diligência e nós vamos requerer uma nova diligência para que se faça pela CPI. Então os senhores e senhoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esse é meu, eu vou pedir para o senhor. Tem esse, tem esse e tem esse.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – “Requeiro, nos termos dos art. 148 e 149 do Regimento Interno do Senado Federal, designar os Srs. Gláucio Ribeiro de Pinho e José Augusto Panisset Santana, acompanhados do Procurador André Ubaldino e dos Delegados da Polícia Federal que compõem o Grupo de Trabalho da CPI, a efetuarem diligência em Santa Isabel, São Paulo, objetivando colher subsídios junto ao Ministério Público do Estado (GAECO-SP) e demais órgãos em relação aos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças ocorridas naquela Comarca. Senador Romeu Tuma”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de pedofilia e a relação desses crimes com o crime organizado (CPI da Pedofilia), determine à consultoria legislativa do Senado Federal, com a contribuição de outros se-

tores da sociedade civil relacionadas à matéria, promovam estudos no sentido da criação de um Juizado Especial Familiar Criminal, destinado exclusivamente a julgar os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, principalmente quando a violência é praticada pelos pais, padrastos ou outros familiares da vítima, nos moldes em que foi elaborada a Lei Maria da Penha e instituído o Juizado Especial de Violência Doméstica Contra a Mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Essa idéia nasceu de uma conversa com algumas pessoas, eu fiz essa proposta, eu não sei se ela tem ou não validade, porque as mulheres, às vezes, o padrasto ou o pai abusa da criança e há o medo da mulher em não denunciar. E talvez uma Vara Especializada, como tem da Violência Contra a Mulher, poderia colaborar, mas definindo do abuso sexual e da pedofilia. Então em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Depois eu parei a palavra, se alguém quiser fazer algum comentário nós faremos.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Srª Ana Nunes de Almeida seja convidada para prestar esclarecimentos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de pedofilia e a relação desses crimes com o crime organizado (CPI da Pedofilia), em virtude das denúncias contundentes que me foram apresentadas pessoalmente pela referida cidadã, comprovadas por intermédio do material anexo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Esse foi um caso que eu fui convidado a ir no Programa da Olga Bongiovanni, na Rede TV!, e essa senhora estava lá. Esse requerimento tem ligação com o outro. Por quê? Porque o Juiz determinou que o pai, que ela denunciou como abusando das filhas, ele mandou que exercesse o direito de visitá-las uma vez por mês ou a cada quinze dias. Então é uma coisa assim um pouco... Ela fez denúncia na Polícia, fez denúncia no Judiciário, sendo que o Ministério Público não conseguiu impedir que o Juiz determinasse esta visita. Então ela entra em pânico, em desespero cada vez que tem que cumprir. Ela se dispôs a vir depor na CPI e eu fiquei muito sensibilizado porque a gente sente quando a pessoa está depondo, falando, o sentimento de verdade na exposição. Eu me convenci. Agora é claro que ela vindo aqui, talvez os senhores, com bastante experiência, poderão chegar a uma conclusão mais exata para dar uma cobertura para essa senhora, porque eu acho que ela está sofrendo muito com esta possibilidade de permanentemente entregar as filhas

ao pai. Então os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não tendo mais nenhum, eu pergunto se algum dos Srs. Delegados ou Promotores, Procuradores, desejam fazer qualquer comentário, com toda a liberdade. Pois não, Adriana.

SRA. ADRIANA SCARDA MAGLIA: Já que o senhor nos franqueou a palavra, eu só tive algumas dúvidas relacionadas a esse Juizado. Eu não me recordo direito o nome. É Juizado Especial?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Isso é uma tese, é uma idéia que nós vamos ter que discutir. Eu vou precisar da colaboração dos senhores. É criar uma Vara Especial só para decidir os casos de pedofilia e essas decisões de quando há acusação contra o pai, o padrasto, o Juiz decidir se pode ou não fazer essas visitas, qual é o tipo de comportamento, porque eu acho que não misturará com muitos processos que têm. É uma tese que a gente vai discutir, saber se vale a pena fazer o projeto ou não, tanto é que eu não quis apresentar o projeto sem primeiro ter uma discussão em Plenário, com a colaboração de vocês, para ver se vale a pena ou não.

SRA. ADRIANA SCARDA MAGLIA: Não, valer a pena, assim analisando de pronto, eu acho que valeria, só que têm várias regras de competência aí que nós vamos ter que estudar, tipo em razão da matéria, e, talvez assim, o mais importante é tipificar mais as condutas, porque eu acho que acima de criarem-se novas Varas é punir quem precisa ser punido com base numa legislação melhor. Era isso que eu queria deixar consignado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Perfeito. É por isso que eu trouxe como requerimento e não como proposta de Projeto de Lei para ir a Plenário sem um estudo preliminar, porque é uma coisa muito delicada no meu ponto de vista. Então como teve a idéia, até a Jussana falou: “Faz por requerimento que aí se discute, se aprofunda um pouco e se busca uma solução negativa ou positiva”. Então eu agradeço a atenção, eu não sei se o doutor...

SR. ANTONIO CARLOS SOBRAL: Senador, boa tarde, Senador Virginio. Eu gostaria só de fazer um registro de que na semana passada a Espanha, a partir das informações encaminhadas pelo Brasil, no âmbito da Operação Carrossel, desenvolveu a maior operação de combate à pornografia infantil naquele país, com mais de cento vinte e um presos e outros noventa indiciados. Para nós, que teve a participação da CPI, para nós é muito gratificante colaborar na repressão, inclusive em outros países, como aconteceu na Espanha, na Grécia, em Israel e temos a informação que outros países também estão desenvolvendo

suas operações a partir das informações encaminhadas pelo Brasil. Realmente é muito importante e gratificante participar desse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB – SP) – Eu agradeço ao senhor, eu ouvi o noticiário sobre isto e essa importância da vinculação, que partiu dos senhores, de se transformar como um trabalho internacional na busca realmente da colaboração de todos os setores em razão de ser difícil. A Internet hoje alcança qualquer parte do mundo com muita rapidez e para vender esses processos que vocês estão examinando é muito fácil. Botou lá, vai embora. Então eu agradeço ao senhor. Alguma das outras Procuradoras desejam fazer uso da palavra? O mineiro nosso lá quer falar?

Então não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença, agradeço todas as providências e dou por encerrada a Sessão. Espero que o resultado dessa quebra de sigilo tenha um bom avanço com vocês e com a Polícia Federal. Muito obrigado pela presença e pela ajuda que estão dando à CPI.

Sessão encerrada às 15h49. – Senador Magno Malta, Presidente.

ATA DA 29^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29^a Reunião, realizada em 4 de novembro de 2008, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi ouvido com convidado, o senhor Pedro Ricardo Araújo Carvalho, Diretor da Polícia do Senado Federal.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta (PR – ES) – Presidente, Virgílio de Carvalho (PSC – SE)**

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Visto que temos alguns Senadores em viagem oficial e não tendo quorum para a abertura, eu quero fazer algumas comunicações.

Primeiro dizer, Senador Virginio, hoje de maneira informal, mas na próxima Sessão de maneira formal, dessa é informal porque não temos quorum para isso, mas eu posso fazer de punho, V.Exa., eu estou nomeando como Sub-Relator-Geral da CPI, para que nós tenhamos mais mobilidade.

Em segundo lugar, eu gostaria de comunicar que o Primeiro Simpósio Internacional, ocorrido no Brasil, de enfrentamento da pedofilia, com a ajuda da Embaixada Americana, dos mecanismos de defesa da criança, com a presença dos adidos americanos, dos especialistas americanos, com representantes da Google International, da Microsoft, sediado no Espírito Santo, com a presença dos assessores da CPI da Pedofilia no Tribunal de Justiça, foi um sucesso. Eu jamais na minha

vida tinha visto tanto Promotor junto, tanto Juiz junto, os Conselhos Tutelares, alunos de Direito interessados na causa da criança, no mesmo lugar.

Aqui estão a Dra. Catarina e a Dra. Carla. A Dra. Catarina é Procuradora, a Dra. Carla é Promotora do nosso Estado, que estiveram no encontro, que mediram, que foram mediadoras na Mesa, debates dos mais significativos, dos mais importantes, com decisões importantes, quando eu tive a oportunidade na ocasião de também lançar a cartilha elaborada por nós, Abuso Sexual Infanto-Juvenil, nessa campanha Todos Contra a Pedofilia, uma cartilha de dezessete páginas que tem perguntas e respostas que o sujeito, por mais simplório que seja, se torna minimamente um professor dentro da própria casa para poder auxiliar a família. São perguntas e respostas inteligentes que um professor, um catedrático, desde a faculdade, a escola de primeiro e segundo grau, desde as ONGs, as igrejas, e colocamos no site para que qualquer um possa reproduzir, tem autorização para a reprodução, com uma janela aberta para que em sendo uma ONG se coloque o patrocínio da ONG, em sendo empresa, qualquer empresa, possa colocar o seu patrimônio, se seja igreja pode colocar quem está publicando a cartilha, a não ser a fachada que leva as informações da CPI da Pedofilia que deve ser mantida e que em larga escala ela tem tomado corpo no Brasil.

E aí, Senador Virginio, a virtude dessa CPI foi ter aberto os olhos da sociedade brasileira. Eu acho que é essa é a grande virtude, a CPI acordou o Brasil e participou de um movimento de acordar o mundo de uma forma muito significativa. Quando eu participei da Assembléia da ONU, em Genebra, quando me pronunciei sobre o enfrentamento da Google parecia que o mundo estava soltando fogos de uma vitória que repercutiu para todos.

De maneira que a nossa agenda, que retomamos depois do processo eleitoral... O Dr. Augusto me informa do Regimento Interno, o Senador Virginio nesse momento é Relator *ad-hoc*, e a gente vai aproveitar para ouvir o Pedro, já que o Regimento Interno permite.

Mas ainda relato que as nossas atividades, agora o que temos que fazer nesse momento, eu acho que primordial para essa CPI, é que nós agora busquemos os esforços na Câmara dos Deputados para que a mudança no ECA, no 240 e 241 do ECA, que criminaliza a posse de material pornográfico contra a criança, possa ser votado urgentemente, em regime de urgência para ser sancionado pelo Presidente, para que nós cruzemos o ano. Espero que na próxima semana já, nos próximos dez dias, nós votemos a tipificação do crime de pedofilia, o tipo penal pedofilia, de zero a catorze anos, trinta anos sem progressão de regime,

e que antes do final do ano nós tenhamos essas duas leis, que são importantíssimas para o Brasil, já sancionadas pelo Presidente da República.

Quero informar também, Senador Virginio, que os assessores da CPI, conjuntamente com as Teles, que mandou os seus representantes, por uma iniciativa dessa CPI, estão durante todas as semanas estudando, trabalhando um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta das Teles para que elas cumpram, dentro de um layout proposto por nós, resposta rápida, imediata nas quebras de sigilo. Prometeu-me a Google que ainda na próxima semana me entrega a quebra dos dezoito mil e quinhentos álbuns para que começamos a abrir, na perspectiva de que aí se encontrem sete mil pedófilos.

Na última Sessão da CPI, que foi presidida pelo seu Vice-Presidente Romeu Tuma, quebrou-se um sigilo de mais mil e duzentas páginas, mil e sessenta cinco páginas comprovadas de pedofilia, para que nós não cometamos o erro e paguemos o mico que temos pago aqui no Brasil de constatar o pedófilo, de identificar o pedófilo e não termos como prendê-los, porque vamos ter que fazer busca e apreensão ao invés de mandado de prisão, como fazem os outros países, para essa gente. Constatando dados com muito sofrimento, dados de que o abuso de criança no Brasil já se iguala ao uso de droga. Você imaginar que tem gente abusando de criança no Brasil no mesmo nível, no mesmo montante de que tem gente usando droga é muita coisa para quem há nove meses, dez meses atrás, imaginava que nada se tinha.

Então nós vamos continuar as oitivas, hoje nós vamos ouvir como convidado o Diretor da Polícia do Senado, o Pedro, que foi quem identificou, junto com a polícia do Senado, o Sr. José Carlos Jacob de Carvalho, assessor do Banco Central, que estava à disposição da Comissão de Economia aqui do Senado, que tem sido procurado para essa oitiva de amanhã e não tem sido encontrado. A informação que temos é que ele tirou licença até 2010. Eu vou fazer um contato com o advogado dele hoje à tarde, mas já anunciando que o não comparecimento amanhã, ele será reconvidado e a Polícia Federal será chamada para que ele venha coercitivamente, debaixo de vara. Vira um problema da Polícia Federal, que vai procurá-lo e vai trazer para depor nessa CPI. Não adianta tirar licença até 2010, esperar a CPI acabar, que não é assim que a banda toca. Vai depor mesmo.

O outro caso é do Sr. Wevandro Carvalho Sobrinho, que hoje é chefe de gabinete aqui no Senado, que também foi acusado de pedofilia, para que o Delegado do caso, ele virá amanhã, o Delegado do caso possa também vir à CPI para falar sobre as investigações

desse caso, para que nós... Ele é ex-chefe de gabinete do Ministro Senador Lobão, Édison Lobão. Por favor, preparem esse convite ao Sr. Delegado do caso.

Comunico ainda também, Senador Virginio, e aí chamo a atenção dos assessores da CPI, da Dra. Ana, que é igual a uma menina de escola, tudo conversando, Dra. Catarina, Dr. Sobral, meu aluno mais comportado, Dra. Carla, Priscila, Luiz Fernando, porque eu tive uma idéia lá no encontro em Vitória, Ana, ouvindo os adidos e ouvindo das nossas dificuldades com relação a pedófilos internacionais, as medidas que os países estão tomando, e quando o adido americano falava da lei específica que os Estados Unidos dispõe para punir americanos que cometem crime de pedofilia em outros países, me veio uma idéia e hoje eu já compartilhei com o Itamaraty, que eles acharam maravilhosa e que nós precisamos construir aqui, quem sabe com o auxílio do próprio Itamaraty, uma lei para que nós votemos ainda antes do final de ano, porque para as pessoas que não sabem existe o turismo sexual no Brasil e existe o turismo de pedofilia, disfarçado, como se fosse desfrute sexual de adulto, mas no fundo essa é a fachada para que os pedófilos venham. Seria da seguinte maneira: todo cidadão, no mundo inteiro, que procurar uma Embaixada do Brasil para vir a este país, que a Embaixada levante o seu histórico criminal. É esse mesmo o termo? Seus antecedentes criminais. E se nos antecedentes ele responde a algum processo de abuso de criança ou cumpriu pena de abuso de criança, seja qual for a situação que tenha criança no meio do seu delito, esse cidadão jamais entrará no Brasil, não terá visto para entrar na Nação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, mas nada que é inconstitucional... Quem escreveu a Constituição, se foi inconstitucional, foi o ser humano. A resposta que eu tenho dos nossos irmãos americanos é que nem eles pensaram nisso, que certamente será uma idéia para o mundo, será uma idéia para o mundo. Então eu prefiro pagar o preço de ouvir um discurso de alguém em Plenário que diga que é inconstitucional, deixa o pedófilo entrar, do que pagar pela omissão de não ter feito e ter e ver a televisão dizer: "Olha, pedófilo europeu entrou aqui, abusou de criança, quando já tinha condenação no seu país".

Então de qualquer maneira, mesmo assim, eu gostaria que a inteligência dessa assessoria buscasse uma maneira para a gente discutir isso, colocar no papel, colocar no papel, porque eu acho absolutamente importante. Eu falei hoje com o Itamaraty, falei com a assessora dessa área do Itamaraty, que esteve no

meu gabinete, e ela falou comigo: "Excelente idéia, excelente idéia". Falei com os adidos americanos, disseram: "Nem nós pensamos nisso". Então eu espero que essa seja uma contribuição e que nós abramos um precedente para o mundo, porque pedófilos entram no Brasil como bons pais de família, até adotam e levam as nossas crianças embora, respondendo o crime de pedofilia no seu país. Aliás, acho que essa, na defesa da criança, será, deve ser--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para a adoção sejam verificados se ele tem antecedentes em pedofilia, aí sim a gente pode fazer uma legislação--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Mas esse não é o meu fato, ainda não é essa CPI da Adoção. Eu quero entrar nessa também, que eu acho que tem criança sendo abusada, sendo levada, achando que vai ter colo de pai e mãe, quando na verdade está indo para o abuso sexual.

Mas eu gostaria de impedir que aqueles que visitam esse país para abusar das nossas crianças, sejam impedidos de entrar aqui. Outras pessoas são impedidas por menos coisa, que não tem crime. A pessoa é impedida por dizer que vem fazer turismo aqui, mas não tem como justificar a renda desse turismo. A pessoa que está limpa no seu país é impedida de entrar, quanto mais um sujeito que está respondendo a um crime de acusação de pedofilia, de abuso de criança. Eu acho que é uma atitude para o mundo. Como nós nos inserimos nesse contexto, num contexto de luta de defesa da criança, e o mundo tem reconhecido o esforço do Brasil, eu acho que essa discussão posta por nós nos insere mais ainda nesse contexto. Senador Virginio.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Presidente, eu gostaria de, primeiramente, parabenizar pela cartilha, que eu acho que é de grande valia e que vai contribuir bastante para dar conhecimento ao público. Também as informações que S. Ex^a. tem trazido nesta tarde do Seminário, e eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que, como resultado daquela solicitação que nós fizemos no Panamá, que nós tivemos um contato direto lá com os governantes daquele país, então eu tenho recebido uma resposta e o Itamaraty está solicitando que a gente faça o requerimento oficial que eles estão, inclusive, muito interessados em participar, colaborar, melhor dizendo, com a CPI aqui do Brasil. E o Governo do Panamá, eles disseram que... eles parabenizaram e eles estão bem dispostos e querem oferecer informações, estão esperando somente que seja oficializado entre essa CPI, através do Itamaraty. Foi inclusive o que nos disse a Embaixadora do Itamaraty, faz algumas semanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Para explicar para as pessoas que vêm em casa, o Senador Virginio esteve no Panamá e falou em nome dessa CPI, e é possível, eu não sei, mais a assessoria depois pode informar, se na quebra do sigilo do Orkut nós encontramos pedófilos no Panamá e, se os encontramos, temos como oferecer--

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE)

– Isso, nós inclusive temos alguns sites que se hospedam no Panamá e por isso foi que foi levado essa comprovação para eles, eles acharam muito interessante e estão dispostos a liberar para que o Brasil possa atuar com esses sites que estão hospedados lá no Panamá, graças à nossa assessoria da CPI, que nos forneceu uma lista desses sites.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – É, os sites, é muito importante depois até consultar o Dr. Sobral, junto com o Dr. Thiago, e levantar quais são esses sites que estão hospedados lá para que a gente possa fornecer para o Governo, através eu não sei se do Itamaraty, deve ser, não é da Interpol porque não é pedido de prisão, não é operação, mas através do Itamaraty as informações que nós dispomos aqui para que o Governo local do Panamá possa buscar as suas providências.

Eu tenho que registrar com muita felicidade é que a CPI da Pedofilia tomou corpo no Brasil. As pessoas se despertaram, a sociedade acordou, a sociedade rejeita, ninguém quer conviver com esse crime, ninguém quer acobertar, ninguém está disposto a acobertar pedófilo. A imprensa como um todo virou parte significativa, das mais significâncias, e percebo que os meios de comunicações agem como um cidadão comum, com um sentimento paterno, com um sentimento materno, de quem ver debelado(F) um crime e que rejeita aqueles que de auto-deliberação, na busca do seu prazer, abusa de criança da mais tenra idade sem o menor remorso, sem o menor sentimento. Todos os dias os jornais são folheados e crianças são abusadas todos os dias e pessoas são presas todos os dias, pena que numa realidade sem legislação o crime cibernético, ainda sem legislação, com tudo que nós já votamos aqui, está emperrado na Câmara.

Por isso eu faço um apelo, Senador Virginio, que V.Exa. me acompanhe em seguida, numa tentativa de estarmos com o Presidente da Câmara Arlindo Chinaglia. Nós temos tido a garantia do Governo de que fará um esforço para que a criminalização da posse do material contra a criança, pornográfico, seja votado urgentemente na Câmara, mas precisamos nos esforçar, correr atrás porque não é possível que enquanto crianças estão sendo abusadas e pedófilos continuam navegando na Internet, nós com uma lei pronta, está ali

na Câmara, é só dizer sim, uma lei que não tem como dizer não, porque é para combater um crime dos mais nefastos, e ela fica lá, e ela fica lá sem sair do lugar. E aí registro, com felicidade, a maneira como a mídia tem tratado essa questão.

Registro que em Vila Velha, no Espírito Santo também, nós começamos um movimento que colamos, por achar tão importante, um movimento chamado Mäes Contra a Pedofilia, que começou em Roraima após a prisão do Procurador com os milionários abusadores de crianças de Roraima, a revolta daquelas mulheres que trouxe essa inspiração e criamos um movimento para o Brasil, Mäes Contra a Pedofilia, nessa luta que é de todos. O Brasil inteiro, o Brasil inteiro hoje se preparando, as cidades brasileiras, no país inteiro, para se fazer um movimento de Mäes Contra a Pedofilia. Eu não tenho jeito de me ajeitar dentro da minha agenda mais para poder atender, para estar nesses lugares onde estão criando o movimento de Mäes Contra a Pedofilia, Mäes Contra a Pedofilia, e em alguns lugares essa coisa tomando corpo, de Jovens Contra a Pedofilia, Estudantes de Direito Contra a Pedofilia, há uma faculdade me solicitando a visita, que eles estão criando Universitários Contra a Pedofilia. Vejam como a sociedade vai repudiando o mais nefasto de todos os crimes e penso que essa é a grande virtude dessa CPI.

Eu queria convidar ao Pedro, tem esse adesivo de peito aqui, Todos Contra a Pedofilia, alguém poderia levá-los, vocês podem colar no peito aí, poderia passar para a imprensa também para todo mundo colocar no peito. Queria convidar o Pedro, chefe da polícia do Senado. O Pedro é o chefe da polícia do Senado, foi o Pedro que conduziu essa investigação, e aqui eu quero reforçar a importância é o valor da polícia do Senado. Quero parabenizar, Pedro, pelo trabalho, quero parabenizar pela maneira séria como a polícia do Senado tem se portado, não só nessa situação e diante desse problema, mas de todos os problemas que competem à polícia do Senado. A polícia do Senado merece um voto de louvor, que terá por escrito dessa CPI, por ser a polícia do Senado e essa CPI ser do Senado Federal, por esse trabalho prestado e pela identificação rápida de um crime ocorrido na rede, porque nós temos uma rede aqui no Senado, eu não sei se é de cinco mil ou mais computadores.

Eu vou passar a palavra ao Pedro e vou lhe deixar a vontade, Pedro, para que você possa narrar como veio essa denúncia, de onde veio, como a polícia se comportou, como a polícia agiu, como a polícia agiu até chegar aonde chegou, na construção desse inquérito, na abertura desses discos rígidos à perícia e toda essa movimentação. Eu não sei se você estava

aqui, eu comuniquei que esse primeiro cidadão, a informação é que tirou licença até 2010, eu não sei se na tentativa de esperar a CPI se encerrar, mas eu já determinei que, em não aparecendo amanhã, eu vou tentar falar com o advogado dele, certamente eu o re-convocarei e enviarei a convocação à Polícia Federal para que ele seja trazido coercitivamente. Tem a palavra, Pedro.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:

Obrigado, Senador. Para ajudar aqui na situação do Jacob, eu não sei se a CPI está sabendo, ele é um cidadão naturalizado, ele é português de nascença. Eu não sei se ele contém o passaporte também português, isso aí pode facilitar talvez a Polícia Federal, ela possa informar se ele não viajou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Ele é naturalizado?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:

Naturalizado desde, parece, que de 1997.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Mas como Portugal está procurando pedófilo igual a nós, aliás, eu falo na imprensa de Portugal todo dia, porque a partir das operações que a Polícia Federal despachou para eles, os pedófilos portugueses e as prisões foram operacionalizadas através da Interpol, certamente nós não teremos dificuldade em encontrá-lo lá não.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:

É, na verdade o intuito é mais para ajudar na localização do Jacob.

Eu queria agradecer primeiramente a oportunidade para a gente poder esclarecer os fatos que ocorreram sobre esse caso de pedofilia dentro da rede do Senado. Esclarecer que a rede do Senado, ela é, na verdade, uma rede muito segura. Desde que eu assumi a diretoria da polícia do Senado, juntamente com o pessoal do PRODASEN, a gente tem procurado fazer um trabalho realmente de bloquear sites de pornografia, usamos alguns programas com algumas palavras chaves, que ela não permite entrada de e-mails que venham denegrir a imagem do Senador, enfim, de qualquer pessoa que trabalha dentro do Senado. Isso também nós fazemos também com o 0800, também temos um programa lá que também nos ajuda na identificação de ameaças, enfim, de palavras chaves que venham a nos ajudar para fazer a investigação de ameaça contra o parlamentar, contra o funcionário.

Nós em 2007 recebemos, no começo de 2007, nós recebemos uma denúncia anônima de um funcionário interno do Senado, que era um ramal, e ele dizendo que havia localizado na rede interna do Senado imagens de pornografia, de pedofilia dentro das máquinas. Nós fizemos um contato com o pessoal do

PRODASEN, o nosso pessoal da investigação, da polícia do Senado, e nós começamos a fazer um acompanhamento da movimentação dessa máquina e de outras, fizemos uma varredura em toda a rede para ver se não existiria mais nenhuma máquina sendo utilizada neste tipo de situação. Passado mais ou menos uns dez dias da primeira denúncia o cidadão voltou a ligar de novo, achando que nós não tínhamos tomado nenhuma atitude, e dizendo que iria à imprensa, à Polícia Federal, enfim, fazer todo um escândalo para ver se nós tomávamos algumas providências. Diante desse fato nós antecipamos a nossa atuação. O que nós fizemos? Eu fui pessoalmente, acompanhado com mais alguns agentes meus, mais o pessoal do PRODASEN, nós fomos ao gabinete onde estava localizada essa máquina, conversei diretamente com a chefe de gabinete, o Senador não estava, informamos a situação, pedimos que todos saíssem da sala, fizemos todo o isolamento da máquina, o pessoal do PRODASEN foi lá, lacrou todos os equipamentos, e a partir daí fizemos todo o procedimento jurídico. O Senador, quando tomou pé da situação, imediatamente demitiu, exonerou a pessoa, e aí nós começamos a fazer toda a análise. Mandamos esse computador, memória, fora a que ele tinha também, tudo que tinha no computador ligado naquele momento nós isolamos tudo e encaminhamos para a Polícia Federal, para a perícia da Polícia Federal. Eu queria até abrir um parêntese sobre isso, porque como o senhor falou, Senador, a vantagem de nós termos uma polícia do Legislativo é exatamente essa, porque facilita a atuação dos Srs. Senadores(F), a proteção da Casa.

Mas, infelizmente, nós não contamos ainda com um Instituto de Criminalística. Por mais que nós temos pessoas capacitadas, técnicas, que possam fazer todo tipo de perícia, nós não podemos emitir um laudo, e nós precisamos ainda da Polícia Civil e no caso da Polícia Federal quando o crime é contra a União. E nesse caso nós mandamos no começo do ano de 2007 e nós só recebemos o retorno dessa perícia um ano depois, quer dizer, a gente sabe que a Polícia Federal nos ajuda muito, eles têm muito trabalho. Então realmente nós tivemos que esperar esse tempo todo para podermos ter a confirmação do crime, porque como todos os senhores sabem esse crime é um crime difícil de ser comprovado. Realmente nós conseguimos caracterizar esse crime por quê? Porque ele deixou na rede interna, não distribuiu, mas deixou ao acesso fácil, qualquer pessoa que tenha acesso à rede, sem nenhuma senha especial, sem nenhuma proteção especial, teria acesso àquelas imagens que realmente, para quem viu, realmente choca, choca, são imagens realmente muito chocantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – São abusos de criança de mamadeira na mão, criança de berço.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
É, pessoas que já viram outras imagens também, o pessoal do Ministério Público que viram as imagens também, ficaram chocados. Uma das imagens mais chocantes que já viram sobre isso. Realmente é um crime hediondo, como o senhor falou, é um crime que nós temos que tentar extirpar da nossa sociedade.

Então diante dessa demora toda, nós fizemos um trabalho realmente sigiloso, não podíamos deixar vazar nada para a imprensa para denegrir a imagem de uma pessoa, até pela presente data sem prova nenhuma, que estava tendo essa questão de pedofilia. Era essa a nossa preocupação, realmente a gente não pode denegrir a imagem de uma pessoa sem prova, sem ter um crime realmente caracterizado, para não sermos levianos.

Depois da volta da perícia foi encaminhado, foi feita a denúncia no Ministério Público, à justiça, foi aceita a denúncia e hoje ele está respondendo na justiça sobre esses crimes que ele cometeu.

E tem essa questão que agora que o senhor me falou, que ele agora parece que pediu licença, que está fugido, vamos dizer assim, está desaparecido para amanhã vir depor.

Então basicamente foram esses os fatos que ocorreram até nós chegarmos à confirmação do crime e a denúncia à Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Você, Pedro, você chegou a ter alguma conversa com ele?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Tive.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – E quais foram as explicações dele?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Ele alegou que estava fazendo um trabalho, que ele era um pesquisador e estava escrevendo um livro sobre sexualidade. Aí eu questionei a ele, eu falei assim: "Mas engraçado, sexualidade não tem nada a ver. Desde quando criança, bebês, enfim, tem a ver com sexualidade?" Então ele passou o tempo todo, não só nessa conversa informal comigo, mas também junto com o meu pessoal da nossa Delegacia, que ele prestou uma declaração formal, ele se baseou dizendo que estava fazendo um trabalho sobre sexualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Mas questionado sobre as imagens de criança, ele dizia o quê?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Que fazia parte do trabalho dele, que ele precisava fazer uma pesquisa aprofundada daquela situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Fazia parte do trabalho?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
É, sobre sexualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Até porque no computador tinham outras imagens dele em trajes meio... Aquelas ele explicou o que, daquelas lá? Faz parte?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Não explicou não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Não. Aquela ali que talvez ele pudesse dizer que fazia parte do estudo, porque ali poderia até ser, mas daquela ali ele não falou nada para a gente. Agora naquelas que realmente são chocantes, com questão de criança, ele falou que fazia parte de um trabalho que ele estava fazendo sobre sexualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu não sei se o Senador Virginio entrou em contato com o inquérito, mas as fotografias do computador trazem imagens de abuso de criança muito novas, de crianças de berço. É um negócio lamentável. E outras imagens dele mesmo, alguém deve ter filmado, ele ou a própria esposa, porque também tem algumas imagens dele com uma outra mulher e tal, que são coisas que estavam lá no computador dele.

Ele foi pego, só para ficar claro, foi no gabinete do Senador Aloízio Mercadante, porque se não ficam conjecturando que Senador que foi, o Senador Mercadante o demitiu no mesmo dia, o devolveu no mesmo dia, ele fez essa mesma conversa afiada para o Aloízio, o Senador Aloízio o demitiu. No dia que a CPI foi instalada o Senador Aloízio me mandou um documento comunicando sobre esse servidor, que ele havia demitido, e me mandou junto com esse documento a demissão do servidor no dia em que foi pego, de maneira que o Senador Aloízio Mercadante tomou todas as medidas de preservação da Casa, de preservação do seu gabinete e o devolveu. E esse cidadão, até onde se sabe, é um economista qualificado, que serviu a diversos Governos, o Governo Itamar, o Governo Fernando Henrique, na área de economia, estava aqui servindo ao Governo Lula, ele estava na Comissão de Economia assessorando ao Senador Aloízio Mercadante.

Quando eu comecei a CPI da Pedofilia, Pedro, que eu dizia que a pedofilia estava em todo lugar, que ela estava na faculdade, que ela tinha anel no dedo, que ela era analfabeta, que rezava a missa, que an-

dava com Bíblia na mão, estava nas colunas sociais, tinha patente, as pessoas diziam: "Esse cara está exagerando". E hoje, o seu depoimento, não é falando sobre um analfabeto, um despreparado que, alcoolizado, abusou da sua enteada, como são as notinhas até dez meses, um ano atrás a gente via de vez em quando nos jornais como se pedofilia não fosse esse monstro que é.

Eu gostaria que você relatasse para nós, eu não sei se o Senador quer fazer alguma pergunta nesse sentido ao Pedro, mas que relatasse para nós sobre o segundo caso.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Qual segundo caso, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Até onde entrou a polícia do Senado no caso do Wevandro, chefe de gabinete, ou vocês só foram comunicados da investigação?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
É, nós fomos comunicados quando ele foi... no início da investigação, nós vamos comunicados um dia antes talvez das matérias que saíram no jornal, só que nós não tivemos participação. Toda a situação foi feita pela Polícia Civil de Brasília, mas até onde eu sei, ele não foi enquadrado na questão da pedofilia. Eu acho que as meninas eram maiores de catorze anos, então na verdade é mais um incentivo à prostituição infantil, talvez enquadrasse melhor nisso daí. Mas eu não posso fazer nenhum comentário sobre esse assunto, Senador, porque realmente eu não tive acesso ao teor do inquérito, realmente não tivemos acesso e a única coisa que nós tivemos participação foi na comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – O Delegado não chegou a procurar a polícia do Senado? Houve alguma busca e apreensão em algum equipamento aqui?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Não, dentro do Senado não. Não porque qualquer busca e apreensão aqui dentro tem que ser comunicada a polícia do Senado, é feito por nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu estou convidando o Delegado do caso, o Delegado que acompanhou o caso, ele acompanhou muito de perto, porque eu o acompanhei na mídia e vi imagens de câmera interna, tanto do Senado, com tem do prédio dele. Então, quer dizer, a polícia já tinha na mão coisas que havia requerido, de maneira que há um inquérito substancial.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
É, aquelas imagens, na verdade, são todas do prédio, não só do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não tem nenhuma daqui?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Aquele imagem da garagem, que são imagens que as meninas estão entrando para vender coisas aqui dentro, aliás, disse que no depoimento dele, ele disse que essas crianças, que essas meninas vendiam coisas aqui dentro e até houve alguns questionamentos de que como é que a segurança permite que pessoas entram aqui com bolsas para vender e tal, ainda mais gente menor de idade. Então não--

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
É, na verdade nenhuma daquelas imagens que foram mostradas são do Senado, são todas do prédio, do circuito interno do prédio. Agora na questão de vendas, Senador, a gente trabalha realmente, é um trabalho árduo que a gente faz aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não, não vamos entrar nisso não, porque mesmo que houvesse falha para entrar, não justifica o cara ser pedófilo. Agora o cara é pedófilo e diz: "Não, é porque largaram entrar para vender coisa aqui". E por causa disso você virou pedófilo? Quer dizer, o nosso caso é de pedofilia, não vamos entrar nessa questão de segurança, ainda que tenha falhado, porque não justifica o cara abusar de uma criança só porque entrou para vender. Então o cara...

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Não justifica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Pega a mulher traindo no sofá, ele pega e bota fogo no sofá. Então não é disso realmente que estamos falando, nós estamos falando de pedofilia e é nesse caso que eu queria entrar.

De maneira que nesse segundo, então, nós vamos ouvir como convidado nosso, como está no seu caso aqui, não em oitiva, o Delegado, para que a gente tenha mais informações sobre isso, até para dar uma resposta à sociedade, porque afinal de contas um servidor do Senado, chefe de gabinete, acusado de abuso de criança, ainda que tenha catorze anos de idade, que não se enquadra no crime de pedofilia, mas no crime de atentado violento ao pudor e tal, que nós possamos ouvi-lo sobre isso, quer dizer, ainda que ele tenha sido denunciado ao Ministério Público, até porque na CPI não precisa disso, o sujeito foi denunciado de pedofilia e nós podemos ouvir, independente de que a polícia ouviu ele, se deixou de ouvir, para nós não temos esse problema porque a CPI tem esse poder.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO:
Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas eu não tinha essa informação, Pedro, a informação do inquérito, do Jacob, de que ele--

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: É naturalizado?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É naturalizado.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: Está no inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Tem dupla cidadania.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: Está no inquérito, está dentro do inquérito. Eu não sei, como eu falei para o senhor, eu não sei se ele tem o passaporte português ou da comunidade europeia, mas ele é naturalizado, ele é natural de Lisboa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – De Lisboa?

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: É, ele é português de nascimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu queria até, Senador Virginio, que V.Exa. entrasse em contato com a assessoria para olhar o inquérito, porque no inquérito tem todas as imagens e tem todos os laudos da polícia, da Polícia Federal, comprovando o crime de pedofilia, tem todo o histórico dele, aquele inquérito que foi montado pela polícia do Senado.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: E reforçando o que o senhor falou, ele não é uma pessoa, como o senhor falou, analfabeto. Pelo contrário, poucas pessoas que eu conheço tem o currículum que ele tem e já tiveram a função na parte de economia que ele tem. O currículum dele é invejável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É invejável realmente.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: É.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É bom que fosse analfabeto e não abusasse de criança,

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: É, o bom se não abusasse de criança, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, ou analfabeto ou com currículum. Seria bom que V.Exa. fizesse contato com esse inquérito, para dar uma olhada nesse inquérito que está muito bem feito, eu quero parabenizar o trabalho que foi feito pela polícia do Senado.

SR. PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E lá o que veio da Polícia Federal, toda a

perícia que veio da Polícia Federal está dentro do inquérito, as fotografias também, existe um risco rígido sobre isso, imagens que ele coletava, o **modus operandi** de abuso e muitas imagens pessoais, quer dizer, então o pedófilo, além de ter a tara do seu prazer, ser garantido pelo abuso, ele tem a tara do exibicionismo e isso é que faz eles quebrarem a cara, porque querem filmar, querem fotografar.

Pedro, eu estou satisfeito com o que eu ouvi de você, eu quero reafirmar que eu vou tentar falar com o advogado dele, que é o Dr. Irapuã, que fez contato comigo, para saber o paradeiro dele, para confirmar a estada dele na CPI para amanhã às dez horas. Em não estando, nós nos reunimos de qualquer maneira. Eu preciso reconfirmar essa convocação ou mando a convocação para Polícia Federal? Se eu não preciso, eu vou, então, mandar para a Polícia Federal para que ele seja trazido coercitivamente, debaixo de vara. Se realmente ele tem dupla cidadania e dizem que ele tirou licença até 2010, isso é que nós não temos confirmação se ele se evadiu ou não, mas se ele se evadiu, certamente nós vamos comunicar a Polícia Federal e eu queria... A gente podia até... Eu posso fazer isso de punho, Augusto? Eu vou fazer de punho e eu gostaria do empenho do Dr. Sobral para que a Polícia Federal nos auxiliasse para saber se realmente ele saiu do país, para que a gente já tenha algumas convicções das posições que vamos tomar no dia de amanhã. Como Portugal, se foi a Portugal, é um país irmão, nós podemos mandar o inquérito para lá, cópia do inquérito e das posições judiciais no Brasil. Ele foi denunciado, a denúncia foi aceita, e todo o material que a CPI dispõe para as autoridades portuguesas. Vamos tomar providência.

Pedro, eu agradeço a você por ter participado, mas mais uma vez eu quero parabenizar à polícia do Senado, quero mais uma vez reafirmar a minha confiança e dizer que a polícia do Senado foi precisa nesse momento, e esse cuidado, depois de ter feito um pente fino na rede, eu soube que foi feito para ver se ele havia espalhado imagens pela rede, foi preciso também. Quero parabenizar também ao Senador Aloízio Mercadante por ter tomado providências imediatas, e confirmar que nós recebemos documento da parte do Senador no dia em que o devolveu e comunicando a essa CPI, Senador, no dia da instalação da CPI ele comunicou esse caso de pedofilia que ocorreu no seu gabinete e que esse servidor havia sido mandado de volta para o Banco Central por iniciativa do próprio Senador.

Amanhã, em havendo a confirmação do comparecimento do Sr. Jacob, nós vamos estar reunidos às dez horas. Eu gostaria que a assessoria, se pudesse acelerar o contato com o Delegado, para que a gente

pudesse ouvi-lo sobre o inquérito que ele está presidindo que envolve o servidor do Senado, que foi chefe de gabinete do Senador Lobão, para que nós amanhã não percamos mais um dia, o tempo urge para que possamos dar continuidade ao trabalho da CPI.

Muito obrigado, muito obrigado Pedro, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 15h11. – Senador Magno Malta, Presidente.

ATA DA 30ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2008, às onze horas e vinte minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi ouvido o senhor Ewandro de Carvalho Sobrinho, Servidor do Senado Federal. Foi aprovado o **Requerimento n.º 211/08**, requer seja convidada a prestar esclarecimentos a CPI a Srª Lucinda Serachi.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta (PR – ES), Presidente – Romeu Tuma (PTB – SP) – Geraldo Mesquita (PMDB – AC) – Virgílio de Carvalho (PSC – SE)**

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI que investiga a pedofilia no Brasil.

Havendo quorum regimental, declaro abertos os trabalhos. Antes de nós iniciarmos, eu quero propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aprovado.

Designei o Senador Virginio como sub-relator geral, em função dos muitos impedimentos e das muitas comissões que participam os nossos membros, inclusive, MERCOSUL, temos três no MERCOSUL. O Senador Tuma, o Senador Geraldo e o Senador Zambiasi, e o Senador Azeredo que participa de vez em quando também. Mas não é membro.

Quero comunicar que hoje será um dia histórico, não deveria ser, não tinha nada que comemorar, deveríamos ter a celeridade para que já tivéssemos saído desse mico de fazer operação, e, simplesmente, numa operação quando nós demandamos os países a que façam prisão de pedófilos, abusadores e predadores de criança, nós aqui ainda fazemos a busca e apreensão do computador de um pedófilo com mil, 2 mil, 5 mil fotos e filme de abuso de criança perícia, uma série de coisa para dar tempo dele ir embora.

Mas hoje está na pauta da Câmara para votação, segundo item, é a informação que temos. Terminando aqui eu gostaria de convidar os Srs. Senadores para que juntos fôssemos à Câmara, aos líderes para votar a criminalização da posse, finalmente, hoje, e de algumas coisas que essa CPI conseguiu. Primeiro:

acordar a nação, mexer com o sentimento da nação, abrir os olhos da nação. Eu penso que esse é o mais importante. Segundo lugar: fazer o enfrentamento dessa falta de legislação. Terceiro lugar: os ajustes de conduta. Como fizemos com a Google que está aqui hoje com seus representantes. Os termos de ajuste de conduta vamos assinar com as Teles, todas as operadoras de telefonia que já há 60 dias trabalham com a assessoria, Senador Geraldo, para assinar um termo de ajuste de conduta os operadores de telefonia no Brasil. E nós queremos parabenizá-los por isso, para vir para essa participação dessa demanda social. E a votação das leis criminalizando a posse, criminalizando a partir daí punindo quem filma, quem fotografa, quem transmite, quem entrega, seja amador, seja profissional, essas condutas todas que estão tipificadas. Nós vamos começar a mudar o quadro. Então a partir daí na próxima operação já não faremos mais busca e apreensão, mas também busca e apreensão, mas com mandato de prisão para aqueles que são predadores de criança.

E eu digo isso porque hoje nós temos a oitiva do Sr. José Carlos Jacob de Carvalho, servidor do Banco Central do Brasil, pego na rede do Senado. Um inquérito feito pela polícia do Senado e pelo Ministério Público do Distrito Federal. Ontem nós conseguimos um documento que esse cidadão se licenciou até 2011 do Banco Central, e a informação é que ele não está no país, como ele tem dupla cidadania está em Portugal.

Aqui eu tenho comigo o pedido dele de afastamento ao chefe do departamento pessoal até 2011, não sei se é uma estratégia porque esse exercício termina em 2010, mas tomo agora a decisão, Senador Geraldo, de enviar, de comunicar à Polícia Federal e peço à assessoria que comunique a Embaixada Portuguesa, porque nós enviaremos um inquérito à polícia portuguesa, enviaremos um inquérito à Embaixada Portuguesa, até porque os nossos irmãos portugueses também acordaram, acordaram para o combate à pedofilia em Portugal que é uma coisa tão dolorosa, nefasta e volumosa como é no Brasil.

Eu tenho falado com autoridades portuguesas e tenho falado com a mídia portuguesa, anteontem falei a um jornal português, e, certamente, nós vamos tomar essa decisão ainda hoje, no mais tardar amanhã, eu quero estar com o Embaixador Português para gente levar em mãos esse inquérito e a Polícia Federal, o contato com a Polícia Federal Portuguesa para despacharmos esse inquérito substancial, bem investigado com toda a perícia da Polícia Federal mostrando a pedofilia, o abuso de criança, aliás, com um material horrível de abuso de criança de berço, criança de um ano de idade, e não será – essa é a evasão até 2011

– que vai fazer com que nós esqueçamos esse inquérito do Sr. José Carlos Jacob servidor economista do Banco Central. Aí fica a minha tese, minha tese não, que eu dizia antigamente, que pedofilia não está só na periferia com pai bêbado que abusa de uma enteada, como víamos antigamente.

Quero comunicar também que essa presidência foi convocada a expor como palestrante na Câmara dos Deputados amanhã, um seminário sobre a influência da pornografia no aumento dos casos de abuso e exploração sexual infantil organizada pela Comissão de Segurança e Combate à Crime Organizado, com abertura prevista para 9h com o Presidente Arlindo Chinaglia. O evento também contará com a presença do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos Paulo Vanucci que apresentará a política do governo para reduzir os casos de abuso e exploração sexual de criança e adolescente.

Comunico que ontem quando estive na Embaixada Americana, fui convidado para ir votar e votei em Barack Obama, tirei um foto ao lado dele. Lá tinha a imagem dele e do MacCain em tamanho normal. Só não sabia que o negão era tão grande, fiquei miudinho ao lado dele. Bati uma foto, dei meu voto lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tu é cidadão americano?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, mas eles fizeram uma votação simbólica aqui no Brasil para saber o resultado, as pessoas que foram convidadas votaram. Ganhavam um botton do seu candidato, os buttons do MacCain sobrou todos. E é interessante aquilo, coisa... Origem é um negócio violento dentro da pessoa. E eles abriram para todo mundo. E aí você via o pessoal trabalhando no cerimonial, segurança; todo mundo foi permitido ali e no final, e eles todos tirando foto abraçado na estatuinha lá de papelão do Obama. Assim, uma coisa mais maravilhosa. E eu fico muito feliz assim, porque a minha origem e senzala também. Minha origem é de negro, eu sou negro, vó negra, pai negro, todo mundo, mãe negra. E vê um da cor chegar lá em cima é bacana. Bacana, e a gente fica feliz. Estou vendo ali o pessoal da cor, todo mundo assim com sorriso. Olha o cinegrafista como é que está. É da nossa senzala o Obama. E ver o mundo, o mundo inteiro acho que quebra uma lógica a chegada dele, não é Senador Geraldo? Quebra uma lógica o mundo inteiro assim muito feliz. Sei que ele vai ter muitas dificuldades, porque a Bíblia diz que a quem muito é dado, muito será cobrado. Mas vive um momento de euforia o mundo, os mercados começam a reagir por conta da eleição dele.

E eu tive o prazer ontem de ir lá votar e tive o prazer, Dr. Thiago, do Embaixador Americano conversar

comigo e já falar da felicidade da comunicação que a Dra. Karine tinha feito a ele com relação a idéia que eu tive a partir do Brasil. E que ele estava passando já para os Estados Unidos para que a mesma medida fosse tomada, quer dizer, eles já vão fazer já e nós ainda estamos planejando o nosso aqui que é um Projeto de Lei para que as Embaixadas do Brasil no mundo inteiro ao dar um visto ao cidadão ele seja obrigado a levar, ou a própria Embaixada levanta a sua ficha corrida, o seu histórico criminal, e se no histórico criminal trouxer que ele responde algum processo de abuso de criança, ou que já respondeu processos de abuso de criança esse cidadão não terá chance de entrar no país. E dizia a mim o Embaixador Americano: essa medida nós vamos reduzir substancialmente o chamado turismo sexual. Porque nós vamos fazer isso nos Estados Unidos. Muito obrigado pela idéia. E nós vamos fazer no Brasil também. E que sirva para todos os outros países, porque aí esses predadores... Não vamos dizer que nós vamos zerar isso, porque eles dão sempre um jeito de burlar, de estar em algum lugar. Mas hoje nos Estados Unidos que tem o banco de pedófilos, e hoje as Embaixadas Brasileiras, por exemplo, podem acessar esses bancos, porque a Europa tem também, ou exigir do indivíduo, o indivíduo tem uma série de exigências para ter visto, e dizer: olha nós precisamos disso e disso. E ele vai lá, se não tiver para comprovar, se não tiver para depositar e dizer: olha, realmente, eu tive um problema, mas já paguei a minha pena. Abusei de uma criança. Pedófilo é compulsivo.

Então não terá o visto no Brasil. Fiquei muito feliz de ele ter feito essa fala comigo, porque é alguma coisa que nasceu nesse seminário internacional que foi maravilhoso, foi o primeiro no Brasil lá em Vitória. Foi maravilhoso, a Google mandou seu representante internacional, os advogados da Google estavam lá, e foi no Tribunal de Justiça. Eu nunca vi tanto Promotor junto, tanto Juiz, tanto Desembargador junho, o povo do Conselho Tutelar. Coisa maravilhosa! Os palestrantes americanos, os palestrantes brasileiros, a nossa assessoria aqui, o Dr. Thiago e a Dra. Ana e o Sobral que foram palestrantes, a Dra. Catarina e a Dra. Carla foram mediadoras, estavam em casa, tinha que ser anfitriã, os palestrante eram de fora, os palestrantes americanos falando da experiência e falando do interesse do relacionamento da troca de informações. Foi um simpósio maravilhoso. E eu gostaria então de passar às mãos dos senhores essa informação.

Hoje nós estamos recebendo a quebra da segunda quebra que fizemos e num bom momento. Nós já temos o sigilo telefônico da primeira quebra. E a Polícia Federal trabalha esperando a aprovação do projeto. Essa segunda quebra dos 18 mil e 500 álbuns, Sena-

dor Virgílio, que deve ter 7 mil pedófilos, é o temos por aí 6 a 7 mil pedófilos, não é Dr. Thiago? Dentro dessa quebra de quase 19 mil. Eu acho que chega a 20 mil porque, em seguida, teve uma quebra também de 1.200, só não sei se essa segunda quebra está junto também, é só a primeira, quer dizer, a segunda, não é a terceira quebra.

Mas eu quero alertar que o Google tem sido um parceiro a partir da quebra do sigilo da Google, a partir da assinatura do termo de ajuste de conduta, que está servindo para o Brasil inteiro, aliás, a ascensão do Dr. Alexandre Hohagen que me ligou anteontem, como agora Diretor de toda a América Latina por conta do termo de ajuste de conduta brasileiro que é um precedente que vai ter que fazer com todos os outros países, e é esse brasileiro que vai ter que fazer.

A partir da chegada do Dr. Marcio Thomaz Bastos, e eu quero fazer esse registro na Google e os assessores do escritório dele que foram para lá, jovens advogados e advogadas, o nosso relacionamento tem sido outro. A Google entendeu, definitivamente, e dizia isso o agente do FBI que foi contratado pela Google exatamente porque eles tinham dificuldade desse relacionamento com a polícia, com a justiça e tal quando atendia do sigilo da Internet que eles precisavam estudar isso muito bem, e o arrocho que veio do Brasil serviu demais para o mundo inteiro. Serviu para o mundo inteiro. Veja só, ficamos conhecidos no mundo por arrochar a Google. A Bíblia diz que quem não vem pelo amor, vem pela dor. É Bíblia isso. Então a Google tem sido uma companheira da sociedade.

O representante americano da Google – eu não sei se os nossos nobres advogados terão uma palavra sobre isso – se não tiver eu vou ligar para o Alexandre para ele me dar uma palavra. E ele diz que a Google, quando nós lançamos a campanha para o Brasil: Todas contra a pedofilia. Estão vestindo o Brasil assim, empresas fazendo, ONGs fazendo, igrejas fazendo, prefeituras fazendo, todo mundo. É uma camisa preta, escrito: Todos contra a pedofilia. E o sujeito que cumpre o papel social põe o nome dele na manga aqui.

O Sindireceita fez, acho que vai fazer mais para vestir o Brasil inteiro. Está ali o nosso presidente do Sindireceita, P. A. com essa assessoria maravilhosa que tem. Receita, aqui Sindireceita na manga cumprindo um papel social. E é impressionante como o Brasil acordou, Senador Geraldo. Você passa na rua, passa no aeroporto com essa camisa, todo mundo quer a camisa, todo mundo quer vestir a camisa, todo mundo quer comprar a camisa, todo mundo acordou; as pessoas não querem conviver com a pedofilia. E ele disse que ia levar a Google a fazer muita camisa:

Todos contra a pedofilia. Checa isso lá, por favor. Eu sei que dinheiro é problema para a Google, mas se ela fizer um esforçozinho. Imagine milhões de pessoas no Brasil vestidos com a camisa: Todos contra a pedofilia, e a marca da Google. É o cumprimento de um papel social tão importante, as pessoas vêm essa empresa que é importante demais, que certamente surgiram, ao longo dos anos, concorrentes, mas hoje quem estuda, quem tem empresa, quem está no mercado, quem está na política ou quem não está, que não usa a Google, que não tem a Google já dentro da sua vida, para consulta, para tudo. Então a empresa que cada vez mais ganha credibilidade, e penso que o cumprimento desse papel no combate ao crime contra a criança faz com que a empresa tenha uma imagem ainda muito melhor perante à sociedade.

Eu quero convidar o advogado da Google, esse jovem advogado. É meu amigo, mas não decoro o nome dele. Ivo Correa. Ele vai fazer a entrega aqui para nós do...

SR. IVO CORREA: Senador, rapidamente, a Google vem entregar os dados que havia... A transferência de dados que a CPI havia aprovado. Nós já, inclusive, já tínhamos entregado anteriormente, mas num formato diferente, a pedido do senhor refizemos no formato que havia sido indicado pela CPI. E acho que, como o senhor já disse, é mais para reafirmar o compromisso que a Google tem e vem tendo desde a assinatura do TAC com essa CPI que o senhor vem presidindo com tanta firmeza, os outros Senadores vêm atuando, prestando um serviço público inestimável para o País, e, enfim, dar mais um passo nesse combate a essa prática horrível que é a pedofilia, a pornografia infantil no País.

O senhor sabe que a Google, a partir de agora, desde que afirmamos o TAC o que puder colaborar com a CPI, o que puder colaborar com esta Casa e com País, estaremos à disposição. Com relação, especificamente, à questão das camisetas vou levar para o Alexandre. O senhor sabe que eu não tive com o Alexandre desde o seminário quando o senhor levantou essa idéia, porque eu fui de Vitória e vim direto para cá, estive aqui e ainda não fui para São Paulo, devo estar em São Paulo amanhã à noite, na quinta-feira, e vou levar para o Alexandre essa idéia e tenho certeza que ele vai fazer o maior esforço possível para apoiar também essa batalha. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Muito obrigado, Dr. Ivo.

Aqui está dentro do formato no layout que foi produzido pela CPI, pelos técnicos desta Casa, pelo Prodasesn tão competente, pelos técnicos do Senado, os nossos assessores do Senado. E aqui, infelizmen-

te, nós não podemos nem calcular a miséria que está aqui dentro, a lama que está aqui dentro, o sofrimento de crianças que está aqui. Mas o importante é levantar isso tudo, e agora se aqueles 3 mil e poucos álbuns deu tanto trabalho para abrir, aqui tem 18 mil e 500. E aí, senhores, Dr. Thiago, Sras. Promotoras, Srs. Promotores e Srs. Assessores do Senado, assessor da CPI é muito trabalho. Identificar esses IPs a partir disso aqui, e em seguida a quebra dos sigilos telefônicos. E nós esperamos já que as telefônicas nos dê com a mesma celeridade já dentro desse formato que foi votado aqui e com a votação da criminalização da posse hoje, e espero que o Presidente Lula sancione isso numa solenidade para que o Brasil veja que a coisa aqui não vai ficar mais como sempre esteve, no abuso de criança. Hoje será um dia memorável para a nação brasileira.

Mais uma vez, eu quero registrar, Senador Geraldo, V. Exa. que foi o primeiro a assinar o requerimento desta CPI, sem vê imagem, sem nada; alguns eu precisei chocar com as imagens, o Senador Virgílio que chegou depois e dizer que nada, não chegaríamos aqui sem a assessoria que nós temos, sem a SaferNet, Dr. Thiago, não chegaríamos, sem Suiama, sem Ministério Público Federal, sem o Ministério Público Estadual não chegaríamos aqui, sem a assessoria do Prodases, os técnicos do Prodases, os advogados desta Casa, os peritos da Casa que compõem o corpo da CPI.

Estou doido para falar o nome dos meninos aqui no Senado, mas não guardo o nome. Fala o nome. Danilo, Luiz Fernando e Rogério que são da Casa, são da Casa. Nós não teríamos, sem que a Google tivesse tido a compreensão, tivesse vindo para dentro, as Teles, os técnicos que eles estão mandando. Agora preciso agradecer todo mundo, porque todo mundo entendeu a necessidade de caminhar nessa direção. Nós temos é muito trabalho para frente. Nós temos é muito trabalho para frente. Isso aqui não se abre esse troço e se identifica da noite para o dia. Quer dizer, é muito trabalho. Mas nós já dizíamos no começo, Senador Geraldo, que nós não encerrávamos esta CPI sem que nós tivéssemos dado instrumento da lei à sociedade. É difícil? É. Mas, graças a Deus, o tempo foi mais curto do que nós imaginávamos para alcançar tanto de avanço de combate a esse crime desgraçado no Brasil.

E eu agradeço, Ivo, esse momento, essa sinalização da Google que não tem dificuldade com as quebras de sigilo desta Casa, quantos fizermos vamos receber, e vamos assim prestar a nossa colaboração. Não sei se o Senador Geraldo quer... Passo a palavra depois ao Senador Virgílio.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB – AC) – Senador Magno, Senador Virgílio,

companheiros e companheiras que estão aí nessa luta ferrenha em que estamos todos envolvidos.

O Senador Magno já registrou o nome de muitos e, praticamente, todos. Que, de fato, essa é uma luta que requer a participação, além, de todos nós, da sociedade brasileira, quando da instalação desta CPI, Magno, não sei se você se recorda, eu falava que esta CPI, além, de cumprir com o seu papel de fundamental importância, de propor mudanças na legislação que envolve a questão, ela deveria funcionar também como uma sirene, aquela sirene que tem os carros de polícia que vou repetir aqui uma explicação que recebi, Senador Virgílio, de um policial que eu dizia: rapaz por que é que vocês chegam na cena do crime com a sirene ligada? E eu estranhava. E ele disse: não isso é uma medida preventiva, é a tentativa de fazer com o criminoso pare o que está fazendo ou não faça o que está pensando em fazer. Porque eu achava que devia chegar quietinho em silêncio para pegar ali no... Mas eu me satisfiz com a explicação, e achava que a CPI deveria funcionar, como vem funcionando como essa sirene, sirene ligada aqui, assustando e atemorizando os pedófilos que atuam aqui no nosso País e com as redes que tem aí mundo a fora.

Eu cheguei, inclusive, Senador Magno, a me preocupar nesse intervalo em que nós suspendemos as nossas atividades por conta do processo eleitoral e tal, o que eu colhi na imprensa brasileira de fatos relativos à exploração sexual de menores, de crianças, crimes cometidos contra jovens, crianças nesse nosso País, uma barbaridade. Eu disse, inclusive, no plenário, numa das vezes que nós realizamos sessões aqui que logo no retorno da nossa CPI eu falaria isso, como estou falando agora, no sentido de procurar ver o que é que a gente pode fazer, além do que estamos fazendo. Acho que você vai ter que fazer uma cara mais feia ainda, entende? Porque a tua imagem aparece na tela e os pedófilos estão vendo. Fazer uma cara mais feia ainda, entende, Magno? Porque eu achava o seguinte, o pessoal ia lá e dizia: olha aquele cara é doido, ele é capaz de complicar a vida da gente.

Mas com tudo que está sendo feito aqui, com todas as medidas que estão sendo tomadas. Essa campanha agora que você mencionou da camisa preta, com a manifestação clara de combate aos crimes de pedofilia, ela se insere naquela proposta que nós fizemos também, Magno, de uma grande campanha pública neste País, a exemplo do que se faz com a dengue, com a febre amarela; a gente deflagrar uma grande campanha neste País, aí você tem que envolver o Poder Executivo, envolver todo mundo.

Eu estava fora de Brasília, mas eu vi, rapidamente assim, há poucos dias, me parece que já há uma

iniciativa do Poder Executivo, de algum setor do Poder Executivo nesse sentido, de uma campanha pública. Parece-me até que a Xuxa é a estrela da campanha, alguma coisa nesse sentido. Era bom até a gente averiguar, Malta, mas me parece que é; é uma campanha de combate aos crimes de abuso sexual de criança. Não é isso? Eu ouvi falar nisso rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É ótimo. Eu também ouvi falar que ela está fazendo uma campanha. Agora eu precisava que... Muitos dos artistas já deram a cara. É preciso dar a cara. É preciso vir para a rua, é preciso falar na televisão, é preciso usar o espaço da televisão. Quando você faz o... É preciso vir. Todo dia eles são convocados, são as pessoas mais simples. Alguns artistas deram a cara, vieram e já colocaram a cara da reta, e disseram: nós somos contra. Nós estamos a favor da campanha. Nós participamos da campanha. Aliás, essa campanha: Todos contra a pedofilia que quando nós colocamos na rua tinha participação do Zezé de Camargo, do Bruno e Marrone, do Edson e Hudson, do Gean e Geovane, do Popó, da Joana Prado, do Victor Belfort, do Pastor Silas Malafaia, da cantora Fernanda Brum. É preciso que venha. Não adianta você falar: não, está legal, os caras estão fazendo um trabalho bacana e tal. E você tem força sobre as pessoas, você é admirado pelas pessoas, você tem público. Eu quero ver esse pessoal começar a fazer o programa de televisão com a camisa: Todos contra a pedofilia. Quero ver o cara fazer o show: Todos contra a pedofilia.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agora levando, Malta, esclarecimento, porque eu acho que uma campanha dessa tem que ter como fundo uma proposta de informação e esclarecimento da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas a sua campanha que o senhor propôs no começo, a assessoria nossa da CPI está preparando o Projeto de Lei, vai virar lei. Será obrigado a campanha que V. Exa. propôs no início lá.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Uma campanha de informação e esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – De informação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – --À população que precisa saber qual é o modus operandi e qual é a metodologia utilizada pelos pedófilos. Às vezes a coisa está acontecendo dentro da casa e os pais, os familiares não têm como orientar. Às vezes eles são, inclusive, agentes do próprio crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Geraldo, dentro do que V. Exa. está falando e eles colocaram no papel a sua ideal, inclusive, no dia com o Presidente Lula, nós tratamos com o Presidente Lula que estávamos fazendo a lei, e que ele gostou demais.

Nós lançamos uma cartilha, e eu lancei, peguei minha cota no Senado e mandei fazer a cartilha, mandei pegar para V. Exa., ver que é uma cartilha que nós estamos pedimos para colocar no site do Senado, no site do Prodases, está no meu site. E eu estou autorizando que qualquer pessoa no Brasil, seja figura individual, seja um ONG, sejam empresas, sejam escolas, sejam igrejas; qualquer um pode sacar dessa cartilha. Ela tem 17 páginas com perguntas e respostas que foi estudada, bem estudada de uma maneira fácil e prática que ela serve para o doutor, o sujeito da faculdade, minimamente operar com ela, a professora primária, a mãe semi-analfabeta, as pessoas lá do interior e as pessoas da capital. Nós preparamos essa cartilha a partir da CPI e o primeiro lote que saiu, saiu da minha cota no Senado. Então está no meu site. A partir de amanhã nós esperamos que esteja no site do Senado e no site do Prodases, autorizado que as pessoas possam sacar, o sujeito pode fazer ali quantas quiser e colocar o nome da empresa dele cumprindo o papel social, a ONG pode colocar o nome lá na contracapa, a igreja pode colocar, a Google pode colocar. Aliás, você dizia isso, não é Ivo, está no TAC.

SR. IVO CORREA: O TAC [ininteligível] é explicativo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu sugiro a você, Magno, que mande uma cartilha dessa para cada um dos nossos colegas aqui no Senado--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Já preparei.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – -- Sugerindo que de sua cota também destaque uma parte para imprimir. Eu farei isso com o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E até porque o Parlamentar cumpre um papel dos mais importantes. Eu mandei pegar agora, e a idéia que V. Exa. me deu, inclusive eu mandei no meu gabinete, eu assinei hoje de manhã uns cartões enviando e dizendo da importância e dizer que está aberto...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O Parlamentar manda publicar e distribui no seu próprio Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, sem dúvida.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB – AC) – É uma medida de tantas que a gente está tomando e deve tomar.

Enfim, eu não quero tomar muito tempo da CPI e nem das pessoas que estão aqui. Mas eu saúdo o retorno das nossas atividades, Senador Magno, fazendo votos que esse projeto que, segundo V. Exa., será apreciado hoje pela Câmara já é fruto do trabalho desta CPI, dos membros do Ministério Público, dos advogados aqui do Senado, de todos, enfim, que participam desse mutirão. É uma medida legislativa já concreta, vai auxiliar demais a percepção desse crime pelos agentes.

Agora precisamos fazer com que as pessoas não baixem a guarda, essa é uma luta incessante. Eu acho que nós mal começamos. Muita coisa pela frente, os avanços. Quero aqui, com todo o carinho que eu tenho por V. Exa., retificar o que V. Exa. disse com relação à Google, eu acho que nós não acochamos a Google. Eu acho que nós despertamos na Google aquilo que talvez a Google como uma empresa tem e deve ter se compenetrado disso que é a finalidade social de toda empresa. Eu acho que nós conseguimos sensibilizar, convencer a Google, mas não na base do arrocho. Eu acho que não... No início a conversa foi meio um pouco, talvez, dura, mas eu acho que nós conseguimos com que a Google colocasse publicamente o que as empresas devem ter de melhor que é a sensibilidade com a finalidade social das nossas atividades, sejam elas quais forem. Portanto, Senado Magno, mais uma vez, reitero aqui, V. Exa. falou no assunto, o Senador Tuma já levou a questão para o Parlamento do MERCOSUL. Uma forma que nós temos de assustar esses criminosos, mundo a fora, é a gente falar sobre isso em qualquer espaço, em qualquer ocasião, em qualquer momento, a toda hora, para que, realmente... A gente precisa assustar esse povo. Eles precisam parar de agir de forma criminosa. E vamos acertar com o Senador Tuma que, repito, já levou a questão para o Parlamento MERCOSUL numa estratégia de a gente reverberar esse assunto fortemente no Parlamento do MERCOSUL, Senador Tuma, talvez levando o Presidente, e na companhia do Senador Tuma que é um dos mais valorosos combatentes da causa, e a gente dar uma grande repercussão. Aquele Parlamento hoje tem responsabilidade de fazer reverberar assuntos que incomodam dentro da nossa região. E essa, talvez, seja uma medida muito boa a ser tomada.

Vou me articular com o Senador Tuma para gente tentar ver de que forma a gente pode dar amplitude a essa questão, a partir do Parlamento MERCOSUL. Por hora, era o que eu tinha a dizer. Saudando aqui o

seu retorno às atividades que estava já fazendo muita falta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Senador Geraldo, muito obrigado pela palavra, perfeitamente compreensível a colaboração de V. Exa., desde o começo nessa idéia de que precisamos ter uma campanha. Essa é a cartilha. Passo à mão de V. Exa. Eu tive o prazer de lançar no Brasil inteiro no programa da Bandeirante no Datena. São 17 páginas com perguntas e respostas absolutamente fáceis. De que forma pode ocorrer o abuso sexual? A pergunta e tem a resposta. Em que locais podem acontecer? Tem resposta. Quem são os abusadores? Tem resposta. O que é pedofilia? Como agem os pedófilos. Uma cartilha que foi pensada simples que ela pode navegar desde à universidade até os centros mais simples, que pode estar na mão de uma freira, na mão de um padre, na mão de um pastor, na mão de um dirigente de uma ONG ou na mão de uma mãe de família que tem três filhos.

Infelizmente, chegamos a um ponto que nós precisamos pegar o nosso filho de tenra idade e mostrar a ele e dizer o que é o órgão genital dele. E dizer: olha, não sendo a mamãe ninguém pode tocar aqui. Se alguém tocar aqui grite. E ensinar ao filho da gente de tenra idade se defender. Chame alguém. Se fizer isso conte para a mamãe, conte para o papai. Na escola fale com o vigilante. Chame a diretora. Sei lá. Quem é o pedófilo? Uma sombra. Um sujeito acima de qualquer suspeita. Qualquer um põe a mão no fogo por ele. Então nós precisamos a ensinar os nossos filhos a se defender. Corra, jogue pedra, sei lá o que. Mas alguma coisa é preciso ensinar.

Então essa cartilha foi pensada assim. Eu estou mandando ao gabinete do Senador. Só não pensei muito como o Senador Geraldo, lhes pedindo que da sua cota no Senado, cada Senador repita a cartilha, multiplique a cartilha. Não é minha, embora, esteja assinada por mim e tenha coordenado o trabalho com os Promotores, mas não é minha, é do Brasil. E eu tenho recebido indicativos de que ONGs no Brasil já começam a repetir. Já sacaram no meu site, está à disposição, como também o modelo da camisa, o tipo de letra também: Todos contra a pedofilia. E dentro disso lançamos um movimento que não foi nosso, foram das mães de Roraima. Quando o Procurador foi preso lá, aquele crime desgraçado contra as crianças, aqueles ricos, milionários, gente da cúpula da polícia; as mulheres se revoltaram e criaram um movimento Mães contra a pedofilia. Muito forte isso: Mães contra a pedofilia. É para manter viva essa chama, como disse V. Exa., permanentemente. A CPI vai encerrar, mas o tema vai ficar vivo sempre. Nós vamos colocá-los con-

tra a parede sempre, com uma legislação de verdade, e a sociedade trabalhando.

Então há 15 dias comandados pela minha esposa lá no Espírito Santo com a ajuda de diversas mulheres se realizou um encontro com 400 mulheres marcando ali o início do movimento de MÃes contra a pedofilia para o Brasil inteiro. Senador Geraldo, eu confesso, Senador Tuma, até porque é muito em São Paulo, e V. Exa. vai ter que fazer isso. Eu, em São Paulo, não tenho como cumprir esse tanto de agenda.

O Interior de São Paulo em peso e a capital requerendo a minha presença e da CPI para encontros onde mulheres líderes estão criando um movimento: MÃes contra a pedofilia.

Agora mesmo recebo de uma advogada de São Paulo, líder em São Paulo de um grande grupo de pessoas que vai realizar um grande chá com 500 mulheres para criar o movimento: MÃes contra a pedofilia. Senador Tuma, não é nem como vice-presidente da Comissão, é como avó, como pai que V. Exa. é. Eu estou com o requerimento de V. Exa. aqui, a justificativa de V. Exa. de uma sensibilidade e V. Exa., realmente, não consegue conviver com isso. Já tive em duas oitivas com V. Exa. ouvindo predadores, e V. Exa. vai às lágrimas todas as vezes que trata do tema, mas participe com essas mulheres em São Paulo desse movimento, porque eu gostaria de estar em todas, porque é a coisa mais linda vê as mães se levantarem e dizer: os filhos de todos são filhos nossos. E eu não tenho condição. A minha felicidade de ver o que é que esta CPI mexeu no coração do Brasil e mexeu no coração das pessoas.

E eu faço referência a uma pessoa, sei que a mídia toda tem trabalhado, todas as televisões têm colocado o sentimento paterno, sentimento familiar, cada jornalista, e V. Exa. é testemunha das oitivas em São Paulo quando nós ouvimos aquele Eugênio Chipkevitch que, inclusive, o advogado dele processou nós dois, porque nós ouvimos um pedófilo que tem 110 anos para cumprir e nós estamos processados porque expomos aquela criatura para a imprensa filmar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Inclusive, com abuso da profissão que exercia de médico especialista infantil. Então ele tem um agravante, e eu acho que não deve nos ferir o processo que ele abriu contra nós dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não. E uma honra. Vou colocar no meu currículo ser processado por pedófilo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – E com qualidade deste.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Desse qualificado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Uma estrutura de trabalho dentro do seu consultório voltado para a prática de pedofilia, enganando os pais presentes quase que junto à sua ação criminosa, sem dúvida nenhuma, repulsante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Respeitado no mundo inteiro como um maior especialista em puberdade. Escreveu diversos livros, diversas peças. E eu queria dizer que quando ele estava depondo, Senador Geraldo, eu disse: o senhor é especialista? Define o que é pedofilia para mim. “Reservo o direito de ficar calado”. Tudo bem. Eu quis fazer um trato com ele. Falei: todas as vezes que o senhor disser: reservo o direito de ficar calado, o senhor está respondendo que sim. O senhor conhece essas fotos aqui, esse filme. Ele nada respondeu. Eu disse: o que é que merece um pedófilo? Aí eu quero falar do sentimento de mídia. Eu nunca imaginei aquilo na minha vida. Todo mundo com a câmera virada para cá. Os jornalistas de jornal tudo com a prancheta na mão, todo mundo olhando, aquele monte de jornalista, quando eu falei: o que é que merece um pedófilo? Falarão num coro só. Parece que eles tinham ensaiado. Eles. Não é Senador Tuma? Joga ele aqui no meio de nós. Um negócio assim que ninguém suporta esse tipo de abuso repugnante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – ...A bênção de Deus se transformar em médico. O castigo não pode ser nem refletido como ele será castigado, V. Exa. como pastor sabe melhor do que eu o que poderá acontecer com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E no caso dele, uma mãe sentada lá fora, um consultório muito bacana, uma mãe tomando suco, lendo revista de moda, e esperando para pagar a consulta e o filho está lá dentro dopado com Dormonid e sendo abusado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Anestesiava a criança, fotografava, filmava, fazia todo tipo de abuso. E uma coisa que eu digo: castigo de Deus começa a andar, e ele jogou no lixo, e foi encontrado num setor, numa lata de lixo foram encontrados os filmes. Vê o desprezo que ele tinha pela sua ação deletéria que tanta amargura trouxe naquele dia para nós dois ali que estávamos presentes, e o advogado querendo impedir que nós pudéssemos ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele nos processou. Eu não sei como vai se dar, mas eu gostaria de fazer a minha defesa... Se eu puder fazer a minha defesa oral onde eu for. Esse já está no meu currículo. Aliás, eu acho que eu já estou com, não sei se é sete ou oito processos já de advogado de pedófilo. Eu devo terminar o mandato com

bem uns dez ou mais. Não, mais porque agora tem oito. Mas vão todos para o meu currículo. É um orgulho o cara ser processado por um pedófilo, um abusador de criança e dizer: ele me processou porque eu reagi, porque eu me pus na defesa das crianças. Quer dizer, e amanhã quando for disputar uma eleição a gente é chamado de ficha suja porque está processado por pedófilo. É o negócio mais engraçado do mundo. Mas eu imagino que é assim que vai se dar.

Então, Senador Geraldo, acho que esse momento e a fala de V. Exa., e, realmente, eu vou oficiar aos nossos Senadores...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – E eu queria lhe dar uma sugestão adicional. É aquela coisa: a imagem fala por si só. Está aqui uma cartilha... Quando o Senador Malta falou em cartilha, eu imaginei aquelas coisas, não querendo depreciar, mas aquelas coisas assim que a gente abre e joga para lá. Mas isso aqui, Senador Magno, está na forma de perguntas e respostas. O que é abuso sexual infanto-juvenil? De que forma pode ocorrer o abuso sexual? Era exatamente o que eu imaginava, uma campanha de esclarecimento de informação educativa, entendeu Senador Tuma? Então a coisa vai mais além. Eu acho que nós deveremos hoje, os membros desta CPI, deveremos ir em comissão ao Presidente do Senado, hoje, impreterivelmente, além, das provisões que cada Senador poderá tomar, individualmente, com a sua cota, pedir ao Presidente do Senado Federal que mande rodar na gráfica do Senado uma quantidade enorme desse material para que a gente possa, até o final do ano, Senador Magno, distribuir isso nos nossos Estados, ou o próprio Senado se encarregar de fazer a distribuição. Além, do que a gente puder fazer, individualmente, de cada gabinete. Sim, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senadores Geraldo, se o senhor me permitir, ali também folheando aqui, e eu estava vendo uma questão: qual é a lei do silêncio? Isso é da máfia, próprio da máfia. Como eles convencem, pelo medo, a impedir que sejam denunciados. E V. Exa. coloca aqui com o auxílio dos Promotores, segundo a sua palavra. Outra situação ocorre quando a família fica sabendo e tem medo de denunciar pensando que algo de pior pode acontecer. Ou ainda: quando a família é ameaçada ou se torna conivente com a situação. E aqui é um apelo para denunciar. E as crianças não terem vergonha como os pedófilos convencem as crianças a se sentirem culpadas, conforme descreve aqui e sentirem vergonha de contar o que está ocorrendo.

Então essa cartilha deve ir aos professores nas escolas para convencer as crianças dentro dos padrões

éticos e morais de como deve se comportar perante um atentado ou uma ameaça que venha a sofrer durante a sua estada em qualquer local.

Eu acho que isso é importante. Cada um de nós deve ler com calma essa cartilha, e submeter outras idéias que possam surgir junto com o Ministério Público, com a polícia, com todos.

Eu vi aí, Senador, eu fiz dois requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu peguei ele aqui porque...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Um deles V. Exa. pediu para ouvir uma senhora, o senhor estava viajando. E a Olga Bongiovanni convidou-a ao programa da Rede TV e perguntou se eu poderia comparecer, eu compareci. A denúncia dela foi grave, tanto é que ela não mostrou o rosto. E o abuso foi descrito aí. E eu recebi depois uma carta de uma avó que viu o programa e aí se encorajou a denunciar a prática do pai e do bisavô, do avô, que eu entreguei alguns para fazer um requerimento, que as duas se dispõem a comparecerem aqui a descrever a situação. Porque uma delas, Senador Geraldo, Senador Virgílio, é a obrigação que a juíza está dando da criança ficar com o pai, em tese, pela denúncia o pedófilo e passar a noite com ele. A juíza determinou isto. Então temos que... Como o senhor tem procurado muito o Judiciário, a gente saber até que ponto tem que modificar essa legislação do Direito Civil da participação cooperativa entre os pais separados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – E têm muitos casos. Nós estamos com um caso aqui de um pai que tem três mulheres e moram juntas em Curitiba. Tem 30 filhos, dez com cada uma, e ele abusa dos 30, e o filho de 25 anos e o de 17 agora já ajudam eles, são auxiliares que abusam dos irmãos com ele. E o problema de ter recorrido a CPI é que o Ministério Público sem saber o que fazer diante da decisão do juiz de mandar os meninos de volta para casa. O Estado tem que cumprir o seu papel de abrigar essas crianças. Então, minimamente, nós vamos denunciar.

O que V. Exa. coloca aí agora tem um trecho aqui que diz assim, essa mulher que nós vamos botar a convocação dela que é o requerimento de V. Exa. Contou que o genitor e o tio segurava respectivamente a cabeça e os braços para que o avô paterno molestasse sexualmente por vezes, masturbava-se mutuamente, inclusive, com o menino. Depois o genitor, durante o banho, violentava com o dedo, a avó paterna se mantinha inacessível, impassível ao pedido de socorro da criança. É o requerimento de V. Exa. E eu coloco em votação. Ela está convocada, dona Lucinda. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão,

para que nós possamos ouvi-la e tomar providência. Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não sei se é possível convidar a juíza também por que é que ela chegou à conclusão de não aceitar o desesperado apelo da mãe, e mandou processar a mãe por desobediência--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – é possível.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – --E obrigou a criança a ser transportada para a companhia do pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É possível.

Da Dra. também informando que nós temos casos demais de abuso, e o juiz precisa estar muito consciente porque o abusador acaba recebendo os filhos de volta. Nós temos um caso no Espírito Santo, absolutamente, emblemático de uma criança...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O Conselho Tutelar o que está fazendo, Senador? Nós temos que chamar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eles estão vindo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – --Alguém do Conselho Tutelar, um responsável para explicar qual é o papel deles desses casos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Há um desespero, porque o Conselho Tutelar recorre ao Ministério Público, e o Ministério Público toma as dores daquele que vai provocar o Ministério Público, e nós temos casos em que o juiz devolve. Nós temos um caso no Espírito Santo que o pai abusou das duas crianças, uma criança é autista, autista, a mãe é médica, o pai é médico. A criança é autista. E a determinação é que as crianças sejam dissolvidas para ele. Eu ouvi as crianças, depoimento sem dano. Eu ouvi essas duas crianças, eu ouvi a mãe, eu ouvi as crianças também. E se o senhor vê a criança autista falando. É um negócio do outro mundo. Então o papel é esse alerta. Você tem que manter o Judiciário também alerta. Por isso eu tenho ido aos Tribunais do Brasil com os desembargadores, e a minha fala em seguida eu abro uma imagem para eles, para que eles possam ver. Porque o sujeito que está no gabinete não imagina o que é que é abuso de criança não. Pensa que é o sujeito que vai ter relação com a menina de 12, 13 anos de idade. Não imagina um menino.

Anteontem o Datena... Eu quero até louvar esse... A imprensa está ávida disso, mas esse jornalista: José Luiz Datena ele vestiu essa camisa, ele vestiu mesmo. E ele estava lá mostrando...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Merece os nossos cumprimentos e um voto de louvor aqui se for aprovado. Porque o Datena é todo dia no combate à pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vestiu a camisa... Está aprovado! Está aprovado! E vamos enviar o voto de louvor de V. Exa. Mostrando lá. Eu vi ontem, anteontem o pai sendo preso, a criança abusada na cadeira de rodas de 9 anos com idade mental de 3. Então, quer dizer, todo dia... O que é bom disso é que a sociedade perdeu o medo. Ela ganhou a capacidade da denúncia e se revoltou, não quer conviver. Denuncia. Por isso todo caso, todo dia, todo dia, todo dia. E palmas para a polícia no Brasil inteiro que tem feito o que pode fazer, o Ministério Público e a imprensa que não abriu mais mão disso, que mostra todo dia, que mostra todo dia, que mostra todo dia. A TV Record está aqui eu vi um Câmera... Repórter Record, eu acho, ou é Câmera Record. Programa especial e que foi ao ar, eu vi o mesmo programa duas vezes num mês e no outro mês seguinte dada a necessidade e como o problema aflorou da maneira que aflorou. Senador Virgílio.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Sr. Presidente e demais Senadores, e os demais que se encontram neste recinto. A cada momento que nós tratamos este assunto, eu creio que sempre aparecem coisas novas, e a nossa sociedade está criando essa coragem de denunciar. É como tem se dito, essa cartilha eu creio que veio, veio mesmo para ficar, e é uma coisa que todos nós Parlamentares, certamente, estamos abraçando, e a sociedade, de um modo geral. Eu fico assim vendo como as pessoas que são cidadãos, todo cidadão, eu acho que nunca imaginou que existiria isso nos bastidores, porque temos conhecimento de vários outros tipos de prostituição, mas a prostituição infantil era como se fosse uma coisa pacífica, somente questão do turismo e etc. Mas essa prostituição infantil com os bebês, com as crianças indefesa, e até de modo grupal dessa forma, eu creio que é algo que deixa todo cidadão assim estupefato. E eu fico pensando como o ser humano pode chegar a tal ponto de degradação. Como a degradação do ser humano? Mas, graças a Deus, que estamos na batalha, e para mim aqui no Parlamento, aqui no Senado Federal, para mim, é a batalha mais sublime que eu abracei desde o dia em que cheguei aqui no Senado, e espero continuar até o final para o bem de todos, e para que haja aperfeiçoamento na proteção às nossas crianças. Todos nós que somos pais, eu que já sou avô.

Então, a gente sente profundamente, a gente fica olhando. E a coisa é tão grave, tão grave que, às vezes, a gente fica até querer ver, porque quando

nós olhamos a gente fica... Apesar de sermos profissionais como psicopedagogo, inclusive, esse exemplo que o Presidente deu aqui de Vitória do Espírito Santo, lá do médico e sua esposa e daquelas crianças, de uma autista. Então nós estivemos ali juntamente com mais uma psicóloga, assistente social conversando com aquelas crianças, e é incrível como as coisas se desenrolam tão lentamente, e como ainda se tem opiniões que aquelas crianças devem ficar sendo guardadas pelo pai. É incrível. Mas, talvez, alguém tenha uma explicação. Obrigado.

Eu acho que foi bem comentado aqui, o Senador Tuma e o nobre colega, o Senador Geraldo Mesquita, então eu creio que foi muito bem colocado, e eu não tenho mais a acrescentar, somente o desejo ardente da continuidade dessa CPI e de ver as coisas serem concretizadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, uma questão de ordem só.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Fique à vontade, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não posso deixar de elogiar a V. Exa. pela feitura dessa cartilha. Mas uma questão, e eu pergunto para pedir ao Presidente para não ser individualizado... Estou perguntando, porque todos os elogios a V. Exa. que teve a coragem de montar, estudar e coordenar esse trabalho. Botar o nome dos membros da Comissão e dos promotores e delegados que ajudaram a fazer. Porque aí o Senado não terá dificuldade em mandar imprimir uma quantidade dessa. Eu estou perguntando, porque V. Exa. é o dono--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não. É da sociedade. Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então, colocar os nomes porque aí facilitaria a proposta de V. Exa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Nessa aqui, Senado Tuma, lá no final o nome dos colaboradores, daqueles que participaram da elaboração já consta aqui. Quero até mencioná-los: a Mônica Cristina de Lucca Felicíssima...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – José Carlos, Dr. Casé.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Carlos José e Silva Fortes, Promotor de Justiça e Curador da Infância e da Juventude; Neire de Souza Araújo, psicopedagoga e Carlos José Silva e Fortes eu já mencionei. E, tenho certeza, que alguns mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O Dr. Carlos José é assessor da CPI.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Se o Senado Malta me permitir, só um adendozinho. O Senador Tuma tocou no assunto dos Conselhos Tutelares. Recentemente, Senador Tuma, nós assistimos estarrecidos a reportagem de duas crianças sendo assassinadas por seus familiares, pelo pai, se não me engano, por terem sido devolvidas por orientação do Conselho Tutelar a essa fera. Eu recebi, e estava até mostrando para o Senador Magno aqui. Recebi um e-mail de uma senhora, ela assume aqui... Meu nome é Tânia Buragoski(F). E ela relata a cena de espancamento de uma criança de 6 anos de idade no aeroporto de Porto Alegre, uma senhora que estava fora do banheiro onde a criança estava sendo espancada que, ouvindo os gritos, chamou alguém, a Infraero, seja lá quem for, e o funcionário do aeroporto filmou o pai espancando a criança de forma violenta. O assunto foi remetido ao Conselho Tutelar. Mas ela diz aqui: então, eu peço, pelo amor de Deus, façam alguma coisa, pois vocês têm poder para isso. Pois o pai dessa criança não foi ainda localizado pela polícia e por ninguém. Na reportagem a polícia mostrou o vídeo para o conselheiro tutelar Marcelo Bernarde, ele disse que iria atrás da família e desse monstro, mas que pelo eu averigüei, ainda não fez nada. O garotinho devia ter no, mínimo, uns 6 anos e apanhou muito. Quer dizer, uma senhora assumindo a sua própria identidade, manda um e-mail para um Parlamentar pedindo que, pelo amor de Deus, alguém tome uma providência. Isso aqui deve acontecer muitas vezes...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Tem no noticiário hoje, hoje tem o noticiário de uma mãe presa por ter espancado. Eu não sei se era filho do primeiro casamento do marido ou não, de quatro anos que foi parar no hospital. Ela foi presa em flagrante pela denúncia. E está presa. Vai ser interrogada hoje. Espancou, violentamente, uma criança de 4 anos, sem nenhuma razão, por ódio à criança. Então são coisas que o Conselho Tutelar porque a gente fica... A polícia, o Ministério Público fica quase que impossibilitado de agir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu estava sugerindo ao Senador Magno Malta, inclusive, que nós realizássemos aqui no âmbito desta CPI uma audiência pública convocando representantes de Conselhos Tutelares para gente rever, inclusive, esses procedimentos, quem sabe, e discutir outro caminho para que esses assuntos sejam tratados. Eu acho que seria adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Essa manchete é do jornal do meu Estado. Hoje A Tribuna: mãe é acusada de matar bebê e enterra no quintal.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Presidente, inclusive, eu creio que essa cartilha ela deveria chegar às mãos de todos os conselheiros, todos os conselhos do nosso País. Lá no nosso Estado nós vamos nos ocupar disso, e, inclusive, estabeleceremos alguns seminários, já tínhamos começado sobre a questão da criança e do adolescente, e eu creio que essa cartilha vem complementar o nosso trabalho para um combate de uma forma direta à pedofilia, e conscientizando os nossos conselheiros do Conselho Tutelar, bem como, também trabalhamos com professores de crianças e adolescentes, e vamos então passar este material para eles, e, certamente, vamos expandir esse trabalho de uma forma mais direta em todo o Estado do Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu acho que é até uma questão moral mesmo, que cada membro desta CPI tome conta do seu Estado, pelo menos, nesse sentido. Que faça um comando nesse sentido. Eu envolvi minhas filhas, minha esposa. Esse seminário: Mãe contra a pedofilia foi aberto pela minha filha de oito anos. A mãe perguntou: se você fosse falar você falaria o que sobre pedofilia? Ela começou a falar, mãe... Eu vou escrever, eu vou escrever. A mãe falou: escreve. E ela escreveu e na hora da abertura ela leu o que escreveu, do que entende de defesa, de cuidado de criança, que ninguém pode abusar de criança. Então nós precisamos envolver a todos. No meu site também tem numa forma de um adesivo que é a mesma coisa da camisa, um adesivo preto com letras brancas de carro, escrito: Todos contra a pedofilia. Todos. E que no meu Estado já se dá para ver com larga escala quando os carros estão andando, e é muito carro andando com adesivo, e adesivo que não foi feito por mim. As pessoas sacaram, fizeram. Então a sociedade resolveu tomar conta das crianças.

Então, eu estava até me referindo ao Senador Tuma, porque São Paulo, e eu quero colocar essas pessoas em contato com V. Exa., porque eu não tenho como cumprir aquela agenda. Embora, tenha muita vontade, muita vontade. São José dos Campos me liga, médico dos mais renomados lá com a família, comandou todo um processo. Estão preparados para fazer o grande encontro de Mães contra a pedofilia, e eu fico sem saber, porque a agenda eu não tenho como cumprir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas onde eu puder eu estarei, certamente, onde eu puder eu estarei. No dia 17 agora vai se criar o comando de Mães contra a pedofilia em Minas Gerais,

que, aliás, é uma homenagem na cidade do Sr. Casé que comandou e coordenou a cartilha, e assessor da CPI. Terá uma grande passeata, um grande encontro num clube para criar o movimento: Mães contra a pedofilia. V. Exas. estão convidados, e será uma honra, e ele vai se sentir... O povo de Minas Gerais vai se sentir honrado com a presença lá. A partir dali os outros municípios no entorno, todos estão agendados, e está se criando um grupo de mulheres no Brasil que vão participar de todos esses encontros, que vão viajar e vão fazer todos esses encontros porque Mães contra a pedofilia é um braço do Conselho Tutelar, é um braço da Secretaria de Defesa Social de cada município, é um braço da polícia, do Ministério Público. Porque essas mães se colocam numa posição de quem pode acudir, de quem pode estender a mão, de quem pode... Tipo assim, a Delegacia da Criança não tem computador. Essas mães da pedofilia se reuniram, fizeram um jantar, levantaram o dinheiro, compraram os computadores e entregaram. Criança abusada engravidou, 11 anos de idade, estuprada, as Mães contra a pedofilia vão lá, a criança não tem onde ficar, está grávida, está com doença venérea, não tem um berço para essa criança, não tem uma fraude e elas foram lá e tomaram conta de tudo. Então, quer dizer, é um braço da sociedade dos mais importantes porque mãe é mãe. Mãe é mãe. Então é importante esse momento.

Eu quero agora passar à oitiva. Queria até pedir o Senador Tuma, Vice-presidente que me substituísse aqui. Eu quero convocar, convidar o Sr. Evandro de Carvalho Sobrinho que está convocado por esta CPI, que é o servidor desta Casa que foi denunciado por pedofilia. Ele não está aqui? Quero convidar o Dr. Lopes de Oliveira Versiani. É isso mesmo ou errei? É isso, doutor? Cleber Lopes... Pensei que era... Ah, Advogados Associados. Cartão criativo. O Sr. Evandro da Carvalho Sobrinho. É isso, não é? Doutor, o senhor... Eu, mais uma vez, [ininteligível] aqui para o senhor ficar com o seu cliente, falar com ele e orientá-lo o tempo que o senhor quiser. Até porque quando a gente começar a oitiva, aí é a CPI e ele. Mas o senhor pode ficar à vontade. Já conversou?

Eu quero dizer ao Evandro, antes de passar a palavra. Eu vou lhe dar a palavra para você fazer suas considerações, e o senhor conhece as razões pelas quais foi convocado. O senhor está denunciado do crime de abuso de criança. Há um inquérito aqui de Polícia Civil do Distrito Federal na minha mão. Há uma investigação em curso. E eu sei, realmente, posso compreender que é uma coisa horrível, posso compreender o que é que você deve estar passando aí e vivendo, porque é um momento horrível esse para a sua vida, e deve ser para a sua família. E sei que você está na

desvantagem, mas nós não vamos usar a sua desvantagem para poder tripudiar. Eu quero que você fique à vontade. Aqui nós vamos respeitá-lo como cidadão. O Senhor foi convocado porque tem uma denúncia. Existe uma CPI investigando isso, e, no mais, é servidor desta Casa. Mas nós não estamos aqui para humilhá-lo e nem para tripudiar, mas para gente poder elucidar os fatos e colaborar. Porque uma CPI investiga, precisa ter grandeza e força para investigar e coragem para fazer, mas precisa ter grandeza também de reconhecer quando não existe crime, embora, esse seja um momento tão ruim para a pessoa tomar um carimbo de pedófilo, quando o Brasil está acordando para esse tipo de crime.

Mas eu lhe passo a palavra, Evandro, e você tem o tempo que quiser para falar e colocar sua verdade, e depois então nós passaremos a lhe perguntar. Fique à vontade.

Evandro, a partir de agora só nós. Fica maiserto, Evandro.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:

Bom dia, Senadores.

Eu queria, de antemão, enaltecer o trabalho que V. Exa. está fazendo aqui nesta Comissão, é da maior importância. Mas eu queria informar ao senhor que eu não sou pedófilo e nunca fui e nunca me envolvi com esse tipo de prática. E eu, também, não tenho página de... Não tenho assinatura de messenger, MSN, Orkut; não possuo nada disso, jamais me envolvi com esse tipo de prática. E quanto ao inquérito da Polícia Civil não se trata, como o senhor falou, o senhor mencionou criança, não se trata, mas eu vou usar da minha prerrogativa de permanecer em silêncio sobre esse inquérito, usar o meu direito constitucional de ficar calado por instrução e recomendação da minha defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – O senhor é servidor do Senado há quanto tempo?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Há 24 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – O senhor sempre serviu... O senhor hoje está lotado na gráfica?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Eu sou oriundo da gráfica, servi 12 anos como chefe de gabinete, e agora eu estou lotado na Secretaria de recursos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – O senhor era chefe de gabinete do Senador Lobão?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Continuou com o Lobão Filho?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Continuei com o Lobão Filho por oito meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – O senhor saiu após esse episódio, para esclarecer o episódio, ou o senhor já tinha resolvido sair antes?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Ah, não, após esse episódio eu saí para não comprometer a imagem do Parlamentar que eu trabalho, até que essa situação seja esclarecida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Está bem. Evandro há uma investigação que está aqui em curso... Eu vou me retirar um pouco, o Senador Tuma vai continuar. E eu lhe disse, no princípio, que nós não temos a intenção de tripudiar e nem de... Esse é o fórum para que você... Eu acho que... Bom, o advogado é o advogado e o sujeito tem advogado, e se agora ele está sendo advogado. Mas eu penso que calar não é a melhor coisa, porque as afirmações que estão no inquérito, a denúncia que foi feita. Eu acompanhei alguma coisa pela mídia e o delegado, penso, absolutamente, responsável que fez o seu inquérito, muito responsável e que investigou e que mostrou imagens do seu prédio. E eu penso que calar é muito ruim, porque calar consente. E quando têm afirmativas dentro do inquérito, afirmativa e você pergunta coisas que são afirmativas dentro do inquérito, e a pessoa quando cala no que é afirmado, é como se consentisse. Bom, mas isso é uma coisa sua, é um direito que você tem, mas eu penso que você tem aqui o fórum para poder fazer a sua melhor defesa, porque você fica aparecendo de nota em página de jornal, nota em página de jornal, o servidor do Senado, o servidor do Senado, uma televisão dá, outra televisão dá. Quer dizer, você se defende aqui e lá dentro do fórum ou do escritório do seu advogado, mas nunca teve uma oportunidade como essa de falar publicamente.

Eu, antes de passar a palavra para o Senador Tuma eu pergunto a você: é comum aqui no Senado menores de idade, meninas menores de idade circular aqui dentro da Casa, seja o que for ou em busca de... Busca de emprego não pode ser porque são menores 13, 14 anos de idade. Mas é comum esse tipo de menina circular aqui vendendo, fazendo negócio aqui dentro?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não do meu conhecimento, Senador, nunca presenciei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Essas meninas que estão no inquérito aqui, o Senador Tuma vai inquiri-lo. Você conheceu faz muito tempo?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Isso é referente ao inquérito, Senador. Eu, realmente, vou usar do meu direito de permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então você não conhece?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E se eu fizesse uma troca com você, e disser a você que toda vez que eu te perguntar e você disser: vou permanecer calado, é como se você tivesse dizendo sim. Você me responde o quê?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não, eu não concordo com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Você conhece essa menina há quanto tempo?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Isso é parte envolvida do inquérito, Senador, eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então conhece. Faz muito tempo? Faz muito tempo que elas circulam aqui no Senado?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu não sei responder essa pergunta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Você não conhece essas meninas?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio sobre essa sua pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Elas caluniaram o senhor?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu acredito que eu deva permanecer em silêncio e me defender no momento oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Elas caluniaram o senhor ou não? É uma injúria contra a sua honra?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Veja bem, até se eu ficasse em silêncio, isso seria admitir isso, na visão do senhor. Mas eu, independente, dessa afirmação ou não, eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor pretende processá-las por essa injúria contra a sua honra? Já fez um processo contra elas? Vai fazer?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não sei. Realmente, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas o senhor se sente injustiçado?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu também prefiro, sobre essa pergunta...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas lhe perguntar se o senhor se sente injustiçado, sofrido por uma calúnia, o senhor não responder isso. O senhor não se sente injustiçado?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu não pretendo criar aqui nenhum pré-juízo, então por isso é que eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, eu estou perguntando ao senhor sobre o seu sentimento pessoal. O senhor se sente injustiçado, sofrido com essa situação?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Senador, eu acho que estou averso a esse tipo de sentimento, no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vou passar a palavra para o Senador Tuma. Eu vou aqui, mas eu volto. E penso que você está no melhor fórum, você está no melhor lugar para dizer: eu estou revoltado. Porque a revolta é o sentimento dos justos. Estou revoltado! Estou indignado! Quer dizer, eu sou pai de família, trabalho. Aparecem duas meninas aí e vêm jogar lama no meu nome. Vou processar mesmo. Vou processar mesmo. Quer dizer, é por isso que eu estou perguntando, porque eu acredito muito na revolta, no desespero do justo, de quem está sendo sofrido. Agora quando você fala: eu vou calar, eu não falo nada. Entendeu? Eu acho que não é bom para você não. Vou passar a palavra para o Senador Tuma.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. advogado, o nome do senhor é doutor...

SR. CLEBER LOPES: Cleber Lopes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Cleber. O senhor é o Evandro? Funcionário do Senado?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor declarou agora a primeira pergunta do Senador Magno Malta, com direito constitucional de se recusar a responder toda e qualquer pergunta. É isso mesmo?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Se propõe a fazê-lo em juízo diante do inquérito que foi aberto na polícia com a denúncia da mãe da Yamin, da Mariana? A Yamin é a mãe da Mariana?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não sei dizer, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor não tem conhecimento da portaria?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu não tenho conhecimento da pergunta que o senhor falou de quem é mãe de quem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não, mas o senhor não tem conhecimento... O doutor não teve acesso à portaria. Então isso não vai prejudicar em nada, porque o que o senhor tem é uma denúncia contra o senhor feita por alguém. Então, eu só perguntei se foi a Geovana aqui... A Yamin foi ouvida e conseguiu com que a polícia chegasse a três outras testemunhas que teriam sido... A mãe presta depoimento por elas serem menores. Três menores cuja portaria faz referência. E diz que duas delas, a Mariana e a Yasmin estiveram somente uma vez com o Evandro, com o senhor. Confirma isso? Eu vou perguntar. Se o senhor não quiser responder, mas eu quero que consigne as perguntas que forem feitas. O senhor esteve duas vezes com elas?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio, Senador, sobre isso, sobre esse inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Foi mediante, segundo a denúncia de pagamento de 400 reais por encontro, na sua cama, segundo diz aqui.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Isso aí é fato constante no inquérito, segundo o senhor está me falando, mas sobre esse inquérito, Senador, eu vou permanecer calado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor é solteiro?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Solteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – E tem um apartamento aqui em Brasília?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É onde levava essas menores para o encontro programado mediante pagamento?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não, senhor.

Se não o senhor entrou em outro local.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Hum?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senão, o senhor entrou em outro local.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não. Isso aí, sobre esse inquérito, Senador Romeu Tuma, eu vou usar a minha prerrogativa de permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas isso não impede que continuemos com as perguntas. Algumas perguntas que foram formuladas pelo Ministério Público que acompanha. E o senhor conheceu a Etiene e a Jéssica aonde?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Aqui, segundo a portaria, aqui no Senado, uma delas vendia chocolate se recusou a aceitar a sua proposta, e apresentou uma outra amiga. Depois a Etiene se convenceu da facilidade de ganhar os 400 reais e se encorajou a aceitar o seu convite.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Não tenho conhecimento disso e vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Conhecimento o senhor deve ter, só não quer responder. Então eu queria, doutor, que não confundisse. Quer dizer, conhecimento ele não pode dizer que não tem, ele está se recusando a responder. Então ele se limita a uma coisa ou a outra. Como é que não vai ter conhecimento de um convite para ter relações sexuais mediante pagamento? Pode não ter aceito e nem ter acontecido, mas o convite, aqui pela descrição, está registrados na portaria de abertura do inquérito contra a senhor. Não estou forçando nada, estou apenas colocando o que eu acho necessário ao processo de esclarecimento que, sem dúvida nenhuma, se esclarecerá mediante as investigações, e, talvez, até uma acariação com a mãe das crianças que poderá ser feita com o senhor.

As outras menores eram Mariana e Yasmin não vai responder também?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio no que diz respeito a esse inquérito, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Se o senhor conhece relações sexuais com essas menores como convenceu a manter relações sexuais com ele. Se lhe deu presentes ou dinheiro às menores. Aqui perguntando para o senhor, se o senhor deu presentes ou dinheiro. A portaria fala em pagamento corriqueiro de 400 reais. Houve algum presente, além disso, algum agarrado às meninas.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Senador Romeu Tuma, não concordo com as acusações que estão sendo imputadas. Eu, para mim, na minha visão não cometí crime nenhum, e, embora, algumas

inverdades estejam por aí, na mídia e tudo eu vou permanecer em silêncio com relação a esse inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Essas menores era comum ir ao gabinete onde o senhor trabalha?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado pela resposta. Se as menores chegavam sozinhas ou acompanhadas do indiciado, se elas chegavam com o senhor ou não? Se elas andavam pelos corredores em sua campanha ou não?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: O senhor está perguntando se essas menores andavam no corredor em minha companhia? Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor marcava por telefone, por recado ou por alguma forma de comunicação?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio, embora, não esteja concordando, mas eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Aqui a pergunta é se o senhor abordava diretamente as menores ou se tinha intermediário?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Porque aqui diz que o senhor passou a ser intermediário, segundo a portaria, chegou a ser intermediário de oferecer as meninas.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio Senador, com relação a esse inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor conheceu alguém da família das denunciantes aqui das meninas que teriam tido comprometimento sexual com o senhor?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Geovana, Andréa e Miriam. Quais as freqüências dessas relações sexuais com as menores?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Vou ficar em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Onde se dava a abordagem das menores? E como era feita esta abordagem? Se era aqui no Senado, na rua? Eu já perguntei ao senhor esse qualquer meio de comunicação?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Vou ficar em silêncio, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Se após a recusa das menores o senhor oferecia quantia em dinheiro para que elas praticassem sexo com o senhor?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Vou ficar em silêncio, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Aqui fala que era por dinheiro, inclusive, da portaria faz uma referência que não havia nenhuma relação de afeição entre o senhor e as meninas, ela pelo interesse de dinheiro, e o senhor pelo vício de manter relações sexuais com menores.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Vou ficar em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Hum?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – As vezes que com elas conversou e soube da idade de cada uma delas?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Vou permanecer em silêncio, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor sabe o que é pedofilia?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Sim, eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Poderia descrever sob o seu ponto de vista?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: No meu ponto de vista pedofilia é prática de... A palavra filia: sexo, pedo: criança; sexo com crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – E qual é a idade que o senhor acha que a pedofilia teria alcance ou abuso sexual de menores?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: A idade que eu acho tem crime de pedofilia que eu acho, seria até os 14 anos. Eu acho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – A ação do senhor com as menores pode ser considerada um ato de pedofilia?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Como eu disse aqui no começo, não sou pedófilo. Jamais me envolvi com esse tipo de prática, e não tenho nenhum, reforçando, não tem nenhum tipo de Orkut, página de MSN, messenger, nem sei como funciona esse tipo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor conhece algum de indivíduo que conversa sobre sexo com menores pelo prazer de ter--

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Jamais conheci, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – --Com esse desqualificado desejo?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Jamais conheci.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – O senhor nunca comentou com ninguém sobre as ocorrências aqui ocorridas?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – O senhor e as menores descritas na portaria da polícia em razão do depoimento da mãe de uma delas.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Desculpe, o senhor perguntou se eu tenho conhecimento ou se eu comentei?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Se comentou com alguém?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Nunca. Agora uma coisa mais sentimental. Existe algum tipo de arrependimento do senhor desse comportamento que está sendo descrito e comentado pela mãe e, provavelmente, pelas meninas?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Isso se refere ao inquérito que está aí, e eu vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Qual é a sua religião? Desculpa, aí já entrando...

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Católica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Hem?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Sou católico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – O senhor teme ou não teme a Deus?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Eu respeito Deus, muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Mas não teme?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Sim, temo e respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Na hora do ato o senhor teve algum arrependimento, alguma questão de consciência ou não?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Senador, isso se refere ao inquérito. Eu vou permane-

cer em silêncio. Poderia até dizer aqui o que eu nutro, mas vou permanecer em silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Senador, o senhor tem alguma pergunta que queira fazer?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Somente eu queria tirar uma dúvida. Se dentro desse inquérito aí ou fora do inquérito, se este caso é recente, porque eu não tenho muito conhecimento, se é recente ou se é uma coisa que já têm anos ou períodos assim?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Esse inquérito foi instaurado, se não me engano, no dia 15 de outubro, 15 de setembro.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Agora recente? Mas antes já lhe acusavam? Já tinha tido alguma perseguição acerca desse assunto?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Never fui acusado de nada, Senador.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – E quando você as conheceu a primeira vez, elas já tinham essa idade que elas têm agora, ou já tem quanto tempo que você as viu pela primeira vez. Porque dizem que elas vendiam aqui e tal. Sei lá.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO: Isso diz respeito ao inquérito, e, realmente, Senador, me desculpe, mas eu vou permanecer em silêncio.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – É somente para saber, porque elas têm 14 anos agora. Tem 14 anos agora. Então, não sei... Mas somente para tirar a minha dúvida. Eu vou fazer uma pergunta de ordem pessoal. Você falou que é solteiro, mas você é noivo de alguém, tem algum compromisso?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Não, eu não sou noivo.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Certo. Você tem irmãos e irmãs menores?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Irmãs e irmãos menores não.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Não, também não.

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Atualmente, não.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Tem sobrinhas e sobrinhos?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:
Tenho 15 sobrinhos.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Benção. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Eu queria ler um texto aqui da portaria do delegado que pede providências, e faz um relato aqui contundente e meio amargo, depois de descrever

os depoimentos, a forma de pagamento e tudo. Ele diz assim: vê-se, portanto, que o indiciado... O senhor já está indiciado?

SR. CLEBER LOPES: Senador Romeu Tuma, eu queria suscitar uma questão de ordem, questão de ordem e não é de fato. V. Exa., naturalmente, na condição de Senador e Delegado de Polícia de carreira. Apenas queria ponderar com V. Exa. Esse inquérito versa exatamente sobre supostas menores envolvidas, embora, não sejam crianças, mas menores...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Está sob sigilo?

SR. CLEBER LOPES: É. E eu queria ponderar a V. Exa. apenas... Mas eu queria ponderar V. Exa., naturalmente, para impedir que haja alguma...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Está certo. Não vou quebrar o sigilo, apenas a referência feita à pessoa...

SR. CLEBER LOPES: Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Não vou entrar no mérito das meninas, não, porque a cautela indica até que nós não poderíamos trazê-las à degradação pública pelo ato que praticaram.

SR. CLEBER LOPES: Inclusive, eu alertei o delegado para isso, peticionei o inquérito sobre isso, o delegado está mantendo o sigilo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – É que é uma coisa tão contundente que o poder econômico do indiciado, por isso que eu perguntei se ele já está indiciado no inquérito. Está indiciado?

SR. CLEBER LOPES: Está indiciado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Já foi ouvido? Já prestou depoimento?

SR. CLEBER LOPES: Ele foi ouvido antes do indiciamento. Foi ouvido no primeiro momento, antes do indiciamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – O indiciamento foi indireto?

SR. CLEBER LOPES: Não, o indiciamento foi indireto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Porque a atração foi pelo valor monetário que pagava. Então não tinha nenhuma relação de afeição. Então isso que eu queria dizer que... Então é um vício, que o delegado coloca aqui, deprimente, do desejo de sempre manter relação sexual com menores.

Então o delegado pede providências e a CPI vai pedir ao Dr. André Victor do Espírito Santo que assim que tiver os laudos e tudo que necessitar encaminhe a esta CPI para podermos acompanhar, visto a recu-

sa do depoente em responder todo e qualquer questionamento.

Eu não teria mais pergunta. Eu pergunto se V. Exa. pode achar que houve abuso nas colocações da CPI?

SR. CLEBER LOPES: Não. Em hipótese alguma. Eu até queria esclarecer, Excelência, a defesa técnica assume a total responsabilidade pelo silêncio do Evandro, e a despeito de a defesa ser necessária, e eu até acho que o fórum aqui é adequado para o esclarecimento disso tudo, mas nós temos um inquérito policial onde há um pré-julgamento, a portaria V. Exa. tem em mãos e percebe que é uma verdadeira... A portaria é um ato de julgamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Estou dando a liberdade de o senhor falar, mas o senhor não poderia falar aqui, em razão do regulamento da CPI.

SR. CLEBER LOPES: Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Mas eu já entendi. E pelas próprias palavras dele que ele no início declarou que por orientação de V.Sa.

SR. CLEBER LOPES: Só queria esclarecer isso para que não haja uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Não, não tem...

SR. CLEBER LOPES: --A defesa tem um compromisso de mandato, então a estratégia precisa ser respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Foi a colocação que ele fez.

SR. CLEBER LOPES: Eu agradeço a compreensão de V. Exa. por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA
(PTB – SP) – Então eu pergunto se algum dos Promotores, através da minha pessoa pretende fazer alguma outra pergunta em colaboração com a CPI ou algum delegado? Esteja presente. Pode vir aqui, por favor. Porque a colaboração é para a feitura do relatório da CPI. Está tudo em ordem. Apenas requerer ao delegado, através da Presidência que vá comunicando reservadamente todo o andamento do processo, e se as meninas forem ouvidas também, os depoimentos que forem encaminhados, e se ele propor alguma acariação, também nós pretendemos, talvez, até acompanhá-lo para poder ter uma dimensão maior da prática do crime, se houve ou não. Eu não estou fazendo nenhum tipo de acusação ao senhor. Estou respeitando, inclusive, e eu acho que o seu direito de defesa poderia ser manifesto aqui, teve toda a liberdade para fazer, dentro da orientação do advogado o senhor se recusa a responder qualquer questionamento. Mas

eu faço questão que a ata registre todas as perguntas que foram feitas.

Então dou por encerrada, se não houver mais nenhuma pergunta. Se o senhor quiser fazer alguma declaração esteja à vontade. Está bom. Muito obrigado. E dou por encerrado o questionamento ao Sr. Evandro. Tem mais alguma coisa?

SR. EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO:

Não, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB – SP) – E dou por encerrada a sessão. E agradecendo todos os presentes e a Promotora pelo auxílio que nos deu aqui no acompanhamento dos questionamentos. E vamos acompanhar o inquérito que eu acho que isso é importante.

Muito obrigado, pela presença de todos.

Sessão encerrada às 12h59. – Senador Magno Malta, Presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2008, às quinze horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram ouvidos os senhores João de Deus Júnior representante da Ol; Paulo Roberto Lima, Representante da TIM; Luiz Otávio Marcondes, Representante da Claro; Diogo Neves, Representante da Vivo; Lara Piau, Representante da TIM, Paulo Pimentel, Representante da Embratel; Patrícia Tedesco, Representante da Telefônica; Enylson Carmonesi, Representante da Telefônica; Custódio Toscano, Representante da Ol; André Ubaldino, Procurador de Justiça no Estado de Minas Gerais; Patrícia Costa Schreiner, Procuradora da República no Estado de São Paulo; Thiago Tavares, Presidente da SaferNet Brasil; Edivaldo Miron da Silva, Representante da Abrafix. Ana Lúcia Melo, Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e Carlos Edmundo Sobral, Delegado da Polícia Federal.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão: – **Magno Malta (PR – ES), Presidente – Romeu Tuma (PTB – SP) – Virgílio de Carvalho (PSC – SE) – Sérgio Zambiasi (PTB – RS)**

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Declaro em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI que se propõem a investigar a pedofilia no Brasil.

Havendo número e quorum regimental, declaro aberta a sessão. Proponho a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Está dispensada. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Esta Audiência Pública se propõe a ouvir as operadoras de telefonia no Brasil. Mas antes eu gostaria de dizer que participei, em Minas Gerais, nesse final de semana, do Movimento Todos Contra a Pedofilia, e na cidade de Divinópolis vi uma coisa significativa e bonita para o Brasil. A população na rua, as crianças na rua, o Poder Judiciário, Senador, o Poder Legislativo na rua, o Ministério Público, as polícias, bombeiros, a imprensa que cobria tudo, e com um sentimento de família de quem repudia esse crime com a maior veemência possível. Uma marcha significativa com colegiais, faixas escritas por crianças. Infelizmente, chegamos a um ponto de abuso de criança neste País que é preciso preparar as nossas crianças para saberem se defender do pedófilo, a criança na mais tenra idade hoje precisa, minimamente, saber o que é abuso.

E à noite participei de um outro evento e Nova Serrana em Minas Gerais, também a criação do Movimento Todos Contra a Pedofilia e o Movimento de Mães Contra a Pedofilia. E registro que esse Movimento MÃes Contra a Pedofilia ele se deu e começou em Roraima, não é Dr. André? Em Roraima com o advento da prisão do procurador quando as mães indignadas, em Roraima, foram às ruas e acabou nascendo o Movimento MÃes Contra a Pedofilia. E já vi outras coisas bonitas também por aí, estudantes contra a pedofilia, jovens contra a pedofilia, estudantes de Direito contra a pedofilia. Já vi no meu Estado faixas em carro, pedagogos contra a pedofilia, as pessoas nas faculdades e nas ONGs se reunindo e tomando posição contra esse crime dos mais indignos possíveis.

Acontece agora o 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Criança e Adolescente que vai ocorrer do dia 25 ao dia 28 no Rio de Janeiro, é um congresso mundial, o Brasil sediando. E nós esperamos que o Presidente Lula sancione a lei, a mudança dos 240 e 241 do ECA, uma vitória do Brasil, aliás, eu quero parabenizar os senhores assessores desta CPI, os procuradores, Ministério Pùblico Federal, Estadual, aqui a Polícia Federal, os técnicos do Senado, os nossos assessores do Senado. Parabéns a vocês! Parabéns pelo preparo da lei, pela modificação, e, graças a Deus, a Câmara aprovou e agora é possível que o Presidente Lula abra o congresso mundial sancionando, mostrando para o mundo a nossa disposição de enfrentar esse crime que em termos de volume, na minha visão hoje, a minha experiência que tenho acumulado empata um pouco já com o uso de droga no Brasil. Esse é o convite que recebo da Coordenadora do Comitê Organizador, a Dra. Carmem Silva de Oliveira, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu fazia uma palestra na Câmara dos Deputados quinta-feira próxima passada ou foi terça-feira, a Comissão de Segurança, o Senador Virgílio fez um congresso, um encontro para discutir a questão da exploração sexual no Brasil, muito bem organizado com alguns debatedores e a delegada do Rio de Janeiro, Deputada Federal Marina Maggessi, inspetora de polícia, e ela foi à mediadora quando da minha fala, e eu fiquei muito surpreso, quer dizer, eu tenho recebido isso por e-mail, todo dia, de todo o mundo e no Brasil.

Eu acho que se esta CPI tem uma virtude, só a CPI foi de ter... A virtude foi de ter acordado o País, mas também tem ajudado as pessoas a se livrarem dos seus monstros, que são centenas e milhares de pessoas que mandam a esta CPI dizendo: olha, eu professor universitário, eu sou médico, eu sou empresário, eu sou produtor, eu tenho uma empresa, eu tenho 500 empregados, eu sou médica, eu sou religioso; e tenho isso e isso, sofro isso, tenho pesadelo, eu sou frio, eu estou na reunião com outras empresas e dá um branco na minha cabeça porque eu me lembro do abuso aos 5 de idade, aos 7 anos de idade e tal. E quando eu encerro a minha fala, Dra. Ana, a Delegada Marina Maggessi com lágrimas nos olhos, considerada uma policial muito dura no Rio, eu nunca vi a Marina Maggessi chorar. E ela disse: eu vou após essa palestra fazer uma revelação aqui e me livrar de um monstro que faço terapia há 20 anos. Eu fui abusada aos 5 anos de idade. E eu não achei que a CPI teria esse viés libertador, as pessoas se encorajando a se libertar de um monstro. E veja aqui a invasão de uma criança do seu moral, do seu íntimo, das suas emoções são lesões que ficam.

E aí eu diria aos senhores das Teles, quando falei da primeira vez que não há qualquer interesse quando se quer assinar termo de ajuste e conduta, a não ser a vida humana, não a qualquer interesse. E quando a gente faz qualquer discussão há que se discutir a vida humana. É verdade que nós vivemos num país capitalista onde se pensa no capital, mas, minimamente, há que se pensar na vida humana, minimamente. E eu falo de um viés e esse termo de ajuste de conduta foca exatamente no ponto do nosso... Como é que se diz? Do nosso fato determinado que é abuso de criança, nós focamos aqui no abuso de criança. E quando eu falo aos senhores, e quando falo não estou me referindo ao que as empresas ganham ou deixam de ganhar. Eu estou falando a pais de famílias, avós, pais; e estou falando de abuso e violência contra criança que leva essa lesão para a vida inteira. E esse monstro, essa sombra chamada pedófilo. Por que quem é que é o pedófilo? Quem é ele? O pedófilo é uma sombra, é um indivíduo acima de qualquer suspeito, qualquer

um põe a mão no fogo por ele. É aquele boa-praça, sujeito hospitaleiro, gente boa para caramba, que ninguém duvida dele, isso quer dizer então que nenhum de nós estamos livres deles. Nenhum de nós.

Então a razão de ser desta Audiência é para que nós discutamos o nosso interesse pela vida humana. E eu não gostaria de fazer uma discussão de capital, até porque não é minha praia. Eu quero discutir a vida humana, eu quero discutir até onde nós podemos chegar em favor da vida. E eu não quero fazer uma assinatura de cavalheiros, não, nós concordamos e gostamos, até porque eu acredito nas pessoas, mas eu estou falando em papel, eu estou falando em CGC, eu estou falando em registro, eu estou falando em empresa, eu estou falando em fatura. Então, eu acho que nós podemos, muito bem, cavalheiramente discutir essas questões. Ainda informo que no dia 2... Dia 2 ou dia 1º? Se dará o encontro de Hyderabad, dia 2 na Índia, de enfrentamento também à violência sexual e também é governança da Internet. Não é isso, doutor? Governança da Internet e eu estarei lá, até porque vou participar com uma fala lá nesse evento da ONU e o Senador Virgílio também, estaremos indo para participar desse evento.

Eu recebi alguns comunicados, e eu queria, se aqui couber, porque se tiver mais, eu vou chamar, porque se tiver mais eu vou pedir que sente aqui, se couber aqui ficamos todos aqui. Diogo Neves, Gerente de Segurança da Vivo. O Diogo Neves está aí? Está aí não é, Diogo? O Diogo esteve na outra reunião, não é Diogo? Na outra audiência pública? Não, não é? É só para eu fazer a contagem. Antônio Carlos Drumond Filho, o Antônio Carlos está ali, o Paulo Roberto Lima, Paulo Roberto, três, Luiz Otávio, quatro, e Paulo Pimentel. Tem mais algum outro representante de empresa?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: João de Deus Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Seu nome é tão fácil, em João? E eu esqueci. João de Deus. Tem mais algum outro? Lara Piauí? Piau. Esqueci de um. A tua empresa é a Oi. E a Laura? Tim. Você veio representando o Mário César. Quem mais?

SRA. PATRÍCIA TEDESCO: Patrícia Tedesco.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Patrícia Tedesco. Esse sobrenome não é estranho para mim, Tedesco. Eu conheço um Tedesco lá em São Paulo. Você é de São Paulo?

SRA. PATRÍCIA TEDESCO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mais algum?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Telefônica. Edílson?

SR. ENYLSION CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Enilson.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Enilson. Está bem. Mais alguém?

Eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir os primeiros que eu chamei, porque aqui não cabe todo mundo, e gostaria de pedir aos outros que viessem para essa primeira fileira aqui então. O João esteve na primeira reunião, não é João? Então, a Bíblia diz que a quem muito é dado, muito será cobrado. Você senta aqui perto de mim que é de você que eu vou cobrar. Venha cá.

Aqui o pessoal que eu chamei primeiro pode se assentar aqui. Pode sentar aqui. Aqui tem direito a cafezinho e é melhor porque aqui a gente é filmado de frente. Os caras são mais sabidos do que nós. Tem mais aí? Quem é o outro? Aqui é melhor que a gente é filmado de frente. Cadê o outro? Tinha mais um, não tinha? Vocês dois também. Tedesco e o Paulo aí.

SR. ENYLSION CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: O senhor prefere a Tedesco aqui do que eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – A Tedesco, aliás, espertamente que é para sentar de costa. Mais sabida do que você.

Eu recebi alguns ofícios, e esse ofício é assinado pela Sr^a Gisele Artur em nome do Presidente da Claro, João Cox, comunicando que em virtude de relevantes compromissos e relevantes agendados anteriormente, o mesmo não pode atender a convocação de V. Exa estará enviando um representante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Beleza. Recebi também em razão da convocação constante no arquivo anexo tal e tal, recebido e tal, considera o vice-presidente da Embratel, tendo em vista compromisso tal, tal, tal, tal, Antônio Oscar de Carvalho e tal. Recebi também um comunicado do Dr. Mário César da Tim que me falou ao telefone ontem, e me até muita alegria dizendo que a Tim está disposta a participar efetivamente com esse termo de ajuste de conduta, cumprir responsabilidade com a sociedade. E isso ficou muito... Marcou para mim.

Eu vou fazer uma introdução, e, em seguida, eu gostaria de ouvir a todos. E gostaria de, mais uma vez, fazer um bate-papo amigável com todos, diante da gravidade da situação, e alguns que já estiveram comigo conhecem mais de perto, porque eu lhes mostrei alguma coisa que foge à nossa compreensão do que é que é pedofilia. Quem nunca viu pensa que sabe, mas não sabe nada do que é que é isso. Não é?

E aquela reunião me deixou muito alegre e a todos nós, porque as pessoas indicadas trabalharam

e construíram, andaram; mas parece que chegou um momento que emperrou. Mas penso que de uma causa como essa nada que a gente não possa acertar. Nós não estamos fazendo uma discussão no CAD, nós não estamos fundindo empresa, não estamos falando de interesse de dinheiro, de uma ou de outra, quem vai perder e quem vai ganhar. Eu estou falando dos seu netos, estou falando das minhas filhas, dos netos que vou ter, dos filhos dos outros, dos filhos da periferia, dos filhos do condomínio, estou falando da Zona Sul e das crianças do morro, eu estou falando das crianças do Brasil.

Quando nós propusemos esse termo de ajuste de conduta... Antes disso eu gostaria de fazer um registro, Senador, que ontem... Quero parabenizar a Dra. Ana Senadora Dra. Ana Lúcia que é assessora desta CPI que ontem realizou uma operação na madrugada vitoriosa no Rio e prendeu um norte-americano pedófilo. Parabéns, Dra. Ana, por essa investigação. E os Estados Unidos mais de parabéns ainda porque eles têm duas leis, uma que pune o pedófilo nos Estados Unidos duramente, de rastreamento eletrônico à pena muito alta, e uma placa na porta da casa que mora um pedófilo e muita coisa. Mas eles têm uma outra, uma lei específica para punir o pedófilo que deixa os Estados Unidos para cometer pedofilia em outro país. E esse cidadão, certamente, está enquadrado nessa lei, e o prazo máximo é de 30 dias para estar encerrado todo o inquérito e esse rapaz estar preso nos Estados Unidos. Uma coisa que a gente tem que chegar.

Tenho aqui no auditório com a gente o Conselho Tutelar de Viamão, Rio Grande do Sul, Francisco Mariano. Queremos cumprimentá-lo, Francisco Mariano. Parabéns pelo trabalho do Conselho tutelar.

Eu recebi algumas informações, e aí a razão porque eu pedi esse encontro, e eu não desejo radicalizar, radicalizar seria qualificar a reunião e fazer uma convocação formal dos presidentes, e aí não daria para aceitar esse tipo de: não posso ir porque impossibilitou, não sei e o que e tal. Até porque numa reunião informal, numa audiência pública você aceita isso, mesmo o cara não vindo porque não quer e ele põe esse texto. Esse texto é até decorado, é tudo igual. Eu também faço esse texto quando não vou a algum lugar: atendendo a compromisso, não sei o que tal e tal. Está tudo igual. Então, eu não quero radicalizar, de fazer convocação formal com o poder que a CPI tem e trazer formalmente os presidentes das empresas, porque penso que não há necessidade. Acho que isso aqui é igual a gente está comendo peixe, quando vê uma espinha a gente não pára de comer; continua comendo, separa a espinha e vai em frente. Nós precisamos é separar essa espinha, acertar e ir em frente, sem

problemas, porque todos nós, penso, temos interesse do país, pensamos no país, nós pensamos nas nossas famílias, pensamos nas nossas famílias.

Não gostei de que li, do que foi degravado para mim da última reunião, do que ouvi da última reunião, e aí não gostaria, por exemplo, de trazer aqui os presidente e colocar esse áudio no ar. Muita palavras foram mal faladas na reunião passada aqui, que digo aos senhores, que com toda essa maneira de tratar as coisas e tratar as pessoas me indignou profundamente. E eu queria... Não tenho necessidade de fazer formalmente para que eu saiba e quem são os senadores que são cooptáveis dentro de um *lobby* para poder derrubar os interesses da sociedade brasileira em favor do capital. E eu não gostaria de radicalizar. Por isso eu gostaria de tratar com os senhores como nós tratamos na primeira reunião como elas se seguiram.

Eu entendo que há uma defesa de interesses, sei que todo mundo se sensibiliza, mas cada qual está falando em nome de uma empresa, ninguém faz empresa para tomar prejuízo, faz empresa para ganhar dinheiro, e não tem nenhum crime nisso, porque sem empresa não tem emprego. E a honra de um homem é seu trabalho. Se você não tem trabalho para dar a ele, ele é desonrado. Então é o seguinte: quem gera emprego, gera honra, e empresa é bem vista no Brasil, quanto mais forte, melhor; quanto mais faturando, melhor; quando mais gerando emprego, melhor; porque gera honra e gera dignidade; tira as pessoas do desemprego e da miséria. Sem nenhum problema com relação a isso. Agora penso que um termo de ajuste de conduta que todos concordam, que todos concordam, que está focado no nosso fato determinado, que a princípio se pensou em falar genericamente para todo tipo de crime, depois se voltou atrás e focou e o correto é esse, é focar no fato determinado porque esta CPI é de abuso contra criança, tão somente.

Nós focamos aqui, nós precisamos. É igual a questão: onde é que está a violência das drogas no Brasil? Nós falamos: no uso de droga. No usuário. No consumo. E qual que é o nosso grande drama hoje? Porque o Brasil errou, chegou à Câmara e pegou um Projeto de Lei que virou um monstro. E virou um monstro como? Tiraram a autoridade. Isso, quer dizer, o usuário não pode ser punido. Mas o litro de gasolina que compra gasolina e incendeia um ônibus com gente dentro é dinheiro de usuário. Mas ele não pode ser punido. Ah, mais o usuário que fuma um papelote, cheira só um papelote sexta-feira, esse cara não pode ser punido. Mas para esse papelote chegar à mão desse engraçadinho, gente foi corrompida na fronteira, morreu motorista, ficou viúva, ficou carro para pagar, ficou menino órfão. Para esse papelote chegar à mão

dessa pessoa, polícia foi corrompida. Precisamos contar todas essas coisas. E o juiz ficou sem a carta na manga. A lei de juiz: serviços comunitários. O sujeito não comparece. O relatório: "olha, Sr. juiz, ele não veio nenhum dia aqui." O juiz: "rapaz, venha cá. Você vai se obrigar a ir a uma ONG ouvir palestra três vezes por semana." "Sim, senhor." Não pisa lá. O relatório: não pisou aqui não. Encerrou. O juiz não pode mais nada. Está desmoralizado. Está desmoralizado. E aí por falta de conhecimento a sociedade diz que isso é culpa dos políticos, e acho que nesse ponto é, porque foi lá que morreu. É culpa da polícia, mas não tem carta na manga para o juiz fazer cumprir. Ele nunca imagina que se ele não for fazer o serviço comunitário, se ele não for àquela ONG, o juiz então vai prendê-lo dois anos. Ele não tem medo de nada. O juiz está desmoralizado. Então nós não podemos fazer um ajuste de conduta sem que tenha sanção no descumprimento. Não há que entender isso. Não dá para fazer acordo de cavalheiro numa situação como essa. Nós não estamos falando com um irmão de caridade. Nós estamos falando com multinacional. Nós estamos falando com gente que ganha muito dinheiro. Nós não estamos falando, e eu volto à velha história: eu não estou fazendo ajuste de conduta no CAD. E eu sei o que é que é aquilo lá, que quando a Nestlé comprou a Garoto lá no meu Estado quebrada e havia interesses espúrios por trás. Não foi junção de capital, foi uma empresa quebrada que foi comprada e tinha interesse por trás. E eu vi muito bem que digladio desgraçado. E olha que eu não entendo de nada disso não. Entrei na briga só por causa dos empregos no Espírito Santo.

Então eu quero ouvir os senhores, quero ouvir as razões pelas quais... Existe concordância em quase todos os pontos. A concordância se dá exatamente quando o descumprimento desse termo de ajuste de conduta é chamado a ter sanções sobre o descumprimento, porque termo de ajuste de cavalheiro nós não vamos assinar. Aí não dá para brincar. Eu não vou entrar numa piada dessa. Não quero ser uma charge de Chico Caruso. Quer dizer, esse Chico é até bom de charge, já tem umas três charges dele comigo, mas não quero ter outra sendo piada. Aí não dá! Esta é uma CPI séria que está tratando com um assunto sério. A multinacional da Internet veio aqui sentou e assinou, o Uol vai assinar, a Terra vai assinar, My Space vai assinar, Ig vai assinar; todo mundo vai assinar. Agora, eu não posso é assinar com as Teles um ajuste de conduta, Sr. Senador, que seja tão somente uma conversa de cavalheiros, e pode ter certeza que nós vamos cumprir. Não é bem assim. Eu posso até confiar em todos vocês, que vocês estão aqui, mas amanhã vocês passarão, serão outros e outros virão, e que não têm o mesmo

sentimento, que não viveram esse momento que nós estamos vivendo aqui agora.

Então eu vou passar a palavra para que eu possa entender as razões pelas quais, dos senhores a cada um, quero ouvir cada um pacientemente, e espero que a gente separe essa espinha e continue comendo o peixe, e nós acertemos e façamos para o Brasil um gesto dos mais bonitos, dois mais bonitos, dos mais bonitos que é, de fato, assinar um termo de ajuste de conduta. Olha, uma criança em risco, imagine uma criança de seis anos, porque tem abuso de criança de 30 dias de nascido. Mas eu quero falar dessa criança de seis anos lá no meu município. As perninhas dela da grossura do meu dedo, a bichinha subnutrida, desse tamanhinho assim, doutor. O sujeito a pega e estuprou com o dedo, primeiro. Ele contando para mim. Estuprou no ânus com o dedo, quando sangrou ele fez conjunção carnal com ela. Depois estuprou na vagina, quando sangrou ele fez conjunção carnal na vagina e rasgou, fez um canal só. E essa criança de seis meses, os médicos chorando, precisaram tirar o útero dela.

Quer dizer, além, de lesionar moral e emocional. Tiraram dela o privilégio de mais tarde ser mãe. E eu falo: uma criança nessa de risco, se você precisa de uma quebra de sigilo de uma desgraça dessa com duas horas, e uma Tele diz a mim que não dá. É de vida que eu estou falando. Eu estou falando de vida. Então eu quero ouvir os senhores. E eu só sei fazer esse discurso emocional, mas é verdadeiro. São fatos. É emocional, mas são fatos. Porque com essas questões eu não quero tratar com a razão. A razão depois é dizer: olha, o Brasil evolui, o Brasil criminalizou posse. O Brasil criou um tipo penal pedofilia. As Teles que operam no Brasil não foram obrigadas num Projeto de Lei não, ninguém as obrigou. Elas vieram, discutiram e assinaram e disseram: é isso que nós temos que fazer por este País. É isso que nós temos que fazer pelas nossas crianças. Nós precisamos virar exemplo para o mundo todo, para que as Teles no mundo inteiro digam: olha, abriu precedente no Brasil. Nós precisamos fazer aqui também, na Espanha, precisamos fazer aqui na Itália, em tudo que é lugar. E eu não estou chamando ninguém para sacrifício. Eu estou chamando para salvar crianças em situação de risco. É para isso que eu estou chamando. Porque eu confesso aos senhores que se a gente não fizer pelo amor nós fazer na dor. Porque essa situação tão séria, tão séria, tão lamentável; e eu estou dizendo aos senhores porque eu convivo 24 horas com isso.

Ontem ao encerrar a reunião em Nova Serrana, uma senhora levou uma criança para mim tetraplégica com 3 anos de idade, sendo abusada pelo tio. E eles

fizeram todo um esquema para pegar o sujeito. Três anos, tetraplégica e não arruma quebra de sigilo. Porque esse cara falava todo dia com a enfermeira que tomava conta da menina, que era quem preparava tudo para ele, e eles não conseguiam pegar os dois no telefone. E aí faz o quê? Vai para o ilegal? Contrata um hacker? Faz o quê? Vai para o ilegal e contrata um araponga? Um sacana desse qualquer de maleta? Eu não sei o que fazer. Desculpem o meu desespero. Desculpem o meu desespero. Então eu quero ouvir os senhores na boa, para gente separar a espinha e continuar comendo e peixe e dizer: olha, vamos acertar aqui. Vamos acertar aqui. Vamos acertar bonito. Vamos assinar um termo de ajuste de conduta para o País bonito para mostrar para o mundo. Vamos acertar aqui. Para gente não ter que sair na porrada. Porque é o seguinte: se a gente tiver que sair na porrada, e eu confesso aos senhores que nós vamos sair na porrada. Então vamos sair. Porque, pelo amor de Deus. Eu tenho uma filha de 8 anos de idade. Eu estou com procuração dela. Eu vou fazer o quê? Eu vou fazer o quê? Eu vou afinar? Não vou afinar, não. Eu não vou afinar. Eu não vou amarelar. Eu não vou amarelar. Mas eu penso que nós temos bom senso. Nós somos gente de pessoas de bom senso, gente de família que sabe das coisas muito mais do que eu. Muito mais do que eu. Eu sou um neófito. Deus me deu a graça de chegar aqui porque eu sou emocional, para que a gente possa chegar a bom termo em tudo isso aqui.

E eu precisava fazer essa fala de início até porque eu li da reunião anterior me indignou bastante. O que eu li e tenho. O que eu li e tenho. O que eu ouvi de algumas pessoas que estavam naquela reunião me indignou bastante. E eu tenho certeza que ali eu tenho material para poder fazer esse confronto. E, tenho certeza, que a sociedade não vai ficar contra esta CPI. Não vai ficar contra esta CPI.

Então, eu quero ouvir os senhores. Eu, se me exacerbei, peço desculpas, mas tudo que eu quero é o bem. Eu quero é que a gente faça bacana, todo mundo junto. Está tudo acordado? Está. Beleza! Ficou bom para todo mundo? Ficou. Jóia! Então vamos embora e tocar para frente. Não quero dar prejuízo de 1 centavo para empresa nenhuma, mas não quero que empresa nenhuma negligencie e permita que uma criança estuprada na cadeira de roda, ou em cima da cama, ou amarrada em qualquer lugar. Porque eu posso abrir todas essas imagens para os senhores do que eu estou falando aqui agora, de crianças amarradas. Eu posso abrir imagem para os senhores aqui de criança de três anos sendo abusada por cinco homens. Eu posso provar tudo que eu estou falando aqui. Então é por isso que eu quero ouvir os senhores na boa, na

boa, desarmado, desarmado; completamente desarmado. Quando o Mário César falou para mim no telefone, ontem: "olha, a Tim comunga com tudo." E eu falei: "vou repetir sua fala, doutor, lá." "Pode repetir." "E o prazo de duas horas para dar quebra de sigilo?" "A Tim faz." "Vou repetir sua fala, Mário César." "Pode repetir minha fala." Eu já fico feliz. Para mim... Agora, não dá para ser acordo de cavalheiro. Tudo bem. Tudo bacana, a gente concorda com isso tudo. Vamos assinar isso se nós concordamos. Agora, sanção não, se a gente não fizer... Eu hem, eu nunca vi isso na minha vida. Eu nunca vi.

Então vamos conversar. A gente tem tempo para conversar. Eu quero ouvir todo mundo, sei que vou aprender. E a gente, certamente, vai chegar a bom termo. Não tenho dúvida de que nós vamos chegar a bom termo. Pelas caras boas que eu estou vendo aqui tudo, nós vamos chegar a bom termo. E alguns, de vez em quando, até fazem assim, concordam comigo. E eu já até contei os que fizeram assim para contar os votos. Se eu botar em votação eu ganho, eu já ganho, viu Senador, se eu botar em votação eu ganho.

Então vamos... oh! João, você que é de Deus, vamos começar com você. Vamos embora. Gente boa. Dá um café para o João aqui, dá um café para todo mundo aqui.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. É um prazer estar de vota aqui a essa nobre Comissão.

E queria iniciar dizendo o seguinte: eu acho que nós estamos aqui diante de três questões distintas, e, às vezes, a discussão de uma dimensão dessas interfere na outra, mas eu vou tentar separar, vamos dizer, as questões, os parâmetros que nós estamos discutindo para ficar mais clara a nossa visão. Mas nós estamos discutindo uma questão, primeiro uma questão moral, uma questão de cidadania, uma questão de humanidade, vamos dizer, todo o escopo moral que perpassa todo o discurso do digno Presidente da Comissão. Estamos discutindo uma questão técnica-operacional, uma questão de como implementar determinados dispositivos, e estamos discutindo uma questão jurídica. E tem hora que a gente está discutindo a questão moral, tem hora que está discutindo a técnica e tem hora que está discutindo a jurídica. E talvez as confusões ou os debates que tem ocorrido, no calor dos debates é que, às vezes, se misturam essas três questões.

Incialmente, eu queria dizer que quanto à questão moral que é a questão do mérito desse compromisso, o mérito dessa iniciativa, essa questão já foi resolvida na primeira sessão que nós tivemos aqui, a primeira reunião da Comissão que chamou as operadoras que nós tivemos aqui, nós não deixamos nenhuma dúvida

de que nós estamos comprometidos com a mudança de patamar, quer dizer, a questão de levar as empresas a um novo patamar de conformidade, de performance na preservação dos dados de tráfego por Internet, esse é um compromisso moral que as empresas têm. Então quanto a isso não há mais dúvida. Quanto ao impacto que essa ausência causa na questão específica da pedofilia, isso foi resolvido lá. Tanto que hoje nós nem quando discutimos essa questão aqui de termo de cooperação e etc., nós estamos discutindo é termo de obrigação, para nós é uma obrigação relevar esse patamar, resolver essa questão no plano material. Também não estamos discutindo aqui a questão de dezenas ou centenas de milhões de reais que estejam envolvidos. Eu não estive nas duas últimas reuniões, estive na primeira e na última, tenho acompanhado; mas essa parte acho que as empresas já resolveram. No nosso caso nós já temos o orçamento previsto de dezenas e milhões de fazer essa modificação.

A questão material que a gente discute é como você se preparar para uma olimpíada, Senador, você quer disputar as olimpíadas lá de Pequim. A próxima onde é que vai ser?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA

OI: E nós estamos lá... Londres. Estamos correndo os 100m rasos em 30 segundos e o recorde mundial são 10 segundos. Então agora para você sair de 30 segundos para 10 segundos não basta assinar o termo de compromisso, o atleta quer assinar o termo de compromisso, o termo de cooperação, mas ele precisa se preparar. E o que é que significa materialmente se preparar? Significa fazer projeto técnico, contratar fornecedor, o fornecedor, às vezes, tem fabricado, às vezes vai fabricar, implantar, desenvolver software, testar e botar para funcionar. Não estamos discutindo aqui... Já tem uma coisa pronta e só depende de boa vontade, ou de mais empenho, ou de mais dedicação, ou de mais seriedade. Não é isso que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo que tem investimentos que são feitos e a implementação dessas coisas leva, infelizmente, um tempo material que é esse tempo dessas etapas que eu descrevi.

E aí o que nós queremos é mudar duas coisas: se hoje nós recuperamos, o Ministério Público, a autoridade policial recupera um percentual baixo dessas informações, nós queremos vir a recuperar 100% das informações. Então, nós precisamos elevar a taxa de recuperação. Taxa de recuperação é questão material técnica, não é uma questão nem moral e nem é uma questão jurídica, é uma questão material e técnica. E, além, da taxa de recuperação de passar de, sei lá, 40%, 50%... Quanto é hoje? Para o 100%. Significa implementar esses dispositivos. E, além, de melhorar a taxa

de recuperação, nós precisamos melhorar a rapidez na recuperação. Uma coisa é você recuperar uma coisa que não existe, e aí precisa primeiro ter o dispositivo que grava em todas as situações, e aí é o projeto, implementação, etc. e etc. E outra coisa é a velocidade de implementação. Teve uma urgência, teve um risco de vida. Vamos fazer com rapidez. Então para essas coisas as empresas, pelo menos, no que diz respeito a Oi, nós já fizemos os estudos de viabilidade. Há condições de fazer isso. Já temos a solução no caso da telefonia fixa, diga-se de passagem, da telefonia móvel ainda há estudos que não chegaram à conclusão de qual é a melhor solução tecnológica para o caso da telefonia móvel, para o caso de 3G e etc. Então, provavelmente, o tempo de implementação da fixa será mais rápida do que o tempo de implementação da móvel, mas, independentemente, desse constrangimento técnico, constrangimento tecnológico, material de tempo, e de dependência de fornecedor e de implementação, nós queremos, sim. E, independentemente, agora já entrando no lado jurídico, independentemente de ter uma lei ou não ter uma lei, e sabemos que há o compromisso por parte de V. Exa. de desenvolver com a sua perspicácia, o seu empenho, dotar a nacionalidade de uma lei que preveja essas situações, mas independente da lei nós estamos dispostos, sim, a assinar um termo de compromisso, um termo de cooperação para que essas coisas sejam implementadas no tempo materialmente possível com questão do empenho, com o máximo de empenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – João, que tempo você acha que seria...

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:
Olha do ponto onde nós estamos hoje para a Olimpíadas de Londres o nosso cálculo lá foram doze meses. Agora, eu acho que tem uma evolução, porque o sujeito que está com 30 segundo para chegar em 10, ele antes passa por 20, passa por 15 até chegar por 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Claro.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:
Nós podemos assumir compromissos progressivos de performance quanto à taxa de recuperação e quanto à velocidade de [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Porque eu acho que no termo de ajuste de conduta, você pode no termo mesmo colocar prazo e tal. Eu acho razoável. Eu estou falando que vai tirando a espinha e comendo o peixe. Vai, João, continua aí que eu estou gostando.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Agora, do lado jurídico, Senador, eu vou lhe pedir permissão, licença a V. Exa., porque eu sou um mero

e mísero engenheiro de telecomunicações, não acendi a essa grandeza dos mortais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – E nem eu viu, João, eu queria ser advogado e não consegui. Você fez vestibular alguma vez ou não de Direito?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Direito não. Quem sou eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu fiz três vezes e não passei. Então você está melhor do que eu.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Você, pelo menos, se sentiu capaz de tentar. Eu nem isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu vejo o Dr. Tiago ali com 28 anos de idade é professor de doutorado em Direito. Eu fico pensando: meu, Deus do céu, o que é que esse cara tem melhor do que eu?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:
O que eu ouço lá os advogados dizerem, e aí arrisco até a dizer bobagem, que eles dizem o seguinte: que ninguém é obrigado a fazer algo senão diante da lei. Eu fico na dúvida. Eu acho que diante de uma questão moral a gente é obrigado, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – É, até porque na vida, existem momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. A graça tem que ser maior do que a lei num momento como esse. Então, é o seguinte: há que entender que a graça no momento que uma criança está sendo abusada, ela tem que ser maior do que a lei. Mesmo que a lei diga: não faça! A graça tem que fazer.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:
Agora, *data vénia*. Falando de advogado agora, *data vénia*, é o seguinte: as empresas já realizam quebra de sigilo, no caso do tráfico telefônico, o senhor conhece muito bem. Aliás, parêntese, tem até uma questão curiosa aqui, Senador. Nós estamos discutindo em duas Comissões diferentes aqui no Congresso. É só uma curiosidade [ininteligível] para o senhor ver a linha estreita em que a gente tem que trabalhar. De um lado nós estamos discutindo aqui uma obrigação de como implementar medidas para quebrar o sigilo da comunicação telefônica, da comunicação via Internet. Hoje ela é quebrada de uma forma insuficiente, inadequada; e precisamos melhorar essa performance. Mas estamos discutindo em outra CPI como evitar a quebra do sigilo das Telecomunicações. Mas é porque isso é só um x que, na verdade, há um espaço de conformidade que do ponto de vista técnico tudo tem que ser preservado, e tudo tinha que ser quebrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Mas aí vocês vão se preparar tecnicamente para não ter invasão do bandido.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Também. Já é a proteção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Como não quebrar. Quer dizer, é proteger o cidadão. No caso aqui é quebrar para achar o bandido, para encontrar a bandido. Realmente, para vocês não é uma coisa fácil não, mas como a tecnologia voa e o homem é inteligente demais. Quer dizer, esses mecanismos... Eu achei que você ia falar mais tempo do que um ano, eu fiquei muito feliz porque você falou doze meses. E eu estou entendendo até que você botou margem aí para poder não ter problema mesmo, porque em uns seis meses resolve, não é João?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Não, seis meses pode começar a acontecer alguma coisa. Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Pois é. Não, mas tem que ter a margem, é progressiva. Eu entendi.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI: Nós estamos falando de uma planta muito grande, de uma rede muito grande, Senador.

Agora voltando um pouco à questão jurídica, Senador, com toda a datíssima vénia... Mas veja, Senador, no caso da telefonia, da quebra de sigilo telefônico, nós quebramos aí, até somos acusados por termos quebrado um sigilo por ordem ilegal em 300 mil ordens judiciais em 2007. Número dessa ordem de grandeza aí e não há sancionamento previsto, e a coisa é feita com absoluta dedicação, seriedade, empenho, performance. Ninguém reclama de que demorou a quebra do sigilo telefônico por quê? Porque foram adotadas as medidas tecnológicas e implementadas para fazer isso. Então tem lá, tem sistema, tem processo, tem máquina, vai lá e faz. Agora, a lei, provavelmente, vai prever algum tipo de sancionamento. E tem um rito de sancionamento que eu não entendo. Então vou me preservar um pouco não aprofundando essa questão de um termo de cooperação de ajuste, o quanto deve ter de sancionamento. Então se me permitir, V. Exa., eu sugeriria que nesse período em que vige o termo de compromisso que a gente pudesse trabalhar na lei da boa-fé, a lei do melhor esforço, do compromisso moral. E essa questão do sancionamento legal, penal que ele viesse junto com a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não entendi. Termo de ajuste de conduta não da pra fazer em boa-fé, João. Já andamos para trás aí agora. Não dá pra fazer em boa-fé. Se você me fala nesse período de que reza um termo de ajuste

de conduta de um ano até a adequação, e a partir de um ano com tudo adequado vai viger as sanções do termo de ajuste de conduta. Se a gente for fazer na boa-fé, não precisamos assinar nada não. Não precisamos nem de papel. Olhamos um para o outro aqui. Estamos acertado. Estamos acertado na boa-fé. E vai todo mundo embora. Não precisa de nada disso. E perdemos muito tempo fazendo reunião. Então não tem. Eu acho que se é esse período que você fala de adequação de um ano não termos sanção para isso, a partir da adequação depois de doze meses aí, sim, começa a vigorar a sanção, aí estamos entendidos. Fora disso é um papo furado. Desculpe.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: O que o João está querendo colocar seria a introdução no termo de um *vacatio* para implementação do ficar definido dentro do que está se compondo aqui nesta sessão. Durante o período de adequação às companhias, até por uma questão de coerência, quer dizer, eu não posso ser sancionado se eu já estou afirmando que eu não tenho condições de fazer agora e estou me adequando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Mas é isso que eu estou colocando. E até eu afirmei que esses doze meses podem rezar no termo de ajuste de conduta. Está lá no termo. Esses doze meses de adequação não têm sanção. A sanção é a partir da adequação e tal. Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Fala aqui para gente.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Você pode pensar em algo para aquele que não se adequou no prazo estipulado, ou seja, mas sanções posteriores ao período de adequação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Você ainda está melhorando o texto mais ainda. Claro.

Eu conversei com o João aqui. Você quer reafirmar o que o Mário César já falou? Ou você vai desmentir o Mário César agora?

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Senador, longe de desmentir o presidente, porque eu não sou louco.

Antes de ponderar sobre algum ponto, Senador, eu gostaria de ouvi-lo. Como pai e avô que sou, ouvindo aí a sua fala de algumas barbaridades, eu pergunto: a lei, quer dizer, como trata um monstro desse como uma... Eu sou engenheiro também, então me permitam as falhas. Com uma lei que é só protelatória, na minha visão. Uma lei que dá margem a um encadeamento de defesa como a gente vê esse cidadão que matou uma namorada e que está solto até hoje, e não é...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Pimenta.

SR. PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Pimenta. Sei lá quem é. Como é que se castra quimicamente um monstro desce sem apelação? Para não pensar em algo mais severo neste País?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu explico a você. Que bom que a gente está tratando dessa sensibilidade. Eu explico a você. Realmente, para nós, é A gente não tem legislação e o que a gente tem é ruim. Nós avançamos com a CPI. Vejam, nós temos pedófilos do mundo na nossa mão com a quebra do sigilo da Google.

O mundo chora isso tem quatro anos e não consegue. Existem ações e demandas nos Tribunais do mundo. A Índia então tem seu grande sofrimento, e nós quebramos o sigilo aqui, e ao abrir o senhor não tem noção do que nós vimos. E não há que ter noção como avô do que é feito com nossas crianças, e algumas crianças que enlouqueceram, sem que os pais soubessem, de imagens que são vendidas de 800 a 1000 dólares e que circulam o mundo inteiro. Então vejam, e nós não temos legislação, o que tinha era o 240, o 241 do ECA que tinha uma leizinha desse tamanhinho, e que o pedófilo normalmente preso, quando preso era, porque até nove meses atrás as pessoas achavam que nem tinha esse crime no Brasil antes da CPI. Eles eram soltos no bom comportamento. É, claro, não tem criança perto, ele vai embora no bom comportamento, ele vai sempre se comportar bem. Mas nós estamos criando o tipo penal agora. A posse do material pornográfico está criminalizada agora. Foi votada na semana passada em última instância na Câmara, e agora o Lula vai sancionar. Agora dá de quatro a oito anos a posse do material que antes não era. O pedófilo tinha o computador dele cheio, recheado de criança abusada e ele não podia ser preso. Ele não era bandido, a não ser que fosse pego teclando. Olha o fim do mundo nisso.

Então o que é que acontece? Nós quebramos o sigilo. A Polícia Federal do Brasil que avançou, das que mais avançou fazia busca e apreensão de computadores de pedófilos, fazia uma operação com o mundo, a última com 70 países, o mundo inteiro prendeu o seu pedófilo. Nós buscamos o computador dele para poder fazer perícia para ele continuar abusando de criança. É um negócio de brincadeira. Um negócio de brincadeira. Nós estamos criando o tipo penal agora no Código Penal Brasileiro. O tipo penal a nossa proposta é 30 anos sem progressão de regime e mais rastreamento eletrônico até a morte, aqui no Brasil.

A castração química, castração química as pessoas pensam que é decepar o órgão genital do indi-

víduo. A maioria das pessoas onde eu explico pensa que é. Então é o seguinte: não é. Castração química é um redutor de apetite. Você vai fornecer o redutor de... Igual mulher que emagrece, toma redutor de apetite e emagrece. Mas todo mundo sabe que quando o sujeito faz dieta ele volta dobrado. E quando acaba o efeito de remédio como é que faz? Porque é redutor de apetite. O pedófilo vai dizer a todo mundo que ele é pedófilo? O SUS vai produzir esse medicamento para ele? Onde é que ele vai comprar? É receita azul? É um negócio meio complicado. Ele vai querer se identificar como pedófilo? Então veja, não é quimicamente castrar o cara, até porque pedofilia não está no órgão genital. Esse é outro problema. Pedofilia está aqui. Nós temos imagem de pai estuprando a filhinha de um ano de idade com o cabo de um martelo e se masturbando com a outra mão. Então não está no órgão genital. Eu tenho imagem do pediatra, que eu posso mostrar ao senhor depois da sessão aqui comigo, abusando de uma criança de 22 dias de nascido, estuprando a criança com os dentes.

Então não é o órgão genital. Quer dizer, pega uma mulher pedófila e vamos fazer o quê? Vamos costurar? Ela estupra com a unha, estupra com o dedo. Então, o que nós temos que fazer é o seguinte: quando nós criarmos o tipo penal nós vamos estar protegendo mais esse desgraçado do que a sociedade. Porque do jeito que vai o povo já começou a matar na rua. A gente já tem notícia na televisão: mataram um pedófilo. Foi espancado não sei aonde e tal e tal. E não vai ficar fácil a vida deles mais. Não vai ficar fácil. Então recolhidos eles estarão, pelo menos, com a vida preservada.

Existe o Mosesp 1 no meu Estado uma penitenciária só para eles agora. Só para eles. Porque, infelizmente, o único lugar que tem lei para pedófilo ainda é na cadeia, porque é um código de ética no meio dos criminosos, lá tem código de ética a ser seguido e nós não temos.

Eu estava andando na periferia num lugar, no meu Estado, não quero dar o nome do bairro, e o sujeito se aproximou de mim e falou assim: que coisa dura! O Brasil não tem lei. O sujeito analfabeto. Falou: graças a Deus, aqui tem muita violência no nosso bairro. Eu fico triste. Mas, graças a Deus, que, pelo menos, no nosso bairro lei para pedófilo aqui tem. Ele disse a mim.

Então é isso o que nós estamos fazendo. Quando a gente faz essa discussão que nós estamos fazendo aqui hoje, e é uma discussão interessante, porque tudo isso está sendo gravado, e isso vai para o ar depois, isso tudo que a gente está falando que a sociedade está vendo. Tudo isso contribui para um pai que está vendo o debate, para uma mãe, para um professor que está participando disso ou não. O cidadão simples

que vê, que participa disso tudo. Então nós estamos trabalhando e é muito duro.

Esse termo de ajuste de conduta com a Google é um sacrifício do Ministério Público Federal de quase quatro anos, de advogado dizendo a eles: "não cumpram a lei! Não cumpram a lei do Brasil não!" E eles diziam: "nossa servidor está nos Estados Unidos. Não cumprimos lei aqui não." Como que não cumpre? O que é que diz o nosso Código Civil? Minimamente tem lei aqui. Diz que toda multinacional que põe os pés neste País ela vira empresa nacional e tem que cumprir a lei. Você tem Código do Consumidor, você tem Estatuto da Criança e do Adolescente. "Mas nós não cumprimos." Olha, só foi assinar o termo de ajuste de conduta quando a gente foi para o pau, que convocou, mandou a Polícia Federal buscar. Quer dizer, e isso serviu. Olha, nós temos um exemplo hoje, o Dr. Alexandre Hohagen, presidente da Google, que hoje coopera demais, hoje virou cooperador, a Google. Hoje ele foi promovido. Passou por esse aperto e foi promovido. Aperto serve também. Foi promovido e agora ele é presidente da América Latina porque assinou um termo de ajuste de conduta com o Brasil, a Google entendeu que agora vai ter que assinar com todo mundo, porque abriu precedente.

Então eu penso que se nos países ainda não tem o que nós estamos fazendo aqui e em alguns países, certamente, o que as empresas vão assinar aqui vai contribuir para as crianças da Argentina, para as crianças da Itália, para as crianças sei lá de onde, onde é que tem Oi, onde é que tem Tim, onde é que tem Claro e onde tiver. Eu tenho certeza que ao assinar aqui as justiças locais vão requerer que a coisa aconteça da mesma forma, e a gente está avançando, dando essa contribuição aí. E eu agradeço muito a sua fala que começou dizendo: e eu agora falo como avô e como pai. E é com esse sentimento que nós queremos escrever esse documento da melhor forma possível, sem estresse, entendendo a dificuldade das empresas quando falam em doze meses para poder criar a tecnologia. Ninguém aqui vai criar camisa de força para dizer: não, é amanhã. Nós vamos conviver com essa boa vontade, porque sabemos que podemos chegar a bom termo.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Então em relação a Tim e a fala do nosso presidente, Senador, de fato, a exemplo da fala do colega João de Deus, a Tim está totalmente, e como não podia deixar de ser, envolvida e engajada, ciente das dificuldades, está investindo uma plataforma específica para, acredito que março, começar a fazer a capacidade de identificação de endereços IP. Agora, de fato, tem uma série de indagações que requerem

prudência, porque aí a questão não é só vontade e desejo, mas empecilhos técnicos e jurídicos que todos nós, como cidadãos temos que entender e esperar. Então nesse contexto eu acho que não há como não apoiar a sua iniciativa, mas também confiante da sua sensibilidade e de bom senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não tenha dúvida.

Eu passo a palavra ao próximo. Quem é o próximo? Vocês podem se...

OTÁVIO MARCONDES, REPRESENTANTE DA CLARO: Obrigado, Senador. Primeiro em nome da Claro, eu gostaria de parabenizar V. Exa. pelo extraordinário trabalho que está fazendo e com repercussões muito forte já na sociedade. O senhor pode ficar seguro e tranquilo que esse seu trabalho vai ser reconhecido por muitos e muitos anos aqui neste País.

É claro que a Claro, assim como a Tim e a Oi está totalmente disposta a fazer absolutamente tudo que for possível para poder implementar esse projeto, mas nós temos também... Tem um detalhe que eu gostaria de falar: as empresas móveis foram envolvidas nesse trabalho específico, já conhecemos o trabalho da CPI, mas nesse trabalho específico mais recentemente, há cerca de uns 10 a 15 dias para cá, nós não participamos das primeiras reuniões, ou seja, e houve um trabalho interno muito forte, muito recente de levantamento de...

A questão é a seguinte, Senador, nós queremos fazer, queremos fazer como manda o figurino, mas, obviamente, há dificuldades e a gente não quer também assumir um compromisso que a gente não possa cumprir adequadamente. Então, no nosso ponto de vista revistos os textos conforme esse termo de cooperação foi desenvolvido, nós conversamos com o Tiago e detalhes eu acho que já foram bastante bem ajustados, e nós estamos chegando num ponto bastante próximo da forma de a gente fazer. E eu acho que com essa colocação da Oi de a gente ter um período de adaptação e de ajuste da empresa de implementação, com certeza, a gente vai conseguir chegar lá. As empresas todas são muito experientes, tem feito trabalhos junto a Polícia Federal, Ministério Público e etc. já há muitos anos. Nós temos ajudado muito em outras CPIs, em outros processos. Então a gente acha que também nesse a gente vai chegar.

E dessa forma eu tenho a impressão que por esse caminho vai ser bastante possível de a gente dar a nossa cooperação, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Obrigado. Muito pertinente a fala. Campeão, você.

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO:

Excelência, eu queria agradecer. Estou falando em nome da Vivo. A gente tem cooperado bastante também nesse sentido, e temos participado de outros processos, especificamente, nessa CPI, apesar do acompanhamento a gente foi ouvido mais recentemente.

Já estamos trabalhando em cima do texto também. Eu sou engenheiro, e posso falar mais da parte técnica, sei que tem algumas questões jurídicas ainda que são algumas dúvidas que o pessoal gosta de fazer de uma forma coerente para os próximos também que virão para que possam se adequar e não viva uma celeuma de ter que fazer uma alteração depois, e que a coisa saia de uma única vez. Nessa linha eu acredito que total apoio da empresa para que a gente chegue nesse consenso.

Esse processo hoje já é um processo bem claro dentro da empresa, já existem áreas...

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO:

Tenho que tomar cuidado com essa palavra. Posso não ser eu o próximo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Seja Vivo para não falar Claro.

DIOGO NEVES, REPRESENTANTE DA VIVO:

Exatamente. E esse processo já é bem definido dentro da empresa. Já existem os setores específicos para fazer esse tipo de atendimento. Mas o acesso a Internet, principalmente, para móvel, é um acesso mais recente. O acesso a Internet móvel tem um volume ainda em escala reduzida no País, é uma tecnologia nova, e em virtude disso existem algumas adequações que precisam ser estudadas e bem acertadas para que não haja. Mas eu acho que com o prazo também tudo se consegue resolver dentro dessa linha, o que é possível, como, e o formato, tal qual já existe hoje para operações referentes à voz, por exemplo, interceptações que seguem a outra lei, a 9.296. Eu acredito também que alguns ajustes serão necessários ao longo do caminho. Isso tem sido natural. Mas em termo de apoio é total. A gente tem acompanhado agora mais recentemente. Eu vi que já houve outras alterações. Então vamos acompanhar a partir daí para seguir o mesmo caminho. Não vou ser mais extenso, porque eu acho que é o mesmo caminho dos colegas, mas deixo a palavra para os outros que já participam há mais tempo, e, talvez, tenham outras informações que nós aqui não temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Boa palavra. Obrigado. Eu acho que estamos caminhando para o mesmo...

Eu gostaria de... Algum batom vai falar ou não? Só falou calça comprida até agora. Vou deixar um batom falar agora. Depois você...

SRA. LARA PIAU, REPRESENTANTE DA TIM:

Na realidade, a minha colega já falou tudo aqui, o próprio presidente já teve a oportunidade de trocar umas palavras com o senhor. Mas eu tomo a palavra aqui apenas para falar um pouco como advogada, porque estou vendo que os colegas são todos engenheiros. Aliás, quero fazer aqui uma pequena observação, porque o deputado estava sentado aqui do meu lado e eu comentava com ele que eu sou uma advogada que rende todas as homenagens aos engenheiros. Se não fosse todo esse empenho de tantos anos dos engenheiros a gente não teria hoje uma tecnologia tão inovadora e tão surpreendente a cada dia. A gente conversa, por exemplo, que viajar para a Europa hoje tem sido cada vez mais fácil porque não só você tem um contato com todos e com a família como consegue, inclusive, receber mensagens e até quando o telefone está ligado recebe, no nosso caso um Tim ligou. É o que a gente comentava.

Mas o que eu ia dizer, Senador, isso aqui só foi um pequeno aparte, é que se é verdade que é necessário todos os cuidados e todas as organizações e os processos técnicos para que tudo aconteça da melhor forma e para que as informações possam chegar adequadamente após uma solicitação dentro desse processo que nós estamos discutindo, é também verdade que a forma e o procedimento jurídico deve ser observado também aqui, por favor, como advogada porque isso garante e preserva todo o processo, garante e preserva todas as partes envolvidas. E é só por isso que, muitas vezes, os advogados falam que precisamos observar a legislação, precisamos observar.

Então nesse cenário eu confirmo e reforço aqui o que o meu colega falou. Estamos absolutamente alinhados no estudo e no aprofundamento das condições aqui estabelecidas, e temos certeza que vai tudo acontecer da melhor forma. E eu tenho dito também pessoalmente e algumas vezes assim que nós temos aprendido muito nesse processo de evolução tecnológica, e esses debates nada mais são que do fundamentais para esse aprendizado e para que a gente possa entrar num processo de conformação que, mais uma vez, preserve todos os envolvidos e possa realmente dar informação e o trabalho que é necessário para amanhã todos realmente reconheça que foi um supertrabalho, um trabalho muito sólido e fundamentado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu agradeço a palavra e concordo plenamente. Penso que dentro desse viés da discussão que está se dando aqui, as reuniões para frente com a assessoria da CPI dentro dessa visão colocada aqui e, certamente, com os respectivos representantes e o

nosso grupo da CPI dentro desse viés discutir o melhor texto, o que se colocar no texto de preservação e de tolerância desses doze meses e de adequação das empresas, para que a gente chegue com um texto redondo, significativo para todo mundo, para que a gente possa fazer uma audiência pública ainda muito maior. Eu imagino que lá na Interlegis, porque a Interlegis nós vamos entrar para o Brasil inteiro, até porque as pessoas do Brasil, das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas do País estarão assistindo, e também o Poder Judiciário no sentido de que tomem conhecimento do que fizemos, a sociedade civil tome conhecimento do que fizemos, do que estamos fazendo nessa direção conjuntamente no interesse da sociedade. E acho isso maravilhoso, concordo plenamente e penso que a partir desse viés de discussão a gente vai fazer um texto de consenso e que vai importar significativamente para a sociedade.

Sr. Paulo.

SR. PAULO PIMENTEL, REPRESENTANTE DA EMBRATEL: Senador, sem querer ser repetitivo, mas, infelizmente, numa oportunidade como essa não há como não ser. A Embratel louva a iniciativa da Comissão. Temos acompanhado o trabalho da comissão não só por esse tema, mas por outros, a TV Senado faz com que toda a população tenha acesso ao trabalho. E é louvável. O João de Deus colocou muito bem quando ele separou essa questão em três segmentos, vamos assim dizer. Quanto à questão moral não há a menor discussão. Somos aqui pais ou se não somos pais ou mães somos seres humanos que estão, de uma forma, ou de outra envolvidos neste contexto.

Então a Embratel, realmente, tem participado desse processo, tem disponibilizado os técnicos como todas as operadoras têm feito. E isso por si só reflete o compromisso e o comprometimento da organização com um tema tão relevante quanto esse.

Todos nós aqui temos outras atividades, temos outras responsabilidades, e a despeito de tê-las estamos comprometidos esse trabalho através de reuniões e participando de discussões. E o interesse nosso, realmente, é que esse trabalho evolua.

A minha colega da Tim colocou também de forma muito precisa, eu sou advogado, e é um trabalho que tem, ao final, chegar tanto a uma solução técnica, quanto a um texto jurídico que comporte tanto as expectativas da Comissão e da sociedade, quanto também alguns aspectos legais. Então, acho que já evoluímos. Eu também, informalmente, antes do início da Comissão tivemos acesso a uma posição quanto a uma minuta, a um texto. Acreditamos que houve a evolução. A nossa preocupação é que esse compromisso seja, de fato, plausível porque há questões de natureza técni-

ca e operacional que precisam ser enfrentadas e que precisam ser tratadas de tal maneira que ele não gere um contencioso, não gere um passivo, porque a nossa expectativa não é assinar um termo e com isso, lá na frente, gerar um conflito. Comentou-se aqui também por duas ou três vezes, o trabalho que as operadoras já fazem com a quebra de sigilo telefônico. Isso tem acontecido ao longo dos anos, se evolui muito nesse aspecto. Hoje as operadoras desenvolvem um trabalho extremamente eficaz, um trabalho extremamente importante, tem colaborado dentro da legalidade com o atendimento às ordens judiciais. Então a nossa posição e resumo é nesse sentido de evoluir nessas questões. Reitero a preocupação que temos de que itens que são hoje objeto de preocupação das empresas e, certamente, tem contato com a sensibilidade da Comissão para que a gente possa transpor esses obstáculos e, ao final, chegar a bom termo. E acredito, eu, que a partir dessa minuta que foi discutida ou apresentada nós vamos conseguir evoluir mais um pouco e, quem sabe, até a nossa expectativa é que cheguemos, realmente, a um documento que contemple a expectativa de todos nós. Essa é a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Fico muito feliz, até porque nesse nosso negócio, nesse nosso caso não é chover no molhado, não, não é ser repetitivo, não. É reafirmar e confirmar o desejo de todos nós, a direção um pouco de compreensão, de entendimento, embora, o mérito nos chama atenção para que tudo isso, se a gente pudesse e tivesse possibilidade faria ontem. O mérito é tão forte, é tão apelativo no sentido de que devemos estar ávidos, mas há que se entender também das dificuldades, mas há que se louvar a boa vontade de todos nós no sentido de caminharmos nessa direção, e eu penso que é aí que nós vamos dar um passo significativo.

E eu digo que todos nós somos passageiros, e hoje estamos e amanhã não estamos, hoje somos e somos ex em algum lugar. E se, realmente, essa coisa não estiver no papel, amanhã aparece um desvairado qualquer.

Eu recebi uma mensagem de um pedófilo que foi remetido para onde veio, e ele dizendo a mim, o pedófilo. Não sei se foi para a mão do Dr. Sobral também, para a Polícia Federal, não sei se chegou à sua mão, mas ele dizia a mim: "olha, eu li que o senhor mostrou algumas imagens para o Presidente Lula que chocou a ele, mas a mim não chocaria. Se tivesse a possibilidade de fornecer para eu me deliciar com essas imagens que eu posso e gostaria de ter." Assinou, botou o endereço eletrônico e botou tudo que tinha direito. Tem muito peito o cara. Não é? Então como a gente tem doido para tudo. Amanhã aparece um doido que se

a gente não põe no papel e diz: olha, daqui para frente a coisa é assim. A gente não pode medir o sentimento de ninguém. Nós todos estamos com esse... O que ocorre a nós choca e a nós faz sofrer, é possível que alguns outros não vai sofrer com nada disso.

Então é muito importante. E penso que esse entendimento nosso da CPI, essa compreensão é porque quem lida com combate ao crime, como é o caso do delegado federal ali fica mais angustiado do que os outros, o Ministério Público se angustia mais do que os outros, e eu também entro em desespero, entro em desespero, e a nossa vontade é que tivesse sido feito ontem, e é depois de amanhã, rapidinho. Mas se a gente tem o consenso de que mesmo dentro desses doze meses, dentro da possibilidade que for acontecendo vai ser feito com essa dignidade e procurar fazer da melhor maneira possível, e a partir dos doze meses, como nós acordamos aqui, a gente terá essas sanções. Acho que nós estamos num bom caminho. Vai outro batom aí?

SRA. PATRICIA TEDESCO, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Alguém vai falar das Teles?

Primeiramente, eu queria registrar que eu não sou mãe ainda. Mas eu acho que não há necessidade de ter esse vínculo, essa relação para se sensibilizar com o assunto. Eu acho que é um assunto bastante sensível, sim, e é possível levar essa sensibilidade para dentro da companhia.

E eu acho que o espaço que foi concedido aqui é de grande importância, porque foi possível, digamos, colocar todas as operadoras numa mesma situação. E eu acho que foi de grande valia essa discussão entre as operadoras. Eu acho que todo mundo também acabou aprendendo muito, além, de a gente poder contribuir com esse trabalho tão honrado, tão honroso pela CPI.

O que eu quero dizer é que, realmente, diante dessa sensibilidade a Telefônica está, sim, reunindo todos os esforços. Está sendo, sim, realizado um trabalho de levantamento de questões técnicas envolvidas para poder atender de forma com bastante excelência aí o que vem sendo solicitado pela CPI. E atualmente a gente já vem desenvolvendo esse trabalho, e eu acho que o alto índice de atendimento da telefônica, eu acho que também demonstra essa atuação da companhia. E eu acho que não há como negar que o cenário atual do ponto de vista jurídico é um pouco nebuloso, sim. Agora eu acho que na condição também de advogada da companhia eu entendo que nós temos que buscar um bem comum, seja no sentido de resguardar a companhia na pessoa dos seus representantes, dos seus funcionários que realizam as quebras de sigilo, é muito importante o resguardo dessas pessoas, mas sempre

ao encontro ao interesse social. Eu acho que nós estamos dispostos, sim, a poder atuar da melhor forma possível para compartilhar os interesses da CPI.

E acho que diante dessa oportunidade que a gente está tendo a gente está levando até envolvendo as áreas técnicas e internas da companhia. Estão todos sensibilizados, e acredito que a gente vá conseguir chegar num consenso aí para poder trabalhar em conjunto com vocês. Então, estamos aí dispostos a...

ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Senador, me permite um complemento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Permito. Fique à vontade.

ENYLSON CARMONESI, REPRESENTANTE DA TELEFÔNICA: Acho que vale registrar que todos vêm trabalhando há algum tempo atendendo as convocações das reuniões por parte desta Comissão, e vale registrar o espaço que foi aberto por esta CPI para que assuntos de tamanha relevância pudessem ter a sociedade civil organizada, as companhias ouvidas. Eu acho que esse é um espaço diferenciado, e isso precisa ser relevado em qualquer discussão.

Pela primeira vez as companhias se sentem honradas de estarem sendo convidadas para participar de um debate que tem como objetivo um assunto que sensibiliza a todos. Eu confesso ao senhor que parei na primeira fotografia que o senhor mostrou. Sou pai e não tive como continuar porque eu temi ver meu filho lá. Eu confesso isso ao senhor. E como as companhias são feitas por homens, por pessoas, por seres humanos eu acho que esse é um compromisso que está junto com qualquer outro compromisso, está acima de qualquer outro compromisso. Eu acho que a gente evolui bastante nessas discussões, nesses espaços que eu queria parabenizar ao senhor por ter sido fiador desse espaço de abertura para esta discussão, nós começamos num termo e fomos evoluindo dentro dele. Acredito que nós estamos muito perto de concluir essa evolução ou de chegar a esse tão desejado consenso, Senador.

Então eu vejo com bastante tranquilidade esse processo que o senhor patrocinou, que o senhor abriu ou que a própria CPI também foi fiadora de poder ouvir as companhias e fazer uma construção conjunta.

Então, acho que por detalhes e esses detalhes têm que ser aprofundados para gente chegar nesse termo de colaboração. Então eu acho que a visão que eu tenho é uma visão positiva dessa evolução, desse trabalho que foi proporcionado pela CPI e pelos membros da CPI. Eu acho que nós estamos num detalhe de, realmente chegar nesse tão sonhado termo e sinalizarmos para a sociedade civil que ela quando junta

esforços ela pode ser vitoriosa, seja ele qual o inimigo que estiver do outro lado.

Então, essa é a mensagem que a gente queria deixar em termos de telefônica também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu confesso que recebo a sua palavra emocionado, eu sou um homem emocional. Não faço qualquer esforço para esconder isso, e confesso que a sua palavra, a sua colocação eu nunca tinha ouvido. “Eu não quis ver as imagens porque temi ver o meu filho ali.” E quando eu digo que o pedófilo é uma sombra, é alguém acima de qualquer suspeita, a sua fala, realmente, dá validade a minha fala. E eu confesso ao senhor que todas as vezes que nós temos quebra de sigilo, eu penso que eu nunca falei essa frase, e acho que nenhum dos assessores da CPI nunca falou, mas eu confesso também que ao ver as imagens eu já temi ver alguém, meu sangue ali. Porque esses desgraçados não têm coração. Eu não sei como qualifica-los. Não tenho ainda direito. Já li muitos psicólogos e psiquiatras que dizem que precisamos ter muito cuidado ao tratá-los porque eles são doentinhos, e eu não sei. De tudo que eu já vi eu penso que se tem doença é 5% somado a 95% de safadeza com indignidade é igual a um pedófilo. E eles estão em todo lugar.

Então de maneira que a sua fala eu recebo com emoção e com temor, isso é muito forte. “Eu não vi, porque temi ver o meu filho ali.” Então é dentro dessa visão que nós temos que caminhar. Nós não podemos perder esse viés e esse é o mérito da questão. Tudo é periférico. Vamos acertar o periférico para gente salvar o mérito, que são as nossas crianças fazendo todo o esforço possível.

Eu acho que recebo assim emocionado a sua fala. E eu, num primeiro momento, achei que nós teríamos uma sessão difícil, teríamos um momento difícil, tenso; não achei realmente que nós pudéssemos ir caminhando para o final de uma reunião como essa, tocados emocionalmente por conta desse drama que assola o mundo, esse cancro desgraçado que assola a sociedade brasileira. Eu agradeço a sua fala.

Eu não sei se mais alguns dos senhores querem falar. Eu vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – São os senhores convidados.

A Gisele da Vivo chegou mais cedo, ficou lá atrás. Mas pode sentar aqui, viu Gisele. Da Claro, não é? Eu vou passar a palavra ao...

CUSTÓDIO TOSCANO, REPRESENTANTE DA

OI: Senador, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Opa! Fique à vontade.

SR. CUSTÓDIO TOSCANO, REPRESENTANTE

DA OI: Aqui o jargão da Casa, Custódio da Oi. Antes que o senhor passe a palavra aqui a essa turma maravilhosa que a gente teve a oportunidade de trabalhar esses dias todos, e, para mim, pessoalmente, foi um grande aprendizado porque, apesar de advogado, sou muito novo e falta muito chão ainda. Então, o esforço que eles fizeram, toda essa paciência, todo esse trabalho a várias mãos, vai e volta, elabora, vê aqui e corrige ali foi muito produtivo para todos nós. Então, eu queria que eles soubessem, publicamente, que isso não passa despercebido, passa pela liderança do senhor, sem sombra de dúvida, pelo grande Gláucio que fez todos os esforços aí para poder botar todo mundo falando o mesmo idioma, mas para nós foi um grande prazer, está sendo um grande prazer. Acredite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Que bom. Eu fico feliz disso. E eu acho que também a CPI não teria chegado a lugar nenhum, e acho que as CPIs erram porque no afã eles começam e ninguém vai a lugar nenhum sem assessoria. Não É? E eu antes tive o cuidado de construir a base para poder a CPI chegar onde chegou. Não é? Eu sozinho, jamais, e nem com os outros senadores nós chegaríamos. Não é? E, realmente, eu agradeço o elogio feito aos procuradores, ao delegado, à delegada, cavaleira, ao nosso Ministério Público Federal e Estadual que tem sido a base de sustento da CPI.

Eu vou passar a palavra ao Dr. André ou Sobral? Então André.

SR. ANDRÉ UBALDINO, PROCURADOR DE JUSTIÇA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: Excelência, muito obrigado pela permissão que me deu de intervir, e desde logo, peço desculpas por ter achado que naquele instante a palavra nos era franqueada.

Eu vendo aqui as reiteradas manifestações de adesão ao projeto que não é de V. Exa., é de todo Brasil, e deveria ser de toda a humanidade. Eu fiquei a me perguntar: ora, se todos aderem tão francamente ao propósito por que estamos aqui? Por que várias reuniões se realizaram até que chegássemos aqui?

Eu carrego comigo uma característica que alguns têm como defeito, outros como qualidade que é uma absoluta franqueza que só se detém diante dos limites da lei penal. Na realidade, o compromisso que aqui se firma no sentido de pronta cooperação ou de plena cooperação, está muito distante de ser aquele que se viu nas reuniões que aqui se realizaram sem a presença de V. Sas., Srs. Senadores, ao contrário, a arrogância de algumas empresas ou dos representantes de algumas empresas que são verdadeiras potências econômicas fez com que no geral houvesse o compromisso da cooperação. Mas a cada passo que dávamos não

eram todas, é verdade, mas não faltavam aqueles que opunham obstáculos, os mais variados, para que nós não chegássemos ao fim da nossa empreitada, que haveria de ser se nos fosse [ininteligível] já ter entregue a V.Sas. muito antes inteiramente pronto e acabado um termo de ajustamento de conduta apenas para que os senhores o assinassem. A verdade, portanto, é que entre a declaração de propósitos e o seu efetivo cumprimento, muitas vezes, vai uma distância quilométrica, e eu temo que seja exatamente o caso. E esse temor se viu hoje estimulado por um fato que chegou ao meu conhecimento que é exatamente o de que tendo nós a duras penas, ouvido, inclusive, o que V. Exa. ouviu que foi a mais clara e mais contundente demonstração de arrogância que eu já vi oposta ao Poder Legislativo do país desde os tempos do Regime Militar, que hão de dizer: "Não, se nós pedirmos aqui vistas aos nossos Parlamentares o projeto não vai adiante".

Pois bem, depois de ter ouvido tudo isso e termos suportado isso, essas dificuldades, e eu engoli isso. Tomei conhecimento aqui. Se eu estiver errado haverá alguém, por certo, a me corrigi, talvez o Dr. Tiago que foi o portador dessa notícia, de que acordo se tinha chegado em torno de desde, salvo em relação às penalidades, ou seja, teríamos nós consumido todo o nosso tempo, o alinhamento à nossa família, os sacrifícios próprios dessa atividade, apenas para que chegássemos aqui e fizéssemos um acordo de cavalheiros. Isso é absolutamente impensável e inaceitável. Isso seria a própria rendição do Parlamento. Por consequência, fiquei eu a pensar: se era mesmo para dizer que a dificuldade era apenas temporal, se a dificuldade era apenas de executar prontamente o que se propunha, por que é que não se desceu do alto da arrogância que aqui se demonstrou e claramente não se propôs: olha, façamos tudo, sim, mas dentro de seis ou dentro de doze meses. Como fosse o caso. Certamente os senhores, se a isso tivesse procedido, se isso tivesse sido feito, V. Exas. não estariam aqui agora ocupando o seu tempo, e nem nós, tampouco, o nosso. Teríamos, sim, já ajustado esse ponto. E é preciso destacar isso, porque, do contrário, parecerá que fomos nós os incompetentes na condução dos trabalhos, especialmente, o Dr. Cabral que os dirigiu, desculpa, Sobral que os dirigiu e isso está muito longe de ser a verdade. E aqui são testemunhas os protagonistas disso, são os consultores do Senado.

Por consequência, se me permitem, V. Exas., uma sugestão, agora que já anunciaram que estão todos de acordo em relação aos pontos, eu sugiro a V.Sas. que tão prontamente, quanto possível, esse termo seja, de fato, assinado, seja, de fato, assinado, e que o seja com imposição das penalidades previstas,

embora, sim, estabelecido um período de *vacatio* que a nós todos aqui consultados parece muito razoável que seja o de seis meses e não de doze.

É, de fato, um consenso que se estabeleceu entre nós a partir das dificuldades apresentadas pelas próprias operadoras. Mas é preciso que se destaque, de fato, que essa proposta aqui em momento algum foi feito, e que muito ao contrário, no instante em que tentávamos negociar em nome do Parlamento que foi quem nos convocou para ele servir o que encontramos aqui foi a arrogância, não de todos, é claro, alguns se comportaram com absoluta lianesa que era, aliás, o que se esperava, lianesa, aliás, que hoje se exibiu não por acaso diante da S.Exa., o Senador Presidente e de S.Exa., o Sr. Sub-relator. Eu só lamento é que essa lianesa(F) de trato, essa cortesia, essa gentileza e esse profundo respeito ao Parlamento se exiba na sua frente, sim, mas não, necessariamente, em todos os instantes. É o contrário exatamente daquilo que recomenda num cidadão, especialmente, em cidadãos que testemunharam há poucos anos um desrespeito profundo ao Parlamento Brasileiro e que não se deseja ver reinstalada entre nós.

São as considerações um tanto, talvez, longas que eu deveria fazer, mas fruto um tanto da indignação de ver exatamente isso que as dificuldades que foram apresentadas, e as facilidades, as oportunidades que foram postas apenas nesse momento o são especialmente as soluções para os problemas.

Pedindo aos senhores desculpas pela minha franqueza. É o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Agradeço a fala. Eu confesso que eu achei que eu que ia fazer essa fala aí, mas eu achei que estava tão bom, e aí o espírito de Suyama o pegou ele.

SR. ANDRÉ UBALDINO, PROCURADOR DE JUSTIÇA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ... Apenas um registro, mas eu concordo com o senhor, o clima está absolutamente bom. Devemos esse clima a presença de V. Exa. e a presença do Senador Virgílio. É preciso que se diga isso. Por um dever de franqueza e lealdade que a nós não pode faltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Mas eu acho que as pessoas, a autenticidade é absolutamente importante. O preço da autenticidade é alto demais, mas os autênticos dormem bem, os hipócritas dormem muito mal, porque os hipócritas são camaleões, eles ficam da cor da situação para poder se autoproteger. Eu também sou dessa forma, mas penso que até a fala do Dr. André procurador de Minas Gerais assessor desta CPI contribui para o que nós colocamos aqui. E eu disse que no começo que nós arrumamos uma espinha, mas nós não vamos pa-

rar de comer o peixe, e eu acho que a referência dele é essa espinha que se deu no meio do caminho, que nós acabamos de tirar. Mas, graças a Deus, caminhamos para um consenso, que o lucro é da sociedade brasileira.

É o Dr. Tiago ou a Doutora... Está representada não é?

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Senhores, boa tarde. Mas eu acho que o meu colega ali, o Dr. André acho que já bem falou, já representou aqui o espírito--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – De Suyama.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Do grupo. Então, eu faço dele as minhas palavras com toda franqueza dele já reputo as minhas também. Então, sem nada a acrescentar, por hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu digo o espírito de Suyama, só para os senhores... Eu sei que os senhores ficaram... Mas, olha o espírito de Suyama eu digo é porque quando nós... O Suyama brigou quatro anos com a Google em São Paulo, Procurador de São Paulo, e a briga era dele. Então, quando decidimos que íamos assinar o termo de ajuste de conduta o Suyama pediu a palavra no final, depois de tudo acertado e soltou os bichos. Mas isso faz parte, faz parte e eu sou até mais bravo que o André, e hoje estou sorridente. Você vê como é investido os troços. Imagina se eu tenho todo esse espírito também hoje aqui. Mas eu acho que faz parte e contribui. Dr. Tiago.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Sr. Presidente, muito obrigado. Senhoras e senhores. Eu gostaria de fazer um encaminhamento a V. Exa., uma sugestão de encaminhamento para dizer o seguinte: eu sou um otimista e eu, realmente, estou otimista de que nós vamos conseguir chegar a um bom termo, e que o esforço empreendido pela CPI terá um fruto muito positivo para aquele objetivo que é um objetivo comum, e que já foi aqui amplamente debatido e em outras audiências públicas e na série de reuniões que nós tivemos com os representantes das empresas. E dizer, Sr. Presidente, o seguinte: o meu otimismo advém de um fato concreto. E esse fato é o seguinte: há cerca de... No dia 26 de agosto quando foi realizada a primeira audiência pública com as concessionárias de telecomunicações nós tínhamos um problema gravíssimo que era a falta de padronização do fornecimento dessas informações, e, principalmente, a ausência de informação em relação a muitos dos casos investigados por esta CPI. E na-

quela ocasião nós não tínhamos absolutamente nada, hoje passados dois meses nós temos um documento com 11 páginas, uma minuta de um documento com 11 páginas em relação ao qual já existe consenso em quase 90% desse texto.

Então, quero dizer, nós evoluímos muito de lá até aqui. De modo que os 10% em que ainda não há consenso a minha proposta de encaminhamento é que sobre a liderança de V. Exa. e do Senador Virgílio que a gente possa ainda hoje trabalhar na revisão dessa redação para que a gente possa trabalhar na discussão, no aprofundamento da discussão sobre esses 10% do texto sobre o qual ainda não há consenso, e que a gente consiga ainda hoje chegar numa redação final para que as empresas tenham tempo de dois ou três dias para circular esse documento internamente, conseguir a aprovação dos respectivos departamentos, departamento jurídico, a presidência da empresa, e a gente tenha condição de assiná-lo na próxima sexta-feira ou, no mais tardar, na próxima segunda-feira, véspera do congresso mundial que se inicia na terça-feira dia 25, e que a gente possa já apresentar não só ao Brasil, mas ao mundo todo que estará representado no congresso mundial os avanços que o Brasil tem conseguido em relação a esse tema e o comprometimento que as empresas têm e que assumiram em relação ao seu papel social, e ao seu papel no âmbito dessa questão. Então essa é a minha proposta de encaminhamento que, obviamente, fica a critério da decisão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Diante da palavra do Dr. Tiago que fala em nome da assessoria da CPI eu gostaria de solicitar aos respectivos representantes das empresas que no momento então que eu suspender esta Sessão, ou encerrar a Sessão, penso não sei onde é que acontecia as outras reuniões, se aqui ou na quarta secretaria. É aqui? E aí eu acreditando no que tratamos, eles me pedem para fazer uma discussão de meio termo com os senhores, porque o termo de ajuste de conduta falava em seis meses, e o João propôs um ano. E, a princípio, eu achei razoável, mas qualquer esforço de que se faça isso em oito meses, nove meses, que se fique no meio termo, eu não sei.

Que nós precisamos achar é o melhor caminho, e que antes dessas sanções do prazo determinado que as empresas se esforcem no sentido de responder a justiça nesses casos escabrosos e de risco que envolve a criança brasileira, e eu acredito, sim, nessa sensibilidade. Mas que juntos, uma vez que o termo todo foi discutido e escrito junto a essa concordância toda até chegar na espinha foi junto, a CPI fomos juntos, e eu penso que essa discussão a partir de agora, como

propõe o Dr. André, e o Dr. Tiago e eu concordo plenamente para que nós possamos dar celeridade porque o congresso mundial começa dia 25, é um congresso mundial sediado pelo Brasil, e acho absolutamente importante que, além, da sanção do Presidente Lula e nós estamos cercados de multinacionais, nós entreguemos o Brasil a essa disposição que parte do mundo não tem. Achei absolutamente importante. E como os senhores conhecem a matéria com profundidade é um ajuste de redação no entendimento daquilo que nós colocamos aqui, e eu posso encerrar esta Sessão e, imediatamente, o João fez uma proposta aqui que o Dr. Tiago concordou, Você pode falar, João?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Era só um pequeno ajuste na proposta do Tiago, na qual eu concordo. Eu não sei se os presentes homologariam, mas dizer o seguinte: eu acho, pessoalmente, complicado uma discussão de um texto num prazo curto com 15, 18 pessoas, é materialmente difícil de fazer o ajustamento. Talvez, o mais prático fosse a gente, aproveitando a proposta dele, colocar um grupo menor, vamos dizer, três ou quatro representantes das empresas fixas, móveis, provedores e etc., junto com um grupo também menor por parte da Comissão para hoje tentar identificar esses pontos, trabalhar ainda hoje na proposta de texto. E aí vai até a tentativa de fechar um texto base, e esses representantes então voltam para uma discussão amanhã com as demais empresas e os demais participantes, e marcaria aí na quinta-feira um retorno para tentar fechar o texto base, fechar o texto base se faz a validação com as empresas na sexta-feira ou no, máximo, segunda-feira para chegar num termo comum. Mas, então precisaria acho que na redação inicial ter uma comissão menor do que o conjunto inteiro para ser mais prático o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– Você propõe a nossa Comissão então que seja o Ministério Público, a Polícia Federal, e que é o normal nosso e os técnicos da CPI, que são os técnicos do Senado.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– E da parte de vocês?

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Das empresas seria algum representante das fixas, tem ali um representante da ABRAFIX. Não sei se tem alguém da Cell aqui que poderia estar discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– A Adriana.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Da Abranet não sei se tem alguém. Agora isso precisa ser validado porque tem várias companhias aqui. Eu

acho que a discussão num grupo menor para tentar chegar a um texto mais enxuto a ser validado com as empresas e retornar com as observações para tentar chegar ao texto final, para, finalmente, passar pelo jurídico e etc. Talvez devêssemos dar quatro passos. Passo nº 1: estreitar a discussão hoje, identificar e evoluir na aproximação de um texto de referência. Passo nº 2: discutir internamente nas empresas como é que se chega ao texto de referência. Passo nº 3: reunir agora de volta com a mesma comissão para fechar o texto de referência. E passo nº 4: a validação final nas empresas o texto de referência. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– Quem foi que pediu primeiro? Você está declinando a sua fala?

EDIVALDO MIRON DA SILVA, REPRESENTANTE DA ABRAFIX:

Senador, na verdade, só uma observação que o Dr. João até já esclareceu. Mas nós recebemos esse texto na sexta-feira, e fizemos. O Gláucio, inclusive, nos passou, conversamos e trabalhamos nisso um pouco no final de semana. Agora não sei se as outras empresas tiveram essa oportunidade. Nós trabalhamos no final de semana nisso, mas eu não sei se as outras empresas tiveram essa oportunidade.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: É isso que eu ia dizer.

EDIVALDO MIRON DA SILVA, REPRESENTANTE DA ABRAFIX:

Então nós recebemos esse texto já com algumas modificações e estamos recebendo agora. Exatamente por isso esse tempo para poder trabalhar nos conceitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– Penso que essa primeira reunião aqui, eu acho que a proposta do João é boa. Essa proposta de tirar representantes. Mas eu posso fazer uma contraproposta e achar que eu encerro aqui agora, quando encerrar e essa primeira reunião se dê com todo mundo. Eu passo a palavra a você, doutora.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA:

Senador, eu só queria esclarecer. Não sei se eu não compreendi bem, porque me parece que no começo da reunião, não sei, os que estavam aqui, me deu uma impressão que havia uma concordância quanto aos termos, as cláusulas do termo, e só não haveria uma concordância em relação à implementação das medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)

– É a informação que eu tenho.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA:

E até se falou em um ano, depois nós falamos aqui em seis meses. E agora me parece que haveria uma nova discussão sobre as cláu-

sulas. Não sei se é isso que o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI tinha colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, não, não; não foi isso que o João disse não. O João disse foi exatamente, nós estamos na direção, o que nós discutimos aqui foi exatamente esse tempo de implementação. Entendeu? Para arredondar isso aqui--

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Porque as cláusulas já estão discutidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – --Porque havia sido acordada.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Já estão acordadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Exatamente.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Então, eu queria deixar isso bem claro perante o senhor aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Porque se nós formos discutir outro texto, criar outro texto ai vamos encerrar a CPI.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Claro. Então eu queria que ficasse bem claro perante o senhor, tudo, o comprometimento de todos que estão presentes que quanto às cláusulas então estão todos de acordo. Só haveria discussão quanto ao tempo de implementação. E aí nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E o texto disso da preservação das empresas e tal dentro desse tempo e a sanção a partir de doze meses.

PRISCILA COSTA SCHREINER, PROCURADORA DA REPÚBLICA: Ou a partir do tempo que fosse necessário, porque aí eu já falo ao contrário do senhor, eu não tive o privilégio de ser engenheira técnica, como ali o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI, não tenho o conhecimento técnico, mas penso eu, lendo aqui as cláusulas que nós formulamos, que cada um tem uma especificidade. Então, me parece que um ano para uma determinada cláusula, seis meses para outra. Até o SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI falou numa progressividade. Então, eu acho que algumas cláusulas poderiam até ser, não sei, implementadas, de imediato, outras daqui dois meses, outras daqui três, e, assim por diante, até um prazo máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É isso vocês têm que discutir juntos para não ter dificuldade.

Entendo até que o João botou um ano com margem de erro para não dizer assim: é daqui a seis meses

e não cumprir. É daqui a sete meses e não cumprir. Acho até que botou a margem lá para poder dizer: olha, aqui tem tempo, aqui dentro tem tempo para fazer. Pode acontecer depois de amanhã, mas pode acontecer no décimo primeiro mês. Eu não sei se é isso que o João quis dizer e foi isso que eu comprehendi.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Não, Senador, quer dizer, esse prazo de doze meses eu citei a partir de uma avaliação da nossa companhia quanto a um projeto que a gente já tem de implementação, e quais são os prazos usuais de fornecimento dos fornecedores e implementadores de soluções, quer dizer, é um prazo extraído de algo mais material. Evidentemente, que um prazo de doze meses a gente pretende concluir o compromisso. O que eu falei da progressividade é que pode ter um Estado ou outro em que o fornecedor implante lá em junho de 2009 já esteja funcionando em algum Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Certo, João, essa é a margem de erro. Você não usou a frase, mas é isso que está posto. Até porque todo mundo abraçou o que você falou. Quando você falou doze meses todo mundo meneava a cabeça com concordância e tal. Eu estou disposto a pagar esse preço, embora, a minha palavra diverge da assessora da CPI completamente com relação a tempo. Mas eu estou disposto a fazer essa concessão para que nós assinemos de boa-fé, de bom trato o termo de ajuste de conduta protegendo as companhias, quer dizer, e com a garantia de que elas estão se esforçando ao longo de primeiro mês, do segundo, do terceiro e que quando chamada pela Justiça não se negava a ir com o que tem, com o que já está posto de responder com a justiça ao longo desses doze meses que vai ficar... Eu vou pagar o preço com a assessoria de assumir. Sei que não é o interesse da Polícia Federal, porque a Polícia Federal quer para ontem, como eu também queria, não é um texto que o Ministério Público Federal, porque o Ministério Público Federal queria para antes de ontem, como diz na Bahia. E eu também. Mas eu estou com meu medidor de compreensão querendo que nós caminhemos e façamos um texto que não nos leve à dificuldade do extremo. Por isso eu acho que é preciso ter uma reunião conjunta. Agora repassem o texto que, minimamente, é do conhecimento de todos. Não fosse assim algumas palavras já teria vindo de contestação do texto em si e não veio. Houve concordância do texto para todos. E a única discussão é com relação, realmente, a sanções, vamos discutir isso que se dará a partir dos doze meses com proteção das empresas e muito mais com proteção das crianças.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Senador, se o senhor me permitir. Quando as operado-

ras dizem que precisam de um período para se adaptar isso não significa que elas não pretendam cumprir rigorosamente o que está previsto aí. Significa que, provavelmente, alguns prazos ela não tem condições de cumprir, sei lá, nos primeiros dois meses, ou três meses, e depois passam a cumprir. Alguns compromissos vão ter que se ajustar, vão ter que se adaptar, vão ter que investir para que consiga chegar lá. Então ao longo desse período as coisas vão melhorando, ao longo de tempo. É possível que boa parte desse... Seria alguma coisa assim: eu tenho que entender em duas horas aqueles casos mais rigorosos.

Então, possivelmente, a gente vai conseguir atender 90% em duas horas, no começo, depois 95, depois 97, e, talvez, depois de um ano 100% todos os casos a gente consiga atender em duas horas. Quer dizer, um período, há um percentual que vai melhorando ao longo desse período que eu acho que até o Dr. Sobral, o pessoal do Ministério Público, eu acho que até a gente pode ir acompanhando ao longo desse período fazendo avaliações periódicas, a cada dois meses, ou a cada três meses a gente vai avaliando como as empresas estão cumprindo com essas metas desses objetivos que a gente está saindo daqui, para que daqui a um ano a gente tenha certeza absoluta... Talvez até consiga fazer isso em menos tempo do que os doze meses, mas pelo que a gente consegue medir hoje é, mais ou menos, o tempo que a gente deva gastar para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele pediu primeiro. Depois a Dra. Ana. Você primeiro, depois a Dra. Ana.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Só um esclarecimento à sua assessora. No caso da Tim nós não conhecemos esse documento que foi discutido ali fora. E o nosso engajamento a uma proposta do setor foi absolutamente voltada na crença do que ouvimos. Melhorou muito. Temos ainda algumas dificuldades e essa proposta... Longe de querer problematizar com o delegado, não foi, sequer discutida aqui... Você falou doze meses. Eu não sabia. Eu acho que é um prazo bastante razoável de se buscar construir, realmente, aquilo. E lembrando que como você bem falou, João, a telefonia fixa já tem uma competência muito mais madura nesse assunto do que a própria telefonia móvel. Então, realmente, quer dizer, dentro de um processo de construção acho que preservar esses doze meses, independente, do que se possa ganhar de forma antecipada, é dentro daquilo que eu lhe pedi da sua sensibilidade e bom senso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Dra. Ana.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Só para fazer uma observação. Nós do Ministério Público, o pessoal da Polícia Federal; todos temos uma razoabilidade nas ações, a gente sabe dos problemas das empresas, as dificuldades da implementação, questão de tecnologia, enfim. Já por isso na própria cláusula da sanção prevê que ela só é aplicada se o descumprimento não for justificado, quer dizer, se houver uma justificativa: "olha, nós estamos implementando..." Talvez não haja necessidade do prazo de um ano, pode-se colocar um prazo menor e se naquele prazo houver ainda alguma dificuldade, há uma exceção aqui na cláusula da sanção que ela não vai ser aplicada, porque vai ser justificado. É diferente do descumprimento...

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Desculpe, doutora, aí a gente já sai devendo, já sai culpado. A gente sabe que não vai cumprir antes de x meses, se a gente se compromete a se justificar porque não vai cumprir, então já saímos culpados.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Mas pode ser que cumpra algumas delas, não todas, mas algumas delas naquela progressão que o senhor mesmo tinha sugerido no início, de talvez... O senhor falou que algumas seriam doze meses, mas outras poderiam até ser antes. Então se houver uma margem de erro de um mês para mais, um mês para menos, enfim, tem essa exceção que a empresa vai poder se justificar, e aí, claro, justificando de forma técnica: foi impossível, por isso, por isso e por isso, já cumprimos 80%, 60%. Isso aí está dentro da razoabilidade de quem está firmando o TAC.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Doutora, me permita. Nós estamos acostumados em ser fiscalizados há muitos anos. Nós temos uma agência reguladora que nos fiscaliza em absolutamente tudo que a gente faz. E quando existe uma cláusula desse tipo de que a empresa pode justificar aí nós vamos entrar numa outra seara: o que é justificativa, o que é justificável, e o que não é justificável. De repente, a gente está... Sinceramente, eu não gostaria de usar essa cláusula não. Eu gostaria de atender...

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Além disso, a justificativa há de ser uma exceção e não uma regra. Então, assim, se realmente for necessário justificar, a gente vai justificar.

PAULO ROBERTO LIMA, REPRESENTANTE DA TIM: Provavelmente, no começo nós vamos realmente ter que justificar em quase todos os casos, porque nós vamos ter problemas no começo, depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Doutora. Depois o Dr. Tiago, depois o Dr. Sobral. Depois dela, o Sobral, depois o Tiago.

ANA LÚCIA MELO, PROMOTORA DE JUSTIÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Eu gostaria de ponderar isso também. A gente, de fato, não teve acesso ao texto, de modo que a gente recebeu aqui, e nossa pressa também em resolver isso. Mas até por conta de outros compromissos que a gente tem. Eu sugeriria que a gente não discutisse tudo hoje, mas que a gente tivesse um mínimo de tempo só para levar para a área técnica, de hoje para amanhã, por exemplo, e fazer os últimos comentários. Mas, mais uma vez, está confirmado o nosso compromisso de fechar o documento da melhor forma possível. Apenas por uma questão até de lealdade à nossa equipe técnica de levar e dizer: olha, nós estamos indo nessa linha. Precisaria, pelo menos, de um dia a mais para não fechar aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Sem problema. Dr. Sobral.

SR. CARLOS EDMUNDO SOBRAL, DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL: Sr. Presidente, Sr. Senador, senhoras e senhores. É só ratificar as palavras do Dr. Luiz Otávio e também os demais colegas, e ressaltar a importância da comissão de acompanhamento e prevenção a crimes contra criança e adolescente prevista no termo, para que a gente consiga implementar um ambiente de real e efetivo mútua cooperação entre as instituições, as empresas, e que nós sociedade, Estado, instituições, setor privado, setor público e terceiro setor consigamos resolver nossos problemas no ambiente de conversa, de articulação, de cooperação. E que nesse prazo, acredito que nós temos a eminência de fechar esse termo, e, sem sombra de dúvida, ele vai ser fechado, esse assunto está bastante claro nesse sentido, e que a gente consiga acompanhar, propor, trocar experiência, aprender com as empresas, as empresas aprender com os nossos problemas, que aí nós consigamos instaurar no Brasil um ambiente de cooperação real que não fique somente num termo, numa promessa, e que a gente mude a nossa realidade, que a gente consiga encontrar soluções cada vez mais rápidas. Hoje, talvez, se é necessário seis meses, quem sabe, doze, mas instaurada a Comissão, instaurado esse novo modelo de solução de problemas, que a gente não precise mais aguardar acontecer problemas graves como nós tivemos, nós experimentamos nos últimos anos, e que nós sociedade consigamos, sim, resolver nossos problemas sem necessidade de saltos, que a gente consiga ter um ambiente efetivo, um ambiente permanente de cooperação da sociedade, do Estado e

das instituições. Acredito que a gente conseguirá, sim, alcançar esse modelo que também não estaremos inventando nada, é um modelo que está sendo adotado nos países já mais um pouco avançados, e que nós, a partir, da assinatura deste termo e depois com a aprovação, se tudo caminhar nesse sentido, do Projeto de Lei que será apresentado, a gente então implementará no Brasil uma nova era na defesa da criança e do adolescente e de todos os crimes praticados através da Internet. Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Agradeço, Dr. Sobral. Dr. Tiago.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Sr. Presidente, apenas para reforçar que já existe consenso em mais de 90% do texto. E algumas medidas aqui previstas já podem entrar em vigor imediatamente após a assinatura, são aquelas medidas que não demandam aquisição de equipamentos, e, tampouco, demandam desenvolvimento de software que são aí os óbices colocados pelo Dr. João de Deus na sua fala inicial. Medidas como, por exemplo, fazer periodicamente chamadas contra a utilização da Internet para a prática de crimes contra crianças e adolescentes por meio de qualquer veículo de comunicação de que disponham para o seu contato com os usuários, ou seja, orientar o usuário do serviço de como utilizar aquela rede de maneira segura. Essa, por sinal, é uma proposta que vem sendo reiteradamente feita por diversos Senadores aqui da CPI, a exemplo de V. Exa., a exemplo do Senador Virgílio, a exemplo do Senador Geraldo Mesquita, e que essas campanhas, ou seja, orientar o usuário do que é crime, de como ele deve usar uma sala de bate-papo, como ele deve usar um fórum de discussão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Cumprimento de um papel social.

SR. THIAGO TAVARES, PRESIDENTE DA SAFERNET BRASIL: Um papel social. Isso não demanda investimento em equipamento e, tampouco, em desenvolvimento de software. Cláusulas como essas podem ter vigência imediata. A comissão de prevenção e atendimento, também já pode ser instituída e já pode começar a trabalhar num cronograma de reuniões em um regimento interno, a questão da padronização dos logs. Nós temos um problema concreto aqui nesta CPI que é a dificuldade de tratar essa informação quando ela chega de forma despadronizada. E se a gente consegue definir um padrão para o fornecimento dessas informações isso vai ser determinante para o sucesso das investigações da CPI que estão em curso e que vão se avolumar com a chegada dos dados oriundos das últimas quebras de sigilo.

Então, Sr. Presidente, apenas para deixar claro que a maioria das cláusulas previstas no termo de cooperação, na minuta que já foi circulada já existe consenso, e que pode entrar em vigor imediatamente, porque não há necessidade de investimento em equipamento, e, tampouco, desenvolvimento de software. Aquelas que demandem investimento em equipamentos e desenvolvimento de software há uma proposta feita pelo Dr. João de Deus, em se fazer um escalonamento progressivo. E aí eu quero também lembrar que a situação das empresas não é homogênea, existem empresas que já fizeram esse investimento, que já têm esses softwares desenvolvidos, que já têm esses equipamentos adquiridos e em funcionamento, e que essa situação não é homogênea, e essa é uma constatação que foi colocada pelas próprias empresas nas reuniões que nós tivemos aqui ao longo dos últimos dois meses.

Então, eu tenho certeza, que se a Comissão se reunir e trabalhar em cima dessa redação para fechar esse documento a gente tem condição de fechar isso ainda hoje e com o compromisso de todas as empresas aqui temos condição de assinar isso na próxima sexta-feira, quiçá, na próxima segunda-feira, dia 24, véspera do congresso mundial, quiçá, na melhor das hipóteses, na próxima sexta-feira ainda nessa semana.

SR. JOÃO DE DEUS, REPRESENTANTE DA OI:

Presidente, posso? Eu acho que não há divergência, vamos dizer material, só procedural, vamos dizer assim. Porque, evidentemente, que há itens que nós, acredito que a maioria das empresas concorda em implementação em três meses, em seis meses, em nove meses, em doze meses; há essa progressividade natural. E aí eu não escapo do meu determinismo de formação de engenheiro que para mim isso deveria estar formulado de forma absolutamente precisa para não ficar dúvida para os futuros interpretadores desse termo de compromisso. “Ah, esse aqui está comprometido ou não está?” “Não. Está nos doze meses ou não está?” Nós tínhamos que ser, absolutamente, preciso quanto a cada obrigação em cada parte para que a gente se esforce um pouco mais agora na partida, mas garante que o jogo vai ser jogado para o resto da vida. Então é só uma questão do procedimento. Então, nós estamos vendo que tem empresa que ainda, sequer, leram o texto, tem uma nova versão do texto. Eu acho que a gente pode fazer um esforço ainda hoje, sim. Eu acato a sugestão do Senador de que a gente pode fazer uma discussão mais exaustiva do texto até coletivamente. Não sei se na hora do ajustamento do termo, do ajuste do termo é eficaz vinte pessoas discutindo o adjetivo, o advérbio, o tempo e tal, o formato.

Eu acho que a comissão ainda se impõe para fazer um formato mais próximo daquilo que a gente pretende validar isso nas empresas e voltar para um ajuste final e aí convergindo.

Então, eu acho que, pelo menos, três ou, idealmente, quatro passos seriam necessários para gente fechar esse documento como um todo, com segurança e com tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Objetivamente agora. Objetivamente. Eu imagino que é importante essa reunião hoje ainda, agora, como concordo com ele, em havendo concordância dos senhores que se tenha uma outra reunião amanhã com um grupo menor de pessoas, em havendo esse entendimento; em não havendo que se reúna com os vinte... Mas é importante que nós caminhemos, uma vez que o primeiro degrau não estamos pisando hoje. Nós já andamos, nós já subimos uma ladeira aí na discussão desse documento. Então, objetivamente, já que eu não vou colocar em votação, os senhores não votam aqui. Os senhores concordam que tenhamos uma reunião com todos hoje? E depois, em seguida, se os senhores acharem, tira-se um grupo menor para reunir com o grupo da CPI. Então, em seguida, ao encerrar esta Sessão, e aí continua a reunião dos senhores. E eu então convido a assessoria da CPI que venha para cá, de maneira que vocês fiquem frente a frente aqui, e se acerte o detalhe disso, se necessário amanhã um pouco. Agora, volto a dizer que é muito importante que nós assinemos, e importante que nós, no congresso mundial, o Brasil tenha um pouco mais para apresentar, já que nós vamos apresentar ao mundo o que nós precisávamos, a princípio, que são algumas tipificações de conduta e a criminalização da posse do material.

Antes de encerrar esta Sessão eu gostaria de sugerir aos senhores, às empresas dos senhores. Eu sei que vocês têm muita dificuldade financeira... Não, eu falei os senhores e não as empresas. Nós temos dificuldades, não as empresas. Há um grande movimento no Brasil chamado: Todos Contra a Pedofilia. Pedofilia é crime. Denuncie.

O Brasil inteiro está vestindo essa camisa. Essa camisa foi feita por um grupo de apoio à adoção De Volta para Casa, um grupo de Minas Gerais. Como empresas têm feito, como... Eu encontrei um empresário no aeroporto e ele falou: “olha, eu tava no hotel com a minha família e vi o senhor dando uma entrevista agora na Bandeirante. Esse é meu genro e minha neta. E eu gostaria que o senhor fizesse uma foto com meu genro, com minha filha e minha neta. Eu sou empresário no Paraná e eu acabei de telefonar para o meu gerente e

pedi a ele que fizesse 50 mil camisas. Mandei fazer. E onde é que eu pego essa arte?" E eu disse a ele onde que ele poderia pegar. A minha sugestão é que os senhores, que as empresas dos senhores façam essa camisa, ainda que seja para os funcionários e ponha aqui do lado: Oi, Claro, Vivo, Tim, Brasil Telecom, e, certamente, todos estaremos dentro desta campanha, Todos Contra a Pedofilia no Brasil.

E, tenho certeza, que o fato de vestir uma camisa como essa, a gente já inibe, a gente produz a inibição daqueles que se dispõem a molestar criança.

Eu estou proondo. Sei que os senhores não podem me responder se a empresa vai fazer ou não, mas levem a minha sugestão. Essa camisa é *baby look*, não vai caber em nenhum dos senhores, não podia nem sortear. Eu sei. Eu acho que cabe aqui na advogada aqui da Tim. A Tim, já que o presidente me ligou, eu posso devolver um telefonema para ele dizendo: olha, está chegando a camisa e o modelo é esse e o senhor mande fazer. Mas a senhora leve essa camisa. Vista essa camisa. Quer dizer, no coração nós já vestimos, mas é importante vestir essa camisa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Interessante que esse é um grupo de adoção, porque é outra coisa que carece de uma investigação muito séria. Crianças em abrigos sendo abusadas, crianças sendo adotadas, que saem do país imaginando que vai ter pai e mãe, mas saem adotadas para a mão de pedófilos lá fora, e alguns saem daqui com os olhos, com as córneas vendidas e o rim vendido; não vai ter pai e nem mãe, coisa nenhuma. E esse grupo de Minas Gerais faz um trabalho maravilhoso, o grupo De Volta para Casa em Divinópolis que, inclusive, é comandado pelo Dr. Casé, o Dr. Carlos José que também é assessor desta CPI.

Então, desse entendimento eu vou encerrar a Sessão. Vou convidar o Dr. Tiago, o Dr. Sobral, a Dra. Ana; todo mundo que compõe a assessoria da CPI para vir para aqui, porque aí fica de frente e vocês fazem a reunião. Eu tenho certeza que chegaremos num bom lugar. Vou para outras atividades confiantes de que nós prestaremos o serviço que o Brasil precisa que nós prestemos.

Quero agradecer a disposição dos senhores. Quero agradecer a maneira como os senhores me ajudaram a conduzir a reunião.

Amanhã nós teremos reunião da CPI às 10h30. Dr. Adil da Rocha Viana, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, o Ministrado Adil, o Dr. Hartmut Richard Glaser, Diretor do Comitê... Ah, é o Glaser, gestor da Internet.

Muito obrigado aos senhores.

Está encerrada a Sessão. E eu convido a assessoria da CPI para sentar aqui.

Sessão encerrada às 17h37. – Senador Magno Malta, Presidente.

Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 115, de 2008, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, bem como outros atos que julguem necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2008, realizada em 27 de agosto de 2008, às quinze horas e vinte e dois minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi instalada a Comissão e eleito Presidente o Senador Cícero Lucena e Vice-Presidente o Senador Gim Argello, sendo designada Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, com a presença dos (as) Senadores (as): **Cícero Lucena (PSDB), Gim Argello (PTB), Rosalba Ciarlini (DEM) e José Maranhão (PMDB)**.

SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Boa tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº. 115/2008 destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes e normas e procedimentos referentes às obras do projeto de irrigação do São Francisco, com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar Audiências Públicas e diligências externas, bem como outros atos que julguem necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do presidente e Vice-Presidente da Comissão. Para tanto, solicito à secretaria distribuir as cédulas de votação.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, eu só gostaria de construir uma proposta, Sr. Presidente, Senador José Maranhão. Encontramos aqui, dois, uma senadora e um senador bastante in-

teressados, como V. Ex^a, também, que é do Nordeste, interessados nesta nossa Comissão Temporária.

Então, eu gostaria de sugerir, se assim o Plenário entender e V. Ex^a entender, que fizesse esta eleição por aclamação. Que eu gostaria de sugerir, indicar e propor uma chapa, se o senhor me permitir, já uma chapa completa.

Gostaria de sugerir, para Presidente desta Comissão, o nobre Senador Cícero Lucena; para Relatora, a nobre Senadora Rosalba Ciarlini e, se V. Ex^a não tiver o interesse, eu coloco o meu nome à disposição para o cargo de Vice-Presidente.

Se V. Ex^a concordar, eu gostaria que o senhor submetesse a este Plenário, para que fosse feita a eleição por aclamação, se V. Ex^a assim entender.

SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): De minha parte, e acredito que dos demais que poderão se manifestar, aceito a indicação de eleição por aclamação, já que a Comissão é uma Comissão tão pequena.

Gostaria de lembrar que a nomeação do Relator será feita pelo Presidente eleito. Então, compete-nos, agora, fazer a eleição do presidente e vice-presidente. De acordo com o que V. Ex^a acabou de sugerir, eu peço a manifestação dos demais companheiros.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Presidente, se me permite, eu gostaria primeiro, de agradecer a gentileza de todos que compõem esta Comissão, pela sugestão do meu nome, que para mim é muito honroso, até porque, sendo da Paraíba e sabendo da importância, da magnitude dessa obra, que em boa hora o atual Governo, o Presidente Lula, tomou a decisão de executar, embora esse projeto venga de vários anos, eu considero fundamental. Sabendo como o senhor sabe condecorado, também, que é dessa necessidade do nosso Estado, para mim é muito honroso e agradeço a confiança tanto do Senador Gim Argello como da Senadora Rosalba, bem como de V. Ex^a, Senador José Maranhão, e, se for escolhido, com muito prazer, também, vou sugerir o nome da Senadora Rosalba para ser a Relatora.

SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Com a palavra, a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de, inicialmente, dizer do quanto tenho certeza de que esta Comissão tem uma importância fundamental nesse processo que o Sr. Presidente, V.Ex^as Senadores, conhecem da importância para o nosso Nordeste.

E, como sempre estivemos na vanguarda da defesa dessa obra, que vai trazer benefícios inestimáveis para o nosso Semi-Árido, eu gostaria de aproveitar,

também, e agradecer a confiança aqui já externada pelo Senador Gim Argello, que lança o meu nome, sugere o meu nome para Relatora, do Presidente já eleito, Cícero Lucena, que confirma o meu nome para ser Relatora desta Comissão, o que, com certeza, já... Desde já, quero dizer que iremos redobrar o nosso interesse, a nossa força, o nosso trabalho, para podermos trazer bons resultados, um bom acompanhamento a uma obra que é de transcendental importância, marcante na história do Brasil.

SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Feita a sugestão de votação por aclamação, estão, portanto, eleitos: Presidente, o Senador Cícero Lucena; e Vice-Presidente, a Senadora... Aliás, Senador Gim Argello.

Após, investidos na função, o Presidente nomeará a Relatora, com cujo nome eu também concordo, porque conheço, conheço e reconheço a competência, o interesse e a dedicação que a ilustre Senadora tem à causa da transposição do São Francisco, que, para os nossos estados, Paraíba e Rio Grande do Norte, assim como o Ceará, é uma obra fundamental para regularização, inclusive dos abastecimentos d'água, que sofrem constantes e permanentes interrupções, especialmente nos anos de inverno irregular, como soe acontecer sempre, em toda a região Nordeste.

Não há dúvida nenhuma de que esta obra para o Nordeste brasileiro vai se constituir como a obra do século, pela sua importância fundamental ao desenvolvimento da região e, sobretudo, à vida das pessoas.

A obra do São Francisco é uma obra de importantes repercussões econômicas na vida do Nordeste, mas é, sobretudo, uma obra de fundamental importância para a vida social, para a vida das pessoas naquele região, que, a partir da sua execução, deixarão de viver sob o fantasma permanente das secas que se repetem com certa regularidade, de 10 em 10, de 11 em 11 anos, na região Nordeste, e, como assim dizer, destrói todo o trabalho dos anos anteriores.

A vida, especialmente no campo, na pecuária, na agricultura, é um eterno recomeçar. Nós temos dois, três, quatro, cinco anos de inverno, de precipitação regular, para, em seguida, ocorrendo um ano irregular, destruir todo um trabalho, toda uma estrutura das empresas rurais e das pessoas que vivem e que dependem da natureza e do campo.

De maneira que esse projeto é um projeto de fundamental importância, e eu louvo a iniciativa do Senado da República, na pessoa de Cícero Lucena, que, em boa hora, propôs a criação desta Comissão para que o Senado não fique distante deste acompanhamento, o acompanhamento desta obra, que terá

tanta repercussão na vida presente e, sobretudo, na vida futura da região nordestina.

Quero felicitar aos companheiros que acabam de ser escolhidos para integrar esta Comissão e, de minha parte, o compromisso de, juntamente com vocês, trabalhar para que esta Comissão possa realmente fazer um trabalho efetivo de acompanhamento, de fiscalização, inclusive, trazendo para o âmbito do Congresso Nacional, sobretudo do Senado, as informações que serão importantes para todos os nossos pares, que também estão interessados neste acompanhamento. Obrigado.

Convido o Senador Cícero Lucena para assumir a presidência.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA
(PSDB – PB) – Não poderia ser diferente as minhas palavras iniciais de agradecimento a todos os membros da Comissão, em particular, ao Senador José Maranhão, que, com a sua experiência, com a sua história, com o seu conhecimento e também com a sua vontade de encontrar uma solução para um problema tão grave que afeta o Estado da Paraíba, o Rio Grande do Norte, Ceará e parte do Pernambuco, nós vamos ter a missão de colaboradores deste projeto, que é fundamental.

Não só com o desejo de que seja realizada a transposição a qualquer custo ou em quaisquer condições, mas que seja uma transposição duradoura, eficiente e que possa atingir os objetivos que todos nós desejamos – em primeiro instante, a segurança hídrica dessa região.

Senador Gim Argello, que, para o senhor ter idéia, quando Deus me deu a oportunidade de ser Governador do Estado da Paraíba, nós... Em determinada cidade da Paraíba, teve uma seca que nós tivemos que transportar água de trem para abastecer aquela cidade, no caso, a cidade de Soledade, porque não existia nenhum manancial potável que pudesse ser transportado de carro-pipa próximo a essa cidade.

Desenvolvemos projeto de adutoras, desde o açude Epitácio Pessoa, Boqueirão, na região de Campina Grande, e, hoje, essa cidade já tem a garantia do abastecimento. E, com a transposição, eu posso lhe assegurar que, no caso específico da Paraíba, as duas maiores cidades do Estado vão ter a garantia do abastecimento.

Em 1994, Campina Grande, que é a segunda maior cidade do interior da Paraíba, a exemplo de Mossoró, no Rio Grande do Norte, teve racionamento de água, e que a transposição vai garantir o abastecimento humano e, consequentemente, a possibilidade do seu

desenvolvimento, bem como, futuramente, a água da transposição do Rio São Francisco vai chegar à região da capital do Estado da Paraíba, no caso, João Pessoa, que, no futuro, também vai precisar dessa água para o abastecimento humano. Isso é só um pequeno relato do quanto é importante, e a Senadora Rosalba, com certeza, tem exemplos a dar no Rio Grande do Norte, no Ceará e em parte de Pernambuco.

Então, eu agradeço a confiança da Comissão, agradeço a confiança do Plenário em ter aprovado, para que esta Comissão tenha como objetivo maior trazer o debate para esta Casa, que tem esse papel, que representa a Federação Brasileira, e, consequentemente, nós podemos dar a contribuição ouvindo os técnicos, ouvindo os contraditórios e, consequentemente, procurando encontrar a melhor forma de que esse objetivo possa ser atingido.

E, assim, de acordo com a determinação regimental, eu designo a Senadora Rosalba para Relatora desta Comissão e convido, também, a V. Ex^a a tomar assento à Mesa, a quem eu concedo a palavra, se assim desejar.

E dizer, também, da minha alegria de ter o Senador Gim como nosso Vice-Presidente, que, sem dúvida nenhuma, representa... Sendo o Sr. Senador aqui do Distrito Federal, representa exatamente o restante do Brasil nesta Comissão.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Obrigado, Sr. Presidente. Eu fico muito honrado e parabenizo V. Ex^a pela escolha da nobre Senadora Rosalba para Relatora desta importante matéria. Vejo e... Toda vez que um nordestino fala sobre a transposição, fala com muita emoção, porque, além de ser uma obra que vai ser a obra do século, mais do que isso, isso mexe com a saúde, mexe com a vida do povo nordestino.

Então, foi com muito orgulho que eu aceitei participar desta Comissão Temporária e, com muito orgulho, lhe agradeço por ter sido eleito, com V. Ex^a, o Vice-Presidente desta Comissão. E parabenizo V. Ex^a pela indicação da nobre Senadora Rosalba, na condição de Relatora, porque sei que aí, sim, dois nordestinos como vocês, "cabras-da-pesto", gente arraigada no Nordeste, com conhecimento, com voto popular lá, que realmente nós vamos fazer um belo trabalho nesta Comissão Temporária sobre a transposição do Rio São Francisco.

Muito obrigado por terem me aceitado, eu que não tenho... Que sou aqui do Distrito Federal, com muito orgulho, sou nascido em São Paulo, mas sou criado no Distrito Federal, tenho muito orgulho de ser daqui. Mas fiquei agora muito orgulhoso de poder participar desta Comissão Temporária.

Muito obrigado, Presidente Cícero Lucena, muito obrigado Senadora Relatora Rosalba.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu que agradeço Senador Gim. Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

– Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a V. Ex^a pela confiança em me entregar a relatoria desta Comissão, que o Senador Gim Argello bem colocava da importância, e é muito bom saber que vamos trabalhar mais uma vez Paraíba e Rio Grande do Norte, que são dois estados vizinhos, que têm muito em comum e que já existe uma sintonia, já nos consideramos irmãos.

Então, isso realmente é muito importante, porque as questões da Paraíba são semelhantes às nossas, com relação ao Semi-Árido, com relação à seca. O Senador Cícero, que tem conhecimento bem maior dessas dificuldades, porque, pela sua experiência como Governador, sabe o quanto isso, a seca é algo que tem prejudicado, no decorrer de toda a história, o maior desenvolvimento para o nosso Nordeste, porque nós somos um povo persistente.

Isso ninguém tenha dúvida! Se existe um exemplo de persistência, se chama o “povo nordestino”, que, apesar da seca, como o Senador José Maranhão aqui colocava, que a cada ano está recomeçando, tem a seca, todo o trabalho que foi feito anos e anos, na terra, na estrutura, tudo isso se acaba, mas nós recomeçamos.

Então, realmente, é um povo muito persistente, e gostaria aqui já de... Também relembrar que fatos como na Paraíba, nós tivemos cidades em que, no passado, também a água chegava de trem. É o caso da cidade da região central do nosso Estado, Angico, Lajes, hoje, graças a Deus, isso não mais acontece, porque existe uma adutora, essa adutora que foi, inclusive, Cícero, foi construída durante o Governo, quando o Senador Garibaldi, nosso Presidente, foi Governador, mas o que nós temos, na realidade, que a transposição vai nos trazer? Ela vai perenizar rios, que essa realidade é a nossa. Nós só temos rios com água no inverno, depois, eles secam. Então, nós vamos ter condição de perenizar rio, a bacia do rio Apodi/Moçoró será beneficiada, do Piranhas-Açu, como também várias bacias lá da sua Paraíba.

E quero, aqui, colocar, também, para os colegas, que é muito importante que todos que fazem parte da Comissão, além do Senador Cícero, que é Presidente, o Vice-Presidente Gim Argello, importante que ele seja exatamente de uma região que não vivencia, no dia-a-dia, essa problemática, para que possa ser, vamos dizer assim, o ponto de equilíbrio nas questões polêmicas que existem com relação ao trabalho da transposição. Senador Efraim, o Senador Tasso Jereis-

sati, o Senador Almeida Lima e João Vicente Claudino, lá do Piauí, que também é um dos estados que têm muito interesse, que têm muito a ver com a questão da transposição.

Então, queria, aqui, dizer que nós já tivemos, por iniciativa própria, até por conhecermos um pouco a região, oportunidade, até a curiosidade maior de ver o começo das obras. E, realmente, foi uma hora de muita emoção: ver que aquele sonho que nós acalentamos há tanto tempo, e, aqui, eu quero fazer justiça a um potiguar, que já não está entre nós, mas que sempre foi um defensor intransigente da transposição, foi o Ministro Aloizio Alves, quando teve oportunidade no Governo Sarney, ele Ministro foi quem retomou, deu um passo importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – No Governo Itamar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

– No Governo Itamar, exatamente. No Governo Itamar Franco, deu um passo importante para que hoje através do Governo Lula, do Presidente Lula, nós pudéssemos realmente acreditar que essa obra agora é para valer e para vencer tantas questões que promovem a desigualdade entre o Nordeste e outras regiões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senadora. O Senador Gim Argello ele colocou com muita propriedade que quem é da nossa região sabe do sofrimento e fala com emoção.

Eu, em particular, também tive a felicidade e a honra de suceder o Ministro Aloizio Alves no Ministério da Integração, quando do Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde tivemos a chance, inclusive, de, dentro do projeto, colocar a alça leste – que hoje são duas transposições na verdade, né? Tem uma que segue para a parte do Sertão paraibano e outra entra no Cariri através de Monteiro – que onde vai garantir o abastecimento de Campina até João Pessoa. E a outra alça que segue para o Ceará, entrando na Paraíba, no rio Piranhas, para chegar até o Rio Grande do Norte, passando, inclusive, na cidade que eu nasci, a minha querida São José de Piranhas.

Então, o Senador foi muito feliz em dizer que nós nos emocionamos quando tratamos disso, pela certeza de que estamos dando a nossa contribuição para que esse país seja mais justo, mais humano e mais solidário.

Então, eu gostaria... Aproveitando a oportunidade, não havendo mais nada a tratar, agradeço à presença de todos e convidando para a próxima reunião, a realizar-se no dia 9 de setembro, pedindo aos senadores membros desta Comissão, que a Senadora Rosalba já citou, para que nos façam uma proposta, no sentido de

que a gente estabeleça uma metodologia de trabalho, já que a nossa Comissão é temporária, e a primeira etapa será exatamente de ouvir, para depois fazermos as visitas externas, se necessário for.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

Sessão encerrada às 15h42. – Senador Cícero Lucena, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 09 de setembro de 2008, as quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. Luiz Antônio Souza da Eira – Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional e do Dr. João Reis Santana Filho – Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, com a presença dos (as) Senadores (as): **Cícero Lucena (PSDB), Gim Argello (PTB) e Rosalba Ciarlini (DEM)**.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 115, de 2008, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar Audiências Públicas e diligências externas, bem como outros atos que julguem necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. Está aprovada.

Conforme a convocação, a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração, Dr. Luiz Antônio de Souza da Eira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional. Os convidados já se encontram no Plenário da Comissão. Peço que conduzam os convidados para os lugares na mesa. Passo a palavra, inicialmente, ao Dr. Luiz Antônio de Souza da Eira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA DA EIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Senadora Relatora, Senadora Rosalba. É com grande prazer que o Minis-

tério da Integração Nacional comparece hoje a esta Comissão para algumas palavras sobre o Projeto São Francisco.

Na verdade, Sr. Presidente, o Projeto São Francisco vai muito além do conhecido Projeto de Integração de Bacias Hidrográficas, compreendendo também o Projeto de Revitalização do nosso Velho Chico, os Programas Básicos Ambientais, que são um total de trinta e seis programas, que são inclusive condicionantes da outorga concedida pela Agência Nacional de Águas e que são programas que visam exatamente garantir o equilíbrio, garantir a preservação ambiental dessa bacia hidrográfica, que talvez seja uma das principais do nosso país. Ele contempla também o Programa Água para Todos, que foi um programa que chegou num segundo momento, a partir dos clamores das populações ribeirinhas do São Francisco e que foi adotado pelo nosso Ministro Geddel para que pudesse ter um atendimento também às populações dispersas que moram nas vizinhanças da calha do rio, até quinze quilômetros da calha do rio. Então contempla também a Hidrovia do São Francisco, voltar à boa navegabilidade do Velho Chico, uma coisa tão importante hoje para aquela nossa região.

Então esse conjunto de ações é que nós vamos hoje apresentar aos senhores. Não mais como um projeto, mas como uma realidade. Então o objetivo dessa apresentação que faremos é exatamente mostrar a realidade do Projeto São Francisco, um projeto que está em curso, num ritmo muito acelerado. O Governo Federal pretende até o ano de 2010 estar com o Eixo Leste 100% concluído e o Eixo Norte até 2012, mas já em 2010 nós teremos alguma coisa em torno de 70 a 80% do Eixo Norte também concluído.

Esse projeto, em que pese à polêmica que alguns setores procuraram promover, é um projeto que precisa ser identificado e reconhecido como um projeto, Presidente, de segurança hídrica. Esse é o conceito importante. Esse é o conceito que a população brasileira, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, esse Congresso Nacional precisa absorver. O que é que é a segurança hídrica? A segurança hídrica é aquele conceito que vai permitir, independentemente do estado pluviométrico daquela região, os Srs. Senadores são dessa região, conhecem bastante bem, nós muitas vezes passamos anos e anos sem termos chuvas naquela região, então a segurança hídrica, independentemente do regime pluviométrico que tivermos naquela região, essas populações serão atendidas com segurança, independentemente se tivermos chuva ou não. Ótimo, se tivermos chuvas, poderemos usar essa água para muitos outros fins. Esse projeto é um projeto que prevê o uso múltiplo da água, mas a primeira

condicionante, a primeira questão é o abastecimento humano e a dessedentação animal. Então neste sentido, Sr. Presidente, até para que não nos deslonguemos demais, eu queria passar a essa Comissão, às vossas mãos, um DVD que traz o Projeto São Francisco de uma forma bastante didática, explicada, considerando todos esses aspectos que ressaltei aqui, de forma que essa Comissão possa se debruçar sobre esse DVD, e a qualquer momento, o nosso Ministro Geddel me pediu que viesse aqui e colocasse o Ministério inteiro, nós estamos aqui com alguns diretores, gerentes do Projeto São Francisco, colocar o Ministério inteiro à disposição de V. Ex^{as}s., dessa Comissão, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados também, à disposição para qualquer informação, qualquer esclarecimento, qualquer necessidade, inclusive gostaríamos de neste ato também convidar os senhores para que pudessem estar presentes, verificar **in loco** as diversas etapas de obras que já foram iniciadas, verificar de que maneira o nosso Ministério está tocando esse projeto. É um projeto prioritário dentro do Ministério da Integração Nacional, está sendo tocado com muito cuidado, com muita dedicação, de sorte que algumas etapas, inclusive, nós estamos conseguindo antecipar, e isso é uma coisa muito boa. Então nesse momento eu passaria às suas mãos, Sr. Presidente, esse DVD. Esse DVD então traz aí a questão do São Francisco como um todo, é bastante bem retratado, é um DVD curto, mas que sintetiza bastante bem a questão do São Francisco.

Devolverei então a palavra ao senhor para que o senhor pudesse anunciar o nosso Secretário de Estrutura hídrica, que é o principal responsável pelo São Francisco, para que possa então proceder a sua apresentação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado ao Dr. Luiz Antônio, faço também questão de registrar que desde o primeiro instante, no contato com o Ministro Geddel, o senhor reafirmou aquilo que ele colocou à disposição, de colocar com toda a Comissão em todos os aspectos que fossem necessários para que esse trabalho fosse bem conduzido e atingisse os seus objetivos. Então desde o primeiro instante eu também dou o testemunho da disposição do Ministério em colaborar com essa Comissão. Então eu passo a palavra agora ao Sr. João Reis Santana Filho pelo tempo necessário para a explanação.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Exmo. Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Lucena, Digníssima e Excelentíssima Senadora do nosso querido Rio Grande do Norte, ex-Prefeita de Mossoró, Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiverem presentes,

meus senhores e minhas senhoras. Peço desculpas, inicialmente, por não falar como um Senador ali naquela cadeira, mas é porque eu tenho que ficar próximo do quadro, está certo, e desculpem os senhores porque eu vou ficar um pouco de costas para vocês, lamentavelmente.

Bom, eu gostaria de dizer aos Senadores que o projeto, como disse o Secretário Executivo Luiz Antônio, já é um projeto discutido, conhecido, é um projeto que já demandou inúmeras audiências, inúmeros seminários e que, por isso, entendemos o espírito para o qual essa Comissão foi criada, entendemos que não deveríamos aqui vir repetir o que é o projeto, porque todos já têm conhecimento, e não nos furtaremos de forma alguma de também adentrar em alguma explicação sobre o projeto, se for necessário. Mas nós resolvemos fazer o quê? Apresentar aqui um relatório de progresso, porque no nosso entendimento a irreversibilidade dessa obra é fato consumado. Vejamos se não.

Inicialmente nós gostaríamos de relembrar aos senhores que essa é a região do Nordeste Setentrional basicamente atingida pelo projeto. Aqui são os reservatórios existentes, evidentemente que os maiores reservatórios, aqui Sobradinho, Itaparica, locais de onde partem os eixos. Aqui é um emaranhado de adutoras. As azuis são as existentes e as vermelhas são as adutoras previstas. Nesse caso aqui já estamos até desatualizados, porque a adutora do Congo, que consta aí como prevista, já está feita, foi feita dentro do Programa Proágua Nacional.

Bom, em seguida nós temos aqui o Eixo Norte da transposição, que foi apelidada de transposição, e o Eixo Leste. O Eixo Norte, todos sabem, ele sai de Cabrobó, na margem do rio, e segue até próximo de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, a terra de Elias [risos]. Ali também ele deriva, ele assume o Ceará de duas formas: pelo riacho, digamos assim, através do Rio Salgado e também lá por cima, a partir da junção ali da bifurcação próxima a Pau dos Ferros. E o Eixo Leste passa por quatro Municípios de Pernambuco e adentra apenas em um Município da Paraíba, que é o de Monteiro, mas que tem uma importância, no meu entendimento, fundamental, Srs. Senadores, porque se o Eixo Leste não existir ou se esse projeto não existisse, a Paraíba e Pernambuco estariam decretados a morrer de sede. Eu vou dizer por que. Primeiro porque o Eixo Leste, ao chegar em Monteiro, ele serve às zonas mais secas da Paraíba, com maior déficit de água. Ele tem um ramal que sai da Barragem do Boqueirão, que desse fazendo o Cariri Paraibano, lá para Pedra Lavrada, Cabeceiras, que é a cidade que menos chove no Brasil, tem ano que chove 1,2 milímetros. Não é nem chuva, isso é sereno.

Depois ela serve para abastecer também, o Eixo Leste vai abastecer Campina Grande e ele tem a finalidade de perenizar, a partir de Epitácio Pessoa, que vocês chamam de Boqueirão, ele desce perenizando o Rio Paraíba até o açude de Acauã. Aí então está a grande função estratégica da transposição da Paraíba: além de servir a essas duas áreas extremamente secas, de Acauã ele segue na direção de Araçagi, num projeto que nós concluímos agora, o Ministério da Integração fez esse projeto, nos custaram 2 milhões e 100 mil, é um projeto que se chama Vertente Litorânea Anterior da Paraíba. É um projeto que visa dinamizar garantia hídrica e dinamizar, digamos, a agricultura irrigada, dessedentação humana e animal, na Vertente Anterior Litorânea da Paraíba, e levar água de superfície até todo o litoral da Paraíba, a partir, naturalmente, de João Pessoa. Por quê? Porque nós sabemos que hoje os resorts, as praias da Paraíba são fantásticas. A água do mar da Paraíba é uma delícia. Quem não conhece vá ver. Não fique com ciúme não que o Rio Grande do Norte também é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Dr. João.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Então reparem: hoje há uma tendência enorme de se instalar ao longo da costa da Paraíba hotéis, resorts, etc., e cada um que vai chegando vai querendo furar um poço. E exatamente aqui, nesse trecho da costa paraibana até Recife nós temos um aquífero de água doce, mas é um aquífero de baixíssima reposição, de muito lenta reposição e que na medida em que ele for sendo explorado, como já está acontecendo próximo a Recife, ele vai abrindo uma depressão está certa, na sua cavidade, e vai facilitando a entrada da cunha salina. O mar está do lado, com uma pressão muito forte, já existe registro disso próximo a Recife. Então essa Vertente Litorânea, esse Projeto da Vertente Litorânea Anterior da Paraíba é fundamental também para a Paraíba.

No que diz respeito a Pernambuco, o Eixo Leste alimentará o ramal do agreste, oitenta e seis quilômetros, até Arco Verde. Daí ele vai abastecer sessenta e oito cidades do agreste pernambucano. Aí é pior do que a Paraíba. Hoje essas sessenta e oito cidades têm 1,5 m³ de água por segundo, das quais 80% são águas salobras, péssimas, águas do cristalino mesmo, pouquíssimas águas e pequenas barragens para ajudar. Hoje a necessidade, segundo a ANA e segundo o Ministério da Integração, depois de pesquisarmos, a necessidade para a dessedentação humana e animal no agreste pernambucano é da ordem de 4,2 m³ por segundo. Vejam o déficit, de 1,5 para 4,2. E se formos falar em usos múltiplos, 9 m³ por segundo. Então esse Eixo Leste, só pelo agreste pernambucano, pelo Cariri

Paraíba e pela Vertente Litorânea da Paraíba já se justificativa, no nosso entendimento. Muito bem, então aí está o Eixo Leste e o Eixo Norte.

Bom, no momento nós vamos apresentando aqui o andamento financeiro geral da obra, certo? O custo total de implantação do programa é de 5,06 bilhões de reais. Interessante, Srs. Senadores, é que de vez em quando eu vejo alguém dizer assim... Outro dia eu vi um entrevistado aqui, eu não sei, se não me engano um bispo, não é o bispo dom Cappio, um bispo aqui de uma região que disse que isso aqui é uma obra faraônica. Eu tenho conhecimento de que o Governo Federal, para uma obra de São Paulo, o que prova que o Presidente Lula é um republicano, para uma obra de São Paulo, um semi-anel rodoviário, um trecho do semi-anel, jogou para lá 4 bilhões de reais e ninguém disse nada. Agora 5 bilhões para atender a 12 milhões de almas diretamente, indiretamente é muito mais, às vezes encontra esse tipo de crítica.

Serviços e obras já contratadas: 2,11 bilhões. Olhem bem, já contratamos 41,70%, digamos assim, do custo total de implantação do programa, 2,11 bilhões. Serviços e obras já realizados: 304 milhões. Vale salientar que essa obra é falada há anos, mas que efetivamente o Exército começou a trabalhar lá no fim de agosto do ano passado e só este ano os processos licitatórios foram sendo... Os senhores não precisam anotar, não percam tempo, eu vou entregar aos senhores o relatório completo, bonitinho, está pronto para entregar, não entreguei antes porque aí vocês vão ficar lendo e não vou ouvir o que eu estou falando.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – É uma boa notícia.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Está certo? Não se preocupem. Tudo que eu falei aqui ou que eu falar aqui vocês não receberão destrinchado.

Então já realizamos 304 milhões. Alguém pode dizer: ainda é muito pouco. Não, só agora o Consórcio Carioca do lote 1, do Eixo Norte, está começando, porque essa obra teve um detalhe: ela foi muito acompanhada pelo Tribunal de Contas da União. Talvez seja a única obra no Brasil em que antes de construir o Tribunal já fiscalizou, a única, e é a única obra no Brasil que está pagando expiação por tudo de ruim que se fez contra o meio ambiente, porque o que o IBAMA colocou como condicionante dessa obra só vale 700 milhões de reais. São 36 condicionantes, 36 programas básicos ambientais, só para o Eixo Leste e o Norte, sem falar na revitalização, está certo?

Bom, aqui está um percentual de acompanhamento físico do PISF. PISF é o Programa de Integração do São Francisco. O empreendimento, o previsto até hoje era 7,6, realizamos 6. É aquele 6 dos 304. Ge-

renciaimento e supervisão: eram previstos 25, realizamos 16,6. Projeto básico executivo: eram previstos 66, realizamos 45,9. Equipamentos: eram entrevistas 9,9, realizamos 6,4. Em meio ambiente: eram previstos 24, realizamos 11. Evidentemente estamos ligeiramente defasados do que nós prevíamos porque, o pessoal do Nordeste sabe, por exemplo, a queda pluviométrica na cidade de Cabrobó e na região é de 480 milímetros/ano quando o ano é maravilhoso. Pois só num dia, em 24 horas, em 24 horas choveu na região de Cabrobó 165 milímetros. Inundou tudo. Nós levamos pelo menos três meses tirando água. Quem chegasse lá desavasadamente pensava que os canais já estavam prontos ou pensavam que era uma pista de regata, para botar barquinho para correr, porque inundou tudo, está certo? Então nós perdemos um tempo muito grande, mas estamos nos recuperando.

Andamento das contratações. Os Srs. Senadores vão receber para analisar com calma. Olhem bem: nós já contratamos todos os projetos executivos. Uma coisa que eu quis dizer e me esqueci, pulei, vou abrir uma variante, é que normalmente uma obra é feita assim: a senhora executa a licitação do projeto executivo e, em seguida, terminado o projeto executivo, nós licitamos a obra. Então quando o cidadão vai para a obra, o projeto executivo já está feito. Essa daí terminou junto, executivo com obra. Então as empresas que iriam fazer o projeto executivo em vinte e quatro meses, estão sendo instadas a fazê-lo em dez, doze meses. E as obras que seriam feitas, por exemplo, no Eixo Leste em quarenta meses, estão sendo, digamos assim, comprimidas para vinte e quatro meses, para que pelo menos o Eixo Leste nós terminemos até dezembro de 2010.

Gostaria de dar uma notícia ao pessoal do Norte muito alentadora até, quando a gente fala que o Eixo Norte vai terminar em 2012. Eu não sei não. Nós estamos tendo uma felicidade enorme nos lotes do Eixo Norte, já contratamos praticamente todo mundo. Eu não acredito que chegue ao mês de dezembro sem que tenhamos todas as empresas em todos os lotes. Eu não estou querendo aqui adivinhar, mas se nós não concluirmos o Eixo Norte também no mesmo prazo do Leste, vamos chegar bem perto, porque enquanto no Eixo Leste nós temos um problema, no Eixo Norte nós não tivemos nenhum até agora, e eu vou mostrar o problema depois.

Então olhem bem. Projeto executivo: foram contratados todos, A, B, Futura, olha aqui, os projetos executivos todos contratados. As obras: o lote 1 contratado, ordem de serviço dada; o 2 contratado, ordem de serviço; o 3; o 4; agora o 5, o 6 e o 7, esses aqui são, digamos assim, até o dia 15 agora nós contrata-

mos, porque já foi feita a licitação, não teve problema jurídico, não teve nada, e esses três aqui, olha, estão prontos. Ocorre que depois que a empresa vence tem aquela parte chata da lei, a gente tem que mandar uma carta pedindo que eles confirmem o preço, depois eles têm de compor um consórcio, porque geralmente a maioria é consórcio, aí eles compõem dizendo o percentual de cada um e nos mandam para que a gente possa empenhar o dinheiro já dentro da estrutura dos percentuais do consórcio. Então estão prontos, mas estamos aguardando a finalização aqui desses três. E os senhores vêm aqui, contratação quinze e ordem de serviço quinze, porque na hora em que eles assinarem o contrato, já podemos dar a ordem de serviço para mobilização e instalação. E aqui esse 8 aqui, por mais paradoxal que pareça, está contratado e já demos ordem de serviço. Os senhores perguntarão: mas o que é que houve então, por que é que o 8 está na frente do 6 e do 5? É porque esse é um lote de estações de bombeamento. Foi feita a licitação no início, está certo, quer dizer, concomitantemente com o segundo ou primeiro lote foram feitas as estações de bombeamento de um lado e de outro, do Eixo Leste e do Eixo Norte, porque elas têm uma área de trabalho assim bem mais complexa e teria que se adiantar.

Eixo Leste, andamento das contratações. Os projetos executivos estão contratados, as ordens de serviços estão dadas, está certo? As previsões de conclusão da obra: 30 de novembro, 30 de novembro, 30 de novembro. Agora o lote 11 já foi contratado, já tem ordem de serviço, o 12 foi contratado, mas daremos a ordem de serviço até 30 de setembro agora, e o 13, que é de bombas, já foi contratado e já foi dada a ordem de serviço. Existe aqui o 10, e o problema que eu disse que não teve no Eixo Norte. No Eixo Leste uma empresa entrou na justiça questionando o processo licitatório e o prazo continua para o dia 30 de novembro de 2010, o prazo de conclusão, mas o julgamento do mérito do mandado de segurança da empresa ARG está previsto para o dia agora 22 de setembro no Tribunal Superior de Justiça. Deus ajude que eles decidam logo, porque aí a coisa fica liquidada do ponto de vista de contratações e ordem de serviço.

Bom, aqui os senhores talvez não vejam... Vão enxergar porque está bem colorido. Olhem bem: O.S. assinada, esses azuis, estão vendos? O Exército, lote 1, lote 2, lote 3, lote 4 e lote 8. No Eixo Leste: Exército, lote 9, lote 13, lote 11. Aqui tem o lote 10, em preinho aqui, significa que está indefinido, que é aquele que está na justiça, nós não podemos ainda estabelecer. E os que estão com essa cor aqui, esse vermelho diferente, esses aqui, dessa coloração, são as que estão por ser contratadas agora, verde no mês de setembro

e dessa cor no mês de outubro, só tem uma. Vamos adiante.

Bom, trecho do Exército, Eixo Norte, como anda? O canal de aproximação, estava previsto 19,6%, nós realizamos 23,9%. A Barragem de Tucutu: 45,1%, nós realizamos 40%. Vejam só que aqui, como é terraplanagem, a coisa andou mais. Aqui é terraplanagem, mas encheu demais de água, deu problemas de análise de solo, entendeu, de aterros experimentais e etc., então nós estamos um pouquinho defasado, mas a previsão de conclusão dos dois é para janeiro de 2010.

Bom, aqui é o canteiro de serviço do Exército no Eixo Norte. Gostaria de dizer aos senhores que por contrato todas as empresas deixarão essas instalações para a comunidade utilizar como equipamento comunitário. Sala de aula, em alguns lugares até galpões e ginásio de esporte, posto de saúde da família, coisas deste tipo, está certo? Isso está previsto. Vamos adiante.

Bom, canal de acesso do Eixo Norte. Olha aqui, estão vendo, é uma visão do canal. Aqui está o rio. Vamos lá. Outra visão do canal de acesso do Eixo Norte, escavação. Aqui é uma vista da Barragem de Tucutu, onde nós colocamos aqui o material de supressão vegetal. Aqui está o laboratório da obra, aqui está o material, olha, a supressão vegetal, porque hoje o IBAMA exige que a gente chegue na obra, digamos assim, não se entra mais com um trator rompendo e limpando. Então primeiro chega um biólogo com dez, quinze homens, homens ou mulheres, portando armadilhas e sai tangendo os bichinhos que por acaso existam, depois prendem alguns, relaciona, faz tudo isso. Em seguida vem o engenheiro florestal com a equipe dele. Talvez seja esta, talvez não, com segurança esse é o trabalho mais completo que já se fez até hoje no bioma caatinga. Já ouvi isso de ambientalistas. Porque o engenheiro florestal vem, vai identificando todas as plantas, retirando sementes e nominando os germoplasmas. São relações imensas, certo, para depois prestarmos contas ao IBAMA. Muito bem. Em seguida vem o pessoal da arqueologia para ver se salva algum sítio arqueológico, se encontra algum indício de sítio arqueológico, etc., Para depois a gente cortar toda a madeira em metro, toda a madeira lenhosa em metro, empilhar, para depois nós rasparamos a terra vegetal, onde vai ser construído o canal, tira toda essa terra vegetal e amontoa ela, digamos, num bota-fora, para depois pegar de volta para recuperar áreas que foram degradadas na construção. Então é um trabalho hercúleo, não é simplesmente chegando e... No dia que a gente dá a ordem de serviço para a mobilização e instalação e, em seguida, para supressão vegetal, para começar a fazer canal, noventa, cento e vinte dias. Por

isso é que as coisas não andaram ainda mais rápido, mas vão andar se Deus quiser. Bom, vamos lá.

Aqui a Barragem de Tucutu vem nesse sentido aqui. Isso aqui é um canal de fuga, outros chamam de vertedouro. Cada um chama como quiser, mas é por onde a água em excesso vai sair, está certo? Eu fiz questão de colocar isso aqui para que os senhores saibam que só aqui o Exército desmontou 340 mil m³ de rocha com dinamite, só aqui. Bom, aqui é a central de britagem da Barragem de Tucutu. Aqui, olha, é material de terceira, depósito de material de terceira, porque esse material todo, na hora que a barragem subir, vai ser usado como enrocamento, vai ser destruído, como está aqui, em forma de brita para usar em concretagem, etc. Vamos adiante.

Aqui é a outra parte da supressão vegetal. Aqui já é barragem depois de escavada. É muito grande, ela tem dois quilômetros quase que de barragem, 1800 metros, mas isso daqui é um trecho – essa foto já deve ter um mês ou mais – onde ela já está começando a ser levantada, está certo? Bom, trecho do Exército, Eixo Leste. Canal de aproximação: 24,6 foi o previsto, nós fizemos 21,3; Barragem de Areias: 82,9 era o previsto, realizamos 53,5. Esta barragem deve estar concluída até o fim do ano agora já. Ela é menor que a outra, apesar daquela defasagem ali, mas ela está em processo bem avançado de construção. Vamos lá.

Bom, aqui é o acampamento, quer dizer, o canteiro de serviço do Exército do Eixo Leste. Por que é que eu estou mostrando a vocês o canteiro? Porque, olhem bem, independentemente dos PBAs, dos Programas Básicos Ambientais, esse trabalho que está sendo feito lá é uma coisa assim inusitada. Por exemplo: o Exército recuperou todas essas casas de uma vila que tem lá, recuperou a quadra esportiva, a igreja, pediram para botar um santo de dois metros com o braço aberto na porta, botou, aqui tem posto de saúde, posto odontológico e médico, com remédios, que o Ministério da Defesa consegue junto ao Ministério da Saúde. Então isso aqui é um exemplo. Nós temos aqui água tratada, recuperação de resíduos sólidos, coleta de lixo selecionada, cursos de prevenção de acidente. É interessantíssimo o trabalho que está sendo feito aí. Vamos lá.

Aqui é o comando, fica aqui, e aqui, olha, é um dos postos de saúde de lá. Vamos lá. Aqui são caminhões. Aí alguém diz: mas por que é que ele mostrou oito dez caminhões pipa? É porque dentre outras coisas nós estamos sendo exigidos, pelo IBAMA, para não permitir que a poeira atinja, nem demasiadamente os operários que estão trabalhando, nem casas que possam estar no raio de 500 metros, 800 metros. Então eu fiz questão de mostrar os carros pipa. Vamos lá.

Bom, aqui é a parte do fundo do canteiro do Exército. Aqui, olha, é um heliporto que nós fizemos, até já disse ao Presidente Lula que é para quando ele for lá, que é para pousar aí, e eu estou dizendo aos Senadores que é para quando os senhores forem lá poderem pousar aqui, está certo? Vamos lá.

Bom, aqui é a enseadeira da tomada d'água do Eixo Leste. Há quem me pergunte: "Venha cá, isso é um píer de atracação de barco, etc.? Mas os senhores tenham a certeza de que essa enseadeira ainda vai avançar aqui assim, olha, mais ou menos para 1400 metros, que é de onde sai o canal do Eixo Leste, que vai embora, vai para lá. Bom, aqui é o início do canal do Eixo Leste. Aqui já está quase na quota. Aqui são doze metros de profundidade, está certo? Vamos adiante.

Aqui, olha, é a aproximação no canal do Eixo Leste. Olhem bem, no fim de cada canal de aproximação nós temos um troço chamado *forbidden*. Traduzindo, uma caixa d'água gigante, em cima do qual ficam as bombas para fazer o primeiro recalque. Essa caixa d'água, pequeninha, tem aí os seus 250 metros de cumprimento, por 120 de largura, por 35 de profundidade. É mais que um edifício de dez andares, está certo? Então este é o tal do *forbidden*. Aqui é o canal do Eixo Leste se aproximando do *forbidden*. Aqui é outro trecho do canal já escavado, está certo, praticamente já na profundidade, certo? Vejam que o material é diferente daquele anterior. O outro era um lactossolo amarelado e esse já é assim meio ferruginoso, não é? Vamos lá.

Bom, isso daqui é só para mostrar aos senhores que o início, por aqui, desse talude aqui, começa a descida para o *forbidden*. Aqui que os senhores estão vendo, só tem 15 metros. Isso vai descer para 35. Vamos lá.

Aqui é outro trecho do canal, do Eixo Leste, as máquinas trabalhando. Aqui é mais outro trecho do canal. Esse canal é três vezes maior que o outro, esse dá 5800 metros. Vamos lá.

Bom, aqui é a Barragem de Areias. Essa parte aqui, olha, inicialmente se escava, a barragem foi até as fundações(F), depois então a gente começa a levantar. Esse lado aqui já passou do solo natural. Este outro lado aqui, quando foi feita essa foto, estava sendo feito para cobrir os filtros. Aqui os senhores estão vendo a areia, têm os filtros da barragem aqui embaixo que foram feitos depois que se levantou esse lado. Agora isso daí já está num nível só, está certo? Vamos lá.

Aqui é outra visão da Barragem de Areias. Outra visão. Vamos lá.

Aqui, toda barragem, normalmente quando é feita, aliás, quase todas, não todas, está certo, o senhor faz um barramento principal, mas quando o nível da água

vai, a barragem suporta aquele nível, mas às vezes tem um trechozinho lateral que o nível é mais baixo. Então a gente chama isso de *dick de contenção*, certo? Esse é um *dick* que já está pronto, até esse enrocamento aqui já está vindo até aqui. Vamos lá.

Bom, aqui já é a Encalço Engenharia – essa foto tem um mês ou mais – chegando já na obra para começar a escavar a primeira estação de bombas. Vamos lá.

Bom, o Consórcio Águas do São Francisco, a gente chama Carioca, porque a primeira empresa chama Carioca, a segunda Paulista e a terceira Serveng, mas eles lá resolveram botar CASF – Consórcio Águas do São Francisco, certo? Então ela já tem a ordem de serviço integral, já foi fornecido até o projeto executado a ela, a empresa do projeto executivo conseguiu concluir e o previsto para ela era 6,8, nós realizamos 2,0, supressão vegetal 20% e a escavação do Canal 5. Eu gostaria de dizer aos senhores que, estranhamente, eu tenho absoluta certeza que se eu medir hoje, vamos supor, essa empresa faturou 2 milhões, 250 mil até agora. Não estou entendendo. Ela está cheia de dinheiro, porque o que ela tem lá já escavado, aterrado para a gente medir, deve dar 15 milhões ou mais, quer dizer, o próximo relatório nesse mês agora de setembro, isso aí vai mudar completamente. Muita gente até que viu isso diz: "Como que é que pula assim?" É que eles, já têm dois meses aí, três meses que não faturaram. Eu acho que estavam aguardando faturar com mais densidade, certo, porque a gente estava fornecendo elementos para a execução da obra parcialmente. Agora eles estão com tudo, então vamos lá.

Bom, isso aqui, olha, é no trecho da Carioca, é um aterro. Os senhores dizem: "Mas por que é que eu quero ver um aterro aqui?" Isso aqui é um tabuleiro inicial. A partir dessa estação de bomba que fica desse lado, esse aterro é um aterro complexo. Ele começa com pedra, está vendo, olha, material de terceira na base. Esse material veio da Barragem de Tucutu, certo? A empresa foi buscar lá na Barragem de Tucutu. Adiante.

Aqui, esse aterro, quando nós tiramos a foto estava aqui, olha. Nós vamos atravessar a estrada, a BR aqui. Aqui vai ter uma ponte. Nós passamos por baixo e nós também é quem vamos construir a ponte por sobre a estrada. Vamos lá.

Bom, aqui é um trecho da Carioca. Vejam como ela já avançou, está vendo? Essas fotos foram feitas por um engenheiro medroso, dentro de um helicóptero comigo, tremendo, então não podia sair melhor do que isso, entende? É mesmo, eu soube até que ele vomitou depois que saiu do helicóptero, eu não sabia, está entendendo, fiquei com pena do cara. Vamos lá.

Bom, aqui os senhores estão vendo, olha, já a escavação do canal, do Lote 1, feito pelo CASF. Olha aqui a patrulhinha de máquina dela, o começo só. Estão vendo? Vamos lá.

Outra visão do canal já escavado, olha, da Carioca, está certo, do CASF, e a patrulha de máquinas aqui. Vamos lá.

Aqui, meus senhores, olhem aqui, terminou aqui, que tem um loteamento do INCRA, um assentamento do INCRA com o qual negociamos. Nós negociamos com o INCRA o seguinte: ao invés de nós indenizarmos as terras dos assentados pelas quais nós vamos passar, custaria 400, 500 mil reais no máximo, nós não entendemos que o Ministério pagasse o INCRA. Então negociamos e o INCRA pediu que nós descêssemos uma compensação e a compensação está na mão deles já para assinar, eu devo receber hoje ou amanhã. Nós vamos dar, são seis pequenos assentamentos, eles já têm água, já tem luz, já tem tudo, certo, tem casa. Então nós vamos fornecer um hectare instalado de irrigação no sistema *on farm*(F), quer dizer, através da adoção de meio hectare de microaspersão e meio hectare de gotejamento. Vamos fazer o pulmão, vamos trazer a água, vamos fazer a adução da água, mantê-la no pulmão, pressurizarmos e ainda vamos orientar os assentados. Na medida em que nós concluirmos, então passamos ao controle do INCRA ou de quem ele achar conveniente. Então nós temos dois programas básicos ambientais condicionados pelo IBAMA que nos permitem isso: um é o de apoio aos assentamentos, que existe dentro da nossa programação, e o outro é estímulo a pequenos projetos de irrigação. Então temos verba suficiente para fazer isso e de qualquer maneira, como disse o Rolf, o Presidente do INCRA, até que enfim um assentamento recebeu um presente maravilhoso, porque o que cara que trabalha no sequeiro, vocês são do Nordeste, vocês sabem o que é isso, ele recebe um hectare, uma família recebe um hectare, irrigado por 365 dias no ano, possibilitando fazendo irrigação, é uma sorte na esportiva. Vamos lá.

Aqui, olha, é a supressão vegetal. Os senhores estão vendo como é? Veio até aqui, olha, agora aqui já é outra etapa, olha, estão vendo? Então depois aqui é que a máquina vem limpar. Vamos lá.

Bom, gostaria de dizer aos senhores, não é ainda o momento, eu não entendo como seja o momento, mas acontece que há gente muito preocupada com o modelo de gestão, inclusive desses dois Eixos, Norte e Leste. Eu um dia até eu disse aqui no Senado, no dia que lamentavelmente a sua senhora mãe morreu, o senhor teve que viajar às pressas, nesse dia eu disse aqui que madame Beatriz estava incorporada em algumas pessoas que são contra o projeto, porque eles

começaram anunciar que esse projeto visava melão, visava camarão, visava... Olhem bem, o modelo de gestão dos Eixos Norte e Leste não estão definidos ainda. Os modelos estaduais de gestão não estão definidos. São as operadoras estaduais, quer dizer, são as gestoras estaduais do projeto que vão estabelecer o que é e o que não é que deve ser feito com a água. Prioritariamente, nós já sabemos, dessedentação humana e animal. Vamos supor que um cidadão, que o Estado tenha lá num determinado reservatório, 10 milhões de m³ de água, e que para a dessedentação humana e animal da região em que ele esteja vai gastar, digamos, 6. Então sobram 4. Esses 4 são outorgados pelo Estado, em conjunto com a ANA, para os fins que o Estado determinar, afinal de contas os Estados têm autonomia para decidir o projeto de desenvolvimento sustentável que lhe convém. Então, por força disso, nós já adiantamos, o Ministro criou por portaria, nós estamos funcionando, já instalamos o Comitê Gestor do Sistema em 13 de maio, fizemos a segunda reunião e aprovamos o regimento e a agenda de trabalho, na terceira reunião realizada em 7 de agosto a discussão sobre os modelos da Paraíba, Ceará e Fundação Getúlio Vargas foram apresentados pela ANA. A Paraíba está de parabéns e a senhora force lá o Rio Grande do Norte, porque o Ceará e a Paraíba já mostraram aqui o que têm. Falta o Rio Grande do Norte e Pernambuco, certo? Pernambuco é mais complicado ainda, o Rio Grande do Norte está até mais adiantado, porque o modelo de gestão de Pernambuco é completamente diferente de todos, certo, mas nós estamos tentando ajustar. A quarta reunião, prevista para 23 de setembro agora, é para discutir os modelos do Rio Grande do Norte e Pernambuco. E a aprovação da minuta do modelo de gestão está prevista para dezembro agora de 2008. Entendam bem: o modelo de gestão.

Agora quanto à operadora, ainda continuaremos analisando, estudando, ouvindo todas as pessoas, todos os órgãos que se interessam e que dizem respeito ao assunto para que a gente chegue à conclusão sobre o que a operadora, aí é a operadora do Eixo Leste ou do Eixo Norte, ou a operadora que vai operar os dois eixos, vai operar e manter. Então isso aí é para o ano já. Vamos adiante.

Desafios ambientais. Eu resolvi colocar aqui para os senhores não pensarem que tudo é fácil lá. Pelo contrário, nós estamos começando a obra no polígono da maconha, todo mundo já ouviu falar no polígono da maconha, é uma região terrível. A cada 80, 100 quilômetros, tem uma trincheira da Polícia Militar de Pernambuco com sacos de areia e metralhadora, e as guaritas do Exército também são assim, porque quem for lá, vá prevenido, não ande antes de sete e meia da

manhã e nem passe além de cinco e meia da tarde na estrada, porque às vezes de dia até eles param e assaltam. Então é uma região perigosa. À noite só em comboio. De forma que nós colocamos esse desafio aqui, regularização fundiária no Estado de Pernambuco, pelo seguinte, porque o Estado de Pernambuco é um Estado que tem praticamente não tem escritura pública e os posseiros são de extrema... Eu estou trabalhando nessa área de Pernambuco com os proprietários nos dando anuência, assinando termos de anuência, certo, e estamos em convênio com o DNOCS, FUNTEP, preparando os títulos de terra, o que não é fácil, porque o Governo só pode pagar diante de título. O que é um título? Você tem aqui, essa mesa aqui é o canal. A propriedade entra aqui, 1/4 de tarefa, 1500 m², mas a fazenda tem 200 tarefas. A gente tem que fazer a parte do canal e toda a fazenda para fazer o título da fazenda, para indenizarmos o pedacinho que o canal vai utilizar. Então é difícil, é complicado isso. Estamos com processos de licitações em andamento para a execução ambiental, as contratações todas devem se dar até 31 de janeiro de 2009. Já estamos trabalhando bem na área ambiental, mas existem ainda várias condicionantes que precisam ser... Vamos supor: nós estamos trabalhando, digamos, em determinados programas ambientais, o mínimo minimorum que a gente pode trabalhar sem licitação. Agora estamos preparando um processo licitatório porque, digamos assim, sem licitação a gente praticamente não pode trabalhar, o trabalho é mínimo. Então já temos vários processos em andamento e, se Deus quiser, até 31 de janeiro de 2009 nós vamos terminar esses processos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Dr. João, só um rápido esclarecimento: esses projetos ambientais é da parte da transposição?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Por enquanto é, depois eu chego lá na revitalização.

Bom, aqui, olha, Projeto Básico Ambiental – PBA. São 36. Olhem bem, em execução nós temos 32, em várias etapas: uns licitando, outros já instalando, outros já em andamento. Tipo assim proteção da flora e da fauna e dos sítios arqueológicos, são três programas, esses já estão andando, já estão instalados, inclusive temos um convênio com a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco. Eu soube até que o Presidente inaugurou ela, mas eu não sabia que ela não era inaugurada não, porque ela já vem funcionando há algum tempo. Então nós fizemos convênio com ela e ela aportou os seus técnicos na área ambiental para participarem, através de convênio, com a parte de proteção à flora, à fauna e aos sítios arqueológicos. Já temos comunicação social, já estamos trabalhando

com inúmeros projetos. Previsto: 46%; 45% realizamos. Estamos, assim, como se diz, pau a pau, quer dizer, estamos praticando juntos. Agora por que também? Não foi só resultado da nossa gestão. Alguma coisa, olha, o desempenho superior ao previsto deve-se aos programas que foram iniciados em 2005, como indenização de terras e benfeitorias e salvamento de bens arqueológicos, certo? Esses foram iniciados antes, então incorporados dão aquilo ali. Agora depois da obra nós estamos com 25, 28, 30 e 33, previsto 0, realizado 0. Por quê? Esses programas estão diretamente relacionados com a fase de operação e manutenção, quer dizer, não tem cabimento iniciá-los agora. Vamos lá.

Bom, aqui nós fizemos uma pequena amostra de alguns programas. O Programa nº 3, que é o de Comunicação Social: palestra na Escola E. Comandantes(F) no Eixo Leste, Audiência no Senado Federal. Educação Ambiental, Programa nº 4: palestra sobre o bioma Caatinga, no Eixo Norte, palestra sobre o bioma Caatinga, no Eixo Leste. Olha lá. Bom, ali foram alguns exemplos só para mostrar.

Bom, no que diz respeito às indenizações, olhem só. Esse verde, essas áreas verdes é onde nós estamos atuando com desenvoltura, certo? Esses que estão... é grenal isso aqui, gente?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Bordô.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Bordô, pronto. Então reparem: esse bordô aqui... Foi o senhor que disse bordô? Ah, foi a senhora. Logo vi que em São José de Piranha não dava um entendido assim em cores. Então olhem bem. A previsão é de nós... É que ele é de São José. A previsão é de que nós deveremos realizar 60 milhões de reais de indenização nas faixas, quer dizer, nos eixos, nas vilas produtivas rurais, está certo? Então nós já realizamos, até agora, e isso aí é mérito do Ministro atual, porque nós chegamos aqui no ano passado, até junho só tinha 700 mil reais de indenização e de lá para hoje tem 36 milhões. Inclusive eu tive a honra de estar ao lado do Senador Lucena, porque a Paraíba também teve a honra de ter legalizado os três Municípios dela, a situação fundiária dos três Municípios, nós levamos 15 milhões e pouco de uma vez só, estão lá indenizando, porque [ininteligível] no mesmo dia. Agora já no Estado de Pernambuco a coisa... Desses 24 milhões que faltam, Pernambuco deve ter uns 20, mas que vão ser pagos paulatinamente de acordo com o andamento das titulações. Vamos lá.

Bom, aqui é reassentamento de populações. Nós relocalizamos, estamos relocalizando 983 famílias. Desses famílias, olha, a diferença entre 560 e 983, foi embora. Recebe o dinheiro, não quer nem ver a gente, certo? As 560 estão sendo reassentadas em dezoito

vilas produtivas rurais. Eu não minto, moço, em política nem para ganhar o reino da glória. É dezessete. Se alguém alterou para dezoito eu não sei quem foi. São dezessete vilas produtivas rurais, certo? De que constam essas vilas? Elas constam de casas, casas com 90 m², rebocadas, cobertas com telha de cerâmica. Todas essas casas terão fossa-séptica, água tratada, energia, área de esporte, um campinho de bola, que ninguém dispensa e nós não íamos deixar de botar isso no projeto, posto de saúde, posto médico, centro recreativo, escola, e terão também cada família, de acordo com o tamanho dela, de 5 a 12 hectares de terra para trabalhar na irrigação, certo? É outro céu também por testemunha, porque é uma vantagem muito grande. Vamos adiante.

Desenvolvimento de comunidades indígenas e quilombolas – Programas 12 e 17. Olhem bem: a área diretamente afetada está nessa cor, olha aí. De influência direta não está aparecendo aqui, é essa cor assim por fora. De indireta é o resto. Unidade de Conservação Ambiental e etc. Mas eu vou passar o quadro adiante porque dá uma idéia melhor. Vá.

Comunidades quilombolas, processo de licitação em andamento para construção de 340 casas de alvenaria em 18 comunidades quilombolas localizados nos Municípios pernambucanos de Cabrobó, Salgueiro, Carnaubeira da Penha, Floresta, Custódia e Mirandiba. Ficou decidido pelo Governo que quem faria isso era a FUNASA. Nós passamos o dinheiro para ela em julho do ano passado. Me perdoem a ausência, que eu não falo pelas costas, mas está andando devagar, nós agora vamos começar. Fizeram licitação, uma deu certo, começou, a outra não deu, anularam, entendeu? Então a coisa está andando, mas está precisando acelerar mais um pouco.

Comunidades indígenas, nós temos cinco ao longo da área de influência do projeto: os Pipipans, os Cambiuás, os Trukás, os Tubalalás, etc. Então para todos eu vou... Passe a outra parte. Olha aí, Trukás, Tubalalás, Cambiuás e Pipipans, põe lá no início. Todos eles juntos, nós estamos construindo 320 casas, fora 140 que já foram feitas, fora 27 quilômetros de estrada asfaltada na Ilha de Assunção, dos Trukás, e o melhoramento da ponte que passa num braço do São Francisco para a ilha que vocês vão ver adiante. Outra coisa: são quatro aldeias indígenas aí e nós estamos construindo cinco postos de saúde, que tem uma aldeia que tem dois grupos distantes um do outro. Um centro recreativo em cada uma, está certo, e, ainda, com radiofonia, porque eu não sei quem foi o artista, se foi a FUNAI, se foi o meu pessoal, que resolveu botar som e rádio para intercomunicação entre as aldeias. É brincadeira.

Bom, aqui, o Programa nº 2, controle de poeira com a aspersão de Água, coleta seletiva de resíduos sólidos, implantação de placa de sinalização, treinamento sobre o uso de equipamentos de proteção individual. Eu quero dizer aos senhores o seguinte: não tem um funcionário lá nessa obra, já temos lá uns mil, não tem um que não esteja rigorosamente equipado. Eu vou encurtar a história. Se um carro, seja ele pesado ou leve, Trator ou Pá Carregadeira, ter uma ré e não apitar e o IBAMA chegar na obra, pára a obra. Como item de segurança, entende, apita de ré para mostrar que está andando de ré para poder não atingir ninguém.

Bom, aqui é palestra sobre arqueologia, Programa nº 6. Abertura de sondagem arqueológica, treinamento do trabalhador em proteção individual, capitalização de técnicos em questões ambientais. Vamos lá.

Supressão vegetal, aqui a madeira armazenada, supressão vegetal manual, isolamento de área nidificada. Quem não sabe, diga que eu digo o que é nidificada, porque eu perguntei também quando me disseram. É área onde tem ninhos de passarinho. Filhote de veado acondicionado para relocação, se prendeu um veadinho lá, se levou para o Zôo-Botânico de João Pessoa. Vamos adiante.

Bom, aqui é a ponte que teve a recuperação, aqui é Ilha de Assunção, aqui saiu uma estrada, olha, que vai à ilha toda. São 27 quilômetros que o Governo Federal fez para atender aos índios que moram lá. Aqui, minha gente, é o escritório central da obra no campo, é o escritório central de campo. Fica na cidade de Salgueiro, que é mais ou menos equidistante do fim do princípio dos Eixos, está certo? Aqui tem o centro de referência de comunicação social, aqui ficam a gerenciadora, aqui ficam os técnicos do Ministério, aqui fica o IBAMA, DNOCS, todo mundo que tem envolvimento com a área fica aí, a gente acomoda aí. É um velho hotel que tem cinqüenta e quatro cômodos, a gente transformou num super escritório, baratinho, baratinho, bem barato mesmo. Então hoje funciona aí. Vamos lá.

Aqui são os números da obra para que os senhores tenham dimensão dela. Em concreto essa obra vai gastar 1,5 milhões de m³, o equivalente à estrutura de 750 prédios de 22 andares. Em escavação em rocha e solo: 82 milhões de m³, o equivalente a 900 Maracanãs cheios. Todo mundo sabe o que é o Estádio do Maracanã. Terraplanagem: 45 milhões de m³, o equivalente a 500 Maracanãs. Cimento: 10 milhões de sacos, equivalente a 500 mil toneladas. Aço: 105 mil toneladas, equivalente à carga de 7 mil caminhões truques. Nós fizemos isso para dar a idéia a vocês das dimensões daquilo com o qual estamos trabalhando.

Bom, revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco. Vamos agora aos números aqui. O Programa de Revitalização do São Francisco, prestem atenção, o PISF tem três etapas: tem a revitalização, que é uma etapa que vem de antes, vai acontecer agora e entendemos que outros Governos devem continuar, porque a revitalização de uma bacia hidrográfica é um negócio que leva anos e anos. Então nós temos a revitalização, as construções, propriamente ditas, e os Programas Básicos Ambientais do Eixo Norte e do Eixo Leste. Olhem aqui: esgotamento sanitário: 1 milhão e 33 mil infração; processos erosivos: 387 milhões; resíduos sólidos: 83 milhões; hidrovia do São Francisco: 100 milhões. O que já está sendo elaborado. Outro dia no meu Estado alguém disse num jornal, num editorial, que o processo de revitalização havia parado. Meus senhores, nós temos 388 ações nesse processo. Um determinado processo cambiou, trocou de firma, está certo, então nós levamos trinta e poucos dias para que a outra assumisse. Alguém foi lá e disse que tinha parado a revitalização. São 338 ações que nós temos em todos os níveis. Por exemplo, implantação de sistema sanitário, em 194 Municípios, ao custo de 1 bilhão e 33 milhões. 72 Municípios estão em obras, não é literatura, 44 em processo de licitação, 71 Municípios em elaboração de projetos. Por quê? Porque nós licitamos empresas para confeccionarem os projetos, porque muitas pequenas Prefeituras não têm condições de realizar um projeto de esgotamento sanitário, e 7 Municípios em processo de licitação de projeto. Dessa área, 18 obras estão sendo concluídos até dezembro de 2008. Aqui estão as cidades, olha, de esgotamento sanitário que serão concluídas esse ano ainda nós temos: Arcos, Bambuí, Doresópolis, Luz, Medeiros, Papagaios, Puimbi, São João da Ponte, Vargem Bonita, isso em Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Dr. João, permita.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Quando diz concluído, o indício é 100% do Município com tratamento e tudo?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: 100% com tratamento. Esgotamento sanitário, se não tiver tratamento, não é esgotamento sanitário, é canal de sujeira. Agora em Pernambuco: Exu, Granito, Parnamirim e Santa Maria da Boa Vista. Em Sergipe: Amparo do São Francisco, Canhoba, Malhada dos Bois e Telha. Ainda bem que não tem nenhum da Bahia terminando esse ano para não dizer que a gente está puxando demais para a Bahia, está certo? Vamos adiante.

Bom, aqui o estágio de implantação do esgotamento sanitário. A legenda é obras em andamento, é

essa cor aqui, está vendo? Obras em licitação, projetos em elaboração e projetos em licitação. Um detalhezinho: temos também no Parnaíba. São 164 no São Francisco e 30 no Parnaíba, que é a Codeválio(F), Rio São Francisco e Parnaíba. Então o Piauí reivindicou, o Maranhão reivindicou, etc., então nós estamos já realizando obras lá no Parnaíba também. Vamos adiante.

Aqui obras. Essa daqui está concluindo esse mês, em Arcos. Vai embora. Bambuí, Minas Gerais, também está concluindo. Concluída a essa altura. Eu não fui lá verificar, mas se não concluiu em agosto, setembro é fatal. Vai embora. Aqui ainda é em Bambuí. Vai embora. Doresópolis, Minas. Aqui, olha, a escavação, aqui é a lagoa de estabilização. Vai embora. Aqui é em Luz, Minas Gerais. Foram fotos feitas nas obras só para mostrar aqui. Vai embora. Papagaios/MG, Vargem Bonita/MG, Exu/PE, Granito/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE. Foi no começo que se fez as fotos. Amparo do São Francisco/SE, Canhoba/SE, Malhada dos Bois/SE e Telha/SE. Aí iam começar no dia seguinte, já tinham posto a placa, a turma fotografou a placa para dizer que estava sendo feita, está sendo feita a obra também e conclui até agora em dezembro de 2008. Vamos lá.

Controle de processos erosivos. Nós estamos tratando da recuperação de 800 mil hectares de micro-bacias. Prestem atenção: a execução dessas ações, por montante de recursos, a Codeválio(F) através de convênios em 48%, a Codeválio(F) em execução direta 15% e, destaque, Ministérios parceiros, 37%. Vamos adiante ver o que é isso.

Bom, os resultados. Pelo Ministério do Desenvolvimento Social, realizaram as três capacitações regionais para a construção de cisternas calçadão – que vocês vão ver adiante o que é – em São Pedro/MG, aglutinando Minas, Sergipe e Bahia, Carnaíba/PE, aglutinando Pernambuco e Alagoas, e Iporanga/CE, aglutinando Ceará e Piauí. Em realização a primeira capacitação regional para a construção de barragem subterrânea, construídas 17 cisternas calçadão até agora. Perspectivas: concluir as obras de 250 cisternas calçadão, das 953, em 124 Municípios, até 30 de dezembro de 2008. Vamos adiante.

Aqui é uma cisterna calçadão. Um detalhe: o Ministério da Integração não pode trabalhar cisternas, essas tradicionais que se faz junto das casas, porque nós não podemos construir em terreno particular. Agora o Ministério de Desenvolvimento Social pode. Agora nós podemos trabalhar cisternas calçadão por quê? Porque são cisternas, digamos, de 100 mil litros, 120 mil litros, onde o terreno de acomodação, quer dizer, de captação, vocês vão ver na outra foto, olha aí, o terreno, está aí, de captação de águas, então é para servir

a um determinado povoado, entendeu? Então a gente pode porque é em terreno público. Vamos lá.

Bom, resultados. Ministério de Desenvolvimento Agrário: concluídas 286 bacias de contenção das 582 programadas em Pernambuco. Vai lá para mostrar o que é uma bacia de contenção. Aqui, olha, o trabalho de uma bacia de contenção em Serra Talhada. Outro tipo de contenção, barragem de contenção Itaíba/PE. Vai embora.

Bom, executadas pelo MDS e MDA. Olha aqui, esse amarelinho é executado por... ajuda aí, eu não estou vendo. O interessante é o seguinte, que os senhores vão receber, cada cor aqui significa um Ministério e a localização de onde cada um está trabalhando, certo, naqueles 37% que nós temos de processos erosivos. Vai lá.

A Secretaria de Igualdade Racial finalizou processos executivos em Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Formalização de convênio com a UNB para elaboração dos projetos executivos em Bahia e Minas. Ministério de Meio Ambiente, edital para elaboração dos projetos, publicados em 25 de julho de 2008. Os senhores sabem que publicar um edital em 25 de julho, 25 de agosto, 25 de setembro, lá para 25 de outubro, se não der galho, justiça e nada, está terminado. Codeváci(F): concluído cinco projetos para a implantação de centros integrados de recursos pesqueiros. Um em Alagoas, um em Minas, um em Pernambuco e dois na Bahia.

Bom, resíduos sólidos, são 83 milhões para resíduos sólidos. Convênios formalizados para a construção de seis sistemas: três em Pernambuco, beneficiando cinco Municípios: Ibimirim, Irajá, Manari, Tupanatinga e Itaíba; um na Bahia, beneficiando o Município de Juazeiro; dois em Minas, beneficiando cinco Municípios: Janaúba, Nova Porteirinha, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

Convênio a ser formalizado: um na Bahia, que beneficiará oito Municípios; Irecê, Central, João Dourados, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí, na região de Irecê. Realização de Audiências Públicas com os Municípios, Ministérios Públicos e Governos dos Estados para validação dos consórcios priorizados para os próximos investimentos: no dia 30 de julho em Sergipe, 31 de julho na Bahia, 5 de agosto em Minas, 21 de agosto em Alagoas, 22 de agosto em Pernambuco. Todos já aconteceram.

Bom, o nosso Secretário Executivo falou do Programa Água para Todos. Isso resultou de um certo clamor e nós dissemos sempre o seguinte, que tudo aquilo que viesse a somar positivamente ao projeto seria bem recebido. Aí começamos a ouvir de muita gente: "Ah, por que é que vai levar água para tão longe e quem está perto do rio não está tendo água?" Então ficou

decidido que 15 quilômetros à direita e à esquerda da margem do rio, por 2800 quilômetros, todo povoado, toda pequena cidade teria o sistema simplificado de água, o cisterna calçadão ou cisternas como meios de compensar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Mas isso incluiria a parte também já da transposição ou—

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, aí ela já é na revitalização.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–É só ao longo do leito?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Do canal do São Francisco, mas não se preocupe não que cisterna lá para cima a senhora vai ver a quantidade que tem: olha aqui, 230 cisternas prontas, termo de parceria com a ASA – Articulação no Semi-Árido. Isso é lá em Paraíba, Ceará, eu não ia botar aqui porque é um mundo de informação, não é, mas já está sendo feito por lá. Projetos básicos em elaboração, concluída a licitação para a elaboração de projetos, projetos básicos para licitar, obras de sistemas de abastecimento em execução, obras em licitação e 200 cisternas prontas, termo de parceria Articulação no Semi-Árido, é a implantação do sistema [ininteligível] em 106 Municípios.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Dr. João, deixa eu fazer uma outra pergunta. Na parte da revitalização, já está sendo aí elaborada e quero até parabenizá-lo pela parte do saneamento básico, a margem do rio, mas na parte da transposição, o que é que nós temos, qual que é a preocupação? Fazendo essa revitalização, sistema de esgotamento sanitário, nós sabemos que isso é fundamental para evitar poluição das águas, mas na área da transposição também será dado esse tratamento às cidades que por ventura venham a ficar próximas à transposição?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Eu gostaria de dizer à Senadora, eu disse aqui no início, que nós estamos pagando quase que por expiação de tudo que fizeram de errado no Brasil. Esses trinta e seis programas básicos envolvem de proteção à flora, à fauna e arqueologia, à recuperação de necrotério, a conserto de Delegacia de Polícia, a Plano de Desenvolvimento Urbano das Cidades, são trinta e oito cidades ao longo dos eixos que vão receber, trinta e oito. Desse Plano de Desenvolvimento Urbano consta, entendeu? Agora convém salientar a senhora o seguinte: ninguém cidade vai jogar água, então não é revitalização, porque nenhuma cidade vai jogar água no canal. A revitalização, que a gente fala, é porque as cidades ribeirinhas jogam água no rio de qualquer jeito e agora vão jogar água tratada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Sim, mas vai ter a integração das bacias.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Claro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Por exemplo, vai fazer a integração com a Bacia do Rio Piranhas-Açu. Se ao longo das cidades ribeirinhas do Piranhas-Açu não existir esgotamento sanitário, você está trazendo água limpa para se misturar com água poluída.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, olhe bem, doutora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–É isso que eu quero entender. Se ao longo da transposição, quando eu falo transposição, eu não sou engenheira, não sou técnica, eu sou médica, eu estou entendendo que por onde as águas do São Francisco vão se interligar com a Bacia do Piranhas, com a Bacia do Rio Mossoró, todos eles, as cidades, porque nós temos isso já constatado, que ao longo, vamos dizer, da Bacia do Apodi/Mossoró, nós temos um rio já com um nível de poluição muito alto.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Muito grande.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Então é isso que eu quero entender: se vai haver uma prioridade para que essas cidades que hoje, por exemplo, a cidade de Apodi, que tem problemas seriíssimos de esgotamento e essa água está indo para o leito do rio que vai estar dentro do trajeto da transposição.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Perfeito, não estão--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Está entendendo a minha preocupação?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Estou. Olhe bem, essas cidades não estão... essas cidades deverão fazer parte de um programa do Ministério da Saúde, está certo, até eu gostaria de dizer a senhora o seguinte: as cidades, por exemplo, de até 50 mil, Municípios com até 50 mil, somos nós. Além disso é o Ministério da Saúde. Da Saúde não, das Cidades, está certo? Eu atrapalhei, aliás, o pessoal até está, sem demérito para o Ministério da cidade, o pessoal está chateado porque queria que fosse pelo nosso, porque nós estamos à frente da obra, então a coisa está andando. Agora eu posso adiantar à senhora que ao longo dos dois Eixos, olhe bem, todas as cidades não farão intervenção nos Eixos. A partir deles... Nós não estamos, não temos nessa etapa do projeto, porque é a partir deles é outra etapa de projeto. Essa etapa termina no Pau dos Ferros, termina na entrada do Ceará, está certo? Então seria outra etapa de projeto. Nessa etapa não, nessa etapa só na calha do rio e ao longo dos dois Eixos. Obviamente nos dois Eixos não tem

cidade que jogue água dentro dos Eixos e, se tivesse, teria que ter o tratamento. Mas, além disso, eu acho que será outra etapa de obra. Agora eu acho que com a sensibilidade que tem o Presidente da República, os parlamentares todos deveriam começar a pedir a ele que, digamos assim, estendesse, não é, a todas as cidades. Agora eu quero só adiantar à senhora que entre rios e riachos--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Eu estou muito feliz porque eu estou vendo que o senhor também concorda com essa idéia.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Concordo, mas olhe bem:--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Que eu acho que é uma obra tão importante, milenar, tão sonhada, que nós não podemos assim simplesmente dizer: vai ser feito o canal, está terminado aqui. Nós temos que planejar para que no futuro essas águas que vão chegar a vários Municípios... Porque imagina o que é que não vai acontecer com essas adutoras? Vai ser realmente algo revolucionário para matar a sede. Então nós temos que tomar esses cuidados.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Concordo plenamente com a senhora, agora ouça bem, vamos dividir as coisas: o projeto do São Francisco são os canais e a revitalização da origem. Então em torno disso aí está tudo contemplado, está certo? Agora além disso é outra etapa da obra, quer dizer, aí já seria a proteção à rede hidrográfica do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará. Aí eu não tenho a menor dúvida--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–E vai estar tudo integrado?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: É, devia estar integrado, mas não está, porque aí não era mais 5, ia para 10 bilhões também. Eu não sei se o Governo teria condições agora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Mas o que eu estou falando é agora, que a gente possa ter isso planejado para que aconteça, independente de ser 2010, 2011, o senhor está entendendo?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Desde que esteja tudo programado, planejado, aí seria uma coisa, uma sugestão nossa--

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Eu vou levar como sugestão, foi muito boa a sugestão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Porque no nosso Brasil o que acontece é o seguinte: a gente tem que planejar não somente agora, tem que ser a médio e longo prazo, as consequências que virão no futuro. Está se fazendo uma obra maravilhosa, que eu sempre defendi, porque eu sou nordestina, sou do semi-árido, mas eu já estou pensando é se lá na

frente, se a gente não tiver esse planejamento, esse resguardo, de repente sei lá, até um projeto específico de proteção, uma lei, a gente vá ter que depois dizer: mas faltou somente isso e agora nós já vamos pagar por esse prejuízo?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Eu acho que a senhora tem toda razão, agora perceba, viu, não

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Eu quero parabenizá-lo pelo esforço e pela sua vibração.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Eu sei, mas vou levar ao Presidente Lula, através do Ministro, naturalmente, eu vou levar ao Ministro Geddel para que ele leve ao Presidente Lula essa preocupação, até porque nós não temos culpa de sermos nordestinos, de sermos do Nordeste Setentrional e nem as águas do São Francisco chegarem em Jaguaribe, Apodi, Piranhas, etc., não é? Então já que a gente vai levando a água pura, vai melhorando e revitalizando a água da calha do rio, então por que não fazer esse complemento, mesmo que ele não inicie, porque aí a senhora não vai ter mais 160 cidades na calha aqui do rio, a senhora vai ter 380.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Por aí.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Então 380 esgotamentos sanitários pesam.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Mas muitos já estão até feitos, estão iniciadas por vários outros programas, seria uma questão até de dar prioridade nisso, que eu acho que seria um exemplo assim espetacular, não só para o Brasil, para o mundo.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não faço média, eu estou dizendo à senhora, eu vou vestir essa camisa, vou levar essa preocupação, porque aí a gente faz, digamos assim, 10, nota 10 com louvor. Antigamente se dizia assim: “Fulano tirou nota 10 com distinção e louvor”, porque já seria estender.

Eu até quero comunicar à senhora, ao Senador Lucena e aos outros que estiverem presentes, que para evitarmos, digamos assim, essas solicitações na base do que ocorrer, digamos, o Senador Lucena chegar para o Ministro ou para o Presidente da República e dizer: “Eu queria que você me fizesse uma adutorinha de PPP para PPA”, está certo? Não, nós estamos agora fazendo o Plano de Infra-Estrutura Hídrica do país. Estamos na primeira etapa, obviamente, iniciando pelo Nordeste, que é o mais carente, a primeira etapa, para que depois de discutir com o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, até a Bahia, nós vamos chegar a uma infra-estrutura em que todos concordam. Daí em diante fica fácil para a senhora, para o Senador, para um Deputado, para um Governador:

“Fulano, eu quero essa adutora”. Aí o cara, o Ministro, o Presidente: “Ministro, como é que isso aí no Plano de Infra-Estrutura Hídrica? É uma coisa excêntrica ou é uma coisa que faz parte, está entendendo, porque hoje nós vivemos na base do que ocorrer. Nunca fizeram isso, então a gente atende a quem tem o prestígio, o Governador que pede mais, o Senador que pede mais, você entendeu? E todos pedem bem, todos pedem coisas positivas, mas é como eu disse: é na base do que ocorrer. Então seria importante que a gente tivesse esse Plano de Infra-Estrutura e que cada Deputado, cada Senador, cada Governador fosse pleiteando a montagem do que quebra-cabeça de cada Estado, entende? Mas eu vou levar essa preocupação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Isso já seria uma ajuda espetacular para os Municípios e Estados, porque muitas vezes há carência até de técnicos para você preparar um projeto desse porte. Então na hora que já tem, de repente um Estado aí tenha um recurso diferenciado de alguma coisa, seja descoberto, fala: “Eu quero investir nisso”. O projeto está pronto, não vai ficar... Você sabe que tudo isso leva tempo e tempo--

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Claro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–E nós temos que correr atrás nesse Brasil.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: E a senhora sabe que hoje reivindicar, sem ter o projeto, não adianta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Não adianta.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Bom, vamos continuar aqui. Da implantação do sistema de água eu já falei. Pode passar.

Bom, faz parte aqui, Senadores, olhem bem, isso aqui é o trecho da margem esquerda anterior à intervenção, no estado da Bahia, próximo à cidade da Barra. Olha as margens do São Francisco como estavam, está vendo? Nesse trecho aí. Passa adiante. Margem esquerda em construção, está vendo? Aqueles trechos estão sendo construídos. Olha, terraplanagem, a colocação da manta de coco, até tecnologia nossa, o Brasil está jogando tecnologia dele aí dentro e está dando certo, já resistimos a uma cheia nesse trecho que foi feito. Olha aqui. Vá. Bom, aqui, olha, a senhora já vê que a coisa já está bem melhor. Olha aqui, está vendo? Olha aqui. Maio, abril, maio, junho, 2007, quando começou o projeto. Vá. Olha aqui, aqui já dá para a senhora ver um trecho de margem, esse trecho tem um quilômetro e meio, a senhora vê aqui o quê? Uns 200 metros, talvez, não é, a senhora vê toda nesse estilo aí, está toda feita nesse estilo. Aqui já foi feito o embasamento na margem do rio, já foi feita a plantação de plantas que

engastam, tipo ingá, etc., depois as plantas arbustivas na parte do meio e na parte de cima plantas grandes, árvores, aliás. Vamos lá. Olha aqui como está sendo preparado. Vá. Aqui, olha, a margem esquerda já em janeiro de 2008, olha aí a intervenção como a mata ciliar já está surgindo. Vamos lá.

Bom, aqui é a intervenção na Enseada da Barra, em agosto de 2007, olha como que estava aqui isso, está vendo? Em outubro de 2007 a gente já tinha feito a terraplanagem. Em janeiro de 2008, aqui foi em novembro de 2007, é porque o quadro ficou fora da posição. Aqui já em janeiro de 2008. Vai lá.

Campo de prova de intervenção na Enseada Palmeiras, na Barra, efeitos dos defletores. Olha aí os defletores já instalados. Vai embora.

Aqui são viveiros de mudas. Nós temos lá hoje, para não falhar, 150 mil mudas, nesse viveiro aí 150 mil mudas, porque fizemos o piloto da margem esquerda e agora estamos iniciando o piloto da margem direita. Foi nessa fase que alguém disse no jornal que parou, entendeu, mas teve que mudar para o outro lado, o outro lado já está em franco andamento. Aqui é compostagem, está vendo, para a plantação. Vamos lá.

A margem direita da Vila do Louro, na Bahia. Vejam como estava aqui, olha. Vá. Olha aqui, ó, aqui é a Vila do Louro fotografada de cima, olha o estado de lá como que era. A casa típica lá da Vila do Louro. Veja agora. Vai ficar assim, aqui é a mata ciliar, aqui é a Vilazinha do Louro, recuperada. Já iniciamos o processo. Vai. Olha aqui, aqui são as intervenções na Vila do Louro, está vendo? Terraplanagem, plantio. Aqui já são as intervenções na Vila do Louro, que vai chegar naquela maquete que vocês viram anteriormente. Bom, aqui é uma máquina, uma draga que nesse momento aí está na beira do rio, mas vamos ver agora ela operando. Olha aqui, já fazendo dragagem, está certo? Nós devemos intervir com aqueles pilotos de mata ciliar, campos de prova, em 50 pontos do rio, e dragagem e espiões entre Botirama e Juazeiro em dezoito localidades.

Bom, senhores, esse é o andamento da obra do São Francisco, do modo que ela está e eu gostaria de me pôr à disposição dos Srs. Senadores para informar qualquer coisa sobre o São Francisco, por mais difícil que pareça, porque se eu não conseguir responder, eu tenho alguns técnicos perto de mim aqui que são especificamente convededores dessas matérias e que têm a obrigação de responder se eu não responder.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Dr. João, só uma pergunta aqui que eu acho que é só uma confirmação, na realidade. No início se falava que o Eixo Norte, o trecho lá que chega a Pau dos Ferros, segundo o PAC ele não estava incluído para até 2010,

ficaria para uma segunda etapa. Nós fizemos uma reivindicação, estivemos no Ministério toda a bancada, eu acho que o senhor lembra disso, com o Senador Garibaldi, o Senador Agripino, o senhor ainda não estava, falamos com o Ministro, e pelo que o senhor está colocando aí no cronograma, eu entendi que foi superada essa dificuldade e parece que o restante do Eixo Norte já está incluído.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Na primeira etapa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Na primeira etapa, não é isso?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: É.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Então o senhor colocou que até 2010 o Eixo Leste estará 100%. Até 2012 o Eixo Norte 70%.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, olhe bem

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Mas dizendo que poderá inclusive antecipar para 2010.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Antecipar um pouco, eu estou sendo otimista, está certo? Do mesmo modo que eu estou tendo problema no Leste--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Eu quero saber se na licitação, todo o trecho Norte já foi licitado?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Todo o trecho Norte já foi licitado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Pronto, já está respondido.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Agora, Senadora, tem um detalhe, olhe bem: o Eixo Norte são 508 quilômetros, o Leste são 220. Então repare que daí a previsão--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–A preocupação é que no início, como o senhor disse, ainda não estava, o Eixo Norte não ia ser licitado totalmente, ia ter uma segunda etapa. Depois foi que evoluiu para isso, então eu acho que--

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, a etapa que está sendo prevista para o Eixo Norte está toda licitada já, até o túnel, o famoso túnel--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Sim, e já têm muitos trechos iniciados.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: É, eu já estou praticamente para lá de São José de Piranhas, quer dizer, em licitação já entrando lá, e o canal--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–É isso que me tranqüiliza, era isso que eu queria saber, se estava entrando mesmo no Rio Grande do Norte.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Viu, Senadora, agora--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Mas não na parte do Rio Piranhas. O Rio Piranhas-Açu, esse aí já está tranquilo, eu sei que todo o trecho está licitado e muita coisa em andamento. Eu estou falando é no Norte, que pega--

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: O Piranhas, inclusive, a gente alimenta através de engenheiro Avidos, isto é, eu chamava de Ávidos, mas lá me disseram que o nome do homem é Avidos, então eu estou falando--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–Eu chamo Ávidos(F).

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, mas é Avido, lá todo mundo diz que é Avidos, que o cara chamava-se Avidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu sou de lá, então--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN)

–É Ávidos, é Ávidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu sou exatamente de São José de Piranhas.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, mas ele, olhe bem, todas as nomenclaturas que falam desse engenheiro tem um assento no A, Avidos, está certo, Ávidos, e eu, na minha ignorância, eu nunca vi Avidos, é Ávidos, Ávidos. Quando eu cheguei lá--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Que chamam de Boqueirão também.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: É, mas quando eu cheguei lá, todo mundo lá de Souza, de Várzea de Souza, do DNOCS, todo mundo diz: "Não, o homem chamado era Ávidos". Aí paciência, o que eu vou fazer? Ficou eu chamando de Avidos, no papel está Ávidos, mas seja lá o que for, é nome próprio, o problema é que a gente entenda o que é que está se tratando.

Então, Senadora, eu estou agora aproveitando a oportunidade para entregar à senhora e ao Senador... São cinco membros na Comissão, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – São quatro titulares e quatro suplentes.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Para os suplentes também deve ter. Por favor. Tem oito aí, não tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Tem.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Pronto, aí o senhor tem isso que eu falei aqui, está certo? Pode rememorar até o que eu disse aqui, mas eu continuo à disposição para qualquer tipo de questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Dr. João, eu gostaria de perguntar

ao senhor, o senhor falou no montante do recurso, na ordem de 5 bilhões. Desses 5 bilhões o que é que já está assegurado?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Tudo, tudo. Aí o senhor vai dizer: "Por que tudo?" Nós temos esse ano assegurado... Evidentemente o senhor entende de orçamento, não é assim, chega 5 bilhões, a gente vai empenhar 5 bilhões, está certo, aí nós vamos preterir outras coisas no momento. Então nós temos hoje assegurado... Olhe, contratado 2,11 bilhões, 2 bilhões e 116 milhões. Então nós temos 2 bilhões e pouco assegurados, é 2 bilhões e 200 milhões assegurados hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – O que está contratado, está assegurado?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Está asseguradíssimo, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – A previsão do orçamento para o próximo ano-

SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA DA EIRA: Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA DA EIRA: Só para complementar. Como esta obra, como este empreendimento faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento, esses 5 bilhões foram programados até o ano de 2010. Então faz parte, evidentemente, do plano plurianual e são obras que o Governo Federal definiu como prioritárias, assegurando esses recursos até 2010. Então quando o Dr. João diz que tudo está de fato assegurado, é isso, o Governo Federal, o Presidente Lula, colocou essa obra dentro do PAC exatamente com a segurança de que os recursos não faltarão em hipótese alguma. Inclusive, evidentemente como esses cálculos, esse orçamento foi feito há alguns anos já, então os necessários reajustes também estão assegurados pelo Governo Federal. Então essa obra é uma obra em que há segurança completa, inclusive por isso os nossos contratados têm se mostrado receptivos à idéia da antecipação das obras, à idéia de poder agir, acelerar, porque é obra que tem recurso garantido pelo Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Desses 5 bilhões, quanto é de transposição e quanto é de revitalização?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Olha bem, como disse aí o Secretário Executivo, esses números variam. Eu ia dizendo "vareiam" brincando com os gaúchos, porque os gaúchos falam muito assim. Mas é o seguinte, a ordem aí é a seguinte: são 4,6 bilhões de

obra, o resto é PBAs. Revitalização, olhe bem, ajustando hoje dá 1,6, 1,7 bilhões, a revitalização, que não tem nada a ver com a obra. A obra é 4,6. E aí quatrocentos e poucos milhões para os PBAs. Ocorre que nós já fizemos um levantamento e entendemos que os PBAs vão custar seiscentos e qualquer coisa, não tenha dúvida nenhuma. Agora evidentemente o senhor vai me dizer assim daqui há um ano: "Poxa, João Santana, você disse que a obra ia custar 4,6 e ela já está, só ela, custando 5. Evidentemente tem o reajuste oficial, as tabelas oficiais de reajuste. O empresário não vai pegar uma construção agora e daqui há dois anos estar recebendo o valor de agora. Tem que ter o reajuste oficial do Governo. Então sempre altera.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA
(PSDB – PB) – Além dos fatores da obra, não é?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: É, além dos fatores. Mas, olhem bem, uma coisa que eu quero também tranquilizar, viu Senador? Nós temos aí um acervo de técnicos mal pagos e muitos bons no Ministério. Quatro deles, por sinal, são Paraibanos: é o Sarmento, é o José Luiz, é o Marcelo e Sanguinete. Tem um time de paraibanos e os paraibanos lá estão honrando a sua cara, a sua terra. Nós temos um Sarmento que é um misto de engenheiro, de poeta, entende, porque fazer o que ele faz, como diz o outro, com o desprendimento que ele faz, tem que ser amante da Paraíba, do Nordeste, do Brasil em todos os momentos da vida. Nós temos hoje um sistema bolado por ele em que o senhor me pede assim: "João Santana, eu queria que você me mostrasse aqui o projeto do lote 9". Perfeitamente. Eu chamo ele, ele põe o computador na frente, a gente lhe dá todas as características do lote, o custo dele no projeto básico, o custo dele no projeto executivo e a otimização econômica dele, porque se ele, digamos assim, foi contratado por 230 e a gente atingir 250 no projeto executivo, que é plenamente possível, o projeto básico não é completo, então a gente atinge 250, nós temos meios nesse sistema de dizer assim: reduz dez centímetros ou reduz na largura ou na malha, em qualquer etapa reduz. Em segundos o senhor tem a resposta dos preços praticados na obra e os preços assinados (F), entendeu? Então a gente está, nesse aspecto, a gente está bem municiado, graças a Deus, entendeu?

Agora evidentemente que vai haver um momento, por exemplo, a geotecnica do solo, a geotecnica, a gente não vai fazer uma geotecnica de metro em metro que vai custar mais caro do que a obra, mas se faz, digamos, de quinhentos em quinhentos metros, vamos supor. O senhor não está livre, pode ocorrer na natureza, um trecho, digamos, em um trecho de um quilômetro, digamos, dos quinhentos metros a um quilômetro surgir um lajedo, digamos, uma rocha sã de trezentos metros de

cumprimento por toda a largura e por dez de profundidade. Ali vai ter que ter aditivo, não tem jeito, porque é impossível a gente fazer todo... não existe isso.

Então a gente tem uma idéia, tem uma média, estamos fazendo. Felizmente até agora os projetos executivos que nós temos e que estão chegando, digamos assim, às suas etapas definitivas, não estão alterando com relação ao básico, não estão alterando o valor, digamos assim, do contrato.

E, para completar, até o fim desse mês nós vamos lançar o edital que falta, os dois grandes editais: um da linha de transmissão e o outro dos equipamentos hidromecânicos. Está previsto até naqueles quadros que eu coloquei. Os equipamentos hidromecânicos o senhor sabe o que é? É comporta, pórtico, essas coisas, e as linhas de transmissão e as sub-estações de cada estação de bombeamento, de forma que tecnicamente só nos faltará, a partir de agora, a conclusão de determinadas licitações na área ambiental, porque são muito complexas, tem muita coisa que não se apalpa, muita coisa gasosa assim, entende, que não é como engenharia que o senhor diz assim: $3 + 2 = 5. 5 + 4 = 9$. Então a gente estabelece, digamos, uma microbacia em princípio e, quando a gente vai levantar a microbacia, não é como a gente pressupõe, não é de 150 mil hectares, é de 300 mil hectares. Então a gente tem que ter mais cuidado nesses projetos, porque esses projetos ambientais são de suma importância, são condicionantes, nós temos de cumprir e tem que sair, digamos, rigorosamente afinados, e o meu grande corpo técnico está mais na área de engenharia. Na área ambiental nós temos muitas pessoas já, mas o senhor sabe que até o conceito de bacia hidrográfica, se o senhor quiser, eu lhe apresento quarenta cientistas do mundo que discordam ligeiramente um do outro sobre bacia hidrográfica. Então as coisas não são tão fáceis de ajustar, mas, se Deus quiser, nós vamos fazer. Mais alguma coisa, eu estou às ordens.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA DA EIRA: Sr. Presidente, o senhor me permite uma complementação? É interessante observar que esse projeto está sendo bem cuidado desde o início. Já na etapa de licitações houve uma redução daquela estimativa. Nós contratamos os diversos lotes com um deságio já bastante razoável, da ordem de 10 a 15%. Num processo de 4 bilhões isso é um valor expressivo, evidentemente. Mais: a equipe do João, a nossa equipe técnica, tem otimizado cada um dos lotes. Isso também é importante. Quando se conclui o projeto executivo, você tem a possibilidade, com alguns pequenos ajustes, de trazer esses valores para uma realidade ainda mais favorável.

Essa última questão que o João falou também é importante, eu queria frisar, porque o projeto de integra-

ção do São Francisco gera energia, ele vai gerar energia. Então parte do consumo, vamos dizer assim, de bombas, será contra balançado por essa energia que será gerada e isso também é importante, quer dizer, todos esses pontos foram pensados e estão continuamente sendo repensados de forma a se obter uma otimização, uma otimização para trazer essa realidade num preço cada vez mais atrativo, do ponto de vista econômico, ambientalmente correto com todos esses planos que foram colocados, de sorte que o país, quando se fala: "Ah, mas vamos precisar fazer alguns reajustes", bom, mas também há economias. Há uma série de economias que estão sendo cuidadas, de sorte que o preço total não vá ultrapassar limites da razoabilidade. Essa é a preocupação contínua do nosso Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu gostaria de perguntar também a questão fundiária. O senhor mostrou aí os números. É de todo o trecho, a única questão fundiária foi esses números ou isso é parte da questão fundiária, dos números que o senhor apresentou?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, sobre a questão fundiária, olhe bem: nós fizemos uma estimativa de 60 milhões. Isso pode cair um pouquinho, mas a tendência é ser maior um pouco, porque, como se diz, cada dono de propriedade, por menor que seja, ele quer disputar um pouquinho mais, não é verdade, embora nós tenhamos uma Comissão que não faz, digamos, não é mesquinha, não é dadivosa porque o dinheiro não é deles e nem meu, mas não é mesquinha de ficar dizendo: "Ah, R\$ 200,00 o hectare, R\$ 250,00", ficar esmiuçando isso. A gente está fazendo, não tem tido problema nesses acordos.

Agora o que eu disse é o seguinte: é que Pernambuco é um Estado cuja situação fundiária é terrível, quer dizer, quase todas as propriedades de Pernambuco, daquela região pelo menos onde nós estamos, não tem qualquer documento que possa ser, isto é, não tem título. E a lei diz que eu só posso pagar contra título. Para o senhor tem uma idéia nós alugamos cinco casas em Cabrobó ao preço total de R\$ 800,00. Muito bem. Daí em dois dias, passou o primeiro mês, eu passei a grana para o DNOCS pagar, para proteger umas pessoas que estavam com muita poeira o IBAMA exigiu. Dois meses depois da burocracia deu azar que o dinheiro, teve um problema lá da descentralização do dinheiro, porcaria, eu sei que três meses era R\$ 2.400,00. A o nosso preposto do DNOCS chegou lá nas casinhas, casa de periferia de Cabrobó, aí virou para o dono da casa e falou: "Moço, eu vim lhe pagar". "Ai, que bom". "Cadê a sua declaração do Imposto de Renda? Cadê a escritura da casa?" Não tinha nada o cara, não podemos pagar. E agora? O cara vai sair na rua e vai dizer assim:

"O Governo está me caloteando". Não está, eu tenho o dinheiro para pagar, mas a lei não manda eu pagar. O senhor entende? Um caso desse eu resolvo, porque até do meu bolso eu dou, se for o caso, para não atrapalhar a obra, porque se o IBAMA chegar... Por causa disso eu vou parar a obra, "Toma aqui", faço uma vaquinha e pago. Mas se o problema for maior nós não temos solução, entendeu? Então o problema das indenizações de Pernambuco é esse. Felizmente hoje, se o senhor chegar em Cabrobó, chegar em Floresta, Custódia, Salgueiro, naquela região, todos estão encantados com a obra. O Prefeito pelo ISS que vai recolher, poderoso. Como se diz, emprego, emprego para todo mundo. Não tem mais assim em Cabrobó e Floresta, não dá mais, quem chegou primeiro conseguiu: uma empresa pegou 300, o outro pegou 300, o outro pegou 350, o Exército pegou 200, 300, e agora está ficando mais difícil. Então tudo isso é uma situação favorável.

O Estado de São Paulo, que é um dos jornais mais poder os desse país, mais bem informados, passou lá uma semana eu acho. Quando chegaram, que a ordem do Ministro é abrir, aí nós pusemos o nosso carro, pusemos o companheiro, porque lá, até para um jornalista que não conhece, se ele chegar lá de bobeirinha, como se diz, sem se precaver, ele pode passar por um sofrimento lá por causa desse perigo do negócio dos marginais que têm na região. Então nós favorecemos, mostramos tudo e etc. Ele voltou e disse, fez um artigo no Estado de São Paulo, dizendo que a obra está a pleno vapor – não está ainda como eu quero não, como nós queremos não, certo, mas já está bem tocada, ele falou que estava, e que não existe mais na região ninguém que seja contra a obra pelos benefícios que ela está trazendo, já agora, está entendendo? Agora evidente o senhor há de convir que numa comunidade plural existem pessoas que ainda podem ser contras, mas no que diz respeito... Eu falei isso para dizer que nós estamos sendo bem atendidos pela população de um modo geral, porque eu tenho hoje mais de 450 anuências, pessoas que estão sabendo que nós estamos fazendo o processo, dando anuência para a gente passar, agora infelizmente eu vou ter que entrar na justiça, pedindo emissão de posse, porque têm pessoas que não moram mais lá, está lá o pedacinho de terra, não tem o menor interesse lá, outras vão receber R\$ 200,00 de indenização numa tripinha de terra, "Ah, eu não vou não, só em despesas de cartório..." Entendeu? Então esses pouquinhos nós vamos ter que pagar na justiça para que a obra não pare. Também não estão criando problema não, simplesmente não estão nem dando bola, porque é pouco e eles não querem se envolver na coisa. Então nós vamos tratar isso através da Justiça Federal da região.

No Ceará está bem adiantado, ou melhor, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, estão excelentes. Agora, para dizer ao senhor, dos 60 milhões previstos, 36 já foram pagos, faltam 24. Desses 24 eu tenho a impressão que 20, só 20 são em Pernambuco, para o senhor ver a situação, como está a situação fundiária de Pernambuco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Dr. João. Gostaria, também, de pedir aos dois que, sempre que emitissem um relatório atualizado, que fosse encaminhado a essa Comissão.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Para o acompanhamento das obras, para que a gente possa estar acompanhando, além de outras etapas que nós teremos.

O senhor falou em algo aí que, obviamente, como apresentação, que é a questão dos Comitês de Gestão, do Comitê de Gestão das Águas, e que me pareceu que cada Estado está construindo, discutindo com a participação de vocês, a orientação, o acompanhamento, está discutindo a forma que vai, tanto é que dá uma diferença de Pernambuco em relação aos outros Estados. Como não poderia ser agora, obviamente, só pela presença do senhor, por mais que o senhor conheça do processo, nós vamos propor, nesta Comissão, que haja uma reunião com os representantes desses Comitês para que a gente possa discutir especificamente a questão da gestão dessas águas, porque há muitas controvérsias, há muita discussão sobre quem vai ter o domínio, quanto isso vai custar, pelo menos a previsão. Então nós faremos uma reunião específica para discutirmos essa questão da gestão de cada Estado, como cada Estado está proondo. Convocaremos os representantes e gostaria, desde já, de convidar também o representante do Ministério para acompanhar.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Será um prazer. O nosso Comitê que está discutindo isso é composto dos Secretários de Estado do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco, mais o Ministério da Integração, mais o Ministério de Minas e Energia e mais um do Meio Ambiente. Casa Civil também. Agora a ANA também participa, mas não participa como membro, porque já tem o Ministério do Meio Ambiente e ela faz parte, certo? Então é esse o Comitê. Então esse Comitê poderia vir aqui um dia reunir com a-

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – E aí nós vamos convocar esse e também uma outra pergunta, já que o senhor falou nisso e citou os nomes, o inverso da pergunta da Senadora: se a questão do saneamento será contemplado nas áreas que venham a ser beneficiadas com a transposição, eu pergunto: e os Comitês das Águas de Gestão

da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e de parte de Minas, também está integrada no processo?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, porque aí é o Comitê da Bacia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Da bacia.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Está certo? É o Comitê da Bacia do São Francisco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Mas existe?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Existe o Comitê. Ah, existe só, hein.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Num modelo próximo aos demais?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, olhe bem, vamos diferenciar. O Comitê da Bacia trata da bacia como um todo, dos problemas da bacia e etc. Agora esse Comitê Gestor, a idéia nossa é que esse modelo de gestão tenha dois parâmetros. No primeiro, cada Estado tenha um Comitê Gestor. Olhe bem: não é um Comitê de Operação e Manutenção. Olhe bem, o Federal também. Vamos supor que tenhamos cinco membros do Governo Federal, como tem a ANEL, de energia, que tenham, digamos assim, cinco membros, vamos supor: Meio Ambiente, não sei quem, não sei quem, reunidos, não é, e que anualmente se reúnam, digamos, a cada trimestre para, primeiro, para planejar, segundo para receber dos Estados as previsões de solicitação. Não nos esqueçamos que é sempre a previsão, porque ninguém sabe exatamente quando vai ou quando não vai necessitar rigorosamente da água. Então esses Comitês é que traçam filosoficamente, politicamente, administrativamente a questão dos dois Eixos e cada Comitê de cada Estado tratará a questão do seu Estado. Agora no caso do Governo Federal nós entendemos que deva ter uma operadora, tipo uma empresa, vamos supor, que ganhe uma licitação para operar a manutenção e a operação subordinada a esse Conselho. Nos Estados nós não podemos sugerir. Podemos conversar e discutir, porque nos Estados o senhor já têm a COESA, a AGESA, a AESA, cada Estado tem uma operadora de água e que pode querer transformar essa operadora na mantenedora e operadora do sistema, entendeu? Então nisso daí ainda estamos em acordo.

Agora eu vou dar uma notícia a mais, que não faz parte. Eu ouvi atentamente, durante muito tempo, um dos argumentos sobre o custo disso. Quanto vai custar, quanto vai custar a água? Senador, eu fico às vezes patético assim com determinadas questões. O senhor quer ver, por exemplo, olhe bem: quem questiona dizendo que 26 m³ de água do São Francisco vai secar o rio. Os senhores já ouviram falar? Eu já ouvi. Olhem bem: em Minas Gerais, antes de Sobradinho, tem uma outorga

de 80 m³ para o Jaiba; outra de 60 m³ para o Baixio do Irecê; 35 m³ para o Salitre; 35 m³ para o Nilo Coelho; 28 m³ para o Tourão; 32 m³ para o canal do Sertão Alagoano. Falei só os grandes. Olhem bem: nenhum desses vai secar o rio, só quem vai secar o rio são os 26 m³ do Nordeste Setentrional. Aí eu brinco às vezes: será que todos são sagrados e o outro é do cão ou tem algum problema além disso? Isso não existe. A ANA deu 360 m³ de outorga no Rio São Francisco, 360 m³.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA
(PSDB – PB) – Antes desses pontos de captação?

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Não, em todo o rio. Olhem bem, em todo o rio, viu Senador, em todo o rio. Nós estamos dentro dos 360, são 26 nossos. Mas eu dei aqui números que provam que nós não somos o maior, somos um dos menores em outorga, mas só o nosso é que é prejudicial. É uma coisa assim que eu fico pasmo, eu não entendo a que ponto querem chegar. Lá na minha terra, na Bahia, dizem que isso é picuinha, picuinha, lá no recôncavo, na civilização do *homo sapiens* recôncavo [ininteligível], dizem que isso é picuinha, porque não tem argumento isso. Após Sobradinho, está certo, pois nós temos antes de Sobradinho, após Sobradinho e nenhum é problema, só vai ser problema os 26 m³.

Agora uma notícia que eu queria dar ao senhor é o seguinte: quando alguém lhe perguntar, o Dr. Luiz falou aí sobre a geração de energia, é uma etapa adiante, não é, mas prevê-se 300 megawatts de consumo nos picos e prevê-se uma produção de 175. Particularmente eu acho que é exagero 175. Eu acho que uns 130, 125, mas já é muita coisa. Agora veja bem: eu ouvi, inclusive assisti delegação de outros países em reunião conosco, em determinados locais, que eu não vou citar para não dizer que eu estou denegrindo, as pessoas só perguntavam: Quanto vai custar a água? Quanto vai custar a água? Senador, eu seria capaz de lhe apresentar uma relação de cinqüenta ou sessenta países no mundo onde os troncos de irrigação são de graça. As derivações, quer dizer, as redes secundárias são subsidiadas. Tem país onde tudo é de graça. O brasileiro não pode estar preocupado com o custo de 124 milhões por ano, no ano em que o São Francisco trabalhar a todo pique, em 2025, quando o Nordeste Setentrional tiver um déficit de 75 m³ de água por segundo, nós vamos operar 60 m³ por segundo. Quando tiver acontecendo isso o custo é 124 milhões, dos quais 98 é energia elétrica, com PIS, COFINS, ICMS, o diabo. Já está embutido aí. Agora o senhor pode gastar 3 bilhões para manter as estradas brasileiras, 3 bilhões por ano. Pode perguntar ao DNIT se não é isso. E nós não podemos gastar, a fundo perdido, nós não podemos gastar 124 milhões, mesmo com os impostos, para redenção de uma região

como a do Nordeste Setentrional. Quer dizer, eu fico, eu não entendo. Aqui está, não fui eu quem falou, não foi o senhor que inventou, não foi um técnico meu que disse, é a Fundação Getúlio Vargas. Ela merece respeito? Merece, até que me provem o contrário.

Ela está dizendo aqui, Senador, eu vou entrar pelo total, eu vou entrar só no total. Olha bem: em 2025 o custo total, com todo o pique, olhe bem, com todo o pique, e nós temos aqui que discutir na parte de energia elétrica outros detalhes. Por exemplo, o senhor sabe o que é demanda em energia, não sabe? Demanda é o seguinte: o cidadão aqui monta uma pedreira, foi quem quebrou as pedreiras do Nordeste, quase todas foi isso, ele bota um transformador de 1000 Kva, mas ele trabalha normalmente com 300. Lá um dia aparece um empresário e quer comprar em trinta dias tudo, aí ele trabalha dez ou quinze dias com 1000 Kva. A empresa de energia elétrica cobra uma demanda a ele de 1000, porque ela admite que ela tem que ter a qualquer dia, a qualquer hora, a qualquer segundo, os 1000 para fornecer. No Nordeste Setentrional não é isso. No Nordeste Setentrional nós só vamos trabalhar no pique quando estiver vertendo Sobradinho. Durante quatro a cinco meses do ano nós podemos estabelecer um período de pique para pagar a demanda. Segundo, PIS, COFINS e ICMS, num eixo desse, para transportar água bruta para as populações, por que motivo? Isso só, Senador, olhem bem, 15% total dos custos fixos, custo ICMS, o PIS, 1,65, e o finado COFINS 7,06% desse custo. Mesmo assim esse custo é de 127 milhões, a plena carga, todo sistema operando, sem a compensação da nossa energia.

Então, Senador, pode ter certeza que não é só um projeto tecnicamente bem feito, como é um projeto de redenção, como é um projeto de desenvolvimento auto-sustentável, é um projeto estruturante, é um projeto como disse o Secretário Executivo de segurança hídrica, porque a segurança hídrica naquela região é uma questão *sine qua non*. Se não tem segurança hídrica lá, não tem modo de desenvolver, está certo? Então esse é um projeto, no meu entendimento, não é meu, eu estou defendendo, mas não é meu, não está indo para a minha região na Bahia, está certo, está indo para o Nordeste Setentrional. Então tenha a maior convicção, eu discuto esse projeto e tenho vários companheiros na minha equipe que suportamos qualquer tipo de pergunta, de crítica e aprofundamos qualquer tipo de estudo em torno desse projeto sem nenhum receio de estarmos defendendo alguma coisa que tenha lacunas negativas. Evidentemente no processo de encaminhamento da obra pode surgir um problema aqui, outro ali, nós podemos falhar em algum momento, nós não somos nem os donos da verdade e nem Deus para sermos perfeitos, mas o projeto em si, na sua intenção,

no seu objetivo e do jeito que ele está projetado, eu não tenho a menor dúvida, é uma das coisas, parabéns ao Presidente Lula, eu também não sou do PT, eu estou elogiando aqui, sou do PMDB, mas parabéns ao Presidente Lula porque tirou da gaveta uma coisa que existe há mais de 150 anos como pretensão. E tem mais um detalhe ainda: conheço esse projeto, Senador, porque eu sou louco por economia agrícola e no meu Estado o Vale do São Francisco é uma região, digamos assim, diferente. Então eu sempre estudei a história, a geografia do rio, está entendendo, todos os aspectos hidrológicos do rio e tenho noção do que eu estou lhe dizendo: não temos receios de discutir sã, de modo sã, porque veja bem: discutir por discutir é parnalianismo; discutir, sabendo que a outra pessoa não muda o ponto de vista, é perder tempo. Não é verdade? Agora do mesmo modo que nós entendemos que estamos com um projeto maravilhoso, nós acrescentamos o Água para Todos, por força de opiniões, de pessoas que conclamaram isso, o Ministro levou ao Presidente Lula e ele bateu o martelo na hora, está certo, veio a enriquecer o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – E agora vamos enriquecer com o saneamento da área beneficiada.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Lá na região do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu gostaria só de--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Presidente, só um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Inclusive se nós conseguirmos, viu Presidente, se conseguirmos realmente já essa nossa idéia do saneamento ser colocado numa previsão das etapas futuras do planejamento do Brasil mais saudável, mais forte inclusive no nosso Nordeste, eu acho que já valeu a pena esse esforço, e eu quero aqui parabenizá-lo, ao Presidente, e também o idealizador desta Comissão, que a nossa intenção, Dr. João Santana, é exatamente podermos acompanhar melhor, conhecer melhor, vivenciar melhor esse projeto que, não sei se o senhor sabe, mas por ser da região, assim como o Senador Cícero, ele na Paraíba e eu no Rio Grande do Norte, ainda estive mais estimulando a vivência da cidade, da água salobra, por ter sido Prefeita três vezes, e do que eu ouvi do então Ministro Aluísio Alves, ainda no Governo Itamar, quando ele trouxe novamente, levantou essa questão da transposição. E a partir daí, graças a Deus, ela tomou corpo e o Presidente Lula está executando.

Então eu quero dizer que nós vamos estar muito próximos, porque o seu entusiasmo também é o nosso

entusiasmo, mas nós queremos exatamente que tudo dê certo e que possa ser melhor ainda. Por isso estamos aqui para acompanhar, claro, na nossa função de Senador nós temos também que fiscalizar, isso é uma função nossa, mas na torcida de que vai dar tudo certo e que nós vamos ver essa obra inaugurada, se Deus quiser, com muita alegria.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, o Secretário Executivo já falou, mas eu gostaria de ciceronear os Srs. Senadores dessa Comissão no dia que resolverem ir lá. Eu falo isso porque não é a senhora que diz “Eu vou lá amanhã”, é difícil, entende? A logística é complicada. Então quando quiserem ir, mesmo ele que é da Paraíba, se ele quiser descer por dentro é uma mão-de-obra para chegar. Então no dia que vocês resolverem ir, a Comissão, essa Comissão aqui do Senado, me avisem dois, três, quatro dias antes, que nós tomaremos as providências, helicóptero para levar, porque de carro é uma semana, entendeu? Então com avião e helicóptero a gente resolve isso em dois dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço ao convite, com certeza está aceito, nós vamos colocar na pauta da Reunião da Comissão e oportunamente agendaremos para que isso possa ocorrer.

Mas eu gostaria, Dr. João, antes de encerrar, de fazer os agradecimentos, de dizer que esse debate é fundamental. Obviamente que abrimos exatamente com a participação de vocês porque são vocês que estudaram, o Ministério como um todo, os técnicos, aqueles que foram contratados, têm um conhecimento maior do projeto e consequentemente a nossa intenção também é ouvir aqueles que, não vou fazer julgamento, mas que eventualmente acha que não deveria ser feito esse projeto. Nós também vamos ouvir os seus argumentos para ver se eles têm algo a contribuir para o aprimoramento dessa decisão, desse projeto, que eu acho que ajuda no processo de construção democrático, e esse é o nosso papel até como representante, como agente político.

Agora uma coisa eu lhe digo: a água mais cara que existe é aquela que não tem. Eu fui Governador do Estado da Paraíba, num ano de seca, onde para a cidade de Soledade, que fica a 50 quilômetros de Campina Grande, que na época sofria racionamento de água, a cidade de Campina Grande é uma das maiores do interior do Nordeste, e cheguei a transportar água de trem, porque no raio próximo à cidade de Soledade não tinha condição de ser transportado por carro pipa. Então eu conheço a necessidade e tenho certeza absoluta que essa decisão é muito acertada. Vários contribuíram nesse projeto, sem dúvida, eu tive a felicidade de ter ocupado também uma cadeira nesse Ministério, onde o projeto

naquela época não tinha a alça Leste e foi exatamente com essa sede que a cidade de Soledade passou, que o Cariri Paraibano que o senhor aí citou, inclusive da adutora do Congo, entrando em Monteiro, aquele eixo ali foi colocado na época em que a gente participou, vamos dizer assim, do desenvolver do projeto, da fase inicial desse projeto e, sem dúvida nenhuma, eu afirmo porque naquela oportunidade nós sabíamos que João Pessoa, que é a capital do nosso Estado, futuramente vai ser que se abastecer, para o consumo humano, dessa transposição das águas do Rio São Francisco. Então por si só a questão humana é a mais valorosa, a mais importante. Obviamente se dentro do conjunto, pelo reforço, pela segurança hídrica que vai proporcionar nesse Estado nós pudermos desenvolver outras atividades econômicas, serão muito bem-vindas, mas sem dúvida a prioridade é matar a sede.

Então eu quero agradecer a participação de todos, parabenizar pela condução do projeto e, sem dúvida nenhuma, tanto aos palestrantes, como também aos técnicos que aqui se fizeram presentes, tenham a certeza de que estaremos trabalhando juntos para que essa obra seja uma obra que atenda aos seus objetivos, fazer justiça social. Muito obrigado. Não tendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 16h44. – Senador Cícero Lucena, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 201, de 2007, ADITADO PELOS REQUERIMENTOS N°s 217 E 1.324, DE 2007 E 515, DE 2008, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007.

ATA DA 22^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 22^a Reunião, realizada em 19 de agosto de 2008, às dezenove horas e quarenta e seis minutos na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senadores **Heráclito Fortes (DEM – PI) – Presidente, Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Relator, Sérgio Guerra (PSDB – PE), Valdir Raupp – (PMDB-RO), Eduardo Suplicy – (PT – SP), João Pedro (PT – AM) e Demóstenes Torres (DEM – GO)**. Na oportunidade foram apreciados os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autor	Resultado
191/08	Requer que a FINATEC, apresente todos os contratos e respectivos aditivos firmados, assim como dos instrumentos firmados para a subcontratação das empresas INTERCOP e CAMARERO & CAMARERO LTDA.,	Sen. Heráclito Fortes	APROVADO
215/08	Requer a convocação do Senhor Assis Carvalho, para prestar depoimento sobre denúncias referentes à FUNACE.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
217/08	Requer a convocação do Senhor Mário Gaiger, Presidente da FUNDAE.	Sen. Fátima Cleide	APROVADO
227/08	Requer o acesso integral junto a entes da Administração Pública Federal, integrantes da jurisdição do Tribunal de Contas d União, à documentação relacionada com processos de repasses, fiscalização e prestação de contas de recursos federais a ONGs, inclusive para obtenção de cópias do que for considerado relevante.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 201 de 2007, aditado pelo Requerimento 217/2007, o Requerimento 1.324 de 2007, lido em 8/11/2007, composto de 11 senadores titulares e 7 suplentes, destinada à apuração no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais, ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público, OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 99 até a data de 8 de novembro de 2007.

A ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura. Os senhores senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos, não havendo... Vamos ao [ininteligível]. Item 1: “Requer a transferência de sigilo bancário e fiscal do Centro Piauiense de Ação Cultural”. Aprovação em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Nominal, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Para discutir, Sr. Presidente. Gostaria de fazer um...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como? Da quebra de sigilo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Tecer considerações a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, o Centro Piauiense de Ação Cultural encaminhou uma carta dirigida pelo coordenador do CEPAC, João Gualberto dos Santos Soares, que presta alguns esclarecimentos:

“O CEPAC, Centro Piauiense de Ação Cultural, recebeu com surpresa e estranheza a informação sobre a solicitação do Requerimento do Senador Raimundo Colombo, do DEM de Santa Catarina, que pede a quebra de sigilo bancário e fiscal do Centro, alegando que o trabalho com assentamento e capacitação de agricultores não parece ser sua área de atuação. Para conhecimento, encaminhamos em anexo texto informativo sobre o trabalho do CEPAC em seus vinte e cinco anos de existência, com incontestável contribuição ao desenvolvimento rural e reforma agrária no Estado do Piauí.”

O nome ‘Cultural’, que muitas vezes é confundido com arte, foi estratégico no nascimento do CEPAC, no contexto da ditadura militar para garantir o registro, a legalidade e a atuação do Centro, que permanece até hoje como marca de sua trajetória no Estado do Piauí.

Desde 1982, o CEPAC desenvolve trabalhos de capacitação de agricultores familiares e em 1999 esses trabalhos se consolidaram também em assessoramento a projetos de assentamento de reforma agrária no Piauí, tendo como parte do financiamento das atividades os recursos públicos.

Todos os convênios efetuados seguem a IN 1, de 1º de janeiro de 1997, do Tesouro Nacional. É preciso ainda saber que nem sempre os valores de convênios são valores executados pelo CEPAC, a exemplo do convênio com o INCRA, no qual o CEPAC cumpriu integralmente todas as exigências técnicas e legais e foi cancelado, em comum acordo CEPAC/INCRA, em dezembro de 2007, tendo sido executadas apenas quatro das sete parcelas. O cancelamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy, V.Ex^a permite? Apenas para facilitar os trabalhos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Esse documento deveria ter sido encaminhado à Mesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, como--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Lamentavelmente sabe V.Ex^a, regimentalista que é... Que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, então... Eu, eu... Então eu pediria, eu peço o seguinte, Sr. Presidente: eu encaminho à Mesa para exame de V.Ex^a, e se puder encaminhar ao relator e a todos membros, para que antes de votarmos essa matéria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Hâ?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Para que antes que seja votada essa matéria, porque há um documento sobre todo o histórico das ações do CEPAC, seria importante que todos nós conhecêssemos isso antes da votação da matéria.

Então, eu pediria que pudesse ser considerada a votação deste Requerimento na próxima sessão e que possa o relator e todos os membros da CPI tomar conhecimento na íntegra do documento que estava lendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Essa Mesa, essa Presidência parabeniza V.Ex^a por esse gesto de defesa, muito próprio da sua biografia e, evidentemente, que está aceito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Parabenizo-lhe, V.Ex^a, pela defesa que faz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Parabéns, viu?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Olha, eu que não sou do Piauí, mas ultimamente estive lá e gostei muito do seu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pelo visto foi muito bem tratado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Fui bem tratado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os frutos estão começando a render. Parabéns, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então... Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy, para facilitar os trabalhos, quais seriam os outros que V.Ex^a gostaria de tomar o mesmo procedimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ah, eu preciso... A cada um...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A relação que a assessoria lhe deu para fazer a defesa. Faça o...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu vou de acordo com... O material que chega.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com o freio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E de acordo com que V.Ex^a for apresentando, sempre terei algumas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O segundo é a FINATEC/INTERCORP. Quero saber se V.Ex^a vai defender para nós não perdemos tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V.Ex^a agora quer passar para o item?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Dois.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, aí não tem problema não, tem Suplicy? Quebrar o sigilo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, o que é isso? Deixa o rapaz avisar ele, deixa o assessor avisar se pode ou não. São Paulo está presenciando... O senhor pode ficar a vontade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não, tudo bem. Com respeito ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, fique a vontade... Assumisse o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, com respeito ao requerimento que, segundo o qual a FINATEC apresenta todos os contratos e aditivos firmados com o Governo do Piauí, junto às Prefeituras de Recife, São Paulo, Vitória, Fortaleza e Nova Iguaçu, não tenho qualquer objeção a tal-

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente. Já votou, inclusive.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então... Eu sou favorável. Se V.Ex^a quiser colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V.Ex^a é favorável?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, esse Requerimento é de autoria de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Acho que nós poderíamos também ampliá-lo, porque nós temos outros contratos da FINATEC, acho que nós poderíamos examinar estes contratos e também pedir os outros contratos que a FINATEC firmou com outros... com os outros entes federados, municípios e estados, que são os mais importantes, que são os que têm volume maior de recursos, digamos assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está bom. Senhores... Estão todos de acordo? Permaneçam como se encontram.

Terceiro item. *“Requer a convocação do Sr. Assis Carvalho para prestar depoimento sobre denúncias referentes à FUNACEF.”* Autoria Senador Alvaro Dias. Srs. Senadores que estejam de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Suplicy. O celular atrapalhou V.Ex^a. Esse assunto também diz respeito ao Piauí. A sua defesa foi uma defesa...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V.Ex^a esteja certo que eu estou atento, porque eu não tenho qualquer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – *“Requer a convocação do Sr. Mário Geiger.”*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não tenho qualquer objeção a que o senhor Assis

Carvalho possa prestar depoimento aqui e dizer das... das ações positivas que, como Secretário de Saúde do Piauí, ele tem realizado. Então, não tenho objeção a que V.Ex^a convide, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, quem convidou foi o Senador Alvaro Dias, não fui eu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então eu só faço a seguinte sugestão, que invés--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Já foi aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não, que... Porque como costuma acontecer, neste caso se trata de uma autoridade do Governo, que ele possa ser convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É matéria vencida, V.Ex^a estava no celular e, infelizmente, eu peço desculpas, mas é matéria vencida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Item 03: Requer--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem. Eu vou insistir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Porque se trata de... O detalhe da matéria vencida aqui não é isso, Sr. Presidente. Se trata de uma consideração, que é tradição de nossas comissões. Quando uma autoridade... Quando se apresenta, seja por qualquer partido, um requerimento de convocação, é praxe nós primeiros realizarmos um convite, se, porventura, a pessoa se recusar, aí se transforma em convocação. Mas é uma questão de cortesia.

Eu pediria a V.Ex^a que consulte os demais membros, porque somente se os demais membros estiverem de acordo com a minha sugestão, eu tenho a impressão que o próprio Senador Alvaro Dias se aqui estivesse presente não objetaria que fosse feito na forma de um convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Proponho que na próxima sessão escute o Senador Alvaro Dias e então ele abra mão de... Da convocação ou não, embora esteja aprovado. É apenas uma questão--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu aceito a vossa sugestão, de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Item 04: “Requer a convocação do Sr. Mário Giger, Presidente da FUNDAE”. Autoria Senadora Fátima Cleide. V.Ex^a tem alguma objeção?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Absolutamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tem convicção do... do...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu estou de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Item 05: “Requer a convocação do Sr. Lair Antonio Ferst, empresário indiciado na Operação “Rodin”, da Polícia Rodoviária Federal. Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero dizer que o item 04 foi aprovado e agora nós estamos aqui com o Sr. Lair Antonio Ferst.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, fala aí de qual estado que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Fala de qual estado que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não fala, não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Esse daí não é aquele Lair lá do Rio Grande do Sul não? Nem acabou a CPI a gente quer começar outra aqui é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O assessor vai prestar os esclarecimentos ao Senador Suplicy, então nós vamos ter...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – De que estado?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É no Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): A CPI sobre esse assunto já acabou na Assembléia Legislativa. Vamos fazer esse requerimento de novo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Relator, alguma opinião sobre essa questão?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não, não. Mas não tem a ver com a CPI lá do Rio Grande do Sul. É uma operação da Polícia Federal. Ele está envolvido na Operação “Randon”.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não, mas no caso... No caso, Presidente, refere-se à Universidade Federal de Santa Maria, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aqui é Polícia Rodoviária, pelo que me consta.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): A Polícia Federal é uma instituição que foi... Que atuou lá no Rio Grande do Sul. Não tem nada a ver com universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, eu sugeriria então--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Refere-se a assuntos de natureza federal

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Essa Presidência então vai fazer o seguinte: retira de pauta, para que a Senadora Fátima Cleide explique.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Esse e os outros de autoria dela. O do Senador Raimundo Colombo, como é que nós faremos? Nós temos aqui alguns requerimentos de autoria do Senador Raimundo Colombo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma sugestão que todos aqueles requerimentos cujo autor não esteja presente, a gente deixa para votar numa outra sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A partir de agora; tudo bem, está certo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É que o Raimundo Colombo não tem jeito, porque ele está de licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Raimundo Colombo é o seguinte: com relação ao Senador Raimundo Colombo, ou alguém... Assina...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Subscreve.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Subscreve...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Se tiver consenso, eu faço a subscrição. Sem qualquer problema.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Tem quatro requerimentos do Senador Raimundo Colombo que nós fizemos o entendimento para retirar da pauta, está certo?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Os outros alguém tem que subscrever.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu faço.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Está certo. E votar em seguida.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Vamos fazer agora, pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Há consenso?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Espera aí, deixa eu falar quais são os quatro aqui do Senador Raimundo Colombo que teriam que ser retirados na...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que não há consenso, não é isso?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Que não há consenso e houve um entendimento que deveriam ser retirados, que são todos referentes a investigação que está sendo feita lá na Câmara. É o Requerimento 222, 223, 224 e 225.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy, nós estamos querendo retirar esses processos que envolvem o Sr. Paulo Pereira. V.Ex^a é contra ou a favor?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Que estão sendo objeto de investigação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Já estão na Câmara.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Presidente que recomenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, eu... Eu apenas--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu recomendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Porque eu estou... Sugestão do Relator. Eu acato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então eu vou seguir a recomendação de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pronto. Pronto. Quais vão ser os itens?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É o 222, 223, 224 e 225.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pronto.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É, realmente... Não é... Tira... Mantém o 222.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – 222 é genérico. Então vamos ao 222 aqui...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) ---Já se propôs a assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – “Requer ao BNDES, o prazo de 30 dias para a relação de pagamentos efetuados no valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos, no período de 99 a 2007, contendo a identificação do beneficiário, nome, CPF, CNPJ, data, valor e finalidade.” Em votação. Os senhores senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Eu sou contra, porque eu quero discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V.Ex^a quer discutir?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Quero.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu pergunto, Sr. Presidente--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Eu quero chamar a atenção, quero só fazer uma reflexão. Porque é claro que aqui está de forma sintética, agora, é muito genérico isso. O BNDES com...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, são apenas os recursos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Liberados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Repassados ou liberados acima desse valor. É apenas para esclarecimentos para quem foi qual o valor e a data. Não há nada...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não há nada de... Até porque é obrigada a publicação. É só para catalogar mesmo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente, uma mera relação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Sou contra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Só... Eu queria... Aqui está escrito relação de pagamentos. Pagamentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, de pagamentos!

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Uma coisa é pagamento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É que na verdade ela tem relação com a investigação da Câmara, entendeu?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pagamento se refere a contrapartida de serviço prestado. Se a intenção do requerente é obter os empréstimos, então o termo está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não é empréstimo. São os

recursos que o BNDES repassou através de doação para as ONGs.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Só isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Bom, é que não está claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está claro sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Veja o Requerimento. Nós estamos aqui só no resumo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E no resumo está escrito que tem por base a Operação “Santa Tereza” da Polícia Federal, que investiga um esquema de desvio de financiamentos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Na verdade, nós teríamos que retirar também esse daí, 222.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, na justificativa está financiamento, na--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V.Ex^a pede vistas então?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Dessa maneira não posso aprová-lo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vamos seguir na proposição inicial, que é de retirada desses quatro requerimentos: 222, 223, 224 e 225. Porque todos têm a mesma relação. Estão todos ligados à investigação que está sendo feita a respeito do Deputado Paulinho da... Paulinho Ferreira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sobrou algum aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – 227: “Requer o acesso integral junto a entes da Administração Pública Federal integrantes da jurisdição do TCU, a documentação relacionada com o processo de repasse, fiscalização e prestações de contas de recursos federais à ONGs, inclusive, para obtenção de cópias do que for considerado relevante.” Em discussão. Srs. Senadores que aprovam...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas nós não fechamos... Sr. Presidente, nós fechamos o acordo que de cujo autor não esteja presente, o requerimento não será votado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Quem está subscrevendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas ele está sendo subscrito aqui pelo Senador Demóstenes Torres. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Sou contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dois contra, dois a favor... Três a dois. Aprovado.

Item 228: *“Requer à CPI das ONGs autorize o acesso ao COAF, por técnico designado especialmente para esse fim, com o propósito de verificar e relatar a existência de operações consideradas suspeitas.”* Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente. É que o Requerimento do Senador Colombo, agora subscrito pelo Senador Demóstenes, ele... Ele é muito... Ele é muito amplo, entendeu, ele é... Porque no Requerimento anterior é um pedido de informações. Ok. Aqui já é a quebra do COAF sobre todas aquelas informações. Então, é uma... Um grau de... Porque fica essa idéia aqui de que o COAF não é quebra de sigilo. É sim uma quebra de sigilo. Então, acho que tem uma... Uma solicitação ampla do Senador Colombo, que eu acho que nós deveríamos rejeitar, acho que não é... Quer dizer, tem que pedir, na verdade, até tem um problema aqui de vista, porque tem que pedir um a um. Quer dizer, sobre cada caso denunciado, você tem que pedir uma quebra de sigilo. Não pode pedir um conjunto de quebra de sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por ser quebra de sigilo, requer.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Que na verdade é uma técnica, digamos assim, do próprio Requerimento, que ele teria que anunciar qual instituição ou pessoa ele quer quebrar o sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De qualquer maneira, requer quorum qualificado, nós não temos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Quorum tem. Precisa para aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tem não; não tem para aprovar.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Para votar tem, Sr. Presidente. Eu proponho que a gente bota em votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Retira de pauta. Vamos retirar de pauta

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O correto é retirar porque não é correta a formalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Retira-se de pauta, por solicitação do relator. O 39 é quebra de sigilo é a mesma coisa, não é isso?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos ao 230: “Requer a transferência à essa CPI de informações do COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, de informações... Aqui não está bem... De Antônio Manoel Dias. Informações do COAF. De Antônio Manoel Dias. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o artigo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tem razão V.Ex^a. Muito obrigado pela colaboração. Ausente, ausente, ausente, ausente. Ausente, ausente, ausente, ausente, ausente, ausente...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não tem. Senador Heráclito tem novos requerimentos aqui.

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT – SP) – Não há mais requerente presente a não ser para os novos requerimentos que possam vir a ser apresentados.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, fazer uma ponderação aqui. Há quase três meses nós aprovamos requerimentos ao INCRA sobre convênios superiores a 500 mil reais. A gente pedia cópia dos contratos. Dos convênios. Esse prazo já transcorreu, não chegou absolutamente nada aqui, e é preciso que essa Mesa ratifique essa solicitação. Parece até que aquela instituição está aguardando que a CPI se encerre, seja encerrada, na medida em que omite esses documentos que são, eu tenho certeza, um caminho para uma forte investigação aqui dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É procedente [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Por que esconder? Por que não trazer isso logo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – [pronunciamento fora do microfone] Uma sugestão, viu, uma solicitação à secretaria da mesa, que faça um levantamento de todas as solicitações feitas por esta CPI que ainda não tenha tido...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Resposta.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): O Senador Raupp é da mesma opinião.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Eu tenho informação, Sr. Presidente, eu tenho informação por conta do Senador...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sérgio.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Presidente Nacional do PSDB.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nacional.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Que o IN-CRA respondeu. Eu estou com essa informação aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De qualquer maneira, de qualquer maneira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Mas estava... Não, que está remetendo para cá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – 60 mil páginas é pouco.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): 60 mil páginas que comprometam a instituição podem valer muita coisa. Até seis, mas é preciso ver todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos fazer um levantamento de todas e aí nós... O restante é sigilo bancário, nós estamos aqui com um impedimento de **quorum**, não é isso?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras... Senhoras e senhores senadores, nós temos acho que cinco... Mais ou menos cinco ou seis novos requerimentos do Senador Heráclito que dizem respeito a uma... Cinco. Que dizem respeito a uma primeira leva de quebra de sigilo via COAF. Então, se quebrou sigilos, e cinco entidades foram verificadas que tinham movimentação atípica. Dentre essas, uma foi pedido a... Chegou o anúncio que por erro a gente abriu uma que não era para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi devolvida, não é isso? Teve uma aí que...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Mas cinco... Acho que cinco...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sete.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sete tinham movimentações atípicas e dessas sete, então, o Senador Heráclito está pedindo a quebra do sigilo bancário de todas essas sete.

Eu propus uma iniciativa intermediária, porque mesmo a movimentação atípica não significa que há uma irregularidade. De que antes de partir para a quebra do sigilo, Senador Heráclito, nós fizéssemos uma diligência, nós temos um grupo de consultores muito bom que nos acompanha na CPI, acho que a gente poderia fazer uma diligência nessas cinco ou sete instituições, são entidades e pessoas ao mesmo tempo. Nós faríamos uma diligência, se a movimentação atípica for considerada irregular, a gente quebra o sigilo de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concorda? Há consenso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pronto, perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pronto, então. Espera aí... Há consenso.

243: “*Requer transferência do sigilo fiscal e bancário da Fundação Vingt Rosado.*” Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é sobre todas essas que estou falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, pois é.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Essas sete. Mas é a nova formação que estou dizendo. Foi da diligência. A gente retiraria da pauta o Requerimento e já faríamos a diligência, antes de quebrar o sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, já... Eu estou aprovando

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O Requerimento para uma a uma, assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É uma diligência, eu não preciso... Então nós estamos votando aqui a diligência. A diligência então não tem necessidade de ser votação nominal.

Item 244: “*Requer a transferência do sigilo bancário e fiscal do Sr. Carlos Moreira Nóbrega.*” Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

245: “*Requer... Diligência junto à fundação Universidade de Brasília, FUBRA.*” Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Diligência?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É, diligência. Não estamos trocando por diligência?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É... As quebras de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – 246: “*Requer a transferência do sigilo bancário e fiscal das organizações Os Independentes.*” Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

247: “*Requer diligência do Sr. Fernando Luiz Pacheco.*” Senhores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Quem é o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O orador que vos ouve, aqui fiz na condição de presidente, na realidade. Eram processos que estavam aqui tramitando, eu apenas dei...

SRA. LETÍCIA: Quem é que vai fazer diligência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Calma Letícia. Requer.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – É diligência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – “Requer diligência da Associação de Proteção à Infância e Maternidade de Mossoró – APAMIM.” Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

249: Mesma diligência. Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Esse último aprovado, rural. O 249, por gentileza, qual é o estado? Qual é o Município? Goiânia. Goiânia. Certo? A pauta no momento está esgotada. Quero saber do relator se tem alguma...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão, de que a gente faça a próxima reunião, porque falta deliberar sobre alguns requerimentos e talvez fosse o caso de nós fazermos algumas convocações, porque tem muita gente convocada.

Então a gente precisa resolver se vamos trazer todo esse pessoal, quem nós vamos trazer e que a nossa reunião se desse na primeira semana de setembro, que é quando também vai ser feito um esforço concentrado da Câmara e do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quinta-feira nós não vamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – Nós saltaríamos... Esse período, para que a gente pudesse fazer essas diligências, já ver o que é que sobra disso aqui, e voltaríamos no dia 3 ou... 2, 3, durante o esforço concentrado. Pra gente não ter esse aperreio de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Relator, durante esta semana eu estou fora. 2, 3 eu estou fora, mas. Não tem nenhum problema.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agora eu pergunto: quinta-feira.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – Nós dialogamos em conjunto se é possível a gente fazer uma administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com a palavra o Senador João Pedro. Item 12 aprovado. Foi aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA
(PCdoB – CE) – O 12 foi aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Foi o seguinte?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E ainda com voto de V.Ex^a.

Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à V.Ex^a e ao Relator, Senador Inácio Arruda, se dentro dos objetivos desta CPI estão inseridos apenas a apuração de problemas com ONGs que não teriam procedido adequadamente, ou se também inclui conhecermos o trabalho de ONGs muito positivas, trabalhos que merecem ser conhecidos? Se essa CPI quiser conhecer o trabalho inovador, interessante de algumas organizações, eu teria sugestões.

Por exemplo, uma que se chama RECIVITAS, o Instituto pela Revitalização da Cidadania, que tem tido iniciativas muito positivas em Paranapiacaba, na criação de uma biblioteca livre, de uma brinquedoteca livre, naquela vila onde há 1.300 habitantes e tem tomado outras iniciativas.

Eu apenas faço a pergunta hoje porque se a resposta for positiva, eu apresentaria na próxima semana o requerimento justificando por que é que seria interessante ouvir o depoimento de ONGs que têm uma história muito positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Acho louvável a sua iniciativa e acho que nós temos que... Que um dos objetivos é exatamente separar o joio do trigo, se assim, nós temos que ver exemplos que são exatamente modelos de funcionamento. De forma que V.Ex^a poderia encaminhar uma sugestão de algumas ONGs que... Ou OSCIPs que deveriam ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Visitas pela CPI.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu vou... vou apresentar o requerimento para que possam ser ouvidos aqui dirigentes de algumas organizações que são exemplares. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PDdoB-CE): Você quer trazer a Zilda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Por exemplo. Poderia. Poderemos pensar juntos, Inácio, em algumas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Inácio, Inácio, Inácio, Inácio: deixa esses requerimentos prontos, das diligências. Antes de eu viajar. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 20h19. – Senador Heráclito Fortes, Presidente.

Of. GP-BI Nº003/2008

Brasília, 04 de novembro de 2008.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi instalado no Congresso Nacional, em 21 de outubro último, o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - IRÃ. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº39/93, de 25 de março de 1993, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº142/93, de autoria do ex-Deputado Marcos Lima, visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Islâmica do Irã e desenvolver, ainda mais, o intercâmbio entre nossos dois Países Amigos, buscando uma maior integração no campo político, econômico e cultural.

Embora criado em 1993, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomei as primeiras iniciativas com este objetivo. É formado, atualmente, por 59 Deputados Federais e 11 Senadores, integrantes da 53ª Legislatura - 2007 / 2011.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Instalação do GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - IRÃ, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em sintonia com a Representação Diplomática da República Islâmica do Irã e, em especial, no relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

Deputado Valdir Colatto

Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Irã

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - IRÃ

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala da Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Anexo II - Ala C - Sala T 32, da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 53ª Legislatura - 2007/2011, convocados pelo Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de instalar o Grupo Parlamentar Brasil - Irã, criado por força da Resolução nº39/93, de 25 de março de 1993. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Valdir Colatto. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia, sua Assessora Parlamentar, para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: FILIAÇÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Inicialmente, informou que este Grupo Parlamentar, embora criado em 1993, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomou as primeiras iniciativas com este objetivo. Apresentou os Termos de Adesão, em anexo, de 59 Deputados e 11 Senadores, dando as boas vindas aos Parlamentares que a ele aderiram. A seguir, deu conhecimento da Chapa Única inscrita que passou a ser examinada e discutida. Logo, determinou o inicio da votação. Votaram todos os Parlamentares presentes. Encerrada a votação, o Presidente convidou os Deputados Vilson Covatti - PP/RS e Edinho Bez - PMDB/SC para procederem a escrutinação. Constatada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes, foram apurados 15 votos favoráveis à Chapa Única, nenhum voto em branco e nenhum nulo. Processada a apuração, o Presidente declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria do GRUPO para o próximo biênio: Presidentes de Honra: Dep. Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados e Sen. Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal; Presidente: Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC; 1º Vice-Presidente: Dep. Moacir Micheletto - PMDB/PR; 2º Vice-Presidente: Sen. Gilberto Goellner - DEM/MT; 3º Vice-Presidente: Dep. Nelson Marquezelli - PTB/SP; 1º Secretário: Dep. Darcísio Perondi - PMDB/RS; 2º Secretário: Dep. Colbert Martins - PMDB/BA; 1º Tesoureiro: Dep. Vignatti - PT/SC; 2º Tesoureiro: Dep. Luis Carlos Heinze - PP/RS. Foram eleitos para o Conselho Deliberativo: os Senadores Eduardo Azeredo - PSDB/MG, Serys Slhessarenko - PT/MT e Valdir Raupp - PMDB/RO e os Deputados Tadeu Filippelli - PMDB/DF, Vieira da Cunha - PDT/RS e Wilson Braga - PMDB/PB. A seguir, o Dep. Valdir Colatto assume os trabalhos, como Presidente eleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Islâmica do Irã. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTATUTO. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou o Sr. Shahram Khorramshani para Secretário-Executivo do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às autoridades devidas sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

Este Estatuto foi aprovado na Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Irã, realizada em 21 de outubro de 2008, passando a vigorar nos seguintes termos:

I - DA FINALIDADE, SEDE E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º - O Grupo Parlamentar Brasil - Irã, criado pela Resolução nº39/93, de 25 de março de 1993, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar.

Parágrafo Único - O Grupo não tem objetivos políticos.

Art. 2º - O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, instituído por tempo indeterminado, funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 3º - O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Islâmica do Irã, através de visitas parlamentares e da realização de seminários e simpósios; permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares e pesquisas e estudos sobre problemas relacionados com os dois países, no setor econômico, social, tecnológico, científico, ambiental, político cultural, e sugerir medidas concretas aos demais Poderes; intensificar os laços culturais lingüísticos.

II - DOS MEMBROS

Art. 4º - O Grupo será composto de membros do Congresso Nacional que lhe derem apoio e adesão e tiverem seu nome homologado pela Comissão Executiva.

§ 1º - Na categoria de membros ex-parlamentares estarão aqueles que, após deixarem mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência no Grupo, podendo votar e serem votado.

§ 2º - Ao filiar-se, o parlamentar aceita os objetivos do Grupo previstos neste Estatuto.

III - DOS ÓRGÃOS

Art. 5º - São órgãos do Grupo: a Assembléia-Geral, a Comissão Executiva e o Conselho Deliberativo.

§ 1º - A Assembléia-Geral é integrada por todos os parlamentares que subscreverem Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato direutivo.

§ 2º - A Comissão Executiva compõe-se de:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) três Vice-Presidentes;
- d) dois Secretários;
- e) dois Tesoureiros.

§ 3º - O Conselho Deliberativo é constituído por seis membros.

§ 4º - No prazo de dois meses, após o início de cada Legislatura, reunir-se-ão os integrantes efetivos do Grupo para eleger, em Assembléia-Geral, os membros da Comissão Executiva e do Conselho Deliberativo.

§ 5º - A Assembléia-Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou por, pelo menos, um terço dos membros filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 6º - A Assembléia-Geral será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualque

número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de Minerva.

§ 7º - O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Deliberativo será de dois anos, sendo permitida a reeleição.

§ 8º - Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte ou renunciar a mesma, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato da Comissão.

§ 9º - Os Presidentes de Honra serão o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal. Seus mandatos coincidirão com o Parlamentar que estiver presidindo a Mesa das respectivas Casas.

§ 10 - Haverá um Secretário-Executivo, designado pelo Presidente.

IV - DA COMPETÊNCIA

Art. 6º - Compete à Assembléia-Geral:

- a) eleger a Comissão Executiva e o Conselho Deliberativo;
- b) alterar os Estatutos;
- c) apreciar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas das despesas realizadas pela Comissão Executiva;
- d) aprovar o Orçamento Anual da Receita e da Despesa.

Art. 7º - Compete à Comissão Executiva:

- a) organizar o programa de atividades do Grupo;
- b) constituir delegação;
- c) exame de estudos, pareceres, testes e trabalhos a serem apresentados em conferências nacionais ou internacionais;
- d) propor a alteração dos Estatutos;
- e) propor e homologar a admissão de novos membros;
- f) indicação de observadores parlamentares;
- g) autorização de qualquer despesa ou aprovação de créditos;
- h) concessão ou recebimento de qualquer espécie de doação, de ajuda de custo ou representação;
- i) fixar a contribuição dos membros do Grupo;
- j) comunicar, para fins regimentais, à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, os nomes integrantes de delegações de observadores parlamentares, bem como, de assessores e secretário que devam acompanhar as delegações e representações;
- k) resolver os casos omissos neste Estatuto;
- l) delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- m) fixar a competência do Secretário-Executivo.

Art. 8º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) emitir parecer sobre Prestação de Contas da Comissão Executiva;
- b) emitir parecer sobre a Proposta de Planejamento da Comissão Executiva;
- c) substituir, por indicação de sua maioria, membro da Comissão Executiva, em casos de vacância;
- d) exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Assembléia-Geral.

Art. 9º - Compete ao Presidente:

- a) representar o Grupo em suas atividades;
- b) convocar e presidir as suas reuniões;
- c) fazer cumprir as suas resoluções.

Parágrafo Único - O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído, respectivamente, pelo 1º, 2º e 3º Vice-Presidente e estes pelos 1º e 2º Secretários, respectivamente.

Art. 10 - Compete aos dois Secretários:

- a) organizar os serviços da Secretaria;
- b) assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes ao Grupo.

Parágrafo Único - O Secretário será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo 2º Secretário.

Art. 11 - Compete aos dois Tesoureiros:

- a) organizar e dirigir os serviços da Tesouraria;
- b) assistir ao Presidente em tudo quanto se referir a assuntos financeiros e orçamentários.

Parágrafo Único - O Tesoureiro será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo 2º Tesoureiro.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O ano financeiro terá início na data da posse do Presidente.

Art. 13 - Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

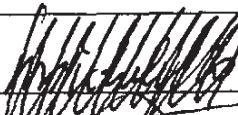
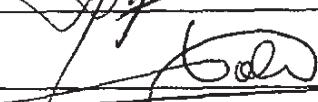
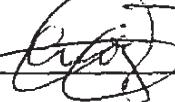
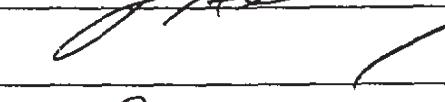
A seguir, passou ao ITEM 3: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente discorreu sobre o plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, tendo sugerido os temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades. Ao final, solicitou o apoio de todos os membros no sentido de que fossem apresentadas sugestões capazes de fomentar a discussão em torno dos temas apresentados, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Sen. Gilberto Goellner - DEM/MT e aos Deputados Marcos Montes - DEM/MG e Edinho Bez - PMDB/SC que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil-Irã para, junto com a Representação Diplomática da República Islâmica do Irã, poder incrementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC; pelo 1º Secretário, Dep. Darcísio Perondi - PMDB/RS e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária dos trabalhos. Brasília, 21 de outubro de 2008.

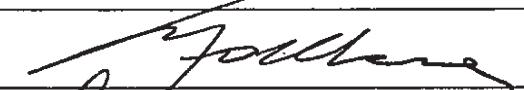
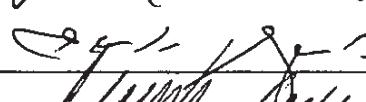

Deputado VALDIR COLATTO
Presidente Eleito


Deputado DARCÍSIO PERONDI
1º Secretário


INUBIA SFOGGIA
Secretária da Reunião

**PARLAMENTARES PRESENTES À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO
PARLAMENTAR BRASIL - IRÃ, REALIZADA EM 21.10.08**

Deputado	Montan Michelletto	
Deputado	Edinho Bez	
Deputado	Wiz C. Busato	
Deputado	Vítor C. Costa	
Deputado	Luis Carlos Haecht	
Deputado	Marcos Montes	
Deputado	Tadeu Filippelli	
Deputado	Amilcar de Souza	
Deputado	Afonso Hamm	
Deputado	Peláez	
Deputado	Wilson Corrêa	
Deputado		

Senador	GILBERTO GOELLNER	
Senador	LEONARDO QUINTANILHA	
Senador	EDUARDO AZGRADO	
Senador	RENATO CARVALHO	
Senador		

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:

Presidentes de Honra: Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da Câmara dos Deputados
Sen. Garibaldi Alves Filho - Presidente do Senado Federal

Presidente: Dep. Valdir Colatto	- PMDB/SC	Gab. 610
1º Vice-Presidente: Dep. Moacir Micheletto	- PMDB/PR	Gab. 478 / 3
2º Vice-Presidente: Sen. Gilberto Goellner	- DEM/MT	3311.2271
3º Vice-Presidente: Dep. Nelson Marquezelli	- PTB/SP	Gab. 920
1º Secretário: Dep. Darcísio Perondi	- PMDB/RS	Gab. 518
2º Secretário: Dep. Colbert Martins	- PMDB/BA	Gab. 319
1º Tesoureiro: Dep. Vignatti	- PT/SC	Gab. 313
2º Tesoureiro: Dep. Luís Carlos Heinze	- PP/RS	Gab. 526

Conselho Deliberativo: Sen. Eduardo Azeredo	- PSDB/MG	3311.2324
Sen. Serys Slhessarenko	- PT/MT	3311.2292
Sen. Valdir Raupp	- PMDB/RO	3311.3053/2253
Dep. Tadeu Filippelli	- PMDB/DF	Gab. 628
Dep. Vieira da Cunha	- PDT/RS	Gab. 711
Dep. Wilson Braga	- PMDB/PB	Gab. 642

Secretário-Executivo: Shahram Khorramshani

Sen. Gilberto Goellner	- DEM/MT	= Ala Sen. Afonso Arinos	- Gab. 6
Sen. Eduardo Azeredo	- PSDB/MG	= Ala Sen. Afonso Arinos	- Gab. 5
Sen. Serys Slhessarenko	- PT/MT	= Ala Sen. Teotônio Vilela	- Gab. 21
Sen. Valdir Raupp	- PMDB/RO	= Ala Sen. Teotônio Vilela	- Gab. 25
		Ala Sen. Antônio Carlos Magalhães	- Gab. 04

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
53^a Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GA B	ANEXO	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ADAO PRETTO	PT	RS	271	3	3215.5271	dep.adaoopretto@camara.gov.br
AFONSO HAMM	PP	RS	467	3	3215.5467	dep.afonsohamm@camara.gov.br
AIRTON ROVEDA	PR	PR	513	4	3215.5513	dep.airtonroveda@camara.gov.br
ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	818	4	3215.5818	dep.alfredokaefer@camara.gov.br
ANDRE VARGAS	PT	PR	923	4	3215.5923	dep.andrevargas@camara.gov.br
ANSELMO DE JESUS	PT	RO	802	4	3215.5802	dep.anselmodejesus@camara.gov.br
ATILA LINS	PMDB	AM	730	4	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
BARBOSA NETO	PDT	PR	705	4	3215.5705	dep.barbosaneto@camara.gov.br
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	942	4	3215.5942	dep.beneditodelira@camara.gov.br
BETINHO ROSADO	DEM	RN	366	3	3215.5366	dep.betinhorosado@camara.gov.br
CARLOS MELLES	DEM	MG	243	4	3215.5243	dep.carlosmelles@camara.gov.br
CELSO MALDANER	PMDB	SC	481	3	3215.5481	dep.celsomaldaner@camara.gov.br
CIRO PEDROSA	PV	MG	479	3	3215.5479	dep.ciropedrosa@camara.gov.br
COLBERT MARTINS	PMDB	BA	319	4	3215.5319	dep.colbertmartins@camara.gov.br
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	518	4	3215.5518	dep.darcisiooperondi@camara.gov.br
DILCEU SPERAFICO	PP	PR	746	4	3215.5746	dep.dilceusperafico@camara.gov.br
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	582	3	3215.5582	dep.duartenogueira@camara.gov.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	703	4	3215.5703	dep.edinhobez@camara.gov.br
EDIO LOPES	PMDB	RR	574	3	3215.5574	dep.ediolopes@camara.gov.br
EDUARDO SCIARRA	DEM	PR	433	4	3215.5433	dep.eduardosciarra@camara.gov.br
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	4	3215.5435	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	919	4	3215.5919	dep.elcionebarbalho@camara.gov.br
FELIPE BORNIER	PHS	RJ	213	4	3215.5213	dep.felipebornier@camara.gov.br
FELIX MENDONÇA	DEM	BA	912	4	3215.5912	dep.felixmendonça@camara.gov.br
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	618	4	3215.5618	dep.giovanniqueiroz@camara.gov.br
GUSTAVO FRUET	PSDB	PR	821	4	3215.5821	dep.gustavofruet@camara.gov.br
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	211	4	3215.5211	dep.joaomagalhaes@camara.gov.br
JORGE KHOURY	DEM	BA	715	4	3215.5715	dep.jorgekhoury@camara.gov.br
JÚLIO DELGADO	PSB	MG	323	4	3215.5323	dep.juliodelgado@camara.gov.br
JUSMARI OLIVEIRA	PR	BA	326	4	3215.5326	dep.jusmariooliveira@camara.gov.br
LEANDRO SAMPAIO	PPS	RJ	471	3	3215.5471	dep.leandrosampaio@camara.gov.br
LINCOLN PORTELA	PR	MG	615	4	3215.5615	dep.lincolnportela@camara.gov.br
LUCIANA COSTA	PR	SP	306	4	3215.5306	dep.lucianacosta@camara.gov.br
LUCIANO CASTRO	PR	RR	401	4	3215.5401	dep.lucianocastro@camara.gov.br
LUÍS CARLOS HEINZE	PP	RS	526	4	3215.5526	dep.luizcarlosheinze@camara.gov.br
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	844	4	3215.5844	dep.luizbittencourt@camara.gov.br
LUIZ CARLOS BUSATO	PTB	RS	570	3	3215.5570	dep.luizcarlosbusato@camara.gov.br
LUIZ CARLOS SETIM	DEM	PR	901	4	3215.5901	dep.luizcarlossetim@camara.gov.br
MANOEL JÚNIOR	PSB	PB	601	4	3215.5601	dep.manoeljunior@camara.gov.br
MARCOS MONTES	DEM	MG	283	3	3215.5283	dep.marcosmontes@camara.gov.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RR	614	4	3215.5614	dep.marinharauapp@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	607	4	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	478	3	3215.5478	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	920	4	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br
ONYX LORENZONI	DEM	RS	828	4	3215.5828	dep.onyxlorenzoni@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845	4	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB	CE	945	4	3215.5945	agenda.deputado@gmail.com
PAULO PIAU	PMDB	MG	617	4	3215.5617	dep.paulopiau@camara.gov.br
PAULO ROCHA	PT	PA	444	4	3215.5444	dep.paulorocha@camara.gov.br
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	725	4	3215.5725	dep.raimundogomesdematos@camara.gov.br
RENATO AMARY	PSDB	SP	450	4	3215.5450	dep.renatoamary@camara.gov.br
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	608	4	3215.5608	dep.sebastiaoabalrocha@camara.gov.br
TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF	628	4	3215.5628	dep.tadeufilippelli@camara.gov.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	610	4	3215.5610	dep.valdircolatto@camara.gov.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	711	4	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.gov.br
VIGNATTI	PT	SC	313	4	3215.5313	dep.vignatti@camara.gov.br
VILSON COVATTI	PP	RS	228	4	3215.5228	dep.vilsoncovatti@camara.gov.br
WILSON BRAGA	PMDB	PB	642	4	3215.5642	dep.wilsonbraga@camara.gov.br
ZONTA	PP	SC	741	4	3215.5741	dep.zonta@camara.gov.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
53^a Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ALA	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AUGUSTO BOTELHO	PT	RR	11	Filinto Muller	3311.2041	augusto.botelho@senador.gov.b
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	05	Afonso Arinos	3311.2323	eduardo.azeredo@senador.gov.
FLÁVIO ARNS	PT	PR	06	Filinto Muller	3311.2401	flavioarns@senador.gov.br
GILBERTO GOELLNER	DEM	MT	06	Afonso Arinos	3311.2271	gilberto.goellner@senador.gov.b
LEOMAR QUINTANILHA	PMDB	TO	01	Teotônio Vilela	3311.2073	leomar@senador.gov.br
NEUTO DE CONTO	PMDB	SC	14	Teotônio Vilela	3311.4041	neutodeconto@senador.gov.br
OSMAR DIAS	PDT	PR	18	Teotônio Vilela	3311.2124	osmardias@senador.gov.br
RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	14	Filinto Muller	3311.1134	renatoc@senador.gov.br
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	RS	07	Afonso Arinos	3311.1207	zambiasi@senador.gov.br
SÉRYS SLHESSARENKO	PT	MT	21	Teotônio Vilela	3311.2291	serys@senadora.gov.br
VALDIR RAUPP	PMDB	RO	25	Teotônio Vilela	3311.3053	valdир.raupp@senador.gov.br

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Cláudio	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 13.11.2008, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Ofício nº 129/08-GLPDSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾			
Renato Casagrande (PSB)		1. Flávio Arns (PT)	
Inácio Arruda (PC DO B)		2. Expedito Júnior (PR)	
Maioria (PMDB)			
Valter Pereira (PMDB)		1. VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
Marconi Perillo (PSDB)		1. Adelmir Santana (DEM)	
VAGO ⁽³⁾		2. Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. N° 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de

28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁹ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição a Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDÉS GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 228 PÁGINAS